Dom Pedro II, Imperador do Brasil

Benjamin Mossé

Dom Pedro II, Imperador do Brasil

(O Imperador visto pelo barão do Rio Branco)

Brasília – 2015

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília–DF
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@funag.gov.br

Equipe Técnica:

Eliane Miranda Paiva
Fernanda Antunes Siqueira
Gabriela Del Rio de Rezende
Alyne do Nascimento Silva
Luiz Antônio Gusmão
Vanusa dos Santos Silva

Projeto Gráfico:

Daniela Barbosa

Programação Visual e Diagramação:

Gráfica e Editora Ideal

Impresso no Brasil 2015

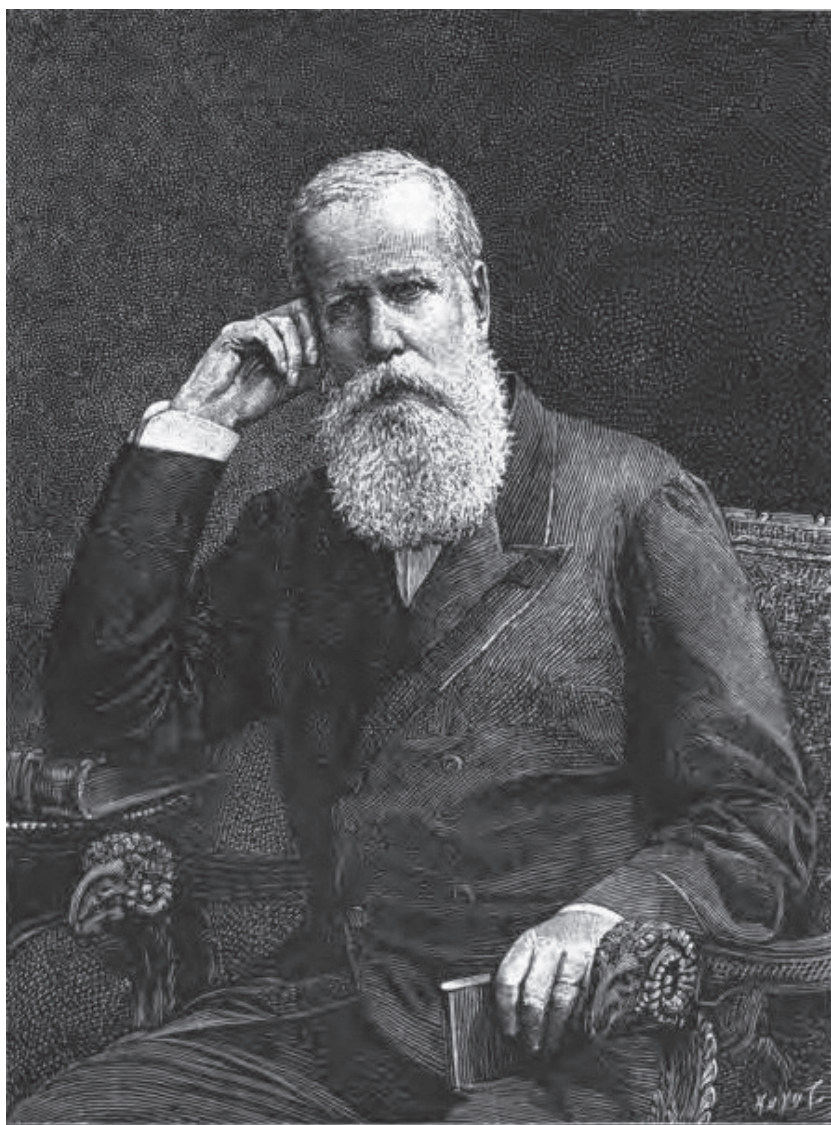
M913 Mossé, Benjamin.
Dom Pedro II, Imperador do Brasil: o Imperador visto pelo barão do Rio Branco / Benjamin Mossé. – Brasília : FUNAG, 2015.

268 p. : il. - (História diplomática)

ISBN 978-85-7631-551-3

1. Brasil - história - Império (1822-1889). 2. Brasil - aspectos políticos - 1840-1889. 3. Geografia física - Brasil - 1840-1889. 4. Movimentos liberais (1842). 5. Guerra do Paraguai (1864-1870). 6. Política externa - Brasil - 1840-1889. 7. Abolição da escravidão (1888). 8. Pedro II, Imperador do Brasil, 1825-1891 - biografia. 9. Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, barão do, 1845-1912. I. Título. II. Série.

CDD 981.04

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

Baden-baden 10 de Agosto de 1887
D. Pedro d'Alcantara.

Apresentação

No cumprimento de sua missão institucional de apoiar a preservação da memória diplomática e contribuir para a formação de opinião pública sensível aos problemas da convivência internacional, coube à Fundação Alexandre de Gusmão realizar, em 2012, no marco da programação aprovada pelo Ministério das Relações Exteriores, os eventos que comemoraram o centenário da morte do barão do Rio Branco, patrono da diplomacia brasileira.[1]

Nesse contexto, merece especial menção a reedição das *Obras do Barão do Rio Branco*, publicadas originalmente em 1945, durante as celebrações do centenário do nascimento de Paranhos Júnior, que se encontravam há muito esgotadas e cujos

1 Dentre as iniciativas tomadas para comemorar a efeméride, destacaram-se: (i) a Exposição sobre a vida e obra do Barão, "Rio Branco: 100 anos de memória", no Palácio Itamaraty, em Brasília, e, posteriormente, no Rio de Janeiro; (ii) seminários, ciclos de conferências e concurso de redação em parceria com a Academia Brasileira de Letras e com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, instituições das quais o Barão foi também membro, tendo presidido o IHGB; (iii) a impressão de selo comemorativo e a inscrição do nome de Rio Branco no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves; (iv) o lançamento de livros, dentre os quais o *Rio Branco: 100 anos de memória*, coletânea de artigos elaborados por historiadores, acadêmicos e diplomatas no contexto do seminário com o mesmo nome, organizada pelo embaixador Manoel Gomes Pereira, publicado pela Funag, em 2012.

poucos exemplares restantes eram de difícil acesso. A nova edição, publicada pela FUNAG, está também disponível no portal da Fundação na internet para os pesquisadores e para o público em geral. Além disso, aos oito volumes originais, acrescentou-se um nono, que traz importante seleção de artigos de imprensa redigidos por Rio Branco, inclusive aqueles textos nos quais ele se serviu de pseudônimos.

A presente reedição da obra *D. Pedro II, Imperador do Brasil* segue o mesmo propósito: trazer aos pesquisadores e leitores do Brasil, dos demais países de língua portuguesa e dos milhares de nossos leitores em todo o mundo os trabalhos e o pensamento do patrono da diplomacia brasileira, inclusive por meio de escritos em que sua autoria, ainda que não esteja explícita, é claramente atestada.

Os principais biógrafos de Rio Branco confirmam que o Barão foi o "verdadeiro autor" do livro *D. Pedro II, Empereur du Brésil*, assinado pelo escritor e editor francês Benjamin Mossé, grande rabino de Avinhão, em 1889. Segundo Luís Viana Filho, "a bem dizer, transformado paulatinamente no verdadeiro autor da biografia, Paranhos prelibou os efeitos do livro".[2] Por sua vez, Álvaro Lins atesta que "sobre a autoria dessa biografia de D. Pedro II não resta dúvida nenhuma: ela é de Rio Branco".[3] Essa autoria, ademais, é reivindicada pelo Barão em inúmeros documentos e reconhecida pelo próprio rabino de Avinhão.

O livro *D. Pedro II, Imperador do Brasil* compõe junto com a seção dedicada à História no verbete sobre o Brasil na *Grande Enciclopédia*, dirigida por Émile Levasseur, e o *Esboço da História do Brasil*, a trilogia dos textos históricos, de caráter geral, mais significativos da bibliografia de Rio Branco.

---

2 VIANA FILHO, Luís. *A Vida do Barão do Rio Branco*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1983.

3 LINS, Álvaro. *Rio Branco (o Barão do Rio Branco). Biografia pessoal e História política*. Brasília/São Paulo: FUNAG/Editora Alfa Ômega, 1996, p. 133.

Assim, de um lado, a nova edição do livro, que ora tenho a satisfação de apresentar, complementa o trabalho editorial da FUNAG de tornar disponíveis todos os escritos que compõem o conjunto da obra do Barão. De outro, tem ele o mérito adicional de contribuir para os estudos sobre o Segundo Imperador do Brasil visto da perspectiva do Patrono da Diplomacia brasileira.

Embora existam várias biografias do monarca, apenas uma foi revista e reescrita pelo barão do Rio Branco. Como o próprio reconhece, em carta, diante do texto que lhe fora submetido e que considerou "um pequeno trabalho ridículo", teve que reescrevê-lo, "fazer tudo de novo", e, assim, poder "dizer a nossa gente o que penso com mais liberdade".[4] Esse fato distingue o trabalho e o torna único em vários aspectos, inclusive ao permitir ao verdadeiro autor expressar seu pensamento a respeito do Segundo Reinado sem precisar identificar-se, o que poderá ter sido providencial para o futuro chanceler, cujas vitórias diplomáticas acabariam concorrendo para legitimar a República.

O primeiro exemplar do livro, dirigido a D. Pedro II, chegou ao Rio de Janeiro em agosto de 1889. Como sugerido no prefácio a esta edição pelo ministro Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos, curador da "Exposição Rio Branco: 100 anos de memória", a escolha de Mossé para escrever a biografia do Imperador se deveu ao seu prestígio como escritor e editor na França, centro cultural do mundo à época, cuja língua era a adequada para a produção e mais ampla difusão do conhecimento. Ademais, terá refletido a proximidade do Imperador com a cultura hebraica, da qual era profundo conhecedor. Seu interesse histórico e cultural levou-o a ser o primeiro chefe de Estado brasileiro a visitar a Terra Santa.[5]

---

4 VIANA FILHO, *op. cit.*, p. 151, 155, 157 e 158.

5 D. Pedro II empreendeu várias viagens ao longo dos 49 anos de seu reinado. O Imperador percorreu o Brasil e quatro continentes em um período marcado por mudanças profundas que, mais tarde, se tornariam referências culturais modernas. Os documentos pessoais que registram as viagens realizadas estão sob a guarda do Museu Imperial de Petrópolis. Dada sua importância, mereceram

Ironia do destino, o contraste do lançamento de uma obra enaltecedora das qualidades do Imperador, como herdeiro dos ideais iluministas da "liberdade, igualdade e fraternidade", devotado ao seu povo, tolerante, consolidador da soberania e da integridade territorial brasileira, com o colapso, no mesmo ano, da monarquia. Trata-se de questão que tem dividido analistas e parece ainda aberta a escrutínio. O próprio monarca inspira juízos antípodas, que vão de "o maior dos brasileiros" (Rio Branco) a "muito lastro, pouca vela" (Sérgio Buarque de Holanda). Há mesmo quem o considere defensor dos ideais republicanos, imperador cidadão, abolicionista reticente dentro de uma estrutura escravocrata, intelectual e sábio, em um país em que 80% da população ainda era de analfabetos.

No exame dos registros e manifestações de tantos memorialistas e historiadores, e no imaginário coletivo, observa-se hoje a consolidação de um juízo favorável a D. Pedro II, como um homem ético, erudito, pesquisador, imbuído de sentido de missão, cujo comportamento austero marcou seus quase cinquenta anos à frente do Império. Durante esse período, concorreu para a consolidação do Estado, a preservação de sua integridade territorial, a formação do povo e a construção de uma identidade nacional. Contribuiu, enfim, para o apogeu da monarquia e vivenciou, de forma surpreendente, o seu colapso.

Os notáveis talentos de Rio Branco tiveram a oportunidade de aparecer na República, mas ele sempre se achou herdeiro das tradições da diplomacia do Segundo Reinado, controladas de perto por D. Pedro II. Este livro é uma homenagem de um admirador, mas diz muito do biografado e do biógrafo. E ambos merecem ter suas vidas e obras cada vez mais conhecidas.

---

inscrição, em 2013, no Registro do Programa de Memória do Mundo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

O imperador encontra-se associado a um período em que o País enfrentou sérios conflitos internos e externos e criou condições que ajudariam Rio Branco a estabelecer, mais tarde, seu paradigma de política externa, que tanto influiu no século e meio de paz, orgulho do Brasil e de sua diplomacia.

Sérgio Eduardo Moreira Lima

Sumário

Prefácio à nova edição: Benjamim Mossé, Rio Branco e o Imperador D. Pedro II 17
Luís Cláudio Villafañe G. Santos

Nota sobre a transcrição 27

Prefácio da edição original.. 33

Capítulo I
O Brasil e D. Pedro I 35

Capítulo II
Começo do Reinado de D. Pedro II............................. 45

Capítulo III
Um pouco de Geografia física e política do Brasil 57

Capítulo IV
Pacificação do Império.. 65

Capítulo V
A Guerra de 1851 a 1852 71

Capítulo VI
Civilização e progresso 81

Capítulo VII
Política externa 89

Capítulo VIII
Guerra do Uruguai e do Paraguai.............................. 99

Capítulo IX
A emancipação dos escravos, começo
da reforma 127

Capítulo X
A abolição completa 141

Capítulo XI
Depois da abolição 157

Capítulo XII
Papel de D. Pedro II e da princesa
Imperial na reforma emancipadora 167

Capítulo XIII
Os protestos 171

Capítulo XIV
Banquete francês comemorativo da
emancipação dos escravos 185

Capítulo XV
Devotamento de D. Pedro II a seu povo 197

Capítulo XVI
Atividade fecunda de D. Pedro II – suas viagens... 219

Notas 251
Bibliografia 261

Prefácio
Benjamin Mossé, Rio Branco e o Imperador D. Pedro II

Em meados de 1889 foi publicado, em Paris, o livro *Dom Pedro II, Empereur du Brésil*, um ensaio biográfico sobre o monarca brasileiro, centrado na análise política dos quase cinquenta anos de seu reinado. A obra estava assinada pelo grande rabino de Avignon, Benjamin Mossé (1832-1892). Mossé era, então, um intelectual e escritor bastante conhecido na França, tendo traduzido para o francês, em 1884, o clássico livro *Rosh Amanah* (1505), de Issac Abravanel, e publicado, entre outros livros, *Un Ange du Ciel sur la Terre* (de poemas), *Droits et Devoirs de l'Homme* (que teve 14 edições) e o influente *Le Judaïsme ou L'Exposé Historique et Loyal de la Doctrine, de la Morale et des Mœurs Israélites* (1887). Foi, ainda, editor da revista *La Famille de Jacob*, publicada entre 1859 e 1893, um dos poucos periódicos judaicos franceses publicados fora de Paris naquela época.

O Museu Imperial em Petrópolis guarda a carta, datada de 9 de agosto de 1889, junto com a qual Mossé enviou a seu biografado um exemplar de seu livro. Nessa carta, o rabino comentou ter sido

uma das maiores tarefas de sua vida apresentar, "como historiador francês", a biografia do "maior dos modernos imperadores".

Antes, em 1873, Mossé havia enviado ao monarca brasileiro um Diploma de Honra por seus estudos judaicos. De fato, D. Pedro II pode ser considerado como o precursor desses estudos no Brasil. O imperador lia e traduzia o hebraico, em um momento em que a língua ainda não tinha sido revivida e era utilizada apenas para a liturgia e o culto. Em muitas ocasiões, em visitas a sinagogas, D. Pedro surpreendeu os fiéis ao ler e interpretar o Livro de Moisés com desenvoltura. Assim foi em Londres, em 1871, em sua primeira viagem ao exterior, e novamente, em 1876, em São Francisco, em sua segunda viagem, quando após visitar os Estados Unidos, que comemoravam seu centenário como nação independente, o imperador do Brasil voltou a visitar a Europa e, em seguida, a Terra Santa. Segundo um testemunho da época, D. Pedro podia "ler hebraico sem vogais tão fluentemente como se fosse um judeu". O imperador chegou a declarar que o hebraico era sua língua favorita, que ele aprendeu para "melhor conhecer a história e a literatura dos judeus, principalmente a poesia e os Profetas, assim como as origens do Cristianismo".[1]

Em 1888, durante sua terceira, e última, viagem ao exterior, D. Pedro II encontrou-se duas vezes com o rabino, em Marselha e em Aix-les-Bains. Essas entrevistas contribuíram para o livro de Mossé sobre o imperador, obra para o qual solicitou, ademais, o testemunho de muitas personalidades ilustres que também conheceram D. Pedro, entre as quais Lamartine, Victor Hugo, Gladstone e Charles Darwin. Depois da queda da monarquia, a relação entre o rabino e D. Pedro II, exilado na Europa, se fortaleceu e o monarca deposto colaborou em diversas ocasiões para a revista de Mossé, *La Famille de Jacob,* e, a pedido deste, chegou a publicar,

1 *Apud* FAINGOLD, Reuven. "D. Pedro II: fascínio pelo judaísmo". In: *Revista KolNews*. São Paulo, nº 28, dezembro 1999, p. 50.

em 1891, um livro com traduções para o francês de poesias em hebraico e em provençal: "*Poésies hébraïco-provençales du rituel israélite comtadin traduites et transcrites par S. M. dom Pedro II d'Alcantara*".

Quando da morte de seu amigo D. Pedro, em dezembro de 1891, o rabino Mossé dedicou-lhe o seguinte necrológio na revista *La Famille de Jacob*:

> *Dom Pedro II d'Alcântara, cuja biografia um modesto rabino teve a honra de escrever com a colaboração de um sábio brasileiro, o barão do Rio Branco, foi uma das mais admiráveis figuras de nossa época moderna. Fundador e organizador do imenso Império do Brasil, foi amigo das letras. Conhecedor a fundo do hebraico, era certamente mais fluente nesta língua que muitos filhos de Israel. Ele não somente amava nossa língua, mas nos amava, elogiava as virtudes de nosso povo e indignava-se com o antissemitismo.*

A participação de Rio Branco na preparação da biografia de D. Pedro II seguramente foi muito além de uma simples colaboração. Viana Filho registra que Rio Branco considerou a primeira versão da biografia que foi escrita por Mossé "um pequeno trabalho ridículo" e que ele necessitou "fazer tudo de novo". O próprio rabino reconheceu que Paranhos foi "o verdadeiro autor desse livro".[2] Rio Branco, inclusive, antecipou-se a Mossé e, já em abril de 1889, prometia enviar a D. Pedro II as provas do livro para "que o imperador leia o livro antes que ninguém".[3]

---

2 *Apud* VIANA FILHO, *A Vida do Barão do Rio Branco*. São Paulo/Salvador: UNESP/EDUFBA, 8ª edição, 2008, p. 173. Em carta de Mossé a Rio Branco, cujo original está preservado no Arquivo Histórico do Itamaraty (Coleção do Barão do Rio Branco: Lata 831, maço 2, pasta 21), pode-se ler: "vous constituez le véritable auteur de ce livre".

3 *Idem*, *ibidem*, p. 175.

Segundo suas próprias palavras, para Rio Branco, o livro "D. Pedro II, Imperador do Brasil" era um "filho meu mui dileto" e uma "homenagem que mui desinteressadamente prestei ao nosso velho imperador, nos dias agitados que atravessamos, em que um vento de insânia parece ter passado por nossa terra".[4] Essa homenagem é reveladora da real admiração de Paranhos Junior por D. Pedro, a quem, mesmo depois da queda da monarquia, ele não cansava de apontar como "o maior dos brasileiros", seguido por seu pai, o visconde do Rio Branco. Mas, na verdade, a relação entre o Barão e seu biografado é muito mais rica e complexa.

Filho de um dos maiores próceres do Império, o jovem Paranhos Junior acumulou queixas contra D. Pedro. Em 1869, o imperador teria preferido outro candidato para a deputação pela província do Rio de Janeiro. Antes disso, D. Pedro não o teria deixado acompanhar o pai na condição oficial de secretário de sua missão ao Prata em 1868. É verdade que essas queixas devem ser relativizadas, pois se não se lançou candidato a deputado pelo Rio de Janeiro, o fez pela província de Mato Grosso, aliás a mesma pela qual o pai era senador vitalício. E foi eleito para duas legislaturas. Do mesmo modo, se não pôde acompanhar o pai como secretário da missão diplomática de 1868, já no ano seguinte teve essa qualidade reconhecida e oficializada.

Mais complicada, realmente tormentosa, como definiu o embaixador Vasco Mariz, foi a nomeação para o consulado em Liverpool. Sua vida boêmia e sua relação com Marie Stevens, escandalosa aos olhos do imperador, pareciam erguer perante D. Pedro um muro intransponível para Juca Paranhos:

> *Sei que o imperador há de objetar: ele me tem contrariado sempre. Entendeu que eu não devia ser deputado em 1868, quando tive a infeliz ideia de querer sê-lo, por supor que isso*

4 Carta de 13/9/1889, *apud* VIANA FILHO, *op. cit.*, 8ª edição, 2008, p. 181.

> *me facilitasse os projetos, que já então formava, de entrar para a carreira diplomática. Opôs-se a que acompanhasse meu Pai, como secretário, em 1868, quando antes o conselheiro Otaviano pôde obter essa nomeação para um seu parente, e quando, ainda hoje, o visconde de Itajubá pode ter junto a si um filho.*[5]

Sua postulação, de fato, enfrentou uma forte oposição por parte de D. Pedro e "por um triz a espetacular carreira de Rio Branco não teria acontecido e o Brasil de hoje provavelmente seria bem menor".[6] Desde a queda do gabinete chefiado pelo visconde de Rio Branco, em junho de 1875, Paranhos postulou seu nome para o cargo de cônsul-geral do Brasil em Liverpool e sofreu até 27 de maio de 1876, quando a princesa Isabel, finalmente, assinou sua nomeação, aproveitando-se da ausência do imperador, em viagem ao exterior. Ainda assim, para nomear Paranhos Júnior, a princesa teve de ser confrontada com a ameaça de demissão do gabinete chefiado por Caxias, um dileto amigo dos Paranhos, pai e filho. Naquela manhã, o então chanceler, barão de Cotegipe, teria dito: "Hoje, ou sai a nomeação de Paranhos, ou sai a demissão do gabinete".[7]

Gilberto Amado explicou com muita graça, mas talvez com um pouco de injustiça para com D. Pedro, a origem dessa resistência ao jovem Paranhos:

> *Moço sem mocidade, velho hostil ao gênio, inimigo de José de Alencar, gostando só e só da moderação, dos pacatos, dos sem imaginação, dos temperamentos de água com açúcar, de chá e de mingaus, de liberalismo e de abdicação, como*

---

5 *Apud* LINS, Álvaro. *Rio Branco (Biografia)*. São Paulo/Brasília: Editora Alfa Ômega/FUNAG, 1996, p. 92.

6 MARIZ, Vasco. *A Tormentosa Nomeação do Jovem Rio Branco para o Itamaraty*. Brasília: FUNAG, 2010, p. 45.

7 LINS, *op. cit.*, p. 94.

> *poderia Pedro II adivinhar em Juca Paranhos, em quem via o pândego, sem lhe ver na precocidade dos dotes revelados nos primeiros ensaios históricos o futuro conquistador e alargador do Império do Brasil que lhe caiu das mãos sem gosto para a luta, incapazes de sentir na palma o gosto do leme, o prazer do comando, mãos que não cresceriam no punho das espadas e só contentes de folhear, em movimentos de curiosidade curta, livros de toda espécie, principalmente relatórios, memoriais e compêndios*?[8]

No entanto, no ocaso do Império, D. Pedro e Paranhos Junior voltariam a aproximar-se. A ocasião para esse reencontro seria dada pela terceira e última viagem de D. Pedro II ao exterior, por motivo de saúde. Em 30 de junho de 1887, o velho imperador partiu, debilitado, para se tratar na Europa. Paranhos encontrava-se no Rio de Janeiro, onde fora cuidar de assuntos familiares e, "embora houvesse planejado permanecer menos de um mês, resolveu demorar-se e seguir com o imperador". Viana Filho arrematou seu relato sobre a decisão do cônsul em Liverpool de ajustar seus planos de viagem ao itinerário do imperador com um comentário ferino: "Como deveria ser agradável, nas horas vazias do Atlântico arrefecido o protocolo, conversar longamente com aquele rei ameno e culto".[9]

Não escapava a ninguém a possibilidade do reinado de D. Pedro II estar perto do fim. Ademais da crescente agitação republicana, do desmoronamento da escravidão, a própria saúde do soberano parecia gravemente debilitada. Na Europa, D. Pedro chegou a receber o sacramento da extrema unção. Em todo o caso, mesmo se abstraídos os problemas políticos e de saúde, aproximava-se o jubileu do reinado de D. Pedro, imperador desde 1831,

8 AMADO, Gilberto. *Rio Branco*. Rio de Janeiro: MRE, 1937, p. 8.

9 VIANA FILHO, *op. cit.*, p. 156.

mas exercendo plenamente suas funções desde 23 de julho de 1840, após o chamado “golpe da maioridade”. O ano de 1890 seria, portanto, marcado pelas comemorações do Jubileu. As circunstâncias eram propícias, portanto, para a publicação no exterior, no que hoje descreveríamos como diplomacia pública, de uma biografia do soberano brasileiro.

O camarista do imperador, o conde de Nioac,[10] incumbiu Benjamin Mossé dessa tarefa, pois tratava-se de um escritor francês de algum renome, que já havia demonstrado suas simpatias e afinidades com o soberano brasileiro. Uma biografia de D. Pedro escrita por um estrangeiro daria maior credibilidade e alcance à obra e decisão de publicá-la em francês era quase inescapável, por tratar-se da língua de maior circulação internacional de então. Mossé, portanto, parecia uma boa opção, feita uma ressalva fundamental: ele pouco conhecia de seu biografado ou do Brasil. Nioac contornou esse problema apelando para a colaboração de Rio Branco, já então considerado um grande conhecedor da história brasileira e por quem o imperador voltara a afeiçoar-se. Em 1888, Paranhos recebeu o título de barão do Rio Branco. A correspondência e os encontros pessoais entre Rio Branco e D. Pedro multiplicaram-se e não seriam interrompidos mesmo após a queda da monarquia.[11]

Fiel aos seus ideais, Rio Branco escreveu uma defesa ardorosa da monarquia, com ataques violentos às ideias federalistas. A riqueza de detalhes e a abundância de informações pormenorizadas, em especial quando estavam em pauta temas militares e diplomáticos, comprovam a real autoria do texto. A qualidade e o detalhamento das informações fazem da obra uma fonte primária ainda hoje inestimável, ademais de trazer o sabor da visão de Rio Branco como

10 Manuel Antônio da Rocha Faria (1830-1894).

11 RIO BRANCO, Miguel. *Correspondência entre D. Pedro II e o Barão de Rio Branco (1889 a 1891).* São Paulo: Companhia Editora Nacional, Brasiliana 294, 1957.

historiador, um conservador na linha de Varnhagen. O Barão não parece ter exagerado quando disse sobre Mossé: "O homem é pois um testa-de-ferro de que me servi para dizer à nossa gente o que penso com mais liberdade, e não ficar com a fama de incensador de poderosos".[12]

Em boa hora, a Fundação Alexandre de Gusmão brinda-nos com a meritória iniciativa de reeditar este "filho mui dileto" da inteligência luminosa de Rio Branco. Essa publicação soma-se e completa a importante reedição das "Obras do Barão do Rio Branco", trazida à luz pela FUNAG no contexto das homenagens pelos cem anos da morte do barão do Rio Branco, transcorridos em 2012. Uma merecida homenagem ao patrono da diplomacia brasileira e também ao biografado, D. Pedro II, que conduziu os destinos nacionais por quase cinquenta anos, e a seu amigo, o rabino Benjamin Mossé.

Luís Cláudio Villafañe G. Santos

12 *Apud* VIANA FILHO, *op. cit.*, p. 169.

Referências bibliográficas

AMADO, Gilberto. *Rio Branco*. Rio de Janeiro: MRE, 1937.

FAINGOLD, Reuven. "D. Pedro II: fascínio pelo judaísmo". In: *Revista KolNews*. São Paulo, nº 28, dezembro 1999, p. 49-54.

LINS, Álvaro. *Rio Branco (Biografia)*. São Paulo/Brasília: Editora Alfa Ômega/FUNAG, 1996.

MARIZ, Vasco. *A Tormentosa Nomeação do Jovem Rio Branco para o Itamaraty*. Brasília: FUNAG, 2010.

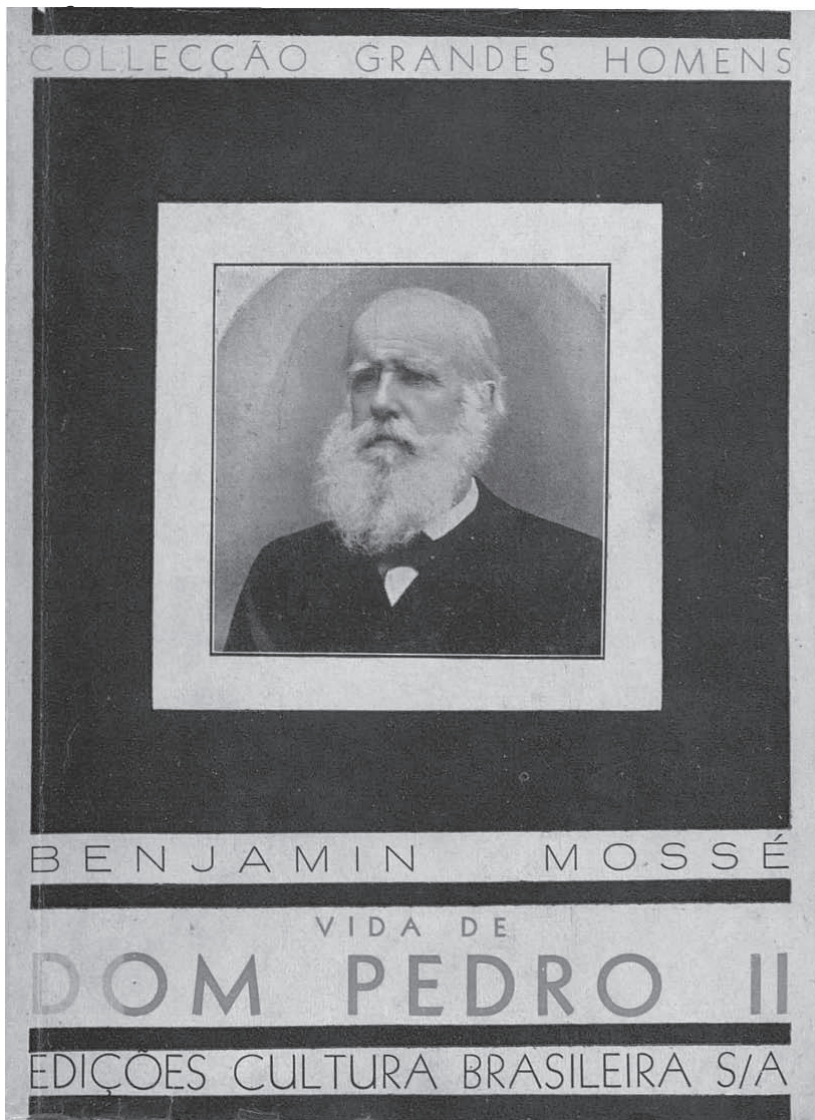
RIO BRANCO, Miguel. *Correspondência entre D. Pedro II e o Barão de Rio Branco (1889 a 1891)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Brasiliana 294, 1957.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. "O Barão do Rio Branco como Historiador". In: *Revista Brasileira* (Rio de Janeiro. 1941), Academia Brasileira de Letras, v. 69, p. 11-35, 2011. Disponível em: <http://www.academia.org.br>.

VIANA FILHO, Luís. *A Vida do Barão do Rio Branco*. São Paulo/ Salvador: UNESP/EDUFBA, 8ª edição, 2008.

Nota sobre a transcrição

A transcrição foi feita com base na primeira edição da tradução em português, de 1890, publicada, em São Paulo, pela "Edições Cultura Brasileira". O texto original em francês, publicado em 1889, foi utilizado como apoio para dirimir dúvidas e restabelecer trechos omitidos ou truncados na tradução para o português. Em 1929, a "Edições Cultura Brasileira" publicou uma segunda edição, com tradução de Hermínia Themudo Lessa. Procedeu-se à atualização ortográfica do texto e a grafia dos nomes próprios também foi modernizada, mas respeitou-se não só a pontuação como o uso de maiúsculas e minúsculas, negritos e itálicos do texto original. Manteve-se, ainda, a ordem dada aos livros listados na bibliografia, bem como o formato das referências e notas de rodapé.

Os fac-símile da obra, na versão original em francês (*Dom Pedro II, Empereur du Brésil*. Paris: Librarie de Firmin-Didot et Cie, 1889) e da tradução em português (*Dom Pedro II, Imperador do Brasil*. São Paulo: Edições Cultura Brasileira, 1890), estão disponíveis na internet no sítio <http://openlibrary.org>.

Capa da 1ª edição da tradução em português (1890)

B. MOSSÉ

(OFFICIAL DA INSTRUCÇÃO PUBLICA)

DOM PEDRO II

IMPERADOR DO BRASIL

O principe philosopho ultrapassa o poeta coroado de Potsdam.

(Lamartine)

— Magestade, sois o netto de Marco Aurelio.

(Victor-Hugo)

Eis o que eu chamo um grande e bom soberano, homem que pela sua conducta está em condicções de tornar o alto posto que occupa um exemplo e motivo de louvor para a sua raça!

(V. E. Gladstone)

O Imperador tem feito tanto pela sciencia, que todo sabio lhe deve o maior respeito.

(Charles Darwin)

EDIÇÕES CULTURA BRASILEIRA S/A • SÃO PAULO
Rua Conselheiro Ñebias, 255 • Tel. 4-6262 • Caixa Postal 2715

Folha de rosto da 1ª edição da tradução em português (1890)

B. MOSSÉ

OFFICIER DE L'INSTRUCTION PUBLIQUE

DOM PEDRO II

EMPEREUR DU BRÉSIL

« Le prince philosophe dépasse le poète couronné de Potsdam. »
(LAMARTINE.)

« Sire vous êtes le petit-fils de Marc-Aurèle ! »
(VICTOR HUGO.)

« That is what I call a great and good Sovereign and a man who, by his conduct, is enabled to make the high station which he holds a pattern and a blessing to his race ! »
(W. E. GLADSTONE.)

« L'empereur a tant fait pour la science, que tout savant lui doit le plus grand respect. »
(CHARLES DARWIN.)

PARIS

LIBRAIRIE DE FIRMIN-DIDOT ET Cie

IMPRIMEURS DE L'INSTITUT, RUE JACOB, 56

1889

Folha de rosto da edição original em francês (1889)

O príncipe filósofo ultrapassa o poeta coroado de Postdam.
(Lamartine)

– Majestade, sois o neto de Marco Aurélio. (Victor Hugo)

Eis o que eu chamo um grande e bom soberano, homem que pela sua conduta está em condições de tornar o alto posto que ocupa um exemplo e motivo de louvor para a sua raça!
(V. E. Gladstone)

O Imperador tem feito tanto pela ciência, que todo sábio lhe deve o maior respeito. (Charles Darwin)

Prefácio da edição original

Escrever em França a biografia de um imperador não é fácil, na época em que vivemos. É quase uma temeridade.

Confesso francamente que não ousaria jamais narrar, mesmo sumariamente, a vida de D. Pedro II, imperador constitucional do Brasil, se ele não me houvesse aparecido, não como soberano, mas como filósofo; não como senhor de seu povo – pois não é um rei absoluto, um autocrata – mas como filantropo, amigo da humanidade, benfeitor de sua pátria.

Estou desculpado, portanto.

Não vou falar de um monarca, mas do chefe de uma "democracia coroada", como a denominou recentemente o general Mitre, antigo presidente da República Argentina, referindo-se à nação brasileira. Vou falar a respeito do primeiro cidadão desse grande e belo país, onde, segundo o sr. de Grelle, ministro da Bélgica, "reina um sentimento de democracia, de nivelamento das classes sociais, de independência em todas as manifestações do livre arbítrio, diferente de muitos outros Estados, mesmo os de forma republicana".

É um homem de bem, de inteligência e coração, filósofo, sábio, que justifica plenamente as célebres palavras de Platão: "Os povos só serão felizes quando os filósofos forem reis".

Além disso, D. Pedro II é o mais puro modelo do verdadeiro patriotismo, do desinteresse, do amor à liberdade, da dedicação ao progresso. Sua vida e sua obra excitarão, certamente, a admiração de todos os que o conhecerem melhor neste livro.

Darei a conhecer esse príncipe ilustre que soube conquistar o amor de seu povo, como o respeito e a admiração de toda a Europa, dirigindo, há cinquenta anos, a surpreendente evolução de sua pátria, presidindo a uma das maiores obras de transformação social realizadas no presente século.

Os verdadeiros patriotas franceses gostarão de conhecer as qualidades cívicas e humanitárias desse rei liberal e popular; e os espíritos cultos nos agradecerão a publicidade de uma das mais belas páginas da história contemporânea, de que foi admirável herói o príncipe filósofo.

Agora que estamos desculpados perante a opinião pública, por mais severa que seja, vamos entrar no assunto, procurando sempre a verdade histórica, que se antepõe a qualquer consideração particular; porque a história é o tribunal incorruptível, imparcial, a que devem comparecer, em completa igualdade, os reis e os povos.

Vila de Monclar, Avignon, 1889
Benjamin Mossé

Capítulo I
O Brasil e D. Pedro I

Sumário: O Brasil, colônia portuguesa – Proclamação de sua independência em 1822 – D. Pedro I, fundador do Império – Seu reinado – Abdicação de duas coroas – Deixa o Brasil em 1831 – Morte do príncipe libertador de dois povos.

O Império do Brasil, que a D. Pedro I deve sua constituição, remonta há três séculos apenas. Pedro Álvares Cabral, navegador português, descobriu o território no ano de 1500. De 1501 a 1530 fizeram-se as primeiras explorações por ordem dos reis de Portugal. Em 1526 e em 1531 foram estabelecidas as primeiras colônias.

No ano de 1549 o primeiro governador geral português fundou a cidade da Bahia, que se tornou capital do Brasil. De 1640 a 1808 são os vice-reis que governam a colônia*, cujo progresso foi entravado no século XVI e no começo do século XVII devido às guerras com os aborígenes e os franceses, de 1624 e 1654 com os holandeses e, a partir de 1680, com os espanhóis.

Em 1626 tornou-se o Brasil um principado**. A residência dos vice-reis foi transferida, em 1762, da Bahia para o Rio de Janeiro.

---

* N.E.: Houve, de fato, um vice-rei em 1640, mas os demais apenas receberiam esse título a partir de 1720.

** N.E.: O Brasil tornou-se um principado em 1645, durante o reinado de D. João IV. Seu filho, Teodósio, recebeu o título de "príncipe do Brasil".

Até o início deste século permaneceu como uma vasta colônia completamente sujeita a Portugal. Um acontecimento imprevisto determinou novos destinos ao imenso país.

É que em 1807 Napoleão I, o conquistador da Europa, havia impelido a marcha invasora de seus exércitos para além dos Pirineus. Aliado da Espanha, impôs então a Portugal o rompimento com os ingleses, e o pequeno reino teve de ceder, crendo evitar assim a invasão estrangeira.

Governava Portugal, na qualidade de regente, o príncipe do Brasil, D. João, em nome de sua mãe D. Maria I. Pelo decreto de 25 de outubro de 1807 aderiu o regente ao bloqueio continental; por outro de 8 de novembro, ordenou o sequestro das propriedades inglesas. O ministro britânico em Lisboa, Lord Strangford, pediu seus passaportes e transportou-se para bordo da esquadra inglesa que cedo deu início ao bloqueio de Portugal, enquanto uma segunda esquadra se apoderava da Madeira.

Quase todo o exército português foi distribuído pelo litoral para resistir aos novos inimigos.[1] Mas soube-se então que os espanhóis e os franceses tinham invadido Portugal e que Junot marchava sobre a capital.[2] Um tratado havia sido assinado a 27 de outubro em Fontainebleau entre a França e a Espanha para a partilha de Portugal, e o *Moniteur* acabava de dizer que "a casa de Bragança cessara de reinar".

1 Os documentos portugueses e ingleses o afirmam. Eis um trecho do despacho de 1º de dezembro de 1807, do almirante sir Sidney Smith: "The distribution of the Portuguese force was made wholly on the coast, while the land side was left totally unguarded". (**Barrow, Life and correspondence of Adm. Sir Sidney Smith**, Londres, 1848, tomo II, p. 266).

2 "Essa notícia foi levada a Lisboa pelo tenente-coronel Lecor (Carlos Frederico) que fizera destruir a ponte sobre o Zezere, o que retardou por dois dias a marcha de Junot. Lecor, nomeado coronel, depois general, comandou uma divisão no exército de Wellington. Em 1815, passou ao Brasil onde prestou relevantes serviços durante as guerras do Prata e da independência". Faleceu no Rio de Janeiro em 1830. Tinha sido feito barão de Laguna por D. João VI, e visconde por D. Pedro I.

Não se podia sonhar em resistir a esta medida.

Seguiu o príncipe regente os conselhos de seus ministros e de Lord Strangford, que entrou logo em correspondência com o governo português, e embarcou para o Brasil com a família real e uma corte numerosa. Deixava o Tejo a frota portuguesa em 29 de novembro. Compunha-se de oito navios, quatro fragatas, três corvetas, uma escuna e uma quarentena de embarcações armadas em guerra.[3]

A Inglaterra voltava, pois, a ser aliada de Portugal. Uma parte da esquadra que bloqueava o Tejo acompanhou até o Rio de Janeiro a frota portuguesa. No dia seguinte Junot entrava em Lisboa.[4]

Assim os acontecimentos forçaram o príncipe regente a realizar o projeto de antemão concebido por D. João IV – o fundador da dinastia de Bragança – no século XVII, pelo ministro D. Luiz da Cunha em 1736, pelo Marquês de Pombal em 1761 – de transferir para a América a sede da monarquia portuguesa.

Aos 7 de março de 1808 desembarcou no Rio de Janeiro a família real. A cidade constituiu-se em capital do reino português.

Declarando guerra a Napoleão, em seu manifesto de 1º de maio, pôde dizer o príncipe regente que *levantava a sua voz do seio do novo império que tinha vindo criar.*

Começou a guerra em Espanha e Portugal por uma sublevação geral das populações. Conta-se que Portugal pôs em armas

---

3 O visconde Strangford começava assim seu despacho de 29 de novembro de 1807 a Canning: "I have the honour of announcing to you that the prince regente of Portugal has effected the wise and magnanimous purpose of retiring from a kingdom which he could no longer retain, except as the vassal of France; and that His Royal Highness and Family, accompanied by most of his ships of war and by a multitude of his faithful subjects and adherents, have this day departed from Lisboa, and are now on their way to the Brazils, under escort of a British fleet".

4 Em suas instruções a Junot, havia dito Napoleão: "Nenhum acordo com o príncipe do Brasil, mesmo quando prometesse tomar armas contra a Inglaterra. Entrai em Lisboa e apoderai-vos dos navios e ocupais os estaleiros". (**Mem. de la duchesse d´Abrantes**, X, 375).

335.439 homens, coisa verdadeiramente extraordinária para a sua população.[5]

As tropas brasileiras saídas do Pará, e muitos vasos de guerra portugueses, aos quais se reuniu no caminho uma corveta inglesa, realizaram a conquista de Caiena e de toda a Guiana (1809). Mais tarde, em seguida à paz geral, o Brasil as restituiu à França.

Desde a chegada da família de Bragança, foram abertos os portos do Brasil ao comércio das nações, graças ao conselho de um sábio economista brasileiro, Silva Lisboa, visconde de Cairu.

Aos 16 de junho de 1815*** era o Brasil elevado à categoria de reino, e a antiga monarquia portuguesa tomava o nome de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Em 1816, por morte de sua mãe, o príncipe regente era aclamado rei, sob o nome de D. João VI.

Em 1821 voltava à Europa, deixando no Brasil o príncipe D. Pedro, herdeiro da coroa, com o título de Príncipe Regente do reino do Brasil.

Portugal, no ano precedente, havia sido teatro de uma revolução em favor do estabelecimento do regime constitucional. D. João VI havia aceitado a nova ordem de coisas, a que havia também aderido D. Pedro, seu filho.

Mas as Cortes Constitucionais – a Assembleia Constituinte que tomava assento em Lisboa – usurparam cedo todas as prerrogativas reais. O rei tornou-se quase seu prisioneiro.

---

5 Em 1811, segundo BALBI, **Essai statistique sur le royaume du Portugal**, Paris, 1822, (vol. 1º, p. 360) – "Entre os brasileiros que se ilustraram nesta campanha para a independência de Portugal, mencionaremos o sábio mineralogista José Bonifácio de Andrada e os poetas Luiz Paulino Pinto da França e Joaquim José Lisboa. O primeiro, que deveria, mais tarde, ser o grande ministro da independência brasileira, foi major e depois tenente-coronel de um batalhão formado de professores e estudantes da Universidade de Coimbra e das escolas do país. Pinto da França morreu como general do exército português.

*** N.E.: O Brasil é elevado à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves em 16 de dezembro de 1815.

Relativamente ao Brasil, as Cortes adotaram uma política diferente daquela que D. João VI seguira. Havia ele feito do Brasil um reino com um poder central estabelecido no Rio de Janeiro. À frente do governo ficara D. Pedro com um ministério composto de três membros. Tinha fundado tribunais e escolas de ensino superior.

Empreenderam as Cortes destruir a obra de D. João VI. Decretaram a supressão dos tribunais e das escolas, a volta a Portugal do príncipe D. Pedro e a divisão do Brasil em muitos governos distintos, dependendo todos diretamente da metrópole.

Era pura e simplesmente destruir o reino do Brasil fundado por D. João VI, e transformá-lo em dezoito ou dezenove colônias sem laço de dependência entre si. A imensa colônia brasileira não se conformou e sacudiu energicamente a tutela de Portugal.

Travou-se a luta entre Brasil, tendo à frente o príncipe D. Pedro, e as Cortes de Lisboa, luta desigual entre um grande país, que reclamava sua liberdade, e um pequeno reino que a recusava. Aos 7 de setembro de 1822, proclamou o príncipe a independência do Brasil, e a 12 do mês seguinte foi aclamado Imperador, sob o título de D. Pedro I.

Separava-se assim a antiga colônia da mãe pátria, sem, contudo, se desligar da Casa de Bragança. Aquele que deveria ser em breve o chefe da dinastia tornou-se o herói da independência e o fundador do império do Brasil.

Aos 25 de março de 1824 prestava o juramento de obediência à Constituição que ele mesmo havia redigido com a assistência de seus conselheiros de Estado.

Em 1825 reconheceu Portugal a independência do novo império. No ano seguinte o Imperador do Brasil tornou-se também rei de Portugal, devido à morte de D. João VI. Abdicou, porém, no mesmo ano, à coroa do reino, depois de haver outorgado aos portugueses uma carta constitucional.

Sua filha mais velha foi proclamada rainha, sob o nome de D. Maria II. D. Pedro, o príncipe imperial, nascido em 1825, seria o herdeiro da coroa do Brasil.

Ora, este país, desde a proclamação da independência até o ano de 1828, não havia conhecido os benefícios da paz. De 1822 a 1823, teve de enfrentar a guerra da independência. Combates se empenharam na Bahia, Piauí, Maranhão e diante de Montevidéu. As últimas tropas portuguesas haviam sido expulsas do país, mas o novo império, até 1825, havia ficado debaixo da ameaça de uma invasão portuguesa. Além disso, em 1824, uma guerra civil, prontamente abafada, explodiu nas províncias do norte, de Pernambuco ao Ceará.

Outra guerra iniciou-se no Prata, em 1825, entre o Brasil e a Argentina, que disputavam entre si o domínio da Banda Oriental. D. Pedro I foi mal favorecido durante a luta. A oposição empregou todos os meios ao seu alcance para tornar a guerra impopular. Em 1828, graças à mediação da Inglaterra, o território em litígio foi constituído em Estado independente sob o nome de República Oriental do Uruguai.

O Brasil, entretanto, via-se perturbado por grave inquietação que deveria terminar na abdicação de D. Pedro. Depois da usurpação do trono de Portugal por D. Miguel, a oposição liberal no Brasil começou a temer que D. Pedro I tivesse a intenção de empenhar o Império americano numa guerra europeia.

Havia então grande rivalidade entre os naturais do Brasil e os brasileiros de adoção – os adotivos – isto é, os portugueses que haviam aderido à independência brasileira, ou por devotamento a D. Pedro I, ou por ambição pessoal, desejosos de partilhar com o imperador a glória da fundação de um grande império. Muitos destes portugueses ocupavam posições elevadas na administração, na política e no exército.

O próprio D. Pedro I era português de nascimento. Educado nos princípios do regime absolutista, era um verdadeiro liberal. Duas coisas o provam a um tempo: a Constituição que propôs aos brasileiros em 1824, e a carta constitucional que outorgou aos portugueses.

Era, porém, jovem, ardoroso e inexperiente. Por sua vez, seus adversários políticos eram também inexperientes como ele na prática do regime parlamentar.

Agitada a opinião pública, um pronunciamento popular e militar se produziu no Rio de Janeiro, aos 6 de abril de 1831. Reclamavam do Imperador a demissão de um ministério que ele acabava de constituir e a reintegração dos ministros que havia destituído. D. Pedro I tinha de seu lado parte da guarnição e numerosos partidários, quer do Rio, que das diferentes províncias do Império. Teria podido lutar e vencer. Não o quis. Havia já anunciado ao seu Conselho de Estado a intenção de abandonar o país.[6]

Tomou, pois, a nobre resolução de abdicar em favor de seu filho, aos 7 de abril de 1831, deixando assim aos brasileiros um imperador *brasileiro nato*.

Embarcou para a Europa, indo combater em Portugal pelo restabelecimento do regime constitucional e pela restituição da coroa que D. Miguel havia usurpado à sua filha D. Maria II.

"D. Pedro I", escreveu nosso sábio compatriota Augusto de Saint-Hilaire, "deixou o Brasil a 13 de abril de 1831.[7] Fez ingratos

6 S. LEOPOLDO – **Memórias**.

7 AUGUSTO DE SAINT-HILAIRE, **Précis historique des révolutions du Brésil, depuis l'arrivée de Joan VI en Amérique, jusqu'á l'abdication de D. Pedro I** – publicado no fim do tomo II de sua **Voyage dans les districts des Diamants** – Paris, 1833. Sobre os acontecimentos deste reino que prepararam o 7 de abril de 1831, ler-se-á também com proveito a obra de DEBRET, *Voyage pittoresque au Brésil*, 3º vol. – as **Memórias oferecidas à nação brasileira** por F. GOMES DA SILVA (Londres, 1831) e as **Memórias** do VISCONDE DE S. LEOPOLDO. A obra do inglês ARMITAGE é um livro inspirado pela oposição desta época, cheia de inexatidões, segundo nos informou um brasileiro muito a par da história do seu país.

e talvez seja lamentado por isso. O que mais o prejudicou foi ter nascido na Europa e conservar para com seus compatriotas uma inclinação muito natural, sem dúvida, mas que devia sacrificar a seus súditos americanos. Foi mal assistido. A experiência e a instrução sempre lhe faltaram, algumas vezes a energia. Mas, a boa vontade não o desamparou jamais. Se ele quisesse defender sua autoridade com armas na mão, teria encontrado homens que não lhe exigiriam senão o sustento; o sangue correria, porém, e D. Pedro não era um tirano.

A história terá elogios para a moderação de que deu provas em tal circunstância e o louvará pelos sentimentos generosos que demonstrou naquela noite de 7 de abril em que renunciou à coroa. Mas repetirá que se fizesse algumas concessões poderia ainda conservar a soberania e o censurará pelo fato de, mediante uma abdicação que ninguém dele exigia, haver entregue a todos os azares das revoluções o Império do qual tinha sido o glorioso fundador".

Este príncipe cavalheiresco, que havia sido o libertador de dois povos e que abdicara a duas coroas, morreu aos trinta e seis anos em Lisboa, a 24 de setembro de 1834.

"Foi rei, foi rei... mas rei da liberdade!" – disse de D. Pedro I um dos mais afamados poetas do Brasil, o preclaro tribuno José Bonifácio de Andrada e Silva, neto do primeiro ministro da Independência.[8]

8 Eis um trecho da bela poesia de José Bonifácio:
"Curve-se a fronte ante a memória egrégia
Do lidador da nossa independência;
Nós saudamos também nossa existência
e não saudamos só a coroa régia.
Gêmeas ideias são Pedro Primeiro
E – libertado o Povo Brasileiro".
JOSÉ BONIFÁCIO, nascido em Bordéus, morreu em São Paulo em 1886. Era professor da Faculdade de Direito de São Paulo e foi um dos representantes do Partido Liberal dessa província, primeiro na Câmara, depois no Senado. Será sempre lembrado como uma das grandes glórias da tribuna política brasileira e um dos nomes mais puros, mais honrados e mais populares do país. Nos últimos anos

DOM PEDRO II

1839

---

de sua vida tinha posto sua palavra eloquente a serviço da causa abolicionista. Era uma bela figura, de olhos azuis, olhar penetrante e cabelos louros. Falava com ardor admirável. Tinha o dom de fascinar e de provocar o entusiasmo no auditório.

Capítulo II
Começo do Reinado de D. Pedro II

Sumário: D. Pedro II, aclamado imperador aos cinco anos (7 de abril de 1831) – Agitação federalista – Palavras de Augusto de Saint-Hilaire – A primeira regência (1831-1835) – Anarquia e guerras civis – Reforma constitucional de 1834 – Diego Feijó, regente do Império (1835) – Transformação dos antigos partidos e a origem dos dois partidos atuais (1836) – Feijó abdica à regência (1837) – Araújo Lima, eleito regente – Continuação da agitação política e das guerras civis – D. Pedro II durante a minoridade. Seus estudos. Precocidade. Declarado maior em 1840. Sagração e coroação – Casamento.

Em consequência da abdicação de Pedro I, que se verificou em 7 de abril de 1831, como tivemos ocasião de ver, seu filho D. Pedro, príncipe imperial, no mesmo dia foi aclamado "Imperador Constitucional e defensor perpétuo do Brasil" sob o nome de D. Pedro II.[9]

Havia nascido aos 2 de dezembro de 1825 no Palácio da Boa Vista, em S. Cristóvão, arrabalde do Rio de Janeiro.

Tinha cinco anos apenas o imperador de tão imenso país. Sua mãe, a Imperatriz D. Leopoldina, filha do imperador da Áustria, morreu quando D. Pedro tinha um ano somente. Seu pai dele

9 O nome inteiro do Imperador era – D. Pedro II de Alcântara, João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Xavier de Paula Miguel Raphael Gonzaga. Por seu pai, um Bragança e um Bourbon, por sua mãe um Habsburgo.

se separava agora para bater-se na Europa e defender, na antiga pátria, a causa da liberdade.

A mocidade e o isolamento do novo imperador inspiravam receios a todos quantos conheciam a agitação dos espíritos, naqueles dias. Todos acreditavam haver soado a hora da dissolução do Império.

Augusto Saint-Hilaire escrevia então:[10] "Quanto ao Brasil, repousam hoje seus destinos sobre a cabeça de um menino. É uma criança que une ainda as províncias deste vasto Império, e sua existência unicamente opõe barreira aos ambiciosos que surgem de todos os lados, de igual mediocridade e pretensões igualmente gigantescas".[11]

"... em suas veias corre o sangue destes reis cuja glória aventurosa tem tido mais influência sobre os destinos do mundo que a dos mais ilustres soberanos da Inglaterra e da França; destes reis sob cujos auspícios foram descobertas a rota da Índia e o território do Brasil. Só, entre os brasileiros, une este menino o presente ao passado. Consagrado inteiramente à sua pátria, poderá, entretanto, estabelecer um elo feliz entre ela e o Velho Mundo".

"Em torno do jovem D. Pedro agrupem-se, pois, todos os brasileiros que ligam o sentimento de honra ao nome de sua pátria, os que amam sinceramente a liberdade e não a querem ver arrebatada por uma multidão de tiranos ambiciosos e vis".

Saint-Hilaire continua: "Ideias de federalismo foram semeadas entre todas as províncias do Brasil... A união americana e, sobretudo, o espírito que anima os americanos, tendem a tornar cada vez mais compacta a sociedade que formou este povo, ou, pelo menos, a que se forma em cada província. Os brasileiros, ao contrário, não

10 **Précis historique**, já citado.

11 Vide a **Aurora Fluminense nº 482** (Nota de Augusto de Saint-Hilaire).

saberiam estabelecer no seu seio o sistema federal sem começar por desfazer os fracos laços que os unem ainda... Tenho vivido entre os brasileiros, laços de simpatia e de reconhecimento me ligam a eles. Amo o Brasil quase tanto como ao meu país. Que não se exija de mim penetrar num futuro que se desenharia com as perspectivas mais sombrias. Não tenho vivido somente no Brasil. Vi também as margens do Prata e as do Uruguai. Até há pouco constituía um dos mais belos países da América meridional. Seus habitantes queriam estabelecer a federação entre si mesmos, mas começaram por se desunir. Cada vila, cada aldeia, quis *constituir uma pátria à parte*. Chefes ignóbeis se levantaram de todos os lados. A população foi dispersa ou aniquilada, as estâncias, destruídas. Extensões de território que formavam quase províncias não apresentam senão cardos e espinhos. Onde pastavam rebanhos inumeráveis, andam apenas cães selvagens, veados, avestruzes e traiçoeiros jaguares".

A despeito dos temores bem fundados e da situação crítica do Império, bem cômoda elevação ao trono de uma criança de cinco anos, estava o Brasil destinado a triunfar sobre todos os obstáculos que aparentemente se deviam opor à grandeza de seu futuro.

Abdicando, D. Pedro I havia designado para tutor de seus filhos – o jovem imperador e as princesas suas irmãs – o antigo primeiro ministro do tempo da Independência, – o sábio José Bonifácio de Andrada e Silva, que voltara do exílio em 1828.

Mediante tal escolha, estava certo D. Pedro I de colocar ao lado de seu filho um homem de coração e de abnegação, que havia aprendido a conhecer à sua custa os perigos do poder e que não podia ensinar a seu augusto discípulo senão princípios cheios de sabedoria e patriotismo.

Com entusiasmo havia o povo brasileiro aclamado o seu jovem imperador.

Na obra magnífica do pintor Debret – "Voyage pittoresque au Brésil" – a cena da aclamação de D. Pedro II no largo do Paço é

representada numa gravura colorida. Vê-se a uma janela do palácio, de pé sobre uma cadeira, este imperador de cinco anos, cercado dos ministros e das altas personalidades da corte, tendo ao lado as duas irmãs, mais velhas do que ele.

Membros da municipalidade do Rio, com a vestimenta tradicional, hoje abandonada, vão, a cavalo, saudar o imperador. O povo, em delírio, invade o paço, e as tropas, tendo os fuzis ornados de folhas nas cores nacionais, apresentam armas ao jovem soberano.

O painel é a expressão exata da alegria dos brasileiros. Sentiam-se felizes por ver enfim um soberano nascido no país.

Havia certamente seu tanto de ingratidão em todas estas ardentes demonstrações, para com o imperador que se havia afastado. Eram, porém, inspiradas por um sentimento patriótico, e D. Pedro I, ainda no porto, a bordo de um navio inglês, mostrou-se satisfeito ao receber as notícias do testemunho de amizade que o povo consagrava a seu filho e sucessor.

Durante a menoridade de D. Pedro II, governou o Império uma regência. A princípio se compunha dos senadores Marquês de Caravelas e Vergueiro, e do general Francisco de Lima e Silva, até 17 de junho; depois, até 12 de outubro de 1835, ficou constituída pelo mesmo general e pelos deputados Costa Carvalho e Bráulio Muniz. Entrava o Brasil no período das regências, até 1840, o mais agitado de sua História, o mais perigoso para a vida nacional.

Durante este período parecia inevitável a dissolução do Brasil, e teria certamente o Império perecido no nascedouro se o bom senso e o patriotismo da maioria dos brasileiros não houvessem conjurado o perigo.

Os sábios conselhos de um jornalista, deputado Evaristo Ferreira da Veiga, então muito influente, ajudaram a regência a desviar os perigos mais sérios. Partiam estes perigos, em particular, da propaganda federalista que ameaçava a unidade do Brasil.

Se a energia patriótica de alguns homens de Estado, sustentada pelo devotamento da grande maioria da nação, não o tivesse preservado de um golpe homicida, teria o Império se fracionado em diversas repúblicas rivais, sem força e sem prestígio. Outro mal sério para a unidade era a indisciplina das tropas, resultado da ignorância e dos maus exemplos de alguns chefes militares.

Esta indisciplina se havia revelado já no tempo da guerra da Independência. Na Bahia, em 1823, diante do inimigo, alguns comandantes haviam deposto o seu general em chefe, o francês Labatut. Um deles, o coronel Caldeira, no ano seguinte, pagava com a cabeça a participação que tivera naquela revolta, pois seus soldados se insurgiram contra ele e o assassinaram.

Após o 7 de abril de 1831, revoltas militares irromperam no Rio e em diversas províncias, a tal ponto que os próprios generais e comandantes propuseram ao governo a dissolução do exército, que muitos deles, pelo exemplo, haviam concorrido para desmoralizar e degradar.

O exército foi, em grande parte, dissolvido. Tornara-se tão impopular que, a 5 de dezembro de 1833, ousou a multidão atacar e saquear, no Rio, a casa em que se reunia a “Sociedade Militar”. Só ficou no Rio um único batalhão, o dos oficiais-soldados. À guarda nacional e aos voluntários coube a honra de manter a ordem e defender por toda a parte o governo e a unidade nacional, ante a desorganização do exército, que, felizmente para ele e para a nação, tinha então chefes instruídos à europeia como Andrea (barão de Caçapava), Calado, M. J. Rodrigues (barão de Taquari), Caxias e J. J. Coelho (barão da Vitória).

Guerras civis e tumultos sérios estalaram desde 1831 em quase todas as províncias do Império, notadamente no Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul.

Algumas destas guerras intestinas, como a revolução do Pará, começaram pelo assassinato e o saque, e assinalaram-se por atos de

banditismo e ferocidade. Teve início, em 1835, pelo extermínio do governador da província, do general Santiago, do comandante das forças navais e do capitão de fragata James Inglis, mestiço, então o mais brilhante oficial da marinha brasileira, tendo se distinguido na guerra do Prata por muitos atos de valentia.

A revolução do Maranhão, de 1838 a 1841, teve o mesmo aspecto selvagem, a mesma crueldade. Outros movimentos sediciosos, o da Bahia (1837-38) e o do Rio Grande do Sul (1835-45), foram revoluções políticas, republicanas e separatistas. Com efeito, o federalismo degenerava em separatismo, no Brasil como em toda a América espanhola, do golfo do México ao Prata, com exceção do Chile e do Paraguai, únicos países de origem espanhola que haviam permanecido fortemente unitários.[12]

O partido liberal monarquista (*liberal moderado*) conservou o poder de 7 de abril de 1831 a 29 de setembro de 1837, e teve de lutar contra os federalistas e republicanos (*partido liberal exaltado*) e os reacionários (partido *restaurador* ou *caramuru*, nome do seu principal jornal).

Reclamava este partido o regresso de D. Pedro I, agora duque de Bragança, para governar o Império a título de regente. Os irmãos Andradas eram os principais conselheiros do partido. Antônio Carlos, enviado a Lisboa (1833), não conseguiu que o duque de Bragança se decidisse a voltar ao Brasil.[13]

---

12 Os Estados Unidos da Colômbia constituíram a República de Colômbia desde o último ano. Terminaram os unitários por triunfar e a constituição veio a ser reformada. Os conflitos e lutas entre o governo central e os governadores das províncias, que eram eletivos, vão enfim cessar e findará neste país o período das guerras civis. Possui a América ainda outros *Estados Unidos* (Venezuela, México, etc.). Terão eles podido prosperar como a grande democracia anglo-saxã, cuja organização têm procurado imitar? O segredo da prosperidade dos Estados Unidos da América do Norte se encontra na energia, no senso prático deste povo e na grande corrente emigratória que desde muito se dirige para aquele país. Os ingleses são por toda a parte os mesmos – na Inglaterra, nos Estados Unidos, no Canadá, na Austrália.

13 Porto Seguro, **Historia da Independência**. O autor se achava então em Lisboa com o seu pai, o engenheiro Varnhagen, que conversou com Antônio Carlos depois da entrevista deste com o imperador. É sabido que a imprensa, na Inglaterra e no Brasil, ocupou-se desta missão, de Antônio Carlos.

Foi então que o governo da regência retirou de José Bonifácio a tutela do jovem imperador, convidando-o a deixar a cidade do Rio. Em seu lugar foi nomeado, para junto de D. Pedro II, o Marquês de Itanhaém. O bispo de Chrisópolis, ancião virtuoso e venerado, foi encarregado da educação do imperador, em companhia de outros brasileiros e alguns estrangeiros.[14]

Assim recebia o príncipe uma educação liberal e forte no meio de toda esta agitação política, de todas estas perturbações que punham em perigo a existência do Brasil, que desacreditavam o Império na Europa, que tornavam impotente o governo e paralisavam o desenvolvimento das grandes riquezas do país.

Combatia-se em quase todas as províncias. Antes de tudo, havia necessidade de restabelecer a ordem e a união. Por esse motivo, os liberais moderados fizeram todas as concessões razoáveis pelo voto do ato Adicional à Constituição de 1834.

Estabelecia o Ato Adicional a autonomia provincial pela criação de Assembleias Legislativas provinciais com grandes atribuições. Na expressão de Charles Reybaud – "todos os atos legislativos dos primeiros anos que se sucederam ao 7 de abril de 1831, tiveram o cunho do mais exagerado e menos prático liberalismo".

Em sua obra de organização, a primeira regência havia fracassado. Foi substituída por um único regente, cuja ação pessoal exclusiva foi vantajosa aos interesses da nação.

Diego Feijó, o regente, homem austero, cheio de desinteresse e patriotismo, na qualidade de ministro já havia dado provas de grande energia contra os agitadores. Aos 12 de outubro de 1835 tomou posse do cargo e uma vez mais prestou grandes serviços

14 "Eis os nomes de alguns dos professores do jovem imperador: A. Boulanger, literatura; Boiré – língua francesa; Nathanael Lucas – língua inglesa; Dr. Roque Schuch – língua alemã; Emilio Taunay – geografia e história; bispo de Chrisópolis – religião, língua latina, matemáticas; marquês de Sapucaí – literatura; Alexandre Vaudelli – ciências naturais; Simplício Rodrigues de Sá (discípulo de J. B. Debret) – pintura. D. Pedro II teve muitos outros professores e, ainda hoje, um sábio, continua estudante. Assim o vimos em Cannes e em Aix-les-Bains".

ao Brasil e à causa da união dos bons cidadãos, combatendo sem trégua a anarquia.

Em 24 de setembro do ano precedente, morre D. Pedro I em Lisboa. Desde então cessara a razão de existir ao partido *reacionário* (*restauradores*). A maioria de seus membros alistou-se na oposição parlamentar formada em 1836, nas fileiras dos *liberais moderados*.

Dois dentre os membros mais eminentes do partido moderado, Bernardo de Vasconcelos – orador famoso – e Pedro de Araújo Lima, depois marquês de Olinda, dirigiram essa oposição designada mais tarde pelo nome de partido *conservador*, o qual saiu triunfante das eleições de 1836.

Conseguiu o regente Feijó pacificar o Pará em 1836, graças à energia do general Andrea.

Diante, porém, da oposição crescente da Câmara dos deputados, persuadido de que era um obstáculo à pacificação dos espíritos, não hesitou em abdicar. Pedro de Araújo Lima, o novo regente, constituiu seu gabinete a 29 de setembro de 1837.

Pela primeira vez ascendia ao poder o partido *conservador*. Depois disto, até os nossos dias, como na Inglaterra os *tories* e os *whigs*, liberais e conservadores se alternam no poder.

Governaram os conservadores de 29 de setembro de 1837 a 21 de julho de 1840.

Uma revolta militar rebenta na Bahia, e o populacho se alia aos insurretos. Pediam a separação e a república. Imediatamente a população do interior e das cercanias da província se armou contra a revolução. Vieram tropas do Rio e Pernambuco. Depois de muitos combates, sob o comando do general Calado, apoderaram--se da cidade, após encarniçada luta. Os vencidos, para se vingar da derrota, haviam ateado fogo a vários bairros. Todas as revoltas, exceto a do Rio Grande, iniciada em 1835, foram dominadas no governo de Araújo Lima, muito enérgico contra os rebeldes e os inimigos da união nacional.

A guerra civil, que tantos males causava à província do Maranhão, terminou somente em 1841. Foi paralisada pelos hábeis esforços do jovem general Luiz Alves de Lima e Silva, feito barão de Caxias e destinado a tornar-se, sob os títulos de visconde, conde, marquês e duque de Caxias – a maior celebridade militar do Brasil, o Wellington desse país.

O governo do regente sustou o progresso dos revolucionários do Rio Grande do Sul, que se haviam apossado de uma parte da província de Santa Catarina e ameaçavam o distrito de Curitiba, hoje província do Paraná, que pertencia então à de S. Paulo.

O general Andrea, pacificador do Pará, foi enviado para Santa Catarina. Também para ali se encaminhou uma flotilha sob o comando de Mariath. Forçou a entrada da Laguna e destroçou a flotilha separatista, dirigida por Garibaldi.

As forças de Andrea, constituídas em sua maioria de guardas nacionais, fizeram recuar os invasores para o Rio Grande, onde o novo exército brasileiro – pouco numeroso devido aos fracos recursos do país, que não permitiam grandes armamentos – sustentado pelos partidários da união, combatia os inimigos da pátria, provocadores da guerra fratricida.

Os mais ilustres filhos do Rio Grande defendiam, armados, a causa da união.

Ao mesmo tempo reinava grande agitação nas repúblicas do Prata. O tirano Rosas, chefe do partido federal argentino, dominava pelo terror a Confederação Argentina. Estava, porém, sempre em luta com os unitários, que de armas em punho, defendiam o estandarte liberal. Na República do Uruguai, dois generais, Rivera e Oribe, disputavam igualmente pelas armas o poder supremo.

Rosas tomou o partido de Oribe. Todos estes *gauchos* estavam em relação constante com os do Rio Grande do Sul, onde a guerra civil era ainda excitada pelas intrigas de fora. Assim, a pacificação desta província, no meio de tal confusão, era coisa assaz difícil.

O segundo regente esgotou nisso, como o primeiro, os seus esforços.

D. Pedro II jovem embora, profundamente comovido e entristecido, assistia a todas essas convulsões políticas, pensando nos meios de lhes por um termo.

Aliás, as provas duras e cruéis a que desde o berço se submeteu e cedo o conduziram à escola do infortúnio, concorreram para dar-lhe ao espírito um caráter sério e meditativo, à inteligência uma maturidade precoce, ao pensamento uma rara elevação.

Grave e refletido, viveu sempre entregue ao estudo e ao trabalho. Desejoso de tudo saber e de tudo aprender, consagrando-se à instrução, dia e noite, ia ao ponto de se erguer do leito para reacender a lâmpada que o bispo, seu preceptor, havia prudentemente apagado.[15]

Esforços intelectuais de tal natureza desenvolveram cedo suas faculdades excepcionais e fizeram dele um homem antes do tempo.

Inspirou, assim, inteira confiança ao Parlamento, que, temeroso de uma parte do País sempre em agitação, julgou necessário encurtar de três anos a época legal para a maioridade do jovem imperador.

D. Pedro II não passava dos quinze anos em 1840. A guerra acabrunhava uma das províncias mais importantes do Império, propagando-se pelas demais. Uma angústia geral oprimia a nação. Todo progresso estava entravado. Como dissera um senador brasileiro, "o país havia feito a experiência dos governos eletivos".

Foi, então, que os liberais Holanda Cavalcante (visconde de Albuquerque), Vergueiro, os Andradas, com Álvares Machado à frente, bem como muitos conservadores – entre os quais o marquês de Paranaguá (Villela Barbosa), o general F. de Lima e Silva, o conde de Lages – vieram suplicar ao imperador que salvasse o país e

15 PINTO DE CAMPOS, **O Senhor D. Pedro II**, p. 22.

o trono, aceitando a despeito dos verdes anos, o exercício do poder que a Constituição não lhe deveria confiar senão três anos depois.

Movido de patriotismo e sentindo-se aliás, à altura da missão para que era solicitado tão prematuramente, aceitou-a D. Pedro II, corajosamente, à hora do perigo. Reunidas as duas Câmaras em assembleia geral, aos 23 de julho de 1840 foi declarada a maioridade, organizando ele o seu primeiro ministério.

A 18 de julho do ano seguinte, realizou-se na Catedral do Rio, a cerimônia da sagração e coroação de D. Pedro II, no meio do entusiasmo geral. As festas se prolongaram por vários dias.

A 23 de julho de 1842, em Viena, foi assinado o contrato de casamento do imperador com a princesa Teresa Cristina Maria de Bourbon, filha de Francisco I, rei das Duas Sicílias.

Partiu do Rio a 5 de março e chegou a Nápoles a 21 de abril de 1843 uma divisão naval brasileira conduzindo o conselheiro José Alexandre Carneiro Leão (depois visconde de S. Salvador de Campos), embaixador extraordinário de D. Pedro II. Compunha-se da fragata *Constituição*, capitão J. J. Maia, sob o pavilhão do contra-almirante Theodoro de Baurepaire, e das corvetas *Euterpe* e *Dois de Julho*, tendo por capitães João Maria Wandenkolk e Pedro Ferreira de Oliveira. O príncipe de Siracusa representou, por procuração, o Imperador D. Pedro II, no casamento celebrado a 30 de maio, na capela Palatina.

A 2 de julho a divisão brasileira partiu para o Brasil, conduzindo a Imperatriz. Seguiu-a a divisão napolitana composta do navio *Vesuvio* e das fragatas *Parthenope, Elizabetha* e *Amelia*.[16]

16 O cônego Silveira, depois arcebispo da Bahia, publicou na revista **Minerva Brasileira** (tomo 1º, 1843, Rio), uma descrição da viagem da esquadra brasileira, do Rio a Nápoles e de Nápoles ao Rio: **Itinerário da viagem que fez a Nápoles o cônego Manoel Joaquim da Silveira, na qualidade de capelão da Câmara de S.M. a Imperatriz do Brasil, Sra. D. Teresa Cristina Maria, a bordo da fragata "Constituição".** Da viagem de Nápoles ao Rio há outra descrição pelo oficial napolitano Rodriguez: **Descrizione del viaggio a Rio de Janeiro de la flotta de Napoli**, – 1 vol. In – 8º p – com gravuras, Nápoles, 1844.

A 3 de setembro chegava a esquadra ao Rio de Janeiro e no dia seguinte a imperatriz desembarcava com o imperador que havia ido ao seu encontro.[17]

Desde esse dia a Caridade sentou-se no trono do Brasil.

17 Uma das mais velhas medalhas saídas da Casa da Moeda do Rio comemora este acontecimento. Foi gravada por Z. Ferrez, então professor na Escola de Belas Artes do Rio. No catálogo da coleção numismática da viscondessa de Cavalcante achamos a descrição de outra medalha comemorativa do casamento de S.S. M.M. (vide viscondessa de Cavalcante, **Catálogo das Medalhas brasileiras e estrangeiras, referentes ao Brasil**, 1888, in 8º, p. 30-31).

Capítulo III
Um pouco de Geografia física e política do Brasil

Sumário: O Brasil e suas instituições políticas, de relance. Extensão territorial – População em 1840 e 1888 – Divisão territorial, Clima – Riqueza – Comércio – Constituição política do Brasil – Função dos poderes – Governo parlamentar – Elegibilidade dos estrangeiros naturalizados e acatólicos – Administração das províncias – Dito de Júlio Ferry – Eleições – Liberdade religiosa – Liberdade de imprensa – Uma palavra do duque de Wellington sobre as instituições do Brasil – Uma passagem de Ed. de Grelle.

Vemos, pois, um soberano de quinze anos à frente de um imenso Império, de um povo que apenas nascia – como seu próprio imperador – para a vida política e que, naturalmente, devia passar pelos períodos de uma completa formação – períodos laboriosos para uma nação inexperiente e, por isto, entregues a mil perigos.

Desde o começo de seu reinado, teve D. Pedro II uma divisa de que não afastou jamais, para a felicidade de seu povo e para sua própria glória: "Progresso, Liberdade, Patriotismo". Progresso intelectual e social; liberdade sabiamente regulada pela lei; patriotismo fecundo em devotamento, moralidade e dignidade.

Ao subir ao trono, foi a pacificação do Império o seu primeiro cuidado. Somente à sombra da paz podia florescer um governo sábio. Que laboriosos esforços para acalmar os espíritos indisciplinados e restabelecer a ordem, sem a qual não há governo possível!

***

Como funcionava o governo deste Império? Como ainda funciona? Quais as suas instituições?

É de importância conhecê-las, agora que chegamos à maioridade de D. Pedro II e se acha ele à frente do governo, jovem ainda, mas com a precocidade de inteligência e superioridade de instrução a que os primeiros homens de Estado desta época já renderam homenagem diante do parlamento.

O Brasil é um dos mais vastos Impérios do mundo. Do ponto de vista da extensão territorial, vem depois do Império britânico, da Rússia, da China e dos Estados Unidos da América do Norte.

É dezesseis vezes maior que a França. Sua superfície, segundo os melhores cálculos, é de 8.337.218 quilômetros quadrados.

Possuía, em 1840, uma população de cinco milhões de habitantes, dos quais mais de dois milhões de escravos negros.[18]

Possui hoje mais de quatorze milhões, e é preciso dizer que não há escravos desde 13 de maio de 1888.

Dividia-se, em 1840, em dezoito províncias. Duas outras foram criadas depois. É muito pouco, porquanto se torna necessário desenvolver neste vasto Império os centros de atividade governamental. Para a unidade nacional nada mais perigoso do que uma defeituosa divisão administrativa. Depois da nossa grande revolução francesa, matamos o provincialismo, criando a divisão em departamentos. Em vez de *normandos, borguinh*ões, provençais, *languedocianos*, como então se dizia, tivemos um só povo – o povo *francês*.

18 Segundo Von Roon, citado pelo príncipe Adalberto da Prússia (**Travels**, t. 1º, p. 269), a população do Brasil sem contar os selvagens, se compunha naquela época de 5.125.000 habitantes, sendo livres 1.780.000 e escravos 3.345.000.

No Brasil, a província de Sergipe é quarenta e sete vezes menor que o Amazonas, e Minas Gerais tem trinta e sete vezes mais habitantes que Mato Grosso.[19]

A maior parte das províncias, como o Pará, Amazonas, Mato Grosso, Minas Gerais, são tão imensas como os maiores reinos da Europa.

Relativamente aos climas do Brasil, apresentam grande variedade, conforme a latitude e altitude das diversas regiões. É geralmente quente no litoral. Ao sul do trópico, porém, as províncias do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande gozam de um clima temperado, mesmo no litoral. No interior do país, entre o trópico e o equador, o calor não é exagerado no estio. No inverno o frio é muitas vezes bastante rígido. Cai geada algumas vezes em Minas Gerais e São Paulo. Isso acontece porquanto quase todo o interior é formado de planaltos.[20]

---

19 Vide o art. **Brasil**, que acaba de aparecer na **Grande Encyclopédie**, escrita por Levasseur, do Instituto, barão do Rio Branco, Eduardo Prado, barão de Ourem, E. Trouessart, Paul Maury e Zaborowski.

20 O Dr. Sigaud, francês que há longos anos exerceu a medicina no Rio de Janeiro, começa assim a sua obra – **Du Climat et des maladies du Brésil** (Paris, 1844): "O clima do Brasil é reputado com justiça o melhor dentre os principais países do globo. Está para o continente das duas Américas como o da Itália para a Europa". Entretanto, no mês de outubro de 1849 foi a febre amarela introduzida por um brigue americano chegado de Nova Orleans, e o primeiro caso desta moléstia se apresentou no Rio de Janeiro a 27 de dezembro do referido ano. Desde essa data muitas epidemias devastaram as grandes cidades do litoral, mas a moléstia não chegou a penetrar no interior, onde é elevado o terreno, para além das serras litorâneas.

Na Europa foram muito exagerados os surtos de febre amarela. São principalmente os agentes de emigração, a serviço de um país vizinho do Brasil, que fazem na Europa a campanha de descrédito. Para restabelecer a verdade, daremos aqui as cifras das vítimas de febre amarela no Rio de Janeiro, lugar onde as epidemias produzem maiores devastações:

1850 – 3.860	1855-56 – 0	1861 – 247	1871 – 8	1876 – 3.476	1881 – 219
1851 – 471	1857 – 1.336	1862 – 12	1872 – 102	1877 – 282	1882 – 95
1852 – 1.943	1858 – 800	1863-68 – 0	1873 – 3.467	1878 – 1.174	1883 – 1.336
1853 – 853	1859 – 500	1869 – 274	1874 – 829	1879 – 974	1884 – 618
1854 – 11	1860 – 1.249	1870 – 1.117	1875 – 1.292	1880 – 1.433	Total – 33.978

Este quadro é extraído da obra de Émile Allain – **Rio de Janeiro** (Paris, 1886). Acrescentamos que, segundo o censo de 1849, a cidade do Rio tinha então 205.206 habitantes (o Município Neutro 266.466) e que em 1884 a cidade subia já a mais de 350.000.

O sábio Agassiz encontrou no Amazonas, debaixo da linha equinocial, lugares em que a temperatura média lembrava a do meio dia da França. É o Brasil um belo país, cheio de riquezas naturais, que, para serem inteiramente exploradas, só aguardam capitais e o trabalho humano.

Seu solo é de uma fertilidade incomparável. A vegetação tropical ostenta no Brasil toda a sua majestade e, nas partes elevadas do centro ou pouco afastadas da costa, do mesmo modo que nas províncias do sul, todas as culturas da Europa medram perfeitamente.[21]

Sua exportação, que aumenta sempre, consiste principalmente em produtos da agricultura e de suas admiráveis florestas: o café, do qual a exportação brasileira representa hoje mais da metade da produção total do globo, o açúcar, o algodão, o tabaco, o cacau, a borracha, as madeiras de tinturaria e obra de entalhe.

Muitas províncias exportam também ouro e diamantes. É sabido que os diamantes do Brasil são os mais belos do mundo.

Sob o ponto de vista político, o Brasil é uma monarquia constitucional representativa, regida pela Constituição de 25 de março de 1824 e pelo Ato Adicional de 12 de outubro de 1834, que estabeleceu a autonomia das províncias, e pela lei regulamentar de 12 de maio de 1840, que interpretou muitas disposições do Ato Adicional.

---

21 Sabe-se que uma carta do célebre navegador florentino Américo Vespúcio, cuja memória foi reabilitada pelos trabalhos de Humboldt, e do historiador brasileiro Varnhagen, veio a ser o primeiro documento que proclamou na Europa as belezas da natureza brasileira. Esta carta escrita de Lisboa, em 1503, a Lourenço P. de Medici, foi traduzida em várias línguas e publicada muitas vezes desde 1504. "Dequelli paesi, dizia Vespúcio, la terra è molto fertile e amena e de molti colli, monti e infinite valle e de grandissimi fiume abbondante e de saluberrimi fonti irrigua... Arbori grandi li senza cultori pervengano, de le quale assai frutti sonno al gusto delectabili e ali umani corpi utili... Tuti li arbori li sonno odoriferi, e cada uno de se gummi, o vero olio, o vero qualche altro liquore mandano, dei qualli si a nui le proprietà note fosseno, non dubito che alli umani corpi salute seriano: e certamente si le Paradiso Terrestre in qualche parte de la terra sia, non lontano da quelli paesi esser distante esistimo... Le cielo e l'aire una gran parte del anno sonno sereni, vacui de grossi vapori... Le cielo è ornato de bellissimi segni e figure in nelequale io ho notato da cercha XX stelle de tanta chiareza de quante alcune volte habiamo veduto Venere e Jove..." (Edição de Vicencia, 1507).

Vimos que a Constituição de 1824 foi obra de D. Pedro I e seus conselheiros de Estado entre os quais devemos citar Villela Barbosa, marquês de Paranaguá, Carneiro de Campos, marquês de Caravelas, Maciel da Costa, marquês de Queluz, Nogueira da Gama, marquês de Baependi, Carvalho e Mello, visconde de Cachoeira, e o barão e depois marquês de Santo Amaro.

A Constituição brasileira é verdadeiramente liberal. Reconhece quatro poderes: o legislativo, o moderador, o executivo e o judiciário.

São votadas as leis, com a sanção do imperador, por uma Câmara de deputados, eleitos por cinco anos, e por um Senado. Tem o imperador o direito de *veto*, de caráter suspensivo. Jamais o soberano fez uso deste direito. Uma mesma proposta, votada de novo em duas legislaturas consecutivas, converte-se em lei.

São os senadores nomeados vitaliciamente pelo imperador, que os escolhe entre os três mais votados pelos eleitores. O Senado assim composto é uma das criações mais sábias da Constituição brasileira. Cada um de seus membros é eleito pelo povo; mas, uma vez empossado, torna-se completamente independente. Não é mais obrigado a cortejar o poder, os eleitores e os chefes do partido.[22]

Para o cargo de senador exige-se a idade de quarenta anos e a estatística demonstra que, no espaço de cinco ou seis anos, a renovação da maioria do Senado se opera pela mortalidade.[23]

Segundo leis recentes, podem ser deputados e senadores os estrangeiros naturalizados, bem como os acatólicos.

A iniciativa dos impostos, do recrutamento e da escolha de uma dinastia, constitui prerrogativa da Câmara.

---

22 Outro país da América, o Canadá, possui também um senado cujos membros são inamovíveis. Mas no Canadá os senadores, em número de 180, não são apresentados pelos eleitores como no Brasil. São nomeados pelo governador geral em nome da Rainha.

23 Em 1832, quando se tratava de reformas constitucionais, quiseram abolir a inamovibilidade dos senadores. Felizmente para o Brasil, esta proposta foi rejeitada, devendo-se isso em grande parte a um deputado pela Bahia, Rebouças, um verdadeiro patriota e liberal.

O poder moderador é exercido pelo soberano, na nomeação dos senadores, na convocação das duas Câmaras para reuniões extraordinárias quando o exigem os interesses do Estado, na sanção dos decretos e resoluções das duas Câmaras, na prorrogação ou adiamento do Parlamento, na dissolução da Câmara dos deputados quando a salvação do Estado o requer, na nomeação e recondução dos ministros, na suspensão dos magistrados em casos previstos pela Constituição, na concessão de indultos, na moderação de penas, na concessão de anistia.

O imperador é isento de responsabilidade. É o chefe do poder executivo e o exerce em seus ministros que são os responsáveis.

Cada província é administrada por uma presidente, de nomeação imperial, e possui uma “assembleia legislativa provincial”, de poderes assaz extensos. Vota o orçamento e os impostos provinciais e municipais, fixa o efetivo da milícia policial, toma resoluções sobre obras públicas, a instrução, a divisão territorial, etc. A descentralização administrativa é largamente aplicada no Brasil.

Há cerca de um ano, em banquete em Paris, Jules Ferry, ao ouvir de um antigo ministro brasileiro, o barão de Mamoré, quais as atribuições das assembleias provinciais no Brasil, exclamou: “Mas que Império federal o Brasil!”

Tinha razão. Desde 1834 é o Brasil uma verdadeira federação. Difere da dos Estados Unidos pelo fato de serem ali eletivos os governos, mas se aproxima bastante da federação imperial britânica.[24]

24 Em **Le Brésil** (monografia já citada) lemos com prazer a passagem seguinte do capítulo **Histoire**, com a assinatura do barão do Rio Branco e de E. Levasseur: “Para satisfazer aos liberais monarquistas, partidários da autonomia provincial, foram votadas, em 1834, reformas constitucionais (Ato Adicional). Os federalistas pediram então que os presidentes de províncias fossem eletivos ou escolhidos pelo governo central mediante listas apresentadas pelas assembleias provinciais. Mas a maioria teve o bom senso de repelir (12 de julho) as propostas que quebrariam a unidade nacional e se tornariam a causa de lutas semelhantes àquelas que têm entravado o progresso de muitos estados hispano-americanos”.

Existe no Brasil o sistema representativo em todos os graus da hierarquia dos conselhos deliberativos. O município ou a comuna, a província e o Império têm os seus representantes eleitos.

Até 1881, as eleições se processavam em dois graus. Desde então se estabeleceu a eleição direta, de que foram promotores um chefe liberal, Saraiva, presidente do Conselho, e um conservador, o barão de Cotegipe.

São escolhidos os ministros dentre os membros da maioria parlamentar da Câmara dos deputados e do Senado.

A religião do Estado é a católica, mas a Constituição proclama a tolerância religiosa. Até agora, todavia, os templos acatólicos não devem ter exteriormente aparência de confissão religiosa. Esta interdição, incompatível com os sentimentos liberais de um povo tão esclarecido, foi suprimida no ano findo (1888) por um projeto de lei votado pela Câmara.

São livres no exercício de seu culto religioso todos os cidadãos; igualmente são elegíveis e idôneos para todos os cargos.

Exprimimos ao barão do Rio Branco o desejo de conhecer sua opinião sobre esta questão de autonomia provincial. A seleção de cadeiras feitas a partir de listas apresentadas pelas províncias, nos disse o Sr. Rio Branco, tem ainda mais inconvenientes do que a eleição desses funcionários. Primeiro, a lista pode ser composta por nomes que não merecem a confiança do governo central. Em segundo lugar, aqueles que não são nomeados, muito provavelmente, se tornarão adversários e desafetos da autoridade central nas províncias, com grande prejuízo para a unidade nacional. Os presidentes eleitos certamente criarão conflitos entre o governo central e governos provinciais. Cada presidente, homem de partido, não garantiria a oposição, e sempre prepararia a eleição do seu sucessor. A oposição teria apenas um meio de vencer: seria pela revolta. O barão do Rio Branco louva muito a autonomia provincial, mas entende que ela já existe nas províncias mais ricas e populosas, sendo sobretudo a organização federal das possessões inglesas o que conviria imitar e que isto se pode fazer nos limites do Ato Adicional. Em sua opinião é bastante criar nas províncias mais importantes duas Câmaras e o governo parlamentar. Seria o presidente nomeado sempre pelo poder central, por um período de quatro anos. Governaria com os ministros provinciais, (interior e instrução pública, comércio, agricultura e obras públicas, finanças) tirados da maioria parlamentar. O presidente poderia ser substituído antes da expiração do prazo governamental se as duas Câmaras de província ou os dois terços da Câmara dos Deputados o pedissem ao governo central. Os senadores seriam eleitos, porém inamovíveis. O presidente teria o direito de dissolver a Câmara dos deputados. Na **Colonial Office List**, livro publicado anualmente na Inglaterra, achar-se-iam instruções muito precisas sobre a organização especial de cada possessão britânica.

Tais são as principais disposições das leis fundamentais do Império brasileiro.

Acrescentaremos que há inteira liberdade de imprensa e de palavra. A liberdade de imprensa degenera mesmo em abuso de liberdade muitas vezes.

Charles Reybaud conta que, em 1850, o conselheiro Marques Lisboa, ministro do Brasil em Londres, falava diante do velho duque de Wellington sobre a situação do Império e a vitalidade de suas instituições, que haviam permitido atravessar, sem confusão, o período tão tempestuoso de uma regência de dez anos. Meditou o duque alguns instantes. Depois, em voz lenta e grave, e como que pesando as palavras, respondeu: Sim, tendes razão, podeis orgulhar-vos de vossa Constituição e de vosso país; não conheço na Europa um único Estado que tivesse resistido à semelhante prova".

Terminaremos este capítulo com uma passagem de Edouard Grelle, ministro da Bélgica no Rio de Janeiro. Este diplomata, educado em um país verdadeiramente livre, representado por ele tão dignamente no estrangeiro, enviou recentemente ao seu governo um relatório que se tornou público.[25]

Eis suas palavras do Brasil sob D. Pedro II: "Na terra brasileira, no meio da mais bela e rica natureza do globo, floresce a verdadeira liberdade. A favor do regime monárquico constitucional reina no Brasil um sentimento de democracia, de nivelamento das classes sociais, de independência em todas as manifestações do livre arbítrio, muito mais vivamente pronunciado do que em muitos outros Estados de forma republicana".

25 Ed. de Grelle, ministro da Bélgica no Rio de Janeiro – **Étude sur le Brésil** (relatório oficial), Bruxelles, 1888, p. 20.

Capítulo IV
Pacificação do Império

Sumário: Começo do governo de D. Pedro (1840) – Pacificação do Maranhão – Rebeliões em São Paulo e Minas (1842) – Restabelecimento da ordem – Pacificação do Rio Grande do Sul (1845) – Revolução em Pernambuco (1848) – Vitórias da lei e da unidade nacional seguidas sempre da mais completa anistia – Um trecho de Charles de Ribeyrolles sobre D. Pedro II.

Vimos que D. Pedro II havia tomado as rédeas do governo a 23 de julho de 1840, numa época agitada e após nove anos de guerras civis. "Os inícios do reinado – diz Charles Reybaud – não podiam ser inteiramente isentos de agitação e perturbações. Não se passa sem transição da desordem para a ordem. Mas também um país tanto melhor se disciplina quanto por mais tempo sofreu em consequência do desprezo da ordem".

Começou o imperador a governar com os liberais. Faziam parte deste gabinete Holanda Cavalcante, visconde de Albuquerque, senador por Pernambuco, Aureliano de Sousa, visconde de Sepetiba, senador pelo Rio, e os dois irmãos Antônio Carlos e Martim Francisco, deputados por S. Paulo.

Divergências no seio do ministério determinaram, alguns meses depois, a subida dos conservadores, a 23 de março de 1841, com o marquês de Paranaguá, Villela Barbosa.

A província do Maranhão foi pacificada em 1841, como já dissemos, pelo general Lima, mais conhecido pelo título de Caxias, que começou a usar desde essa data.

Mas no ano seguinte outra revolução explodiu nas províncias de S. Paulo e de Minas Gerais, sendo restabelecida a ordem pelo mesmo general, depois da batalha de Santa Luzia, em 23 de agosto de 1842.

Outro chefe conservador, Costa Carvalho, marquês do Monte Alegre, foi chamado, escusando-se, porém. Um liberal, Almeida Torres, visconde do Macaé, foi então encarregado de organizar o novo ministério, em 2 de fevereiro de 1844.

O governo dos liberais prolongou-se até 29 de setembro de 1848, com o gabinete de que falamos e o de 5 de maio de 1846, visconde de Albuquerque; de 22 de maio, Alves Branco, visconde de Caravelas; de 8 de março de 1848, visconde de Macaé, e o de 31 de maio do mesmo ano, Paula e Souza.

Foi durante o governo dos liberais que o general Caxias, nomeado pela administração precedente comandante em chefe do exército do Rio Grande do Sul, veio a pacificar esta província em 1º de março de 1845. No mesmo ano tiveram início as dificuldades com a Inglaterra, a propósito do *bill Aberdeen* de que falaremos no cap. VII.

Dois gabinetes liberais haviam sido derrubados no mesmo ano pela Câmara dos deputados. D. Pedro II encarregou um dos chefes do partido conservador, o marquês de Olinda – o antigo regente Araújo Lima – de organizar novo ministério em 29 de setembro de 1848. Este gabinete foi constituído com o velho membro da segunda regência, o marquês de Monte Alegre, Costa Carvalho, com Eusébio de Queiróz, Rodrigues Torres, visconde de Itaboraí, e M. F. de Souza e Mello.

Nova revolução estalou em Pernambuco, dirigida pelos deputados liberais desta província. Muitos combates se deram, e a 2 de fevereiro de 1849, o exército revolucionário, por um movimento rápido, tentou apoderar-se da capital, a cidade do Recife, que o enérgico presidente Tosta, marquês de Muritiba, soube defender com os voluntários e os guardas nacionais apoiados pelas forças da marinha. A chegada do pequeno exército do general Coelho, no meio do combate assegurou a vitória do governo.

Foi esta a última revolução no Brasil, revolução local como as que se deram em 1842!

O resultado foi aumentar enormemente em todas as províncias a força do partido conservador, porquanto as classes dirigentes e a população estavam fartas de agitações e guerras intestinas.

D. Pedro II, até 3 de setembro de 1853, governou com ministérios conservadores.

Aos 6 de outubro de 1849 o marquês de Olinda deixou o gabinete, divergindo de seus colegas e do imperador, a respeito da política que se devia seguir. Foi substituído na presidência do Conselho pelo marquês de Monte Alegre. O conselheiro Paulino de Souza, depois visconde do Uruguai, foi nomeado ministro dos negócios estrangeiros. Desde 23 de julho, o conselheiro Tosta, chegado de Pernambuco, havia assumido a pasta da marinha.

Foi com este ministério que D. Pedro II conseguiu, em 1850, suprimir o tráfico negreiro e, pela intervenção armada de 1851 e 1852, assegurar a independência do Uruguai e do Paraguai, e libertar os povos do Prata de uma tirania odiosa. Em 1852, o gabinete apresentou ao imperador a sua demissão, achando-se reduzido a um único deputado devido à entrada no Senado de vários de seus membros.

O ministro da Fazenda, visconde de Itaboraí, foi nomeado presidente do Conselho e reorganizou o ministério com dois de

seus colegas do gabinete precedente e três novos ministros, em 11 de maio de 1852.

A este novo ministério conservador sucedeu, em 1853, o do marquês de Paraná, que inaugurou a política de "conciliação", de que falaremos mais adiante.

Desde 1849 temos tido ocasião de ver como o jovem imperador, tão hábil quanto corajoso, havia assegurado a ordem por toda a parte.

Prestava assim imenso serviço ao seu Império, pondo fim à anarquia. Inapreciável é por certo este primeiro benefício de D. Pedro II. Sobretudo cheio de glória para o imperador, porquanto as vitórias da lei e da unidade nacional foram sempre seguidas de anistia geral.

Perseguições ou execuções capitais jamais foram permitidas por D. Pedro II. Perdoava sempre os crimes políticos. Persuadia-se, com razão, de que o rebelde da véspera seria o servidor mais dedicado do dia seguinte, quando agraciado. Fez, aliás, experiência desta verdade governamental que tão poucos soberanos têm o bom senso de compreender e a habilidade de praticar. Não via no rebelde senão um desencaminhado que devia voltar à razão.

Não seria isso o sentimento mais justo da dignidade humana, tal como o concebem os verdadeiros filósofos, os espíritos mais elevados?

Charles de Ribeyrolles, emigrado francês do tempo de Napoleão III, amigo de Victor Hugo, pôde escrever as linhas seguintes no seu livro – *Le Brésil pittoresque*:[26] "Depois de sua instalação e coroação, houve perturbações na província de Minas e em S. Paulo. Em relação a certos pontos de vista, daí resultaram lutas, tristes lutas de família que fazem sangrar a pátria e encher de

26 Rio de Janeiro, 1859, t. 1º, p. 140-141.

lágrimas os olhos maternos. A insurreição foi vencida e se abriram os processos judiciários. Mas não houve lugar para o carrasco. Pelo decreto de anistia, de 14 de março de 1844, as prisões se despejaram, e no ano seguinte terminou no Rio Grande do Sul uma velha guerrilha que havia durado dez anos como o cerco de Tróia. O ano de 1848 foi a grande data das ideias e dos povos. A comoção da Europa oscilou até os mares do Sul. No Brasil, as ideias se agitaram, mas os braços permaneceram em repouso. Não se combateu senão em Pernambuco, e desta vez durante treze horas. A velha cidade tantas vezes tratada com rigor muito sofreu com a revolução. Jamais fatigada, esta última crise custou-lhe caro, muito caro. Mas as feridas se cicatrizaram depois, e desde muito que nem um vencido permanece nas masmorras. Quantas vezes na Europa a dor se conserva por mais tempo!

"Aos políticos de além-mar, que julgam os Impérios e os imperadores segundo o direito romano, parecerá isso um fenômeno, uma excentricidade, um escândalo. Mas no Brasil, há muitos anos não há processos políticos, prisioneiros de Estado, processos de imprensa, conspirações, deportações. O pensamento não está sujeito à ação da justiça, suspeito, notado, como alguma coisa presa na alfândega. Em todas as confissões, a alma é livre e livre o cidadão em seus movimentos. A razão de Estado dormita.

"E por que tudo isto? Porque D. Pedro II faz consistir a Majestade não na prerrogativa, não na pessoa, mas no caráter, nas obras. Porque o espírito geral do país é a tolerância, a conciliação, a sociabilidade. Porque o próprio catolicismo, embora tendo o privilégio de Estado, não recorre espetacularmente ao anátema da excomunhão".

São palavras escritas por um republicano francês, um exilado que havia achado asilo na terra hospitaleira do Brasil e que aí morreu em 1860![27]

D. Pedro II poderia receber homenagem mais tocante? Poder-se-ia melhor glorificar o seu reinado?

27 A imprensa do Rio de Janeiro encaminhou uma subscrição para erguer um monumento em memória de Ribeyrolles no cemitério em que foi sepultado e Victor Hugo enviou os versos seguintes que foram gravados sobre o seu túmulo:
« Il accepta l'exil, il aima les souffrances ;
Intrépide, il voulut toutes les délivrances ;
Il servit tous les droits par toutes les vertus,
Car l'idée est un glaive et l'âme est une force ;
Et la plume de Wilberforce
Sort du même fourreau que le fer de Brutus ».

Capítulo V
A Guerra de 1851 a 1852

Sumário: A guerra de 1851-1852 contra Rosas, ditador de Buenos Aires – Antecedentes – Os crimes de Rosas – Intervenção da França e da Inglaterra – O Brasil aliado aos povos do Prata contra o tirano Rosas – Combate de Tonelero – A Batalha de Monte Caseros – Queda de Rosas.

Depois de haver pacificado o Império, D. Pedro II, a despeito de seu vivo amor da paz, viu-se forçado a intervir nos negócios do Prata, levado pelas provocações do famoso Rosas, ditador da Confederação Argentina. A honra e os interesses do Brasil, tanto quanto sua missão civilizadora na parte oriental da América do Sul, exigiram a intervenção armada.

Rosas havia tido questões com a França e a Inglaterra. Seu nome adquiriu triste celebridade entre nós, através de discussões nas Câmaras e na imprensa, durante o reinado de Luiz Philippe.

De 28 de março de 1838 a 29 de outubro de 1840, os almirantes franceses Leblanc, Dupotet e de Mackau, bloquearam Buenos Aires, protegendo o governo de Montevidéu e o general Lavalle, chefe do exército dos unitários argentinos, em luta contra Rosas.

Todos os documentos oficiais deste tirano, chefe do partido federal na Argentina, começavam assim: "Viva a Confederação Argentina! Morte aos selvagens unitários!"

Governava Rosas pelo terror desde 1829. E tudo o que a Confederação Argentina possuía de mais ilustre na política, nas letras, no exército, todos os liberais argentinos haviam emigrado para Montevidéu, para o Brasil e para o Chile.[28]

Nas batalhas travadas durante estas terríveis guerras civis, os oficiais prisioneiros acabaram degolados ou fuzilados, em conformidade com as instruções de Rosas.

Eis alguns documentos tomados ao acaso em um capítulo assaz comovente das *Memórias de Garibaldi,* escritas por Alexandre Dumas pai: "Quartel-general em Ceibal, 14 de setembro de 1841 ... Entre os prisioneiros encontrava-se o bandido e traidor unitário, ex-coronel Borda, que foi *executado sumariamente com outros pretensos oficiais, tanto de cavalaria como de infantaria...* (Assinado) Manoel Oribe".

"Catamarca, 29 do mês de Rosas, de 1841 – A Sua Excelência o governador D. C. A. Arredondo – Após mais de duas horas de fogo e depois de passada a fio de espada toda a infantaria, foi por seu turno derrotada a cavalaria, tendo escapado somente, com 30 homens, o chefe, que está sendo perseguido, e cuja cabeça será em breve exposta em praça pública como já o foram as dos

28 Na república Argentina, como em toda a parte, o unitarismo é o estandarte dos verdadeiros liberais. **LORD DERBY** acaba de dizê-lo muito bem (janeiro de 1889) em um notável discurso pronunciado em Ashton e cheio de citações históricas: "Well, I will not multiply examples, but I lay it down, and I challenge Home Rulers to show the contrary, that as a rule, throughout the civilized world in modern times, wherever in any country the attempt has been made to weaken the central power of the State in order to strengthen that of some particular province, the Liberal or progressive party has been found on the opposing side."

O partido unitário acabou por triunfar completamente, na Argentina, em 1860, graças ao general Mitre, o ilustre homem de Estado que teve a glória de continuar a obra interrompida do grande Rivadavia. Os unitários não reformaram a Constituição suprimindo os governadores eletivos, porque a influência do governo central ainda haveria de preponderar por muito tempo num país que, até o presente, só possui um porto, o da capital. Mas os argentinos não deixarão de realizar um dia essa reforma, para obviar a contingência em que o governo nacional se encontrou muitas vezes, de recorrer às armas (intervención nacional) a fim de subjugar as resistências e as revoltas dos governadores provinciais. A República Argentina fará então o que, depois de uma longa experiência de federalismo, acaba de fazer a Colômbia; e não terá mais governadores de províncias que traiam a causa nacional diante do inimigo, como em 1827 e em 1865.

pretensos ministros Gonzáles e Dulce e a de Especheche. Viva a federação! (Assinado) M. Maza".

Segue-se a lista de prisioneiros fuzilados: um coronel, sete comandantes, cinco capitães, quatro ajudantes e um tenente.

Numa carta escrita, depois da batalha do Arroio Grande, pelo coronel Jeronimo Costa – o mesmo que comandava as forças de Martin Garcia, quando os franceses ocuparam esta ilha – lê-se: "*Aprisionamos mais de 150 comandantes e oficiais, que foram imediatamente executados*".

Poderíamos multiplicar as citações ao infinito, recorrendo às narrativas dos argentinos Florencio Varela, Rivera Indarte, A. Wright, Marmol e Sarmiento e do uruguaio Andrés Lamas.

A fim de exterminar seus inimigos, Rosas criou a famosa sociedade *Mas-horca*, isto é, *mais forças*.

"Por ordem superior, – diz Alexandre Dumas estavam filiados à *Mas-horca* o chefe de polícia, os juízes de paz, todos, enfim, quantos tinham que velar pela manutenção da ordem pública. Assim, quando os membros da Sociedade resolviam invadir a residência de um cidadão para saqueá-la e assassinar o dono da casa, seria baldada, por parte da vítima, a esperança de qualquer auxílio. Ninguém poderia ajudá-lo a opor-se a tais violências, executadas à plena luz do dia ou pela calada da noite".

"Estes fatos odiosos –, conta Alfredo de Brossard,[29] – foram colhidos nas próprias publicações do governo argentino por Florencio Varela, autor de uma eloquente carta, que lembra as mais enérgicas páginas de Junius e que nunca foi refutada".

Florencio Varela, que redigia o *Commercio del Plata* em Montevidéu, cidade heroica que jamais cedeu às investidas de Rosas, foi covardemente assassinado por agentes do ditador.

---

29 **Considérations historiques et politiques sur les républiques de la Plata**, por **ALFREDO DE BROSSARD**, antigo adido à missão extraordinária da França (Paris, 1850, 1 vol. In 8º).

Rivera Indarte[30] avaliou em mais de vinte e duas mil o número de vítimas de Rosas, de 1829 a 1843. E o tirano prosseguiu na sua obra por mais nove anos! Eis, segundo Indarte, a lista das vítimas durante o período indicado:

Envenenados	4
Degolados	3.765
Fuzilados	1.393
Assassinados	722
Mortos em ação de guerra	14.920
Fuzilados por deserção, mortos em Escaramuças, etc	1.600
TOTAL	22.404

O governo brasileiro pretendera, desde 1844, fazer cessar este estado de coisas, vindo finalmente a saber que o ditador se preparava para lhe declarar guerra logo que vencesse a resistência da cidade de Montevidéu, sitiada desde 1842 por um exército argentino, sob as ordens de Oribe.

O ditador, que desejava conquistar primeiro a República do Uruguai e o Estado paraguaio, havia protestado contra as diligências do Brasil, na Europa, tendentes ao reconhecimento da independência do Paraguai, conquistada por este país em 1810.

D. Pedro II encarregara, em 1844, um de seus mais ilustres homens de Estado, o Marquês de Abrantes (Calmon Du Pin), de chamar a atenção da Inglaterra e da França para a situação do Prata, apontando a necessidade de se defender a independência do Uruguai e de restabelecer a ordem e a paz nos países, vizinhos.

O marquês de Abrantes saiu-se bem da sua missão. A Inglaterra e a França tomaram a resolução de intervir, cometendo,

30 **RIVERA INDARTE, Rosas y sus opositores** (Montevidéu, 1843 – Reimpresso em Buenos Aires, 1853). Vide também **ANDRÉS LAMAS, Apuntes históricos sobre las agressiones del dictador argentino Rosas** (2ª ed. Buenos Aires, 1877) e **A. WRIGHT, Apuntes históricos de la defensa de la República**, (Montevidéu, 1845).

porém, o erro de excluir o Brasil de qualquer cooperação. O ministro dos negócios estrangeiros do gabinete de sir Robert Peel era então Lord Aberdeen; Guizot presidia o conselho de ministros da França. "Os dois gabinetes – diz Brossard – julgaram mais prudente não empenhar o Brasil numa luta com vizinhos, evitando assim novos motivos de rivalidade entre a Corte do Rio de Janeiro e as Repúblicas beligerantes; supuseram que a intervenção, ou melhor, a *mediação armada*, à qual estavam decididos, ofereceria às partes interessadas um penhor mais valioso de sinceridade e imparcialidade, desde que fosse dirigida exclusivamente por Estados evidentemente alheios, pela situação geográfica e importância adquirida, a toda e qualquer ideia ou necessidade de engrandecimento territorial. Estes motivos, muito mais aparentes do que reais – porque a frieza de relações sobrevindo entre as cortes de Londres e do Rio por ocasião do tráfico negreiro, foi um grande elemento decisivo – estes motivos, dizíamos, não eram, no entanto, isentos de valor. Mau foi, no entanto, que tivessem prevalecido, porque, adotando-os, as potências mediadoras afastaram de si o auxílio mais imediato, mais econômico e, portanto, mais eficaz, representado pelo concurso das forças de terra, oferecido pelo Brasil. Deste modo, ficaram reduzidas por iniciativa própria ao emprego de suas forças navais e à futura contribuição muito incerta e por isso mesmo bastante ineficaz das tropas de desembarque vindas da Europa".

O bloqueio das costas de Buenos Aires foi estabelecido, a partir de 18 de setembro de 1845, pelos almirantes Lainé e Inglefield. Nesse mesmo ano, os comandantes Trébouart e Hottan obtiveram a bela vitória de Obligado, no Paraná, apoderando-se das baterias confiadas ao general Lucio Mancilla, cunhado de Rosas.

Dois anos depois, em 15 de julho de 1847, a Inglaterra, verificando o resultado nulo do bloqueio, retirou a sua esquadra e entrou em acordo com Rosas. O almirante francês Leprédour continuou sozinho o bloqueio até 11 de junho de 1848.

A partir desta data, a França limitou-se a abonar ao governo de Montevidéu quarenta mil piastras para as necessidades da guarnição e da defesa da praça, onde muitos dos nossos compatriotas se distinguiram na legião francesa, composta de voluntários comandados pelo coronel Thielbault.

A legião italiana era comandada por Garibaldi.

Em 1850, diminuiu o governo francês os subsídios que enviava ao governo de Montevidéu. Começou então o governo brasileiro, desde 1º de julho desse ano, a fornecer as somas necessárias à defesa da praça. A 23 de setembro, o general Guido, ministro argentino no Rio, pediu os seus passaportes, que lhe foram entregues a 30. Ao chegar a Buenos Aires, a *Mas-horca* fez retumbar pelas ruas os seus gritos de morte contra os brasileiros e o governo imperial. Arana, ministro das Relações Exteriores, publicou a 13 de outubro um despacho que havia dirigido ao general Guido a 2 do mesmo mês, felicitando-o por haver "*deixado um país cujo governo desleal e pérfido era um 'inimigo asqueroso' da América*".

Era essa a linguagem da chancelaria de Rosas!

A respeito do ditador argentino, observou um escritor: "Estava sempre rodeado de bobos e palhaços, conservando essa singular companhia no meio dos negócios mais sérios". É possível que o seu ministro das Relações Exteriores pertencesse a essa farandulagem.

A 25 de dezembro de 1850, um tratado de aliança contra Rosas foi assinado entre o Brasil e o Paraguai, enviando o primeiro para Assunção e Humaitá muitos oficiais, que foram instrutores do exército paraguaio. O general Bellegarde, oficial de engenharia nascido no Brasil, o comandante Leverger, francês de nascimento, mais tarde promovido a contra-almirante, Porto Carrero e Villagran Cabrita figuravam entre esses oficiais.

Referir-nos-emos aos três últimos, quando nos ocuparmos da guerra iniciada em 1864 pelo ditador do Paraguai contra o Brasil.

A 16 de março de 1851, o ministro Paulino de Souza comunicava ao presidente da República Oriental do Uruguai ter o Brasil resolvido defender o governo de Montevidéu contra o exército do general Oribe. Esta atitude do governo imperial decidiu os generais Urquiza, e Virasoro, governadores das províncias ou Estados de Entre Rios e Corrientes, a romper com o chefe da Confederação,[31] o primeiro em 3 e o segundo em 30 de abril.

Havendo sido assinado, em 30 de maio, um tratado de aliança entre o Brasil, a República do Uruguai e o Estado de Entre Rios, o general Urquiza começou a ser maltratado nos documentos oficiais do pitoresco governo de Rosas. Basta citar, como elemento de prova, as palavras iniciais da lei de 20 de setembro, votada pelo Congresso de Buenos Aires (Honrada sala dos Representantes): "Viva a Confederação Argentina! Morte aos bárbaros e asquerosos unitários! Morte a Urquiza, louco, traidor e bandido unitário!"

O artigo 4º ordenava o seguinte: "Nos documentos públicos da província de Buenos Aires é proibido dar o título de general ao traidor Justo José Urquiza. Em todos esses documentos será tratado de hoje em diante pelos vergonhosos títulos de louco, traidor e bandido unitário".[32]

Um exército de vinte mil brasileiros, sob as ordens do marechal Caxias, penetrou na República Oriental, enquanto a esquadra imperial do almirante Grenfell ameaçava Buenos Aires e protegia o avanço das tropas do exército aliado.

Em 19 de outubro, à chegada do exército de Entre Rios, Oribe capitulou, depois de ter mantido durante dez anos o cerco de

31 As datas de 16 de março (declaração do governo imperial) e 3 de abril (resolução tomada por Urquiza de romper com Rosas) correspondem às observações de **DON JUSTO MAESO** que se acham à pg. 427, tomo II, de sua tradução de uma obra de **W. PARISH (Buenos Aires y las provincias del Rio de la Plata)**. Podemos dizer como **MAESO**: "Esto no admite dudas".

32 Ao tempo da intervenção anglo-francesa, os franceses, os ingleses, o rei Luiz Philippe e os nossos ministros eram tratados de igual forma em Buenos Aires.

Montevidéu, que parecia sucumbir, depois de uma heroica resistência, que lhe valeu, dada por Dumas pai, o título de "Nova Troia".

A 21 de novembro, por motivo das operações contra Rosas, foi assinado outro tratado entre o Brasil, o Uruguai, Entre Rios e Corrientes.

O primeiro exército dos aliados marchou sobre Buenos Aires. Grenfell forçou, em 17 de dezembro, a passagem de Tonelero, que Mancilla não conseguiu defender; e a guerra terminou, em 3 de fevereiro de 1852, com a batalha de Monte Caseros, ganha pelo general Urquiza, que tinha sob as suas ordens, além do corpo do exército de Entre Rios e Corrientes, a divisão brasileira do general Marques de Souza (conde de Porto Alegre) e uma pequena divisão uruguaia.[33]

Não foi necessária a intervenção do corpo principal do exército brasileiro, que se achava acampado nos arredores da cidade da Colônia do Sacramento e prestes a embarcar para Buenos Aires. Rosas tratou de fugir, refugiando-se a bordo de um navio inglês que o conduziu à Inglaterra. Os aliados somente a 18 de fevereiro entraram em Buenos Aires.

Foi um dia de festa! Sarmiento narrou o entusiasmo[34] da população e os testemunhos de reconhecimento para com os brasileiros.

33 Nesta batalha o general Urquiza comandava um exército de 25.206 homens (18.545 argentinos, 4.020 brasileiros e 1.641 uruguaios). O Marechal Caxias tinha em seu acampamento de Colônia 16.000 brasileiros. Em Monte Caseros era 23.000 homens o exército de Rosas. Fraca foi a resistência oposta ao ataque dos aliados. As perdas dos argentinos de Urquiza elevaram-se a 250 entre mortos e feridos. As dos brasileiros e uruguaios foram: brasileiros: 2 oficiais e 16 suboficiais e soldados mortos e 10 oficiais e 59 suboficiais e soldados feridos, ou seja, 87 homens fora de combate, tendo mais tarde morrido um dos dez oficiais citados; – uruguaios: nenhum morto e 2 oficiais e 17 suboficiais e soldados feridos, isto é 19 homens fora de combate, dos quais 1 oficial e 3 soldados morreram posteriormente em consequência dos ferimentos). Publicamos estes números porque o editor das **Memórias** do general Cesar Diaz deixou de os citar.

34 **SARMIENTO, Campaña del Ejército Grande Alliado**, 1852, p. 1779.

O *Annuaire de la Revue des Deux Mondes*, de 1852, apreciou nos termos seguintes a posição do Brasil: "Seria injusto não reconhecer a habilidade e firmeza empregadas pelo gabinete do Rio de Janeiro nesta questão, que redundou para ele numa incontestável vitória, tanto mais lisonjeira para o espírito nacional quanto o Brasil ganhou o direito de afirmar ter conseguido aquilo em que fracassaram os governos mais poderosos da Europa".

Capítulo VI
Civilização e progresso

Sumário: Obra de civilização e de progresso – Pacificação e unidade nacional asseguradas desde 1849 – Supressão do tráfico dos negros (1850) – D. Pedro II e o marquês de Paraná – Política de conciliação (1853-58) – Construção das primeiras estradas de ferro e das linhas telegráficas (1854-58) – Primeiros passos para atrair os colonos europeus e incremento das escolas – Apaziguamento dos espíritos graças à política de conciliação – Uma passagem de Ribeyrolles sobre a primeira parte do programa de D. Pedro II – Os dois grandes partidos constitucionais, momentaneamente confundidos nesta época, separam-se em 1858 e alternam-se depois no governo – Série de mudanças políticas a partir de 1853 – O que era o Brasil no começo do reinado de D. Pedro e o que é agora – Cifras de 1840 e dos últimos anos – Receitas – Valor comparado da produção de 1840 e da de hoje – Cifras do comércio exterior – Estradas de ferro – Telégrafos – Imigração.

É a partir dessa época que começa para o Brasil, graças ao seu imperador e aos ministros de que se soube rodear, uma era de progresso que excita a admiração de quantos conheceram a situação deste país durante a minoridade de D. Pedro II.

É conveniente ler o que os viajantes europeus dignos de fé e simpáticos ao Brasil têm escrito sobre a situação desse grande Império no seu começo e durante a minoridade de D. Pedro II.

É preciso comparar as descrições de Debret, de Ferdinand Denis, de Augusto de Saint-Hilaire, de Rugendas, de Kidder, com as dos estrangeiros que nos últimos trinta anos visitaram o mesmo país: Charles Reybaud em 1856, Charles de Ribeyrolles antes de 1860, Kidder (segunda viagem) e Fletcher em 1879, Agassiz em 1865, o barão de Hubner em 1882. É necessário confrontar o Brasil de 1822 a 1840 com o Brasil atual, sobretudo depois da data gloriosa de 13 de maio de 1888.

Que admirável transformação! Dir-se-ia que um sopro mágico passou sobre o país, dissipando a ignorância das massas populares, a confusão, a desordem, a ruína, consequências da anarquia e da escravidão vergonhosa, para dar lugar a uma instrução mais elevada e mais difundida, à ordem, ao respeito à lei, à justiça, ao apaziguamento das paixões e dos ódios políticos, a uma compreensão mais exata da verdadeira liberdade e do sistema representativo, a um patriotismo mais esclarecido, ao incremento da riqueza pública, a todos os progressos da civilização moderna, à confiança e ao crédito nos principais países da Europa, enfim à redenção de dois milhões de escravos, à vitória do grande princípio da igualdade e da dignidade humana.

O regime parlamentar não era perfeitamente compreendido no país antes da elevação de D. Pedro II ao trono. Havia ainda muito a fazer para consolidar a união das províncias, para estabelecer a ordem, para desenvolver os princípios liberais da Constituição e do Ato Adicional, para animar o comércio e a indústria, para desenvolver a instrução.

Era preciso, sobretudo, para honra do gênero humano, suprimir o tráfico negreiro, emancipar os escravos, apagar esse opróbrio dos tempos antigos, triste legado da barbaria. E tornava--se mais do que urgente velar pela prosperidade nacional, abrindo estradas, franqueando os rios aos navios estrangeiros, construindo estradas de ferro e telégrafos, estimulando a agricultura e a coloni-

zação, fortalecendo as conquistas do gênio moderno por todos os meios possíveis.

Tal foi a tarefa imensa e gloriosa que o jovem imperador, secundado por notáveis homens de Estado, empreendeu com energia e cumpriu com maravilhoso êxito, graças ao concurso de seu povo.

A partir de 1849, estava a ordem restabelecida em todo o Império. Cumprira-se a primeira parte do programa de D. Pedro II, ficando assegurada a unidade nacional como a haviam desejado D. Pedro I, José Bonifácio, Ledo e todos os varões enérgicos que colaboraram na obra da independência do país. As vistas largas desses homens superiores abrangiam horizontes de uma pátria grande, poderosa e respeitada. Não se limitavam ao círculo restrito de uma província. Haviam desejado construir um Brasil e não Guatemalas e Costa Ricas.[35]

"Foi uma obra útil – disse Charles de Ribeyrolles, falando da primeira parte do programa de D. Pedro II –. Era indispensável constituir a unidade do país e não o deixar estilhaçar-se em satrapias federalistas ou marítimas.

Se se pretende ser um povo, é preciso primeiro ser-se uma pátria".[36]

Consagrou-se D. Pedro II, desde então, à tarefa de pacificar os espíritos e animar toda a sorte de progresso.

---

35 É sabido que a Confederação da América Central se cindiu desde o começo em cinco pequeninas Repúblicas rivais: Guatemala, Costa Rica, S. Salvador, Honduras e Nicarágua. Homens eminentes destes pequenos Estados sonham desde há muito em reuni-los de novo em uma única República; e, no momento em que escrevemos estas linhas, parece próxima a realização desse notável projeto: assim o desejamos e esperamos. Ao unitarismo pertencerá sempre a vitória final. Também a antiga República da Colômbia, fundada pelo grande Bolívar, veio, pela criação de rivalidades e heróis provincianos, a dividir-se em três Estados: – Venezuela, Colômbia e Equador. Um publicista português, Silvestre Pinheiro Ferreira, propôs em 1842 a divisão do Brasil, que ele julgava demasiado grande, em várias Monarquias. Esse publicista, que se converteu em sonhador de utopias nos últimos anos de sua vida, não compreendia Estados maiores que o pequeno Portugal...

36 Obra citada, tomo II, p. 140.

Em 1850 foi suprimido o tráfico negreiro. No mesmo ano inaugurou-se a primeira linha de navegação a vapor entre o Brasil e a Europa.

De 1854 a 1858 foram construídas as primeiras estradas de ferro e estendidos os primeiros fios telegráficos; criaram-se as primeiras linhas de navegação fluvial; procurou-se e facilitou-se a imigração europeia; começou a aumentar o número de escolas e estabelecimentos de educação.

Para ser feliz em seus projetos de civilização, compreendera o Imperador a necessidade de apaziguar quanto possível os ódios políticos e congregar, embora temporariamente, todos os homens de boa vontade, a fim de facilitar a reorganização dos partidos e fazer esquecer as paixões e excessos que, repetidamente, haviam ateado a guerra civil.

Obedecendo a esta sábia inspiração, constituiu, a 6 de setembro de 1853, um ministério presidido pelo conselheiro Carneiro Leão, marquês de Paraná, e composto de membros dos dois grandes partidos constitucionais do Império: o conservador e o liberal.

De 1853 a 1858, os dois partidos confundiram-se; e essa política conciliatória, política de bom senso e de razão, exerceu uma influência salutar na vida social e nos costumes políticos do país.

Com a morte do marquês de Paraná (3 de setembro de 1856), o marechal Caxias, ministro da Guerra, assumiu a presidência do Conselho, seguindo-se-lhe o ministério do marquês de Olinda (4 de maio de 1857).

A partir de 1858, quando de novo se separaram os partidos, passaram estes a governar alternadamente.

Iniciou-se então a luta política nos jornais, nas duas Câmaras e nas reuniões eleitorais, por meio do voto do eleitor e da discussão na imprensa e na tribuna parlamentar.

O partido conservador governou de 1858 a 1862: ministérios visconde de Abaeté (12 de dezembro de 1858), Ferraz (10 de agosto de 1859) e Caxias (2 de março de 1861); o partido liberal, de 1862 a 1868: ministérios Zacarias de Vasconcelos (24 de maio de 1862), marquês de Olinda (31 de maio de 1862), Zacarias de Vasconcelos (15 de janeiro de 1864), Furtado (31 de agosto de 1864), Olinda (12 de maio de 1865) e Zacarias (31 de agosto de 1866).

Voltou ao poder o partido conservador, de 1868 a 1878: ministérios visconde de Itaboraí (16 de julho de 1868), visconde do Rio Branco (7 de março de 1871), e duque de Caxias (25 de junho de 1875); e o partido liberal, governou novamente de 1878 a 1885, constituindo os ministérios Sinimbú (5 de janeiro de 1878), Saraiva (28 de março de 1880), Martinho de Campos (21 de janeiro de 1882), Lafayette Pereira (24 de maio de 1883), Paranaguá (3 de julho de 1883), Dantas (6 de junho de 1884), Saraiva (6 de maio de 1885).

Finalmente, desde 1885, é o partido conservador que preside os destinos do Brasil: ministérios barão de Cotegipe (20 de agosto de 1885), e João Alfredo Corrêa de Oliveira (10 de março de 1888).[37]

Com o auxílio de política tão hábil quanto sábia, D. Pedro II dotou o seu país de instituições fecundas, liberais e populares.

Uma simples comparação entre a situação financeira e industrial do começo do reinado de D. Pedro II e a situação atual demonstrará eloquentemente o progresso do Brasil.

No ano de 1831-32, primeiro do atual reinado, as receitas do Império foram de 11.171.520$000 réis. O mil-réis equivale a 2,04 francos.

---

37 O telégrafo nos informa (junho de 1889) que os conservadores dissidentes, aliados aos liberais, acabam de derrubar o ministério Corrêa de Oliveira que, no ano passado, conseguira a abolição da escravatura. O imperador recorreu a três chefes conservadores que não conseguiram formar novo ministério. Confiou então essa missão ao conselheiro Saraiva, liberal, que se escusou, indicando o visconde de Ouro Preto (Affonso Celso), que neste momento organiza um ministério liberal.

No ano de 1840-41, primeiro depois da maioridade do imperador, as receitas do Império subiram a 16.310.571$000 réis.

Desde então, continuam a sua marcha ascendente, demonstrada pelas cifras abaixo:

1862-63	48.342.182 $000 réis
1872-73	109.108.063 $000 réis
1882-83	127.972.047 $000 réis

Atualmente, (1889) as receitas gerais elevaram-se a 153.148.000$000 réis.

Quanto ao seu valor, a produção brasileira era, em 1840, de 50.000.000$000 réis, ou seja, 125 milhões de francos; e é hoje de 500.000.000$000 réis ou 1 bilhão e 250 milhões de francos, segundo o "Jornal do Commercio" do Rio, em sua revista comercial de 1887.

Eis, agora, segundo um estudo notável de Levasseur, do Instituto, as médias das cifras oficiais, – "as quais, acrescenta esse sábio, são de certo inferiores à realidade" – referentes ao comércio exterior do Brasil, por períodos quinquenais:

Anos	Contos de réis	Equivalentes em milhões de francos
1834-39	79.000	197
1839-44	96.000	240
1844-49	105.000	282
1849-54	148.000	370
1854-59	212.000	530
1859-64	236.000	590
1864-69	312.000	780
1869-74	347.000	867
1874-79	359.000	897
1879-84	397.000	992

Em 1884-85, o comércio exterior atingiu 404.000 contos de réis (1 bilhão e 10 milhões de francos), sendo 178.000 referentes a importações e 226.000 à exportação.

Em 1886-87, elevou-se a 472.000 contos de réis (1 bilhão e 189 milhões de francos), sendo 209.000 de importação e 263.000 de exportação.

A eloquência destes números é incontestável e contribui certamente para a glória do reinado de D. Pedro II.

Quanto às estradas de ferro, demonstram idêntico progresso.

A primeira estrada foi inaugurada no Brasil, em 1854, por Irineu de Souza, barão e visconde de Mauá.

Em 1867, havia apenas 601 quilômetros de vias férreas.

A 31 de dezembro de 1870 já existiam 997 quilômetros.

Só depois da guerra do Paraguai, a partir de 1871, sob o ministério do visconde do Rio Branco (1871-75)[38] é que tomou maior impulso a construção de estradas de ferro. Os sucessores desse ministério o imitaram, principalmente Sinimbú e Antônio Prado.

Em 1883, o Brasil tinha em exploração 4.865 quilômetros de via férrea; em 1884, 6.116 quilômetros, além de 1.650 em construção.

A 31 de dezembro de 1887, havia já 8.486 quilômetros em exploração, 1.397 em construção e 3.597 em estudo. Hoje (31 de dezembro de 1888) existem 9.200 quilômetros em exploração e 9.000 em construção ou em estudo.

Nenhum país da América – excetuados os Estados Unidos e o Canadá, – possui tão vasta rede de estradas de ferro. E, no entanto, o Brasil não é um país de planícies como a República Argentina,

38 Ver, sobre a política larga e empreendedora deste ministério (1871-75), vivamente apoiada por D. Pedro II, as belas páginas do dr. Louis Couty, em sua obra: **l'Esclavage au Brésil**, p. 33-39. (Paris, 1881, Guillaumin et Cie.).

exigindo a construção de todas essas linhas grandes obras de arte e avultadíssimas despesas.[39]

Em 1873, o Brasil possuía 3.469 quilômetros de linhas telegráficas terrestres.

No ano seguinte (22 de junho), foi ligado à Europa por um cabo, tendo sido estabelecida outra linha submarina ao largo da costa.

Em 1875, o Brasil possuía 5.151 quilômetros de linhas telegráficas terrestres de propriedade do governo; em 1882, – 7.420 quilômetros; em 1885, – 9.299; em 1886, – 10.610. Hoje possui mais de 18.000 quilômetros, contando-se as linhas telegráficas das estradas de ferro.

Um dos grandes meios empregados pelo governo imperial para desenvolver os recursos do país, foi a proteção dispensada à imigração europeia. Levaram os europeus consigo suas artes, sua ciência e seu trabalho para essa região tão bem dotada pela natureza, tão rica, a que não falta hoje senão um requisito essencial: população. O Brasil possui ainda enormes zonas desertas, e poderia conter uma população de 600.000.000 de habitantes se fosse tão povoado como a França.

Em 1870, o Brasil recebeu apenas 9.123 imigrantes. Em 1887, 54.990. No ano findo (1888), 131.268 imigrantes entraram no país pelos dois portos do Rio e de Santos. No primeiro trimestre deste ano (1889) já desembarcaram nos portos citados e no de Vitória 43.489 imigrantes: 15.349 em Santos, 24.860 no Rio e 1.280 em Vitória.

D. Pedro II, secundado por seus ministros e pelo povo, ia assegurando, assim, à sua obra civilizadora o êxito mais completo.

---

39 Estados Unidos, 242.205 quilômetros; Canadá, 19.851; Brasil, 9.200; República Argentina, 6.205; Estados Unidos Mexicanos, 6.133; Chile, 2.693; Peru, 2.600; Uruguai, 553; Est. Unidos da Venezuela, 286; Costa Rica, 274; Estados Unidos da Colômbia (hoje, república da Colômbia, depois da reforma constitucional), 231; Guatemala, 213, Equador, 120; Honduras, 111; Paraguai, 72; Bolívia, a pequena estrada de La Paz a Aygachano (lago Titicaca).

Capítulo VII
Política externa

Sumário: Política externa de D. Pedro II – As duas guerras estrangeiras de seu reinado (1851-1852 e 1864-1870) travadas contra os tiranos do Prata e do Paraguai – Generosidade depois da vitória – As questões com a Inglaterra antes de 1850 – O bill Aberdeen (1845) – Consequências – Supressão do tráfico, devido à energia de D. Pedro II e do ministro Eusébio de Queiroz (1850) – Novas questões com a Inglaterra em 1862 – Ruptura das relações diplomáticas – Arbitragem do rei da Bélgica, favorável ao governo imperial – Satisfação obtida (1865) – Restabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países (1865) – Impossibilidade atual de questões semelhantes – A consideração em que são tidos D. Pedro e o Brasil, na Europa – Apelo à intervenção de D. Pedro II em três questões de arbitragem internacional.

O grande imperador, tão devotado à civilização do seu povo, seguiu sempre, nas relações externas, uma política leal e pacífica.

Se é verdade que, durante o seu governo, o Brasil sustentou duas guerras com países vizinhos, não é menos exato que D. Pedro II foi a isso provocado.

É de notar ainda, que essas guerras não foram dirigidas contra povos, mas contra tiranos da pior espécie que ousavam intitular-se governadores ou presidentes de Repúblicas imaginárias, com o fim de abusar da autoridade.

Já nos referimos à primeira dessas guerras, contra os ditadores Rosas e Oribe (1851-52).

O Brasil teve por aliados, em tal luta, todos os liberais, todos os espíritos esclarecidos das duas repúblicas do Prata. Defendeu então contra Rosas a independência do Paraguai, gravemente ameaçada, assim como a do Uruguai, quase destruída, porquanto os exércitos do ditador bonaerense dominavam todo o território dessa República, com exceção da capital.

D. Pedro II e os brasileiros – já o dissemos – foram saudados em Buenos Aires como libertadores, depois da vitória de Caseros e da queda do tirano.

Mais tarde vieram a guerra do Uruguai, (1864-1865) e a campanha contra o ditador da pretensa república do Paraguai (1864-1870), da qual falaremos mais adiante.

Atribuíam-se então a D. Pedro II e ao Brasil projetos de conquista. Esta acusação foi desmentida pela continuação da guerra. Nem uma polegada de terreno foi reivindicada pelo Brasil após a vitória. D. Pedro foi, como sempre, o defensor da independência do Paraguai, e procurou organizar este país com os destroços do povo que López II conduzira à ruína e à destruição. Limitou-se a regular a questão das fronteiras, aceitando uma linha menos vantajosa do que a determinada por López I, no começo de seu governo.

Em 1852, o Brasil obteve de seus vizinhos do Prata, para todas as bandeiras, a liberdade de navegação nos rios Uruguai e Paraná. E, em 1858, conseguiu do governo do Paraguai, não sem dificuldade, a abertura do rio deste nome ao comércio estrangeiro.[40]

---

40 Tratado de 12 de fevereiro de 1858, assinado em Assunção entre os plenipotenciários do Brasil e do Paraguai, o conselheiro Silva Paranhos (depois visconde do Rio Branco) e o general Solano López (depois ditador do Paraguai).

D. Pedro II abriu também a todas as bandeiras, em 1866, a magnífica via fluvial do Amazonas e de seus principais afluentes e conseguiu regularizar pacificamente numerosas e importantes questões de fronteiras com quase todos os vizinhos, estando apenas por liquidar as que dizem respeito às Guianas Francesa e Inglesa, à República Argentina e à Colômbia.

"Os que estudaram o Brasil com imparcialidade – diz Charles Reybaud – fazem justiça ao imperador, notando que ele, mesmo com os adversários mais fracos, sempre evitou as perturbações que levam à guerra, não ocultando qualquer pensamento ambicioso em seus atos. Contudo, alguns agentes políticos de grandes Estados europeus, desejosos de mostrar sua perspicácia e de se darem importância, atribuíram ao Brasil outros desígnios.

"O Brasil tem outras conquistas a fazer, mais urgentes e mais fecundas que a dos países que o cercam. Tem de arrancar à esterilidade o seu magnifico território; tem de encher, com o eco das machadadas e com as vozes másculas dos trabalhadores, o silêncio de suas solidões; tem de tornar os seus rios, que são os mais belos do mundo, acessíveis à navegação e ao comércio; tem de abrir estradas através da imensidade do Império para pôr em comunicação o centro com o litoral, para abrir ao mundo este livro fechado e cheio de mistérios da América interior; tem de fazer brilhar a luz da civilização nas profundezas de suas florestas virgens; tem, numa palavra, uma obra gigantesca a realizar, obra que encetou com decisão, mas que só com o trabalho de um século poderá terminar".

Os primeiros anos do governo de D. Pedro II foram assinalados por graves questões com a Inglaterra.

Uma lei brasileira de 1831 tinha abolido o tráfico dos negros, declarando criminoso esse comércio ignóbil e proclamando livres todos os escravos que aportassem ao Império.

Mas... como fazer cumprir esta lei, quando a anarquia reinava por toda a parte; quando as forças navais do Império combatiam os inimigos da ordem e da união, no Amazonas e seus afluentes e nos lagos e rios do Rio Grande do Sul?

Não obstante, a Inglaterra mostrava-se cada vez mais insistente junto ao governo do Brasil, apesar da crise difícil que este atravessava.

D. Pedro II só conseguira pôr fim às guerras civis em 1845, e vimos que uma última revolução provincial estalara em 1848-1849.

Ora, nesse mesmo ano de 1845, o Parlamento britânico votava o célebre *bill Aberdeen*, que autorizava a marinha inglesa a perseguir e a destruir, mesmo em portos brasileiros, os navios suspeitos de se empregarem no tráfico de escravos.

As maiores violências foram então empregadas nas águas do Império, provocando, no Brasil, um movimento geral de indignação contra o governo de um povo que se enriquecera com o tráfico dos negros e que só o abolira em 1807. Em 1º de março de 1799, Canning declarava ainda, em pleno parlamento, que a Inglaterra tinha quase o monopólio desse comércio, vangloriando-se disso!

Os negreiros e todos os que se interessavam no tráfico dos negros, alimentando a indignação popular, desorientavam as massas, bradando que a melhor das respostas a dar à Inglaterra era perseverar no comércio que o estrangeiro queria proibir.

O governo de D. Pedro II tornou-se impotente em face da indignação geral da qual participavam até ingleses eminentes como Lord Cairns.

Apesar do *bill Aberdeen* e das violências da marinha inglesa, o tráfico dos escravos aumentou.

O número de negros introduzidos no Brasil pelos contrabandistas descera, em 1841 a 16.000. Em 1845 foi de 19.000.

Após a apresentação do *bill Aberdeen*, os documentos levados ao parlamento inglês acusavam as cifras seguintes:

Em 1846, foram introduzidos no Brasil 50.324 negros

Em 1847, foram introduzidos no Brasil 56.172 negros

Em 1848, foram introduzidos no Brasil 60.000 negros

Em 1849, foram introduzidos no Brasil 54.000 negros

Em 1850, foram introduzidos no Brasil 23.000 negros

Nesta época, em suas notas diplomáticas, dizia o Brasil:

"A Inglaterra quer a supressão do tráfico de negros. O governo imperial também o deseja e está firmemente decidido a usar de todos os meios para atingir esse fim. Mas o que lhe paralisa a boa vontade, o que lhe entrava a ação é precisamente a intervenção violenta da Inglaterra numa questão interna em que não lhe assiste o direito de intervir; é um atentado contra a soberania do Império, cometido por uma lei inglesa. Já não era fácil ao governo imperial chamar à razão os proprietários de terras e os intermediários comerciais que julgavam estar a fortuna do país relacionada com a continuação do tráfico; mas as dificuldades tornam-se bem mais graves e mesmo insuperáveis desde que uma questão de honra se lhes vem juntar exigindo-se ao Brasil, com a espada ao peito, uma reforma que ele pretende fazer voluntariamente. Estes excessos diminuem a autoridade do governo imperial sobre os seus agentes administrativos e judiciários e sobre o povo".

Em suma, a intervenção inglesa não serviu senão para aumentar o tráfico. A esquadra era impotente para impedir desembarques num litoral de mais de 1.200 léguas. A repressão eficaz deste tráfico vergonhoso não podia ser feita senão em terra e pelo governo imperial, cuja força moral estava abatida pelos processos da Inglaterra.

Em 1850, estando restabelecida a ordem em todo o Império, foi votada pelo Parlamento uma lei que estabelecia penas severas contra os traficantes.

D. Pedro II tinha então um ministério forte, composto de homens cheios de prestígio e venerados por todo o país.

O chefe do gabinete era o marquês de Monte Alegre, Costa Carvalho, antigo membro da Regência. O ministro da Justiça era Eusébio de Queiroz, estadista de rara energia e alta distinção.

Fortemente apoiado pelo Imperador e firmado na lei de 4 de setembro de 1850, Eusébio de Queiroz perseguiu os negreiros, deportou os estrangeiros que se entregavam ao odioso comércio e fez vigiar as praias pela polícia. A marinha brasileira, que não tinha mais revoltas a combater, pode dedicar-se à caça dos negreiros. E, dentro de pouco terminou o tráfico no Brasil.

Em 1851, somente 3.287 africanos desembarcaram no Império; em 1852, apenas 700; e, no espaço de 3 anos, de 1853 a 1856, esse número desceu a 512.

Desde então não vieram mais escravos da África; só os nascimentos alimentavam a escravidão.

Veremos mais adiante como esta odiosa instituição foi mais tarde atacada em suas raízes e destruída para sempre.

Novas questões com a Inglaterra surgiram em 1862.

Christie, o ministro inglês no Brasil, que residia no Rio de Janeiro, era um homem imprudente.

Vendo que certas reclamações por ele apresentadas ao governo brasileiro, a respeito de um navio naufragado e da prisão de alguns marinheiros embriagados, não eram atendidas, recorreu à violência. Em obediência a ordens suas, cinco navios brasileiros foram capturados nas proximidades do porto do Rio.

A indignação dos brasileiros explodiu com razão; e o povo sentiu então que o coração de D. Pedro II batia uníssono com o seu.

Evidentemente, o Brasil não podia lutar contra a Inglaterra; o governo teve de ceder, pagando a soma injustamente reclamada. Mas o imperador protestou energicamente, enviando ao ministro inglês os seus passaportes e retirando de Londres a legação imperial.

A questão, graças à intervenção do rei de Portugal, foi submetida à arbitragem do rei dos belgas.

Leopoldo I deu razão ao governo imperial. Na própria Inglaterra se operou na opinião pública um grande movimento favorável ao Brasil.

Enfim, em 1865, quando se encontrava em seu acampamento de Uruguaiana, cercado de seus aliados, os presidentes das Repúblicas da Argentina e do Uruguai, D. Pedro II recebia o ministro inglês Thornton que lhe vinha propor o restabelecimento das relações de amizade entre os dois governos, e exprimir-lhe quanto a rainha, o governo e o povo inglês lamentavam o que se passara.

Na sua resposta, cheia de dignidade, D. Pedro II declarou que, depois daquela satisfação, estavam restabelecidas as relações de amizade entre o seu governo e o da Inglaterra, acrescentando que esta se mostrava verdadeiramente grande, ao fazer justiça ao Brasil.

Estamos tratando, porém, de fatos muito remotos e que hoje, certamente, não se repetiriam.

O Brasil e o seu imperador são hoje em dia apreciados na Europa muito favoravelmente.

Nenhum soberano goza no estrangeiro de tamanho prestígio e tão grande popularidade como este príncipe ilustre. E nenhuma nação inspira, na Europa, mais respeito do que o Brasil.

E, no entanto, D. Pedro II não tem exércitos nem esquadras bastante poderosas para influírem nos destinos do mundo; o

militarismo não domina em seu país, como na Europa civilizada, que se transformou em grandes acampamentos prontos a se lançarem uns contra os outros ao primeiro tiro de canhão.

A autoridade moral de D. Pedro II, devida ao seu espírito pacífico, cresceu de tal maneira no concerto das nações que, em muitas questões graves em que foi necessário recorrer à arbitragem, foi o Imperador convidado a designar pessoalmente um dos membros do tribunal chamado a julgar e a decidir esses conflitos. Prova evidente da confiança que inspira às potências cujo interesse ou honra estavam em jogo, a escolha deste soberano justo!

Assim é que um representante de D. Pedro II, o visconde de Itajubá, tomou parte no congresso internacional de Genebra na questão de *Alabama*, entre a Inglaterra e os Estados Unidos.

Mais tarde, D. Pedro II enviou outro representante ao tribunal arbitral de Washington, encarregado de julgar as reclamações de muitos governos europeus sobre certos atos praticados durante a guerra civil dos Estados Unidos.

O representante de D. Pedro II foi, desta vez, o visconde de Arinos, atualmente ministro em Londres. Este diplomata brasileiro, que há pouco tempo ainda representava tão dignamente o Brasil em Paris, teve a honra de presidir em Washington o tribunal em que tomaram também assento os representantes dos Estados Unidos e da França.

Enfim, as reclamações feitas por muitos governos europeus à república do Chile foram julgadas em Santiago por um árbitro nomeado por D. Pedro II.

Esta honra coube, a princípio, a Lopes Netto, depois a Lafayette Pereira, antigo primeiro ministro do Brasil; e, depois da partida deste jurisconsulto, ao barão d'Aguiar de Andrada, hoje ministro do Brasil em Lisboa.

DOM PEDRO II

Capítulo VIII
Guerra do Uruguai e do Paraguai

Sumário: Guerra do Brasil contra o governo de Montevidéu (1864-1865) – Tomada de Paissandu e capitulação de Montevidéu – O ditador do Paraguai, López II, invade a província brasileira de Mato Grosso – Os grandes projetos de López II – A ordem do Mérito – A coroa imperial – A imprensa paraguaia no tempo de López II – Invasão da República Argentina – Tríplice Aliança do Brasil, Argentina e Uruguai contra López II – Vitória Naval dos brasileiros em Riachuelo – D. Pedro II em Uruguaiana (1865) – Invasão do Paraguai pelos aliados (1866) – Primeiras batalhas – Vitórias em Confluência, Estero Bellaco e Tuiutí – Inação dos aliados – Derrota dos mesmos em Sauce – Tomada de Curuzu pelos brasileiros – Os aliados derrotados em Curupaiti (1866) – O marechal Caxias nomeado generalíssimo dos brasileiros – D. Pedro II nesta época, sua atividade e patriotismo – O cólera no exército – Movimento ofensivo de Caxias: marcha de flanco – Couraçados brasileiros forçam a passagem de Curupaiti – Novas vitórias dos brasileiros – Passagem de Humaitá pelos couraçados e tomada de Cierva – Tomada de Humaitá e de Tebicuari – Campanha de Piquisiri: vitórias de Caxias em Itororó, Avaí, e Lomas Valentinas – López II refugia-se na cordilheira de Ascurra – Caxias, enfermo, de volta ao Rio – O conde d'Eu, general em chefe – Dificuldades da nova luta – Vitórias do conde D'Eu em Peribebui e em Campo Grande – Perseguição ao inimigo. Cero-Corá: López II é morto – A paz restabelecida – D. Pedro não quis nunca entrar em acordo com López II – Uma palavra do Imperador – O conde d'Eu consegue do governo paraguaio a abolição da escravatura.

Falemos agora, sucintamente, da famosa guerra do Paraguai, à qual já nos referimos. Foi uma campanha longa mas cheia de glórias para o exército brasileiro.

O governo de D. Pedro II tinha feito justas reclamações ao de Montevidéu, que estava então nas mãos do partido *blanco*. O outro partido, o *colorado*, dirigido pelo general Flores, dominava desde alguns anos atrás quase todo o país, procurando derrubar os *blancos*.

Nas repúblicas hispano-americanas, os partidos da oposição não têm senão um meio de chegar ao poder: a revolução, a guerra civil. Não há possibilidade de vencer um governo nas eleições e o presidente, que é sempre um homem de partido, prepara a eleição de seu sucessor.[41]

As reclamações do governo imperial não foram atendidas por Montevidéu: o ultimatum do enviado do Imperador, o conselheiro Saraiva, um dos mais ilustres estadistas brasileiros, foi rejeitado (9 de agosto de 1864). Esse ministro deixou Montevidéu e um exército brasileiro, comandado pelo general João Propício Mena Barreto, barão de S. Gabriel, invadiu a República Oriental e apoderou-se de Paissandu (2 de janeiro de 1865) e acordou com o general Flores, que fora reconhecido como beligerante. Os aliados marcharam contra Montevidéu, que cercaram, enquanto a esquadra imperial do almirante Tamandaré bloqueava o porto.

A praça capitulou a 20 de fevereiro de 1865. Por uma convenção assinada no mesmo dia entre o general Flores e o governador de Montevidéu, com a aprovação do ministro brasileiro, conselheiro Silva Paranhos, depois visconde do Rio Branco, aquele general

41 O partido do general Bartolomeu Mitre, cuja presidência coincidiu com a época mais gloriosa da República Argentina, que deve todos os seus progressos a esse governo esclarecido e patriótico, não pôde voltar à atividade depois de 1868. Duas vezes procurou vencer pela revolução e duas vezes foi esmagado. Mesmo nos Estados Unidos, o partido vencido depois da guerra de secessão só pode fazer um presidente após 20 anos de lutas.

ficou como governador provisório da República e esta aliada ao Brasil contra o Paraguai.

Como se sabe, o ditador do Paraguai, López II,[42] tinha iniciado, em 1864, as hostilidades contra o Brasil, sem declaração de guerra. Apoderou-se, em 12 de novembro, do paquete brasileiro *Marquês de Olinda*, aprisionando passageiros e tripulação. A bordo encontrava-se o coronel Carneiro de Campos, deputado, nomeado presidente da província de Mato Grosso.

Logo depois, López II fez invadir a parte meridional dessa província, do lado do rio Paraguai, pelo general Barrios, com 4.200 homens e 10 navios de guerra, e do lado da fronteira do Apa pelo general Resquin com 5.000 homens.

Mato Grosso tinha, então, apenas uma guarnição de 875 homens disseminados pelo seu território, 5 pequenas canhoneiras e a guarda nacional, que não fora mobilizada por não se esperar uma invasão.

Apesar disso, 155 brasileiros, comandados pelo coronel Porto-Carrero, resistiram durante três dias a Barrios, no pequeno forte de Nova Coimbra, (26 a 28 de dezembro de 1864), repeliram um assalto e, depois de terem esgotado as munições, operaram a retirada na pequena canhoneira *Amambahy*, não sendo perseguidos pelo inimigo. Na aldeia de Dourados, um destacamento brasileiro de 15 homens, comandado pelo tenente Antônio João Ribeiro, foi cercado por 200 paraguaios, mas não se rendeu, tendo sido dizimado.

Os paraguaios limitaram-se a ocupar a parte meridional de Mato Grosso, não ousando atacar a capital, Cuiabá, onde um

42 Muitos escritores franceses escreveram: **Dom López**. Nunca se deve empregar o **Dom** dos espanhóis assim como o título inglês **Sir** antes do nome de família: ele deve preceder sempre o primeiro prenome. Assim, é Dom Francisco López e não Dom López que se deve dizer; Sir Robert Peel e nunca Sir Peel. Em Portugal, Espanha, Itália e Brasil, o título de **dom** ou **don** pertence a raras famílias: mas ficou em uso na Espanha e nos países em que se fala o espanhol dar-se esse título a toda a gente.

brasileiro nascido na França, Augusto Leverger, contra-almirante reformado, organizou a defesa, formando com a guarda nacional, um pequeno exército de 2.676 homens. Era bem pouca gente para enfrentar os 9.000 homens de Barrios e Resquin! Mas López II conhecia pessoalmente Leverger; e a reputação deste velho marinheiro deteve os paraguaios.

A 27 de janeiro de 1865, o conselheiro Silva Paranhos (Rio Branco), enviado extraordinário do Brasil no Prata, publicou em Buenos Aires uma nota circular dirigida ao corpo diplomático e que foi o manifesto de guerra do governo imperial contra o ditador do Paraguai.

López II tinha militarizado o seu país e governava-o despoticamente. O povo paraguaio habituara-se à obediência passiva desde os primeiros anos da conquista espanhola. Os jesuítas haviam estabelecido ali, no século XVII, um governo elogiado por alguns escritores europeus. No século XVIII, tendo armado e disciplinado os guaranis, os jesuítas ousaram resistir aos reis de Espanha e de Portugal. Tornou-se necessária uma guerra para submeter os índios. Os exércitos do Brasil e de Buenos Aires destruíram o dos guaranis, na batalha de Caaibaté (1756). E foi então que Portugal (1759) e a Espanha (1767) expulsaram aqueles religiosos. Depois da independência das colônias espanholas, o Paraguai, sob o governo despótico do Dr. Francia, passou a viver em completo isolamento, sem relações com o resto do mundo. Depois de Francia veio López I, (Carlos López) falecido em 10 de setembro de 1862, tendo-lhe sucedido López II (Francisco Solano López).

Este último, durante a ditadura do pai, visitara rapidamente a Europa. Aos 18 anos já era general e comandava em Corrientes um exército de observação, que não chegou a combater. Os quartéis e os exércitos da Europa, assim como, na França, as festas do 2º Império, deslumbraram esse jovem pretensioso e ignorante. De volta ao seu país e nomeado ministro da Guerra e da Marinha,

só se preocupou com o aumento do exército paraguaio e da organização de uma esquadra.

Feito presidente, após a morte do pai, procurou aliar-se com o Brasil. Porém, certos estadistas brasileiros, talvez erradamente, não o tomaram a sério, e López abespinhou-se.

Era seu plano aumentar o Paraguai com prejuízo da Argentina, conquistando as províncias de Corrientes e Entre Rios, assim como a ilha de Martin Garcia, que domina a entrada do Paraná e do Uruguai. Contava, como Napoleão, fazer-se aclamar imperador após a vitória.

Encontrou-se na alfândega de Buenos Aires, em 1865, o modelo de uma coroa imperial que o ministro paraguaio em Paris, Benitez, mandara submeter à sua apreciação.

No mesmo ano, Lopes II criou a *Ordem Nacional do Mérito*, calcada no plano da Legião de Honra criada por Bonaparte.

Mas havia, entre a ordem paraguaia e as de todos os outros países, a seguinte diferença: o grande cordão do Mérito de López II não podia ser concedido aos presidentes das Repúblicas. O artigo 3º do decreto de 8 de abril de 1865 era assim redigido: – "A más del Presidente de la República, la Gran Cruz podrá solo conferirse en el país al Mariscal de sus Ejércitos y al Jefe de la Iglesia del Estado y *en el extranjero únicamente a los Jefes vitalicios de Estados Soberanos"*.

Assim, a distinção da Grã-Cruz pertencia de direito ao presidente do Paraguai e não podia ser por ele concedida senão ao marechal do exército paraguaio (só havia um marechal, que era o próprio López II) e ao bispo de Assunção; no estrangeiro, o chefe de Estado só podia conferir essa honra aos imperadores e reis; os presidentes de Repúblicas deveriam contentar-se com o posto de grandes oficiais da ordem de López II...

O Paraguai possuía apenas um jornal, o *Semanario*, que era o órgão oficial.

Durante a guerra apareceram três ou quatro jornais criados, como o *Semanario*, para insultar os aliados e seus chefes, para publicar elogios a López e para transformar em vitórias todas as derrotas.

Esses jornais mostravam bem o nível intelectual e moral do povo paraguaio depois de uma série de governos tirânicos. Não se pode imaginar nada mais ridículo do que certos artigos da imprensa oficial de López II.[43]

Em 1864, o ministro Carreras, enviado ao Paraguai pelo governo de Montevidéu, conseguiu dissuadir López II da linha política por este traçada e envolve-lo em guerra contra o Brasil, persuadindo-o de que uma aliança secreta fora assinada entre o Brasil e a Argentina para a conquista e partilha do Paraguai e do Uruguai.

---

43 Eis a tradução literal de um trecho da **Estrella** (nº de 10 de julho de 1869), jornal oficial que substituíra o **Semanario**:

"Quando é que a história do mundo apresentou, nas culminâncias dos séculos, um **Gênio** igual ao **Marechal López**?

"Nunca... nunca.

"**Alexandre, Júlio César, Constantino, Frederico Guilherme, Napoleão**, foram atletas que, com as asas do gênio, puderam elevar-se acima de todos os campeões de Marte; conquistaram a imortalidade; mas qual dentre eles se elevou tão alto, qual dentre eles dominou o espaço e a imensidade como o **Marechal López**?

"Consultai as épocas, os séculos, as luzes e os elementos, consultai os acidentes, as circunstâncias e os meios, e vereis que o **Marechal López** é o **Gênio** dos gênios".

Um outro artigo do mesmo jornal, em 13 de junho de 1869, trazia um paralelo entre López, o **Salvador** e Jesus Cristo, com vantagem para o primeiro. Eis um trecho:

"Mas o nosso **Gênio Salvador** não partiu para o Egito; não, Salvador partiu também, mas para o campo da honra, para o campo de batalha! Em 8 de junho de 1865!"

"E não deixou a **Barbacan** onde folhas verdes lhe formavam o leito; deixou a **Grandeza** e o **Conforto** da sua alta posição social e política; deixou os doces prazeres da vida para correr os riscos da áspera vida dos heróis..."

Conservamos os itálicos e as letras maiúsculas do original, fazendo notar que estes trechos foram extraídos de dois artigos de fundo do jornal citado.

Carreras pagou caro esta invenção porque, estando refugiado no Paraguai, após a vitória em Montevidéu dos brasileiros e de seu aliado o general Flores, (20 de fevereiro de 1865), foi aprisionado em 1868, submetido à tortura e fuzilado em 27 de setembro.[44]

López tinha, em 1864, um exército de 80.000 homens, ao passo que o do Brasil era em tempo de paz, de 15.000. Porém, obedecendo ao apelo do Imperador, organizaram-se rapidamente numerosos batalhões de voluntários, tendo sido mobilizada uma parte da guarda nacional.[45]

44 Muitos outros uruguaios ou orientais tiveram a sorte do Dr. Carreras. Citaremos apenas o Dr. Rodriguez Larreta, que fora secretario da legação do Uruguai, o coronel Francisco Laguna que oferecera os seus serviços ao ditador e o antigo cônsul Antoine Nin Reyes. Larreta e Laguna foram fuzilados em 22 de agosto de 1868 e Nin Reyes em 26.

O número de vítimas de López II, nos seus 5 últimos anos de vida, foi certamente superior ao das vítimas de Rosas em vinte e um anos de tirania.

Só a loucura pode explicar a conduta do ditador paraguaio depois das primeiras derrotas. Muitos dos seus generais, Robles, Bruguez, Barrios (seu cunhado), um grande número de oficiais superiores, o bispo Palacios, ministros e altos funcionários, seus dois irmãos, Benigno e Venancio López, um outro cunhado, Bedoya, paraguaios e estrangeiros, sem excetuar mulheres, foram fuzilados, mortos a golpe de lança ou por meio de torturas. Quando López morreu, a mãe dele respondia a um processo e recebia regularmente um castigo de bastonadas porque os juízes (todos oficiais do exército) não lhe arrancavam a declaração de ter querido envenenar o filho.

Os nomes de grande número de franceses figuram nas relações de fuzilados que os aliados encontraram e publicaram em 1868 e 1870 em Buenos aires e no Rio. Entre as damas paraguaias e estrangeiras libertadas em 1869 pelo exército brasileiro, encontrava-se Mme. Lasserre, em solteira, Dorothée Duprat, autora da narrativa comovente das privações e sofrimentos suportados por ela e suas companheiras durante a guerra do Paraguai. Seu irmão, Aristide Duprat, foi fuzilado a 8 de agosto de 1868; seu pai, Cyprien Duprat e seu marido, Narcise Lassarre, a 22 desse mês.

López II, que se tornara louco furioso, encontrou, entretanto, republicanos bastante ingênuos que o defenderam na imprensa europeia, de 1865 a 1870, iludidos pelas informações do ministro paraguaio em Paris. O mais curioso é que, sendo impossível a correspondência entre este ministro e López, o primeiro forjava em Paris notícias do Paraguai, servindo-se dos despachos de origem brasileira e argentina publicados pelos jornais franceses e ingleses.

45 O exército brasileiro compunha-se então, além do estado maior e corpos especiais, de 1 batalhão de engenharia, 1 regimento de artilharia a cavalo, 4 batalhões de artilharia, 5 regimentos de cavalaria, 16 batalhões de infantaria em 8 companhias, 5 em 4 companhias, 2 em seis, e muitas companhias de guarnição. Em 1865, depois do apelo do governo, foram organizados 56 batalhões de voluntários: 13 na Bahia, 11 no Rio de Janeiro (na cidade do Rio 7; na província, 4), 8 em Pernambuco, 4 no Rio Grande do Sul, 3 em cada uma das províncias de S. Paulo, Minas e Maranhão, 2 no Pará, 2 no Piauí, 1 em cada uma das províncias do Ceará, R. G. Do Norte, Paraíba, Alagoas e Mato Grosso; 1 batalhão composto de voluntários de Ceará, Piauí e Sergipe; 1 (nº 16, depois, nº 48) composto de estrangeiros. A guarda nacional do Rio Grande do Sul forneceu quase toda a cavalaria do exército nacional.

Em abril de 1865, López II, ainda sem declaração de guerra, lançou contra a Argentina um exército de 30.000 homens, comandado pelo general Robles. Esse exército ia ocupar uma grande parte da província de Corrientes, enquanto a esquadra paraguaia se apossava de duas canhoneiras ancoradas em frente da capital da província.

A República Argentina, como sucedera ao Brasil, foi forçada a aceitar a guerra; e uma tríplice aliança foi assinada em Buenos Aires, em 1º de maio de 1865, entre aqueles dois países e a República Oriental do Uruguai.

Os brasileiros estrearam com a vitória naval do Riachuelo (11 de junho de 1865) ganha pelo almirante Barroso, agraciado então com o título de Barão do Amazonas.

Em 1865, a esquadra brasileira compunha-se de 45 navios; em 1866, de 62, sendo 4 couraçados. Em 1867 havia 10 couraçados (um perdera-se em 1866 em Curuzu). Em fevereiro de 1868, a esquadra em operações tinha 13 couraçados, 28 canhoneiras, 4.500 homens e 155 canhões. Em abril de 1869, a frota brasileira, além de numerosos transportes, dispunha de 85 navios, dos quais 16 couraçados, com um total de 277 canhões e 6.447 homens.

Em uma obra recente do capitão de fragata **Chabaud Arnault**, encontramos o seguinte trecho a respeito da marinha brasileira nessa guerra: "Os seus 500 oficiais, 6 ou 7.000 **marinheiros imperiais** e soldados do **batalhão naval** provinham todos de um recrutamento exclusivamente nacional. Para instrução teórica e prática desse pessoal havia escolas que, sob certos pontos de vista não ficavam atrás das melhores da Europa.

O material tinha sido, do mesmo modo, objeto de cuidados especiais.

Estaleiros de todos os gêneros permitiam a construção da maioria dos navios, cascos e máquinas; no Rio de Janeiro, abriram-se, ao lado de novos estaleiros, diques de reparação, onde se trabalhava ativamente na construção de pequenos couraçados.

Pode-se afirmar, pois, que os 3 grandes movimentos estratégicos da guerra do Paraguai: o assalto de Humaitá, a tomada de flanco das linhas Piquisiri e o transporte da divisão Câmara para a retaguarda dos destroços do exército inimigo, puderam ser executados graças ao concurso dos navios. Se se acrescentarem a estes serviços de primeira ordem muitos combates brilhantes, reconhecimentos realizados de todos os lados, e o transporte incessante de víveres e munições necessários a um exército de 60.000 homens, deve-se reconhecer que os marinheiros do Brasil tornaram-se credores dos melhores elogios pela sua intrepidez, habilidade e dedicação". (**CHABAUD ARNAULT, Histoire des flottes militaires**, Paris, 1889, p. 434 e 441).

A frota paraguaia, no mês de abril de 1865, contava 39 navios e muitas chatas (ver uma nota do **Barão do Rio Branco** à obra de **SCHNEIDER, Historia da Guerra da Tríplice Aliança**, 3º volume, págs. 194-195, Paris, 1889). O exército de López no começo da guerra era de 80.000 homens, segundo Thompson, e os generais Resquin e Caballero (paraguaios); de 100.000 homens, segundo Masterman e Gould, encarregado de negócios inglês).

Uma divisão paraguaia que, sob o comando de Duarte, avançava pela margem direita do Uruguai, foi derrotada em Yatai pelos aliados, comandados pelo general Flores (17 de agosto); e as tropas paraguaias que, sob o comando de Estigarribia, tinham invadido a província do Rio Grande do Sul, foram forçadas a render-se em Uruguaiana (18 de setembro de 1865).

D. Pedro II fora reunir-se ao exército do Rio Grande do Sul com seus dois genros, o conde D'Eu e o duque Augusto de Saxe, sendo-lhe dado assim o ensejo de assistir à rendição dos paraguaios em Uruguaiana.

A partir desse momento, D. Pedro, bem contra sua vontade, foi obrigado a deixar as tropas e regressar ao Rio, porque a Constituição brasileira lhe vedava atravessar a fronteira sem autorização das Câmaras.

Uma recepção entusiástica o acolheu no Rio.

"O poder do Brasil – escrevia então o sábio Agassiz – afirma-se neste momento pela continuação desta guerra, a mais importante das que se têm travado na América do Sul. Com efeito, a luta empreendida pelo Brasil não tem caráter egoístico; em sua questão com o Paraguai, o povo brasileiro deve ser olhado como o porta-bandeira da civilização. Tudo o que sei a respeito desta guerra convenceu-me de que ela foi empreendida por motivos honrosos e que, pondo de lado as pequenas intrigas individuais, consequências inevitáveis dos grandes movimentos, esta luta foi conduzida dentro de um espírito de desinteresse absoluto.

"O Brasil, nesta luta, merece a simpatia do mundo civilizado; o que ele ataca é uma organização tirânica meio clerical, meio militar, a qual, tomando o título de República, desonra o belo nome que usurpou".[46]

46 **AGASSIZ, "Voyage au Brésil".**

Em 1866, no mês de abril, os exércitos aliados estavam prestes a tomar a ofensiva e a invadir o Paraguai, encontrando-se acampados na margem esquerda do Paraná, no território de Corrientes, em face do Passo da Pátria.

A esquadra brasileira, comandada pelo Almirante Tamandaré e reunida no mesmo ponto, fechava a entrada do rio Paraguai. O general Mitre, presidente da República Argentina, era o comandante em chefe dos aliados. Tinha sob as suas ordens 11.500 homens de seu país, 33.000 brasileiros, que formavam o 1º corpo do exército imperial sob a direção do general Osório, marquês de Herval[47] e 1.680 uruguaios comandados pelo general Flores.

O ditador López II, com um exército mais numeroso, aguardava-os em Passo da Pátria, na margem direita do Paraná, perto da confluência do Paraguai. A sua gente ficava assim protegida pelos dois grandes rios, além de várias lagunas e trincheiras.

Os brasileiros tinham ocupado, com 1.000 homens comandados pelo coronel Villagran, Cabrita, a ilha, ou antes, o banco de Itapiru, em face do pequeno forte deste nome.

Os paraguaios, conduzidos pelo general Diaz, atacaram esta posição em 10 de abril de 1866, sendo repelidos.

Constituía uma operação bem difícil para um exército a passagem através de um rio largo como o Paraguai.

No entanto, a tentativa foi levada a cabo, com grande êxito, pelo exército brasileiro, sob a proteção da esquadra imperial, comandada pelo almirante Tamandaré.

O bravo Osório, que quis ser o primeiro a pisar na margem oposta, à frente de 10.000 brasileiros, conseguiu enganar o inimigo e, secundado pelo contra-almirante Alvim, fez desembarcar rapidamente seus homens em Confluencia, a 16 de abril de 1866.

---

47 Na mesma data o Brasil tinha na fronteira do Uruguai o seu 2º corpo de exército (general conde de Porto Alegre) composto de 14.500 homens mais uma reserva de 8.498 homens no Rio Grande do Sul, e 6.367 na província de Mato Grosso, comandados pelo contra-almirante Leverger.

No mesmo dia repelia um primeiro ataque paraguaio; e, no dia seguinte, repelia um segundo, perto do pequeno forte de Itapiru, que caiu em seu poder.

Desde então, as outras divisões do exército atravessaram livremente o rio e desembarcaram sem resistência.

Osório e seus soldados tinham aberto o caminho.[48]

Por outro lado, os couraçados e canhoneiras do Brasil tinham forçado López a abandonar as trincheiras de Passo da Pátria, para concentrar os seus homens atrás das linhas fortificadas que rodeavam grande terreno entre as fortalezas de Humaitá e de Curupaiti, sobre o rio Paraguai, e as posições de Sauce, Rojas e Espinillo. Estas linhas encontravam-se protegidas por pântanos e pequenos lagos e encoberta por florestas, sendo em muitos pontos, inabordáveis, devido ao terreno pantanoso que as rodeava.

Os aliados, depois da passagem do Paraná, detiveram-se em Passo da Pátria, tendo em Estero Bellaco, dirigida pelo general Flores, a sua vanguarda, composta de algumas divisões brasileiras e do pequeno exército oriental.

Inesperadamente, López atirou contra estas forças numerosas divisões, comandadas pelo general Diaz.

A princípio os paraguaios levaram vantagem. Mas Osório chegou a 2 de maio de 1866, transformando a derrota em vitória.[49]

Alguns dias depois os aliados continuavam sua marcha para a frente e acampavam em Tuiti, diante das trincheiras de Sauce e Rojas (20 de maio).

48 Os brasileiros perderam nos combates de Confluencia (16 de abril) e de Itapiru (17 de abril) 357 homens, entre mortos e feridos.

49 Os aliados perderam na batalha de Estero Bellaco: brasileiros: 1.103 homens fora de combate e 4 canhões; uruguaios, 365 homens; argentinos, 49 homens. Perdas dos paraguaios: 2.450 homens fora de combate, 4 canhões (3 tomados pelos brasileiros e 1 pelos uruguaios) e duas bandeiras (uma tomada por brasileiros e outra por argentinos).

Faltavam mapas da região e não se encontravam guias. O Paraguai fora sempre um mistério para o estrangeiro. Por outro lado, a cavalaria dos aliados estava literalmente inerte. Não tendo sido organizado o serviço de provisões para alimento dos cavalos, estes foram morrendo por falta de pastagens.

O general em chefe, Mitre, estava assim condenado, por algum tempo, à imobilidade.

A 24 de maio, López, julgando surpreender e bater os aliados, lançou contra eles as suas melhores tropas, sob as ordens dos generais Resquin, Barrios e Diaz. Travou-se uma batalha sangrenta. Os aliados triunfaram: a derrota do exército de López foi completa.

O presidente Mitre, porém, por falta de meios de transporte, contentou-se em ficar senhor do campo de batalha.[50]

Enquanto esperava cavalos e a chegada do 2º corpo do exército brasileiro, Flores tentou romper, pelos bosques de Sauce, as linhas inimigas.

Osório, doente, cedera o comando do 1º corpo brasileiro ao general Polidoro Jordão.

Em 16 de julho travou-se uma luta encarniçada no lugar chamado Boqueron, que foi tomado pelos aliados. Mas a 18, pretendendo avançar, sofreram estes um revés em Sauce.[51]

Nestes dois combates puderam tomar parte somente algumas divisões dos aliados, cujas perdas foram muito grandes.

---

50 Os aliados eram em número de 32.000 homens (sic) (21.000 brasileiros com 80 canhões, 10.500 argentinos com 34 canhões e 1.400 uruguaios com 6 canhões). Foram atacados por 25.000 homens. As perdas dos paraguaios foram de 6.000 mortos, 7.000 feridos, 4 canhões tomados pelos brasileiros e 7 bandeiras (3 tomadas pelos brasileiros, 3 pelos argentinos e 1 pelos uruguaios).

As perdas dos aliados foram as seguintes, brasileiros, 719 mortos (62 oficiais), 2.292 feridos (179 oficiais); argentinos, 126 mortos (11 oficiais), 480 feridos (37 oficiais) e 2 estandartes; uruguaios, 133 mortos (12 oficiais), 163 feridos (16 oficiais) e uma bandeira.

51 Perdas dos aliados no combate de Boqueron (16 de julho) e Sauce (18 do mesmo mês): brasileiros, 3.611 homens fora de combate (262 oficiais); argentinos 749 (59 oficiais); uruguaios, 250 homens (20 oficiais).

Enfim, no mês de agosto, chegou uma parte do 2º corpo brasileiro comandada pelo general conde de Porto Alegre.

De combinação com a esquadra brasileira do almirante Tamandaré, Porto Alegre operou do lado do rio Paraguai.

A 2 de setembro, depois de um bombardeamento que fez perder aos brasileiros o couraçado "Rio de Janeiro", atingido por um torpedo, Porto Alegre tomou de assalto o forte de Curuzu, defesa avançada de Curupaiti.[52]

Reclamou então reforços para poder avançar, originando-se daí uma discussão. Faltava unidade de comando; os generais aliados não conseguiam entender-se.

E enquanto eles discutiam e trocavam cartas, López fortificava-se cada vez mais em Curupaiti.

Afinal, o presidente Mitre, com a maior parte do exército argentino, chegou a Curuzu para atacar Curupaiti com o auxílio do 2º corpo brasileiro.

O assalto, realizado a 22 de setembro de 1866, redundou em derrota.[53]

Foi preciso esperar novos reforços.

O pequeno exército argentino, que tinha apenas 10.000 homens, em grande parte estrangeiros, porque quase todas as províncias

52 Tomada de Curuzu: perdas dos brasileiros: 72 oficiais e 861 soldados ou marinheiros fora de combates e um couraçado destruído; perdas dos paraguaios: 2.500 homens, 13 canhões e 3 bandeiras. A posição fora atacada pelo 2º corpo brasileiro (8.137 homens) e pela esquadra imperial.

53 Curupaiti foi bombardeada pela esquadra brasileira e atacada por 9.000 homens de infantaria e de artilharia argentina (o presidente Mitre como general em chefe dos aliados) e pelo 2º corpo do exército brasileiro (conde de Porto Alegre) que tinha então 10.380 homens, 3.900 de cavalaria. Este foi o único combate em que as forças dos argentinos e brasileiros foram mais ou menos iguais. Os primeiros tiveram 2.082 homens fora de combate (163 oficiais) e os brasileiros 2.020 (207 oficiais). Esta derrota produziu em Buenos Aires a maior emoção, porque nela pereceu grande número dos melhores oficiais argentinos.

Além disso, fora esse até então, na história militar da República Argentina, o combate em que seus exércitos tiveram maior número de baixas. Os paraguaios, segundo Resquin, tiveram nesse dia, apenas 250 soldados fora de combate.

se haviam recusado a fornecer contingentes de tropas ao governo federal, foi obrigado a dispensar 6.000 homens, encarregados de restabelecer a ordem nas províncias interiores da República.

A partir dessa data, e até princípios de 1868, a Argentina não conseguiu ter no Paraguai mais de 6.000 homens, reduzindo-se ainda esse número para 4.000 depois de janeiro de 1868.[54]

O exército uruguaio já não tinha senão 500 homens sob o comando do general Henrique Castro. O Presidente Flores retirara-se para Montevidéu, onde, pouco depois, foi assassinado (20 de fevereiro de 1868).

Informados do desastre de Curupaiti, D. Pedro II e toda a nação brasileira compreenderam que era indispensável tentar um novo esforço.

O velho marechal Caxias foi investido do supremo comando de todas as forças brasileiras no Paraguai, ficando o almirante da esquadra sob suas ordens.

O marechal chegou a Tuiuti em novembro de 1866 e ocupou-se logo em reorganizar o exército e disciplinar os batalhões de voluntários que iam chegando.

---

54 Encontramos o seguinte trecho em um livro de **SIR RICHARD BURTON**, que visitou, em 1868, os acampamentos dos aliados:

"Um sentimento excessivo de orgulho nacional reina entre os brasileiros por causa de sua grande superioridade numérica em relação aos seus aliados, enquanto os argentinos, como nos aconteceu na Criméia, se entristecem de representar um papel tão visivelmente secundário (whilst the Argentinians, like ourselves in the Crimea, are sore about playing a part so palpably second fiddle)". Ver **BURTON** (Letters from the Battle-fields of Paraguay, pág. 323-27 (Londres, 1870).

Apesar da brutal agressão de López II e da invasão de Corrientes em 1865, a guerra não era popular nas províncias argentinas, onde os antigos federalistas (Urquiza, governador de Entre Rios e muitos outros) faziam votos pela vitória do ditador paraguaio.

Além disso, a República Argentina não era ainda o país florescente que é hoje. Sua população era então de 1.800.000 habitantes. O Brasil precisou mesmo fazer-lhe um empréstimo de guerra que, aliás, foi pago depois da paz. A grande prosperidade da República Argentina data precisamente desta guerra.

Por sua vez, D. Pedro II, que já aplicara em despesas de guerra a quarta parte da sua lista civil, passava grande parte de seu tempo nos arsenais, ativando com ardor os trabalhos e a expedição de tudo o que fosse necessário ao exército e à esquadra.

Numa das muitas visitas por ele feitas a uma das fortalezas do Rio explodiu um grande canhão. Nessa dolorosa circunstância, foram admiráveis a calma e a presença de espírito do imperador, bem como a bondade com que prodigalizou cuidados às vítimas.

Quanta atividade desenvolveu nessa circunstância solene e como foi secundado pelo povo e por seus ministros, sobretudo por Zacarias de Vasconcelos, Ferraz, depois barão de Uruguaiana, Saraiva, Silveira Lobo, o marquês de Paranaguá, Afonso Celso, hoje visconde de Ouro Preto, o marquês de Muritiba e o barão de Cotegipe!...

D. Pedro II estava então na força da idade. Em 1865 contava 40 anos. Todavia, foi durante esta guerra que os seus cabelos louros começaram a embranquecer.

Viam-no sempre preocupado, pensativo, sofrendo a morosidade dessa guerra longínqua e trabalhosa, mas confiando sempre na vitória final e encorajando sem fadiga as manifestações do patriotismo nacional.

Todas as vezes que partiam tropas para o Paraguai – e seguiam reforços cada semana – D. Pedro ia a bordo dos transportes de guerra, examinava tudo e apertava a mão de oficiais e soldados.

A nação brasileira mostrou-se digna deste imperador patriota. Vivia-se num admirável ambiente de patriotismo. Fagundes Varella, poeta que morreu muito jovem, mas que será sempre recordado como um dos maiores poetas líricos da língua portuguesa, – o cantor inspirado de “Vozes da América”, dos “Cantos Meridionais”, do “Evangelho das Selvas” e de muitas outras obras justamente consagradas, – publicara, nos anos que precederam esta guerra, uma de suas mais belas poesias – A D. Pedro II, – que termina assim:

Oh! Não, consistas que teu povo siga
Louco, sem rumo, desonroso trilho!
Se és grande, ingente, se dominas tudo,
Também da terra do Brasil és filho!
Abre-lhe os olhos, o caminho ensina
Aonde a glória em seu altar sorri,
Dize que viva, e viverá tranquilo,
Dize que morra, e morrerá por ti!

Nessa época, desapareceram as pequenas rivalidades das províncias. Os habitantes do Amazonas, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul mostravam-se igualmente orgulhosos do nome de brasileiros e só cuidavam da glória da pátria comum.

Via-se demasiado claro, pelo exemplo da República Argentina, o lado fraco das organizações federais hispano-americanas.

Os reforços continuavam seguindo para o Paraguai; mas a expedição enviada do Rio em socorro ao Mato Grosso, tendo de vencer distâncias enormes, só conseguiu atingir essa província longínqua após dois anos de marcha. Em 1867, uma das divisões desse pequeno exército apoderou-se de Corumbá, que teve evacuar logo em seguida por haverem chegado grandes reforços aos paraguaios, senhores ainda da navegação, visto Humaitá, ao sul, fechar a passagem aos navios brasileiros. Uma outra divisão penetrou imprudentemente no território inimigo pela fronteira do Apa. Estava sob comando do coronel Camisão, o qual, embora vitorioso, foi obrigado, por falta de víveres, a bater em retirada para Nioac. Esta retirada memorável foi narrada num livro muito apreciado na França.[55]

55 **A. d'Escragnolle Taunay. "La Retraite de Laguna".** – (Paris, 2ª ed. E. Plon, editor).

Quando o marechal Caxias, depois de tomadas todas as medidas necessárias, se dispunha a empreender a ofensiva, o cólera veio assolar os acampamentos tanto dos aliados como do inimigo.

Foi preciso vencer, em primeiro lugar, a epidemia, e substituir, com novos reforços, os milhares de vítimas desse terrível flagelo.

Finalmente, nos últimos dias de julho de 1866, Caxias, depois de ter ordenado o abandono da posição de Curuzu, sobre o Paraguai, concentrou os exércitos aliados em Tuiuti; e deixando o general de Porto Alegre de guarda a esta base de operações, executou uma marcha de flanco, a fim de se colocar ao norte de Humaitá e rodear, tanto quanto possível, as vastas linhas das trincheiras paraguaias.[56]

Em 31 de julho de 1867, apoderou-se de Tuiú-Cuê, procurando, daí por diante, privar o inimigo dos reforços que lhe vinham do interior.

A 20 de setembro, a divisão de cavalaria brasileira, comandada pelo general Andrade Neves, alcançava uma vitória em Pilar; e, a 24, travou-se um violento combate em Estero Rojas entre tropas do conde de Porto Alegre e os paraguaios, que tinham tentado apoderar-se de um comboio de víveres.

Pouco depois, várias divisões de cavalaria brasileira, sob o comando do general Victorino Monteiro, conseguiram dizimar a cavalaria inimiga nos combates de Pare-Cuê (3 de outubro de 1867) e Tataibá (21 de outubro).

---

56 Era a seguinte a composição dos exércitos aliados nessa ocasião (22 de julho de 1867):

General em chefe, o marechal Caxias.

Brasileiros: 1º e 3º corpos, em marcha para Tuiú-Cuê, 21.521 homens (generais Argollo e Osório): 2º corpo, em Tuiuti, 10.331 (general Porto Alegre); entrincheiramentos do Chaco (coronel, depois general Gurjão), 1.098; acampamento de Aguapehi (general Portinho) 2.600; guarda dos depósitos e dos hospitais em Passo da Pátria e em Corrientes, 4.499; nos hospitais, 10.557; na província de Mato Grosso, 7.000.

Argentinos: em Tuiuti, 700 homens (coronel Baez); em marcha para Tuiú-Cuê 6.016 (general Gelly y Obes).

Uruguaios: 500 homens, em marcha para Tuiú-Cuê (general Castro).

A 29 do mesmo mês e a 2 de novembro, o general Mena Barreto (João Manoel) apoderou-se de Potrero-Obella e de Taií, posição esta situada à margem esquerda do Paraguai, acima de Humaitá.

Duas canhoneiras paraguaias foram postas a pique pela bateria brasileira estabelecida em Taií desde o primeiro dia da ocupação.

Os couraçados brasileiros, sob o comando do almirante Ignacio (visconde de Inhaúma), tinham já forçado a passagem de Curupaiti (15 de agosto de 1867) e encontravam-se entre esta fortaleza e a de Humaitá.[57]

Para forçar as baterias de Humaitá, o almirante só esperava a ocupação de Taií e a chegada de seis couraçados de pequeno calado, construídos no arsenal do Rio e nos quais se trabalhava dia e noite.

D. Pedro II e o seu conselheiro Afonso Celso, então ministro da Marinha, ativavam os trabalhos com a sua presença. Em alguns meses estes 6 couraçados puseram-se a caminho do Paraguai, onde chegaram em fevereiro de 1868.

Entretanto, López, compreendendo o golpe que Caxias lhe dera com a ocupação de Taií, a qual lhe cortava as comunicações fluviais com a capital, tentou, no dia seguinte, ou seja, em 3 de novembro de 1868, surpreender a base de operações dos aliados em Tuiuti.

Em primeiro lugar, a ala esquerda dos paraguaios, comandada pelo general Caballero, conseguiu atingir de surpresa a direita do acampamento, formada pelos argentinos e por um batalhão de artilharia brasileira.

Este batalhão foi todo aprisionado, sendo os argentinos desbaratados.

A ala esquerda dos brasileiros repeliu o ataque. Mas os paraguaios da direita, tendo penetrado pelas linhas argentinas,

57 "Em 15 de agosto de 1867 o almirante brasileiro Ignacio, renovando a manobra ousada de que Farragut tinha muitas vezes dado o exemplo..." (DE POYEN, **Du rôle de l'artillerie navale depuis de la création de la marine cuirassée**, Paris, 1882).

surgiram diante do reduto central, onde o conde de Porto Alegre se bateu como um simples soldado.

Depois de vários assaltos repelidos e quando um grande número de paraguaios se ocupava em saquear o acampamento onde estacionavam os mercadores, os brasileiros tomaram a ofensiva e os assaltantes foram postos em debandada, deixando, no campo de batalha, um terço do seu efetivo.

Tal foi a segunda batalha de Tuiuti.[58]

A 19 de fevereiro de 1868, ao amanhecer, seis couraçados brasileiros, comandados por Delfim de Carvalho, forçaram as famosas baterias de Humaitá, enquanto os grandes couraçados e todos os navios, formando a esquadra do almirante Inhaúma, bombardeavam as linhas inimigas.[59]

Os couraçados de Delfim de Carvalho chegaram a Taií onde foi necessário que ficassem alguns, para o reparo de grandes avarias.

---

58 As colunas de ataque dos paraguaios sob o comando do general Barrios formavam um total de 9.000 homens, segundo Resquin, chefe do estado-maior paraguaio. O conde de Porto Alegre tinha sob suas ordens 7.800 brasileiros e 710 argentinos (estando neste último número 240 homens da Legião paraguaia). Entretanto, 1.600 brasileiros sob o comando do coronel, depois general, A. da Silva Paranhos, tinham partido para proteger o comboio de víveres em Tuiú-Cuê, e 500 homens guardavam o Passo da Pátria, porto do acampamento de Tuiuti. Porto Alegre não tinha, pois, na ocasião do ataque do inimigo, senão 5.700 brasileiros e 710 argentinos e paraguaios ocupando grande extensão de entrincheiramentos. Com 2.000 homens reunidos no reduto central pode ele enfrentar Barrios até que chegaram a brigada Paranhos e reforços brasileiros. A perda dos brasileiros foi de 259 mortos, 1.165 feridos, e 394 prisioneiros (14 oficiais) num total de 1.818 homens fora de combate (157 oficiais). Perderam ainda um canhão e a bandeira do 4º batalhão de artilharia. Os argentinos (e os paraguaios da Legião) tiveram 35 mortos, 151 feridos e 51 prisioneiros (2 oficiais) ou seja 227 homens fora de combate (26 oficiais). Perderam 12 canhões e 3 estandartes tomadas pelo inimigo. A perda dos paraguaios foi de 2.734 mortos, 155 prisioneiros, 1.200 feridos e duas bandeiras tomadas pelos brasileiros.

59 "A expedição teve, pois, bom êxito, apesar de graves avarias, e lembra por sua ousadia, as proezas de Farragut em Mobile e em Nova Orleans..." (DE POYEN, obra citada). "Foi, para a marinha brasileira, um grande sucesso que tornou possível o assalto completo de Humaitá" (CHABAUD MATOUR, obra citada). Esta vitória foi alcançada no aniversário da segunda batalha de Guararapes (19 de fevereiro de 1649) ganha pelos brasileiros e portugueses contra os holandeses que ocupavam então aquelas praças fortes no norte do Brasil. É sabido que essa guerra contra a Holanda no século XVII durou 24 anos (1630-1654).

No mesmo dia, Caxias tomava de assalto o Reducto Cierva ou Establecimiento.

Desde então, López não se sentiu mais seguro em Humaitá, sobretudo vendo repelido (2 de março) um primeiro choque contra dois couraçados brasileiros. Tratou de atravessar o rio diante dessa fortaleza, através das florestas e pântanos do território do Chaco (margem direita do Paraguai) para ir organizar novas linhas de defesa mais ao norte, sobre Tebicuari.

Em 21 de março de 1868, Caxias conseguiu romper as linhas de Curupaiti, Sauce, Rojas e Espinillo. Começou então o cerco de Humaitá.

No mês de maio, feriram-se muitos outros combates, tendo duas divisões, uma brasileira e outra argentina, ocupado Andaí, na margem direita do Paraguai.

Em 16 de julho, um simples reconhecimento feito até Humaitá transformou-se em combate no qual o corpo de Osório sofreu perdas consideráveis.

Alguns dias depois, os paraguaios de Humaitá evacuaram esta posição, retirando-se pela margem direita do rio, através dos lagos e florestas do Chaco. Mas foram atacados pelos aliados em Isla-Poi, na Laguna Vera, e, depois de muitos dias de luta obstinada, os remanescentes desta guarnição entregaram-se em 15 de agosto.[60]

60 15 de agosto de 1868. As operações do marechal de Caxias para atacar as linhas de Humaitá, Espinillo, Sauce, Rojas e Curupaiti, haviam começado em 22 de julho de 1867.

A tomada destas fortificações custou aos aliados neste, as seguintes perdas: – **Brasileiros**: 1.315 mortos (156 oficiais), 4.989 feridos (481 oficiais), 560 prisioneiros (16 oficiais); **total, 6.844 brasileiros fora de combate** (653 oficiais), 1 canhão, uma bandeira, **Argentino**s: – 163 mortos (14 oficiais), 243 feridos (29 oficiais), 95 prisioneiros (9 oficiais); **total, 502 argentinos fora de combate** (52 oficiais), 12 canhões, 3 bandeiras; **uruguaios**: – 1 morto, 3 feridos. **Perdas dos paraguaios**: (22 de julho de 1867 a 5 de agosto de 1868) 7.600 mortos, 2.378 prisioneiros (137 oficiais) e cerca de 4.900 feridos; 20 bandeiras tomadas pelos brasileiros e 4 apresentadas aos aliados na rendição de Isla-Poi; 207 canhões, sendo 18 tomados pelos brasileiros, 1 abandonado pelos brasileiros, 168 abandonados em Humaitá, 14 em Acaunguazu, 6 entregues em Isla-Poi; 4 canhoneiras armadas de 29 canhões, destruídas pelos brasileiros, assim como dois lanchões e um transporte.

Caxias marchou então para o norte e apoderou-se das fortificações de Tebicuari mas, em 1º de outubro, deteve-se diante das de Piquisiri, que não pôde atacar pela frente nem contornar por causa dos charcos que as protegiam.[61]

Tomou então o partido de abrir uma estrada através das florestas pantanosas da margem direita do Paraguai. Depois, protegido pelos couraçados do almirante Inhaúma, atravessou, à frente de 18.000 brasileiros, o rio e a nova estrada, indo desembocar ao norte das posições inimigas.[62]

Alguns dias depois desta marcha audaciosa, a estrada do Chaco foi destruída por uma inundação.

Em 6 de dezembro travou-se uma batalha junto ao Itororó, entre Caxias e o general paraguaio Caballero. A ponte de Itororó foi tomada e retomada diversas vezes. Ficou, afinal, em poder dos brasileiros.

No dia 11 de dezembro travou-se nova batalha em Avaí, com mais uma vitória de Caxias sobre Caballero, cujos soldados opuseram aos brasileiros, em campo raso, a mais heroica resistência. Esta derrota foi o mais belo feito de armas dos paraguaios durante toda a guerra.

---

61 Efetivo do exército aliado sob o comando do marechal Caxias em 29 de setembro de 1868. **Brasileiros**: em marcha para Piquisiri, 25.950 homens; 11º corpo, general Machado de Bittencourt, 11.550; 2º corpo, general Osório, 14.057; trem de equipagens, 343; em Humaitá, 5.002 (2º corpo, general Argollo); total, 31.052 homens, sendo de engenharia, artilharia e pontoneiros, 3.033; infantaria, 21.294; cavalaria, 6.282; trem, 343. **Uruguaios** em marcha para o Piquisiri, 300 homens (general Castro). – **Argentinos**, 4.300 homens comandados pelo general Gelly y Obes. No mês de junho este general precisara enviar uma parte de suas tropas para combater os rebeldes de Corrientes e em 15 de agosto avisou Caxias de que, segundo ordens de seu governo, devia ficar em Humaitá e talvez fosse chamado, com os seus homens, a sufocar revoltas; entretanto, afastados os principais perigos internos, este pequeno exército desembarcou em Palmas, diante de Piquisiri, e aí tornou a se incorporar aos brasileiros (27-30 de setembro).

62 Efetivo do exército de López em Lomas Valentinas e arredores nos primeiros dias de dezembro de 1868: – Corpo do general Caballero, 6.600 homens; entrincheiramentos de Lomas Valentinas e de Piquisiri, 13.000; Angostura, 1.300. Começando o ataque dos brasileiros, López recebeu um reforço de 1.600 homens. Total, 22.500. Efetivo do exército aliado (5 de dezembro) sem contar 911 brasileiros que ficaram em Humaitá: – **brasileiros**, 24.666; **argentinos**, 4.300; **uruguaios**, 300. Total, 29.266.

Em 21 do mesmo mês, tendo Caxias recebido reforços, começou o ataque de Lomas Valentinas (Lomas de Itá-Ibaté e de Cumbariti) onde se encontrava López. Era a primeira vez que o ditador dava aos seus soldados a honra de se encontrar no meio deles, ao alcance das balas inimigas.

O ataque durou de 21 a 27 de dezembro.

Desde 21, as primeiras linhas de Lomas Valentinas foram tomadas e todas as linhas que estavam em Palmas puderam transpor a barreira de Piquisiri para se reunir a Caxias.

Em 27, Lomas Valentinas caiu em poder do marechal Caxias.

O exército paraguaio estava aniquilado e López fugia, acompanhado de uns sessenta oficiais e soldados.

Esta vitória custou ao exército brasileiro perdas enormes. Dizimado em Itororó, em Avaí e sobretudo em Lomas Valentinas, a metade do seu efetivo foi posta fora de combate, com batalhões inteiros destruídos.[63]

63 Perdas dos aliados durante a campanha de dezembro de 1868: – **Brasileiros**, 2.099 mortos, (145 oficiais) e 7.980 feridos (611 oficiais), ou seja 10.079 fora de combate (806 oficiais). **Argentinos**: 99 mortos (9 oficiais), 364 feridos (26 oficiais) ou 464 homens fora de combate (35 oficiais) e uma bandeira. Total das perdas dos aliados: 10.550 homens fora de combate. Os paraguaios tiveram seu exército aniquilado: perderam 26 bandeiras (sic) (21 tomadas por brasileiros, 3 por argentinos e 3 entregues aos aliados em Angostura) e 109 canhões (16 na rendição de Angostura, 90 tomados pelos brasileiros, 3 pelos argentinos). Efetivo do exército aliado em 31 de dezembro de 1868 em Angostura e Villela: **brasileiros**, 17.377 homens (engenharia, artilharia, sapadores e pontoneiros, 2.741; cavalaria, 4.025; infantaria, 10.611); **argentinos**, 4.000 homens; **uruguaios**, 300. Total, 21.678 homens, além de 480 brasileiros em Humaitá. A comparação destes números com os que demos na nota precedente mostra quanto foi rude a campanha de Piquisiri. Não se podiam destruir assim completamente 22.000 paraguaios que quase sempre opunham resistência até ao último extremo, sem sofrer perdas enormes. Ajuntemos ainda que se não fosse a incapacidade de López, Caxias não teria obtido tal resultado porque 29.000 homens não são força suficiente para atacar 22.000 protegidos por fortificações. Cremos que a história militar não oferece exemplo de outra luta mais sangrenta, guardadas as devidas proporções. As tropas brasileiras mostraram grande bravura e admirável tenacidade, conservando as posições conquistadas em 21 de dezembro. Viram-se batalhões compostos em média de 30 oficiais e 400 soldados perderem mais da metade de seu efetivo, mas os restos desses batalhões, incorporados a outros, continuavam a manter-se, defendendo toda a noite os 23 canhões tomados em Lomas (outros 32 tinham sido tomados em Piquisiri) até que o inimigo, no dia seguinte, renunciasse a retomar essas posições. O velho marechal de Caxias não desceu do cavalo um só instante e visitou toda a noite as linhas de fogo onde oficiais e soldados brasileiros se

Alguns dias depois (30 de dezembro) tinha lugar a rendição de Angostura, onde comandava o inglês Thompson, e Caxias fazia sua entrada em Assunção deserta. Os brasileiros ficaram senhores do curso do Paraguai e a navegação até Mato Grosso foi restabelecida. Em sua fuga, López encontrara em Cerro-Leon tropas que a ele se vinham reunir; incorporados, dirigiram-se para as cordilheiras de Ascurra, no interior do país, onde o ditador conseguiu organizar novo exército.[64]

O marechal Caxias, doente, precisou deixar o comando do exército em janeiro de 1869, passando-o ao general Guilherme de Souza, e partiu para o Rio com esperança de aí restabelecer a saúde. Recebeu do Imperador, ao chegar, o título de duque e o grande cordão da ordem de D. Pedro I, honras bem merecidas que, desde a fundação do Império até o presente, não foram conferidas a nenhum outro brasileiro.

Foi então que o príncipe Gastão de Orleans, conde d'Eu, filho do duque de Nemours e esposo da Princesa Imperial Dona Isabel, herdeira do trono do Brasil, foi nomeado general em chefe do exército imperial em operações, assumindo o comando em 16 de abril de 1869.

Começou imediatamente os preparativos da campanha no interior do país, onde as dificuldades de transportes e abastecimentos deviam ser grandes porque iam encontrar-se numa região

---

batiam aos gritos mil vezes repetidos de – viva o Imperador! – Os correspondentes de jornais, que observavam da esquadra brasileira a fuzilaria incessante sobre as colinas longínquas, disseram que o espetáculo durante a noite era feérico. O 25º batalhão de voluntários (Bahia) contou 335 homens (27 oficiais) fora de combate; o 24º (Rio), 299 (9 oficiais); o 1º batalhão do exército regular (Rio), 202 homens (14 oficiais); o 16º, 231 (22 oficiais), e assim muitos outros.

64 Reprovou-se muito nesta época o marechal de Caxias porque numa ordem do dia declara que, na sua opinião, a guerra terminara. Ele se enganou, porque López jurara exterminar o infeliz povo paraguaio. O general argentino Gelly y Obes acreditou, também, que tudo terminara, pois seu relatório de 1º de janeiro de 1869, sobre a tomada de Lomas Valentinas, lemos este trecho: "... en esta última batalla como con verdade la llama el señor general Rivas..." Este último general tinha escrito em seu relatório de 31 de dezembro: "... Al terminar el parte de la última batalla de esta gloriosa campaña".

coberta de montanhas, desfiladeiros, florestas virgens, de acesso difícil, prestando-se admiravelmente à defesa, sobretudo contra exércitos privados de cartas do país e informações exatas. No mês de abril de 1869, López tinha um exército de 16.000 homens e cerca de 110 canhões.

O conde d'Eu não se preocupou com as dificuldades de sua missão. Soube desenvolver, a serviço do país que o adotara e lhe confiava a sorte de seu exército, preciosas qualidades de administração e bravura que justificaram plenamente a escolha do Imperador e seu governo.

Comandando o exército brasileiro nesta última parte da guerra contra o Paraguai, o conde d'Eu cumpriu seu dever de general em chefe e soldado. Depois de reunir todas as informações possíveis sobre as novas posições ocupadas pelo ditador López e sobre o interior daquele país desconhecido; depois de ter assegurado a suas operações todos os meios de marcha e movimento, atraiu a atenção de López para Ascurra, ameaçando-o por esse lado. Ao mesmo tempo, fazia ele próprio, à frente da parte principal do exército brasileiro, um grande desvio, atravessando gargantas e desfiladeiros quase impraticáveis, abrindo atalhos nas florestas, e apresentou-se de improviso nos planaltos ocupados pelo inimigo, cujas posições ficaram assim rodeadas.

Quando López teve notícia deste movimento audacioso, bateu em retirada para os desertos do Interior, e esta manobra teria sido impossível se o pequeno exército argentino, sob as ordens do general Emilio Mitre, com o apoio de uma divisão do exército brasileiro, não tivesse perdido alguns dias abrindo caminho do outro lado, em Altos.

Embora o movimento do conde d'Eu não tivesse alcançado o desejado objetivo, a rapidez com que se arremessara sobre o inimigo lhe permitiu tomar de assalto a cidade Pirebebui[65]

65 **Píri**, junco; **bebui**, leve.

(12 de agosto) então capital do Paraguai, e perseguir de perto o exército inimigo.

Para retardar a marcha intrépida do jovem príncipe e ter tempo de fugir, o ditador ordenou ao general Caballero que esperasse os brasileiros com a maior parte do exército paraguaio.

Travou-se então uma batalha em Campo Grande, ou Nú-guazú, perto do Barreiro Grande, no dia 16 de agosto, permanecendo indecisa por algum tempo. O conde d'Eu, embora general em chefe, levado por seu ardor marcial, aventurou-se tão temerariamente que seus ajudantes de campo Rufino Galvão, Salgado, d'Escragnolle Taunay e Almeida Castro,[66] vendo-o a alguns passos do inimigo, lançaram-se à frente do seu cavalo para o deter e arrancá-lo à morte certa. Caballero foi batido e seu exército arrasado.

Após a vitória, o conde d'Eu organizou expedições parciais que perseguiram em todas as direções os restos do exército de López II.

Deram-se ainda muitos encontros nas florestas do Interior, onde o inimigo vagueava procurando evitar combates. Afinal, a 1º de março de 1870 um dos lugares tenentes do príncipe, o general Câmara, conseguiu surpreender López II em Cerro-Corá, na margem esquerda do Aquidaban, perto das fronteiras do Paraguai com a província brasileira de Mato Grosso.

O ditador, que só contava então com um milhar de homens, foi morto em sua fuga.

---

66 **D'Escragnolle Taunay**, brasileiro de nascimento, homem de letras, escritor e orador ilustre, e hoje senador do Império. É um dos filhos do nosso pintor Nicolas-Antoine-Taunay, membro do Instituto, o **Poussin des petis tableaux**, como o chamou Charles Blanc na sua **Histoire de Peintres de l'Ecole française**. Há no Brasil outros nomes franceses. Citaremos o conde **Henri de Beaurepaire Rohan**, conde na nobiliarquia francesa, visconde no Brasil, e general do exército brasileiro. Foi ministro da guerra. É filho do conde de Beaurepaire, emigrado em Portugal no começo do século, depois general no Brasil.

Quanto aos outros oficiais citados, Almeida Castro é hoje major honorário do exército (era oficial dos voluntários); Salgado, então capitão de fragata, é hoje contra-almirante e barão de Corumbá; Rufino Galvão, então coronel, é hoje general e visconde de Maracajú.

Terminara a guerra. Durara mais de cinco anos, custando ao Brasil um bilhão e meio de francos, e 50.000 homens mortos nos campos de batalha, hospitais e acampamentos, em consequência de ferimentos ou doenças entre as quais a cólera, que fizera grandes estragos em 1867.[67]

O Brasil contentou-se com a vitória final. Não reclamou, como ficou dito, nenhum aumento de território.

Os brasileiros retiraram-se do Paraguai satisfeitos por terem vingado sua honra e livrado esse país de um tirano cujos crimes repercutiram em toda a América.

---

67 Eis a estatística exata das perdas sofridas pelos beligerantes desde o ataque feito de improviso – sem declaração de guerra – por López II contra a província de Mato Grosso (26 de dezembro de 1864) até o último combate (1º de março de 1870):

BRASILEIROS: 5.858 mortos (563 oficiais), 24.804 feridos (2.051 oficiais), 1.592 desaparecidos e prisioneiros (39 oficiais); **total**, 32.254 **brasileiros** (2.653 oficiais): duas bandeiras (o pavilhão da canhoneira Amambahy e o do 4º batalhão de artilharia, feito prisioneiro em 3 de novembro de 1867), 65 canhões, sendo 60 no começo da guerra, na província de Mato Grosso, 4 na batalha de Estero-Bellaco (2 de maio de 1866) e um na segunda batalha de Tutuiti (3 de novembro de 1867); uma canhoneira, o **Amambahy**, (2 canhões), tomada pelos paraguaios em Mato Grosso; o couraçado **Rio de Janeiro** (6 canhões), a corveta **Jequitinhonha** (8 canhões), o transporte **Coronel Fidelis** e um lanchão, todos destruídos em combate. – ARGENTINOS: 1.572 mortos (105 oficiais), 4.026 feridos (374 oficiais), 343 prisioneiros (16 oficiais); **total**, 5.944 homens (495 oficiais); 8 bandeiras (os pavilhões das duas canhoneiras atacadas pelo inimigo em 13 de abril de 1865, sem declaração de guerra, em Corrientes; 2 estandartes de cavalaria em 24 de maio de 1866; 3 de artilharia em 3 de novembro de 1867; uma bandeira em 27 de dezembro de 1868; 15 canhões sendo 3 abandonados na cidade de Corrientes e 12 tomados pelos paraguaios em 3 de novembro de 1867; e as canhoneiras **25 de Mayo**, de 6 canhões e **Gualegay**, de 2; URUGUAIOS: – 488 mortos (40 oficiais), 704 feridos (73 oficiais) **total, 1.192 homens (113 oficiais)**; a bandeira do batalhão **Independencia** em 24 de maio de 1866; – **Total geral para os aliados: 39.390 homens fora de combate sendo 3.261 oficiais**, 11 bandeiras e estandartes, 77 canhões, 1 couraçado, 1 corveta, 3 canhoneiras, 1 transporte e 1 chata.

PARAGUAIOS: Cerca de 85.000 mortos, feridos e prisioneiros; 545 canhões, sendo que 50 retomados pelos brasileiros em Mato Grosso; 261 tomados pelos brasileiros em combate no território paraguaio, 13 pelos argentinos, 1 pelos uruguaios e 217 entregues ou abandonados aos aliados (na rendição de Uruguaiana, na evacuação de Humaitá, na rendição de Isla-Poi, de Angostura, etc.); 121 bandeiras sendo 93 tomadas por brasileiros, 11 por argentinos, 3 pelos uruguaios e 14 entregues aos aliados; 39 navios e 12 chatas, tendo 112 canhões (8 canhoneiras e 12 chatas armadas de 55 canhões destruídos ou tomados pelos brasileiros; 22 canhoneiras e pequenas embarcações foram postas a pique ou queimadas pelos próprios paraguaios.

Nas perdas dos argentinos (homens fora de combate) estão compreendidas as da legião paraguaia que servia em seu exército.

D. Pedro II teve motivos para mostrar-se orgulhoso desse triunfo que tornou ilustres a sua pátria, o seu exército e o seu genro, tanto mais quanto nunca duvidara desse resultado.

Alguns de seus ministros e membros do Parlamento mostraram-se desanimados, no decurso dessa longa peleja, porque exigia despesas enormes. O teatro da guerra, o Paraguai, estava separado da parte povoada do Brasil por desertos imensos.

Alguns ministros e deputados achavam preferível entrar em acordo com López a continuar a luta; D. Pedro II jamais o consentiu e nesse ponto estava com a maioria de seu povo.

– Seria melhor abdicar do que entrar em acordo com semelhante monstro, disse muitas vezes.

Ele tinha fé na justiça de sua causa e no patriotismo dos brasileiros, e tomou a peito salvar a própria honra e a do seu país.

Logo que se instalou em Assunção um governo provisório, composto de paraguaios, sob os cuidados do ministro do Brasil, Silva Paranhos, visconde do Rio Branco, (15 de agosto de 1869), o conde d'Eu dirigiu a esse governo uma carta pedindo a emancipação dos escravos ainda existentes no Paraguai.

Eis o documento:

"No quartel general de Arecutaguá, em 12 de setembro de 1869.

"Senhores –

"Em vários pontos do território desta República, que percorri à frente das forças brasileiras em operações contra o ditador López, tive ocasião de encontrar indivíduos que se diziam escravos, e muitos deles a mim se dirigiram pedindo que lhes concedesse a liberdade. Teriam assim motivo para se associar à alegria que experimenta a nação paraguaia ao se ver livre do governo que a oprimia.

"Conceder-lhes o que pediam seria para mim uma agradável ocasião de satisfazer meus sentimentos, se tivesse poder, para fazê-lo.

"Estando agora constituído o governo provisório de que estais encarregados, é a ele que compete decidir sobre todas as questões que interessam à administração civil do país. O melhor que posso fazer é, dirigir-me a vós, como o faço, para chamar a atenção sobre a sorte desses infortunados no momento da emancipação de todo o Paraguai.

"Se lhes concederdes a liberdade pedida, rompereis solenemente com uma instituição que infelizmente foi legada a diversos povos da livre América por muitos séculos de despotismo e de deplorável ignorância.

"Tomando esta resolução, que pouco influirá sobre a produção e os recursos materiais deste país, tereis inaugurado dignamente um governo destinado a reparar todos os males causados por uma longa tirania e a dirigir a nação paraguaia para esta civilização que felicita os outros povos.

"Deus guarde a Vossas Excelências.

Gastão d'Orleans".

O Governo provisório do Paraguai, composto de Cirillo Rivarola, Carlos Loizaga, e José Diaz Bedoya, decretou, a 2 de outubro, a abolição total e imediata da escravidão.[68]

68 Encontramos esta carta do conde d'Eu ao governo provisório do Paraguai na obra de **M. Edouard Hervé**, da Academia Francesa, LES PRINCES DÓRLEANS. A resposta do governo provisório e o decreto de 2 de outubro de 1869 foram publicados no DIÁRIO DO EXÉRCITO EM OPERAÇÕES SOB O COMANDO EM CHEFE DE S. A. O MARECHAL CONDE D'EU, p. 242-243. Este diário foi escrito por M. d'Escragnolle Taunay, ajudante de campo do Príncipe.

Capítulo IX
A emancipação dos escravos, começo da reforma

Sumário: Histórico da emancipação dos escravos no Brasil. Depois da supressão do tráfico era necessário suprimir a escravidão. Sentimentos pessoais do Imperador – Ele encoraja as alforrias e a emancipação gradual. Condições dos escravos no Brasil – Testemunho do dr. Couty – A guerra civil dos Estados Unidos – Projeto do marquês de S. Vicente sobre a emancipação gradual (1866). D. Pedro II apoia vivamente esses projetos – Resistências encontradas pelo Imperador – Ideias fundamentais desse plano de emancipação – Países onde a reforma servil começou, como no Brasil, pela liberação dos recém-nascidos – Homens eminentes que aconselharam esse caminho – Fim da guerra do Paraguai (1870) – Movimento de opinião favorável à reforma – Ministério do visconde do Rio Branco – Primeira viagem de D. Pedro II à Europa e primeira regência da Princesa Imperial (1871-1872) – Lei de 28 de setembro de 1871 sobre a emancipação gradual – D. Pedro II recebe essa notícia no Egito. Sua satisfação – Opinião de M. Michaux Bellaire sobre a lei Rio Branco.

Já dissemos que existiu no Brasil a escravidão dos negros e que, em 1850, D. Pedro II, secundado pelo enérgico ministro Eusébio de Queiroz, tinha conseguido extinguir o tráfico, isto é, a introdução de novos escravos africanos pelos contrabandistas, de conivência com uma parte da população.

Não bastava, porém, suprimir o tráfico, era preciso preparar a abolição da escravatura, e como o trabalho da lavoura, a grande riqueza do Brasil, era confiado aos escravos, seria necessário realizar esta reforma com prudência para não arruinar a agricultura e o país.

A terrível guerra civil que a questão da escravatura acarretou nos Estados Unidos, a emancipação dos escravos imposta à minoria a golpes de baioneta e a tiros, fizeram compreender aos brasileiros quão perigoso e sério era o problema a resolver.

Por outro lado, todos achavam que o Brasil, juntamente com a Espanha em suas possessões de Cuba e Porto Rico, não devia manter a escravidão em seu seio.

D. Pedro II desejava ardentemente, é certo, a emancipação gradual dos escravos; não sendo, porém, um rei absolutista, não podia decretá-la com uma simples penada. O que podia fazer era empregar todo o seu prestígio e encorajar os esforços dos políticos que trabalhavam nesse sentido.

Limitado pela Constituição, dirigindo um povo em que a opinião pública é soberana, D. Pedro II não saberia ser um autocrata. Para realizar a sua aspiração filantrópica, precisava, em primeiro lugar, esclarecer a opinião e obter o apoio da maioria. Começou por animar as alforrias concedidas espontaneamente pelos proprietários, e o resgate de escravos operado por sociedades emancipadoras ou por irmandades, conferindo recompensas, títulos ou condecorações, àqueles que assim procediam.

Quando a ordem dos Beneditinos, no Capítulo Geral, proclamou, a 3 de maio de 1866, a liberdade dos filhos de seus cativos, em número de 1.600, o imperador foi pessoalmente ao mosteiro de São Bento, do Rio, para felicitar o abade geral, a quem entregou um presente. Toda a imprensa anunciou esse gesto do imperador e o aplaudiu.

Na qualidade de imperador, D. Pedro II tinha o usufruto de certo número de escravos chamados *escravos da Nação*. Eram para ele protegidos, mais do que escravos. Trabalhavam mediante salário. Eles, ou seus filhos, frequentavam escolas fundadas pelo imperador; recebiam aí instrução primária e religiosa. Quanto aos seus escravos particulares, dos quais podia dispor livremente, concedeu a todos a liberdade.

Durante a guerra do Paraguai, favoreceu a libertação dos escravos que pediam incorporação no exército.

Na sua propriedade de Santa Cruz, perto do Rio de Janeiro, encarregou-se da educação de muitos filhos desses libertos que partiam para a guerra e deu liberdade, à sua custa, às mulheres e aos filhos desses defensores da pátria. Seis mil libertos se arrolaram no exército, mostrando-se diante do inimigo, dignos da liberdade.

Desde 1813 a República Argentina apelara para os seus escravos. A parte mais sólida do exército, na guerra da Independência contra a Espanha, – quase toda a infantaria e artilharia –, se compunha de negros libertos. No século XVII, na guerra contra os holandeses, (1630-1654) um regimento composto de negros, sob o comando do célebre Henrique Dias, cobriu-se de glória. Sua fama chegou a Paris. Encontra-se o nome desse negro ilustre em um número extraordinário da *Gazette de France*, de 3 de julho de 1648, em artigo intitulado: – "*Défaite des Hollandais au Brésil par les Portugais*".

Diversos decretos do governo brasileiro tinham melhorado as condições dos escravos e medidas indiretas tinham sido adotadas para encorajar as alforrias.

É preciso notar que a condição dos escravos, sobretudo nos últimos trinta anos, já não era a mesma da época do tráfico. Já não se viam as tristes cenas que o pintor Debret reproduziu em suas gravuras da *Voyage pittoresque au Brésil*; cenas comoventes que se repetiam, no começo deste século, em todos os países em que havia

escravos: nos Estados Unidos, nas colônias inglesas, espanholas e francesas.

Desde a supressão do tráfico, o escravo no Brasil passou a ser bem alimentado, bem alojado e bem vestido pelos lavradores. O trabalho a que se submetia era moderado, encontrando por parte dos senhores, solicitude e proteção. O lavrador tinha mesmo interesse em ser humano, para poupar e prolongar a existência desses homens-máquina.

Uma lei proibia então a separação dos membros de uma família de escravos. Um negro casado, tendo filhos, só podia ser vendido com todos os seus.

Depois da emancipação total, decretada em 1888, quase todos os escravos quiseram continuar nas propriedades rurais onde tinham passado a mocidade e constituído família.

Um francês, o Dr. Louis Couty, antigo professor das Faculdades de Medicina em França, e durante algum tempo professor da Escola Politécnica do Rio, afirmou, numa obra conhecida[69] que "no Brasil o preconceito de raça não existe".

"No Brasil, diz ele, não somente o preconceito de raça não existe, e a frequente união entre cores diferentes formou uma população mestiça numerosa e importante, como, ainda, os negros libertos e os mestiços estão inteiramente misturados à população branca. Têm com ela relações íntimas e diárias e lutam pela vida nas mesmas condições. Não somente na mesa, no teatro, nos salões, nos lugares públicos, mas no exército, na administração, nas escolas, nas assembleias legislativas, encontram-se as cores misturadas em pé de igualdade, na mais completa familiaridade.

"O próprio escravo não é considerado um irracional, um ser inferior que se utiliza; é um trabalhador preso ao solo em condições às vezes mais suaves que as de muitos assalariados na Europa.

69 L'esclavage au Brésil, Paris, Guillaumain et Cie, editores, 1881.

"Todos os que têm estudado o Brasil reconhecem que o negro é bem tratado, bem alimentado, cuidado, se está doente, protegido quando velho, garantido contra o desemprego.[70]

"É verdade que está sujeito a castigos físicos; mas os que têm insistido nesse ponto estarão certos de que essas violências, raras aliás, são mais penosas, nas condições em que se dão, do que outros castigos também injustos e outras misérias físicas e morais tão frequentes em nossos países civilizados?..."

Entretanto, até 1864 nenhum político pôde pensar, no Brasil, em tomar a iniciativa de medidas para a emancipação geral dos escravos. É impossível destruírem-se, em poucos anos, preconceitos seculares implantados nos costumes de um povo. A escravidão existia no Brasil desde o século XVI, isto é, desde a fundação dos primeiros estabelecimentos portugueses.

Quantos anos de luta Wilberforce teve de sustentar antes de obter do Parlamento inglês a supressão do tráfico? Quantos anos Buxton e seus amigos combateram para chegar, em 1838, à emancipação completa dos escravos nas colônias inglesas? A própria França não suprimiu a escravidão nas suas possessões de além-mar somente em 1848?

Mas libertar escravos em colônias distantes não é o mesmo que libertá-los no próprio território, sobretudo quando constituem, como no Brasil em 1864, uma quarta parte da população do país, quando são os únicos trabalhadores agrícolas de uma terra cuja principal riqueza é a agricultura. Nos Estados Unidos, – país bem mais rico que o Brasil, onde todas as indústrias estão em pleno desenvolvimento, como nas mais belas possessões inglesas do Canadá e da Austrália, – nos Estados Unidos, cuja espantosa prosperidade resulta da grande corrente emigratória e da energia e

70 Muitos viajantes europeus que visitaram o Brasil desde o começo do século tinham declarado já que os escravos neste país eram tratados com mais humanidade do que nas colônias inglesas e francesas e nos Estados Unidos; podemos citar Koster, Auguste de Saint-Hilaire e Gardner.

do espírito prático da raça anglo-saxã que o habita, – o número de escravos era a oitava parte da população total quando se decretou a emancipação depois de rios de sangue derramados numa das mais cruentas guerras que a história registra.

Ora, o problema da abolição completa era mais difícil de se resolver no Brasil do que nos Estados Unidos.

Foi abordado pela primeira vez em 1865. D. Pedro II não cessava de dizer aos seus ministros: "É preciso que se comece a fazer qualquer coisa para que não aconteça o que se deu nos Estados Unidos. Deve-se preparar essa reforma com prudência. Só conseguiremos a emancipação gradual: preparemo-la".

Em 1863 e em 1865, foi decretada nos Estados Unidos a emancipação total, sem indenização. Os partidários da escravatura nos Estados do Sul foram vencidos e derrotados pelos exércitos do Norte.

Não somente os Estados do Sul perderam seus quatro milhões de escravos, o que representa um valor de dois bilhões e quinhentos milhões de dólares, mas tiveram ainda em prejuízos de guerra um bilhão e oitocentos milhões de dólares, quatro bilhões em gastos de guerra, e foram obrigados a pagar ao Norte, para liquidação da dívida nacional, a soma de um bilhão de dólares. Estas parcelas atingem a um total de 9.300.000.000 de dólares, que em moeda francesa representam 48.453.000.000 de francos!

A luta gigantesca pela emancipação dos escravos custou aos Estados Unidos bem mais que essa soma colossal: cerca de 700.000 homens mortos e 2.200.000 feridos nos 625 combates e batalhas dessa guerra memorável.

D. Pedro II, em sua sábia filantropia, queria poupar ao seu povo desastre semelhante.

Ele dissera: "É preciso preparar a reforma com prudência".

Acolheu com agrado os projetos para emancipação gradual que lhe apresentou, em 23 de janeiro de 1866, o conselheiro Pimenta Bueno, depois marquês de S. Vicente.

Esses projetos estavam de acordo com as ideias de D. Pedro II e ele já se externara a respeito delas com alguns homens de Estado brasileiros, notadamente com o próprio Pimenta Bueno.

Imediatamente, Sua Majestade fez remeter esse projeto ao Presidente do Conselho, o marquês de Olinda, antigo regente do Império, de quem já falamos, pedindo-lhe que o submetesse ao exame do Conselho de Estado.

O marquês de Olinda era, porém, avesso a reformas. Limitou-se a mostrar em uma sessão do Conselho os trabalhos de Pimenta Bueno, em 17 de fevereiro; os conselheiros Souza Franco e Sapucaí acharam que não se devia tratar do assunto durante a guerra do Paraguai.

D. Pedro II não pôde obter do ministério, naquela ocasião, a convocação do Conselho para exame e discussão do projeto S. Vicente.

Sucedeu a este gabinete um ministério que também pertencia ao partido liberal, em 3 de agosto de 1866, sob a presidência de Zacarias de Vasconcelos. D. Pedro II encontrou nesse ministério maior boa vontade.

Foi nessa época (julho de 1866) que a *Société française pour l'abolition de l'esclavage* dirigiu uma petição ao imperador do Brasil, assinada pelo duque de Broglie, Guizot, Laboulaye, A. Cochin, Andaluz, Borsier, príncipe de Broglie, Gaumont, Léon Lavedan, Henri Martin, conde de Montalembert, Henri Moreau, Édouard de Pressensé, Wallon e Eugéne Yung.

Pedro II, depois de consultar seus ministros, respondeu que assim que as circunstâncias o permitissem, o governo imperial se ocuparia dessa medida "reclamada pelo espírito do cristianismo".

Essa resposta, datada de 22 de agosto de 1866, levou a assinatura do ministro da justiça, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, mas D. Pedro II mesmo a redigiu: o deputado Joaquim Nabuco encontrou o precioso autógrafo dessa resposta entre os papéis de seu pai, o conselheiro Nabuco de Araújo.

A 1º de fevereiro de 1867, Zacarias de Vasconcelos convocou, em nome do imperador, para o mês de abril seguinte, todos os conselheiros, submetendo-lhes os projetos Pimenta Bueno e formulando certas questões.

A primeira discussão (as reuniões do Conselho de Estado são secretas) começou a 2 de abril e terminou a 9. As principais ideias contidas no projeto foram adotadas pela maioria, com ligeiras modificações, salvo o artigo que determinava a emancipação total em 31 de dezembro de 1889. Este artigo foi rejeitado.

A 11 de abril, uma comissão presidida pelo conselheiro Nabuco de Araújo foi encarregada de redigir o projeto em questão, de acordo com o resultado da primeira discussão no Conselho. Seguindo as instruções do governo, o marquês de S. Vicente, autor do projeto, devia assistir às reuniões dessa comissão. Terminado o trabalho, seguiu-se a segunda discussão, prolongando-se de 16 de abril a 7 de maio de 1868. A maioria do Conselho determinara que o governo só poderia usar seu direito de iniciativa diante das Câmaras após o restabelecimento da paz.[71]

71 Van Delden Laerne, autor de um livro sobre o Brasil, muito interessante na parte relativa à cultura do café, mas muito inexato na parte histórica, diz (pg. 62) que o ministro Zacarias de Vasconcelos apresentou em 19 de abril de 1867 um projeto de lei determinando para 1900 a abolição total. Isto é absolutamente falso. Esse ministério fez estudar pelo Conselho os projetos S. Vicente, que foram adotados, mas não os apresentou às Câmaras porque teria sido imprudência discutir a questão servil durante a guerra do Paraguai. Quando foi discutida a reforma de 1871, todos os antigos membros do gabinete liberal de 1867 e 1868, salvo Zacarias de Vasconcelos, a defenderam, quer na tribuna quer na imprensa. Esse homem de Estado modificara suas ideias e tornou-se, em 1871, um dos maiores adversários da reforma. Quase um terço (quinze) dos quarenta e sete discursos pronunciados no Senado contra a lei Rio Branco pertencem a Zacarias de Vasconcelos.

Ora, a guerra do Paraguai terminou em 1º de março de 1870, e o gabinete que sucedeu ao de Vasconcelos opunha-se a toda reforma imediata relativa à abolição. Esta oposição inesperada contrariava os planos do imperador, que se esforçou em vão para convencer a seus ministros – pertencentes então ao partido conservador – de que era impossível permanecer no *statu quo*, a opinião pública reclamava o começo da reforma e o Brasil não devia ser o último povo a libertar seus escravos.

Um fato veio dar ganho de causa ao imperador.

Um dos membros mais influentes do partido conservador na Câmara dos deputados, Teixeira Junior, depois visconde de Cruzeiro, levou a questão à tribuna, pedindo a nomeação de uma comissão especial para redigir um projeto de emancipação gradual. A Câmara acolheu esse pedido, e a 15 de agosto de 1870 o relatório da comissão presidida por Teixeira Junior foi apresentado com um projeto idêntico ao de Pimenta Bueno, já aceito no Conselho.

O princípio fundamental desse plano era a liberdade de todas as crianças que nascessem depois da promulgação da lei, as quais deveriam entretanto servir, até a idade de vinte e um anos, aos senhores das mães.

A escravidão tinha, como se sabe, duas fontes – o tráfico e os nascimentos. Em 1850 fora suprimida a primeira; era tempo de se acabar com a segunda. Com a libertação dos recém-nascidos é que muitos Estados tinham chegado pacificamente à emancipação total dos escravos.

Portugal começara decretando, em 16 de janeiro de 1773, no tempo de D. José I e de Pombal, a liberdade dos recém-nascidos de mãe escrava no Reino; infelizmente, essa lei não atingia as possessões portuguesas na África e na América. Logo depois, esse princípio foi adotado na Pensilvânia, em 1780; Connecticut e Rhode Island o adotaram em 1784, Nova York, em 1799; Nova Jersey, em 1804; Chile, em 1811; Argentina, em 1813; Peru e antiga

Colômbia (Venezuela, Colômbia e Equador) em 1821; Uruguai, em 1825; Paraguai, em 1842; Dinamarca, em 1847; Portugal, nas possessões da África, em 1856; Espanha, em 1870.

Era o mesmo princípio que, em 1758, Manoel Ribeiro Rocha, advogado na Bahia, e em 1810, Velloso de Oliveira, paulista, pediam que se aplicasse no Brasil; que Condorcet aconselhava para as colônias francesas em 1871; que o conde Percy (depois duque de Northumberland), em 1807, e Buxton em 1823 (15 de maio) propunham, sem resultado, ao Parlamento britânico, e Hippolyte Passy, em 1838, à Câmara dos deputados na França. Esse grande princípio fora rejeitado ou adiado, na França como na Inglaterra, e esse adiamento precipitou os acontecimentos e provocou a emancipação brusca e completa nas colônias francesas e inglesas.

A comissão da Câmara brasileira propunha a aplicação de certos impostos para a libertação gradual dos escravos nascidos antes da lei, e permissão ao próprio escravo para ter um pecúlio e resgatar-se.

Isso era preparar a emancipação completa.

Não nos referimos aqui senão aos pontos principais do projeto. Aos que quiserem conhecer todo o mecanismo e o texto dessa lei sábia, indicamos o excelente livro de Michaux Bellaire, eminente advogado da Corte de Cassação de Paris, livro intitulado: – *Considérations sur l'abolition de l'esclavage et sur la colonisation au Brésil* (Paris, 1876).

Em fins de setembro de 1870, o visconde do Rio Branco, ministro dos negócios estrangeiros, em missão no Paraguai desde o começo de 1869, reassumiu o cargo.

Era grande partidário da reforma. No Conselho de Estado, em 1866, tinha aprovado as disposições dos projetos de Pimenta Bueno, exceto na fixação do ano de 1899 para a completa emancipação, por achar, segundo declarou por escrito, que o prazo era muito longo.

Com a maioria do Conselho, ele era de opinião que se iniciasse, depois da guerra, a discussão da reforma projetada.[72]

Dois membros do ministério de que ele fazia parte, o barão de Cotegipe e o visconde Cavalcante, eram, como ele, partidários da reforma; mas a maioria do gabinete, isto é, o presidente do Conselho e três outros ministros, achavam que ainda não chegara a oportunidade e eram contrários às principais disposições do projeto.

Em vista do desacordo nessa importante questão, o gabinete resolveu pedir demissão ao imperador.

D. Pedro II aceitou-a e encarregou imediatamente o marquês de S. Vicente, Pimenta Bueno, da formação de novo ministério (29 de setembro de 1870).

A opinião da maioria da Câmara era favorável à reforma; ela se manifestara escolhendo os abolicionistas que tinham redigido o projeto de 15 de agosto contendo todas as ideias propostas por Pimenta Bueno em 1866.

O imperador achou que era justo confiar o governo ao homem de Estado a quem cabia o mérito da iniciativa de 1866.

Mas o marquês de S. Vicente, grande jurisconsulto e estadista de valor, não era feito para lutar contra a tempestade que se devia levantar entre os lavradores prejudicados em seus interesses.

No fim de alguns meses, durante as férias das Câmaras, os ataques da imprensa foram suficientes para desencorajar esse homem notável. Voltou à calma de seus estudos e ao silêncio do seu gabinete de trabalho, e anunciou ao imperador que resignava ao poder.

72 As discussões do Conselho sobre a reforma foram publicadas somente em 1872, se bem que os relatórios e discursos tenham sido impressos antes sob o título de: **Trabalho sobre a extinção da escravatura no Brasil** (Rio, 1867, Impr. Nacional); e – **Pareceres do Conselho de Estado no ano de 1868 relativos ao elemento servil** (1871, Impr. Nacional). Os relatórios do visconde do Rio Branco foram reunidos e reimpressos na publicação seguinte: **Discussão da reforma do Estado Servil na Câmara dos Deputados e no Senado** (Rio, 1871, 2 vols., Imprensa Nacional).

D. Pedro II insistiu para o conservar, mas foi inútil. Encarregou então de formar novo gabinete o visconde do Rio Branco, indicado por Pimenta Bueno.

Rio Branco prestara já grandes serviços ao país e ao Imperador como ministro e como diplomata, principalmente durante a guerra do Paraguai. O novo gabinete foi formado a 7 de março de 1871. Pertencia, como os dois precedentes, ao partido conservador.[73]

Alguns dias depois da formação deste ministério, o Imperador teve notícia da morte da princesa Leopoldina, sua filha, casada com o duque Auguste de Saxe-Cobourg-et-Gotha. Esta notícia e a saúde da imperatriz decidiram-no a pedir ao Parlamento, que abriu os trabalhos a 3 de maio, permissão para visitar a Europa.

Era a primeira viagem de D. Pedro II ao estrangeiro.

Partiu a 25 de maio de 1871, deixando como regente a princesa imperial, Dona Isabel, condessa d'Eu, herdeira do trono. Na Câmara, quiseram votar uma soma importante para as despesas da viagem. Propôs-se também que uma esquadra acompanhasse D. Pedro II. Ele recusou. Sua lista civil lhe bastava, apesar de inferior à de muitos reis de países menos ricos que o Brasil. Além disso, ele queria viajar incógnito, livre de etiquetas, com pequeno séquito e num paquete transatlântico, como seus compatriotas que embarcavam para visitar as maravilhas da Europa. Nas duas viagens que fez mais tarde revelou a mesma simplicidade e modéstia.

73 **Presidente do Conselho e ministro das Finanças**, o senador visconde do **RIO BRANCO** (José Maria da **SILVA PARANHOS**) nascido na Bahia em 16 de março de 1819 e falecido no Rio em 1º de novembro de 1880; **ministro do Interior**, o deputado **CORRÊA DE OLIVEIRA** (João Alfredo), de Pernambuco; **Justiça**, o senador **SAYÃO-LOBATO** (depois visconde de Niterói), nascido no Rio de Janeiro e falecido na mesma cidade em 14 de setembro de 1883; **Negócios Estrangeiros, M. F. CORRÊA**, deputado pelo Paraná; **Guerra, JAGUARIBE**, senador pelo Ceará; **Marinha, DUARTE DE AZEVEDO**, deputado por S. Paulo; **Agricultura, Comércio e Trabalhos Públicos**, **THEODORO DA SILVA**, deputado por Pernambuco.

A Câmara conformou-se com a vontade do soberano que provocou, por seu desinteresse, a admiração de todos os súditos.

Desde os primeiros dias da sessão legislativa, a agitação dos clubes agrícolas e os ataques da imprensa fizeram prever que a luta seria encarniçada. Houve cisão no partido conservador. O projeto do governo foi combatido com extrema violência.

Essa luta memorável durou cinco meses, na Câmara e no Senado. Os maiores oradores da Câmara, – José de Alencar, Andrade Figueira, Ferreira Vianna, Duque-Estrada, Teixeira, e muitos outros – eram da oposição, oposição numerosa, dirigida pelo conselheiro Paulino de Souza, antigo ministro.

Perdigão Malheiro, um dos maiores jurisconsultos do Brasil, tinha aconselhado essa reforma numa obra notável: *A escravidão no Brasil;* intimidou-se, porém, no momento da luta, alistando-se na oposição. No Senado, o visconde do Rio Branco encontrou na oposição alguns amigos políticos entre os quais dois colegas do gabinete de 16 de julho de 1868, o visconde de Itaboraí, antigo presidente do Conselho, e o barão, depois marquês de Muritiba, além de um liberal que como orador valia, só ele, toda uma oposição; Zacarias de Vasconcelos.

Mas Rio Branco era também grande orador parlamentar e, vivamente secundado pela maioria das duas Câmaras e pela opinião pública, defendeu a reforma com a maior energia. A grande popularidade do seu nome, no Brasil, data dessa campanha parlamentar.[74]

Eram as primeiras lutas que os abolicionistas travavam contra os partidários do *statu quo*. Foram rudes, mas brilhantes.

---

74 Durante os cinco meses do período legislativo de 1871, o visconde do Rio Branco pronunciou no Senado e na Câmara dos deputados 41 discursos, dos quais 21 sobre a reforma. Ocupam 500 páginas numa coleção intitulada – **Discursos do Sr. Conselheiro de Estado e Senador do Império J. M. da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco, proferidos ... nas duas Casas do Parlamento em 1871, sendo presidente do Conselho de ministros** (Rio de janeiro, 1872, in 8º gr.).

A 28 de setembro de 1871, a lei foi votada pelo Senado e, no mesmo dia, sancionada pela princesa imperial regente.[75]

O entusiasmo foi geral no Rio e em todo o país.

Na ocasião do voto no Senado, os assistentes romperam em aclamações unânimes.

***

Foi em Alexandria, no Egito, que D. Pedro II soube, por dois despachos privados[76] expedidos de Milão e Florença, que em seu vasto Império, a partir da gloriosa data de 28 de setembro, todas as crianças nasceriam livres. Seu coração de soberano e filantropo experimentou a mais doce e profunda satisfação. Seu camarista e amigo, o visconde de Itaúna, testemunha das vivas emoções do Imperador ao receber a feliz notícia, contava, em uma carta que nos foi confiada, esta cena de júbilo: "Eu nunca vi o Imperador tão satisfeito!" E não tinha motivos para alegrar-se? Seu povo, em futuro bem próximo, seria composto de homens livres, independentes, em estado de concorrer, cada um por si, para a prosperidade e grandeza do Império.

Ele contemplava de longe as felizes consequências de sua obra humanitária. Essa bela obra não tardaria a ser completada.

Um escritor de mérito, Michaux Bellaire, da Corte de Cassação, dizia, referindo-se à lei Rio Branco, em um livro de que já falamos: "Um dia virá, e não está muito longe, em que a escravatura será completamente abolida no Brasil. E isto se fará sem perigo, sem comoção, porque a lei que examinamos preparou sabiamente essa transição".

75 65 deputados pronunciaram-se pela emancipação e 45 contra (7 deputados estavam ausentes e havia duas vagas). No Senado a maioria foi mais sensível: 33 pela reforma e 7 contra (16 senadores estavam ausentes e duas cadeiras estavam vagas).

76 Esses despachos foram recebidos pelo imperador no dia do seu desembarque em Alexandria, 28 de outubro de 1871.

Capítulo X
A abolição completa

Sumário: Nova propaganda abolicionista começada em 1880 – Ministério Dantas em 1884 – Seu projeto na Câmara – Esta é dissolvida – Queda do ministério Dantas ante a nova Câmara – Lei Saraiva-Cotegipe de 28 de setembro de 1885 – Progresso da ideia abolicionista – Libertação de todos os escravos das províncias do Ceará e Amazonas (1884) – Banquete em Paris – Carta de Victor Hugo – Doença do Imperador e viagem à Europa (1887-88) – Adesão de João Alfredo Corrêa de Oliveira e Antônio Prado ao partido abolicionista – Grande número de lavradores libertam seus escravos – Mudança ministerial – João Alfredo, presidente do Conselho (10 de março de 1888), e A. Prado, ministro – Novo gabinete propõe a emancipação imediata – Lei de 13 de maio de 1888 – Não há mais escravos no Brasil.

O primeiro passo estava dado. Era agora uma questão de tempo. Bastava continuar a avançar.

Em 1879, o senador Jaguaribe, os deputados Joaquim Nabuco e Joaquim Serra, assim como alguns jornalistas entre os quais Ferreira de Menezes, Patrocínio, Gusmão Lobo, Vicente de Souza e André Rebouças, insistiram que se fixasse a data para a emancipação total.[77]

77 Falaremos ainda de Joaquim Nabuco, o brilhante orador parlamentar, e Patrocínio, o jornalista e tribuno popular, que se imortalizaram na campanha da abolição. Seja-nos permitido lembrar aqui quatro

Não era ainda um partido; era um pequeno grupo de homens de boa vontade, todos oradores ou escritores distintos.

Fundaram a *Sociedade brasileira contra a escravidão* em 28 de setembro de 1880, nono aniversário da primeira lei emancipadora.[78]

A 24 de agosto, Joaquim Nabuco propusera na Câmara a libertação completa dos escravos para 1º de janeiro de 1890, ano em que se celebraria o jubileu do reinado de D. Pedro II.

Os abolicionistas fizeram em todo o país ardente propaganda. Foi considerável o número de liberais e conservadores que abraçaram a causa da abolição.

---

nomes que têm sido um pouco esquecidos no Rio, em meio das grandes festas da emancipação, mas que foram lembrados na Europa, onde há brasileiros que sabem guardar o sentimento de gratidão e a lembrança da pátria: queremos falar dos jornalistas Gusmão Lobo, Joaquim Serra, Ferreira de Menezes e André Rebouças. Este último foi um dos fundadores da **Sociedade brasileira contra a escravidão**, e fez sacrifícios financeiros consideráveis na propaganda abolicionista.

FERREIRA DE MENEZES, falecido em 1881, criara, no ano precedente, a **Gazeta da Tarde**, primeiro jornal francamente abolicionista no Rio. **JOAQUIM SERRA**, – um coração de escol, como Ferreira de Menezes. – faleceu há pouco tempo (novembro de 1888) e teve a satisfação de ver sua pátria livre da escravidão. Todas as manhãs, desde 1879, lia-se no Rio um artigo desse escritor atraente, cheio de verve, espírito de um acentuado sabor parisiense. Escreveu seus **Tópicos do Dia** até o dia seguinte à vitória final...

Gusmão Lobo foi outro combatente, de 1879 a 1888. Nunca o viram nas festas e **meetings** abolicionistas. Desde que uma lei de 1881 estabeleceu incompatibilidades parlamentares desconhecidas na França e em outros países, não teve mais entrada na Câmara o grande orador que defendera tão brilhantemente o ministério Rio Branco na imprensa e na tribuna. Tornou-se, desde então, jornalista infatigável, trabalhador silencioso, de uma fecundidade e tenacidade notáveis e, no seu retiro, prestou os mais relevantes serviços à causa dos escravos. Seus artigos sobre a emancipação, escritos numa bela linguagem, dariam uns doze volumes em grande formato. Pode-se dizer dele o que o filho de Buxton disse de Zachary Macaulay: "From the moment of his embracing the abolition cause… he flinched neither from toil nor privations; neither from obloquy nor persecution; but sacrificed himself, with the whole of his personal hopes, to advancing the cause of Humanity. The privacy of his course was only checkered by occasional bursts of animosity, from those who felt their defeat to be in a great measure owing to his silent but steady exertions. To labour and suffer without prospect of gain or applause, in the simple hope of alleviating the miseries of others, was the lot that he cheerfully fulfilled…"

78 O deputado Joaquim Nabuco foi eleito presidente dessa sociedade, sendo o visconde do Rio Branco nomeado membro honorário. Grave enfermidade forçara este homem de Estado, então chefe da oposição, a deixar no mês de julho (1880) as discussões do Senado. A 1º de novembro faleceu em Andaraí, no Rio de Janeiro.

A 6 de junho de 1884, o Imperador encarregou o senador Dantas, abolicionista, de formar um ministério.[79] A 15 de julho, o deputado Rodolfo Dantas, antigo ministro, apresentou à Câmara, de acordo com o gabinete, um projeto declarando livres todos os escravos que tivessem atingido ou atingissem a idade de 60, e aumentando os fundos criados pela lei de 1871 para serem aplicados no resgate de escravos. A luta se travou de novo, com o mesmo ardor de 1871.

A 28 de julho, um deputado republicano apresentou a seguinte moção, que foi adotada por 59 votos contra 52: – “A Câmara rejeita o projeto do governo sobre a questão servil e recusa confiança ao gabinete”.

Nessa votação, 42 conservadores, 16 liberais e um republicano, se pronunciaram contra o gabinete; 48 liberais e 4 conservadores votaram com o governo.

No dia 30, Dantas anunciou à Câmara, em nome do imperador, que a dissolução seria decretada depois do voto do orçamento.

Terminada a discussão dessa lei, decretou-se a dissolução (3 de setembro).

As eleições gerais não mudaram notavelmente a força relativa dos partidos na Câmara. Na reabertura, nova moção dos adversários do gabinete foi adotada, em 4 de março de 1885. 50 deputados, sendo 43 liberais, 3 conservadores e 2 republicanos, votaram com o gabinete; 52 contra, sendo 43 conservadores, 8 liberais e 1 republicano.

79 **Gabinete de 6 de junho de 1884: – Presidente do Conselho e ministro das finanças, Manoel Pinto de SOUZA DANTAS,** senador pela Bahia; **Interior**, Philippe **FRANCO DE SÁ**, senador pelo Maranhão; **Justiça, SODRÉ PEREIRA**, deputado pela Bahia; **Marinha**, almirante **DE LAMARE**, senador por Mato Grosso; **Agricultura, Comércio e Trabalhos Públicos, CARNEIRO DA ROCHA**, deputado pela Bahia.

O imperador encarregou da formação do novo gabinete (6 de maio) o venerando Saraiva,[80] homem de Estado justamente popular.

Em 1881, conseguira ele do Parlamento uma importante reforma, a *eleição direta*. Até então, as eleições se faziam, como dissemos antes, em dois graus. Fora secundado nessa campanha por um dos mais eminentes chefes conservadores, o barão de Cotegipe, cuja morte recente (13 de fevereiro de 1889), anunciada pelo telégrafo, será lamentada por todos os brasileiros.

A iniciativa do gabinete Dantas, vivamente apoiada pela confiança do imperador, assim como as discussões travadas no Parlamento e na imprensa, tinham dado grande impulso à ideia abolicionista.

Saraiva conseguiu a votação de um outro projeto, pela Câmara dos deputados, com o auxílio de um grupo que ele soube reunir entre uma fração do partido liberal e os deputados conservadores dirigidos pelo seu *leader* Antônio Prado.

Diante, porém, da hostilidade de grande número de liberais, ele resignou o poder quando a discussão da lei era iniciada no Senado.

O barão de Cotegipe o substituiu, como primeiro ministro, e confiou a Antônio Prado a pasta da Agricultura, Comércio e Trabalhos Públicos, e a Belisário de Souza a das Finanças.[81]

80 **Gabinete de 6 de maio de 1885: – Presidente do Conselho e ministro das finanças, SARAIVA,** senador pela Bahia; **Interior, MEIRA DE VASCONCELOS**, senador pela Paraíba; **Justiça, AFFONSO PENNA**, deputado por Minas Gerais; **Negócios Estrangeiros**, o visconde, hoje marquês de **PARANAGUÁ**, senador pelo Piauí; **Marinha, SOUZA LEÃO**, senador por Pernambuco; **Agricultura, Comércio e Trabalhos Públicos, FERREIRA DE MOURA**, deputado pela Bahia.

81 **Gabinete de 30 de agosto de 1885: Presidente do Conselho e ministro dos Negócios Estrangeiros, o BARÃO DE COTEGIPE**, senador pela Bahia (nascido em Villa da Barra, na Bahia, a 23 de outubro de 1815 e falecido no Rio em 13 de fevereiro de 1889); **Interior, o BARÃO DE MAMORÉ, senador pelo Amazonas; Justiça, RIBEIRO DA LUZ**, senador por Minas; **Finanças, BELISÁRIO DE SOUZA**, deputado pelo Rio de Janeiro; **GUERRA, JUNQUEIRA**, senador pela Bahia (falecido em 1888); **Marinha, ALFREDO CHAVES**, deputado pelo Rio de Janeiro; **Agricultura, Comércio e Trabalhos Públicos, ANTÔNIO PRADO**, deputado (hoje senador) por S. Paulo.

A lei foi adotada pelo Senado e sancionada pelo imperador em 28 de setembro de 1885, quatorze anos, dia por dia, depois da lei Rio Branco.

Essa nova lei declarava livres os escravos a partir de 60 anos, como o havia proposto Dantas, mas deveriam servir ainda por três anos a seus senhores; fixava, além disso, uma tabela do valor dos escravos, decrescente com os anos, e aumentava certos impostos para criar um fundo de encorajamento para a imigração.

A escravidão estava condenada. "Se decretardes sem indenização a emancipação dos sexagenários, – dissera em 1884 um dos mais ilustres conselheiros de Estado – a propriedade servil estará moralmente destruída pela vossa lei, e essa propriedade não terá mais razão de ser na consciência do legislador".

Entretanto, os abolicionistas ainda não estavam nem podiam estar satisfeitos. Seu *leader* na Câmara, Joaquim Nabuco, continuava a pedir que se fixasse uma data próxima para a libertação total dos escravos, e os publicistas do partido continuavam em ativa propaganda.

Em 1884, as províncias do Amazonas e do Ceará libertaram todos os seus escravos.

Esse fato glorioso foi celebrado por uma festa libertadora, a 25 de março do mesmo ano, aniversário do juramento prestado à Constituição do Império.

No mesmo dia, Patrocínio, então redator chefe da *Gazeta da Tarde*, do Rio, hoje redator chefe de *A Cidade do Rio*, reunia em Paris, em banquete fraternal, alguns deputados e jornalistas franceses e brasileiros para festejarem a abolição da escravidão no Ceará.

Foi nesse banquete que Schoelcher, no seu desejo ardente de ver proclamada a emancipação total dos escravos, atacou

injustamente a lei brasileira de 1871, sem levar em conta as dificuldades que fora preciso vencer para obtê-la.[82]

Essa lei fora, entretanto, o primeiro passo para a grande reforma, e permitiria aos partidários da liberdade começar alguns anos mais tarde sua propaganda para a completa emancipação.

Victor Hugo fora convidado para o banquete. Não podendo comparecer, enviou a seguinte carta:

"Uma província do Brasil acaba de declarar abolida a escravidão. Eis uma grande notícia!

"A escravidão é o homem substituído no homem pelo animal; o que pode restar de inteligência nessa vida animalizada do homem, pertence ao senhor, segundo sua vontade e seu capricho. Originam-se daí circunstâncias terríveis.

"O Brasil desferiu um golpe decisivo na escravidão. O Brasil tem um imperador; este é mais do que um imperador, é um homem. Que ele continue. Nós o felicitamos e o honramos. Antes que termine o século, a escravidão terá desaparecido da terra.

---

82 Já fizemos ver que em todos os países em que se conseguiu a emancipação sem violências e revoluções, as primeiras medidas tomadas foram a abolição do tráfico e a liberdade dos recém-nascidos. No Brasil, ainda em 1871, todo o trabalho agrícola estava nas mãos dos escravos que formavam um quinto da população do Império. De 1871 a 1880, nenhuma voz se levantou para pedir a emancipação total e imediata. Só em 1879 e 1880 é que se começou a pedir a emancipação gradual. Os abolicionistas brasileiros sempre fizeram justiça à lei de 1871 e ao estadista que se imortalizou na defesa dela. SCHOELCHER terá a prova disso no seguinte trecho do discurso pronunciado na Câmara dos Deputados por J. NABUCO, quando do falecimento do VISCONDE DO RIO BRANCO.

"Acabo de falar do sentimento nacional que acompanhou ontem à sepultura o visconde do Rio Branco mas o espetáculo que presenciamos há um ano, quando a população inteira foi recebê-lo na sua volta da Europa, não foi menos importante. Eram as honras do triunfo, que entre nós o povo concede apenas aos que fizeram alguma coisa para estender os limites da pátria, para fazê-la colaborar na obra da arte, da justiça, ou da liberdade, obra comum à humanidade inteira.

"O homem, cuja perda lamentamos, não fez uma obra incompleta. Há nesta grande realização uma parte definitiva. Há dez anos que no solo brasileiro todas as crianças nascem para a liberdade; e quando mesmo não fôssemos além da lei de 28 de setembro de 1871, se esquecêssemos o dever da nossa geração e do nosso tempo, ainda assim ela bastaria para deixar desassombrado o futuro, para nos deixar entrever o dia em que não existiria mais escravidão em nossa terra. Eis a sua glória; venho afirmá-la do alto desta tribuna, porque essa glória é o patrimônio de nossa ideia, é a riqueza de nossa causa, é a grande herança que Rio Branco mostra à ambição de nossos estadistas e deixa, como Alexandre, ao mais digno dentre eles".

"A liberdade é a lei humana.

"Sintetizamos numa palavra a situação do progresso: a barbárie recua, a civilização avança".

"Victor Hugo".

Encorajadas pelo exemplo do Ceará e do Amazonas, organizaram-se sociedades emancipadoras em vários lugares. Grande número de proprietários declarou livres os seus escravos. Alguns como a viscondessa de Rio Novo, não tendo herdeiros diretos, deixaram por testamento, a seus escravos libertos, a propriedade das terras em que eles tinham trabalhado.[83]

D. Pedro II continuava a estimular esse belo movimento de generosidade nacional.

Infelizmente, no começo de 1887, após uma viagem à província de S. Paulo, caiu gravemente enfermo de uma congestão do fígado, complicada com febre palustre.

Quando entrou em convalescença, os médicos aconselharam uma viagem à Europa, indispensável à cura completa.

D. Pedro II partiu a 30 de junho, e pela terceira vez a princesa imperial, dona Isabel, assumiu a regência do Império.

Na ausência do imperador, nos últimos dias da sessão do Parlamento, a causa dos abolicionistas avançados recebeu a valiosa adesão de duas figuras do Partido Conservador, estadistas muito influentes: conselheiros João Alfredo Corrêa de Oliveira, chefe daquele Partido em Pernambuco e nas províncias do Norte, colega

83 Devemos registrar que bem antes do movimento abolicionista, a condessa De Barral e de Pedra Branca tinha libertado todos os seus escravos.

A condessa De Barral, viúva de um francês, nasceu no Brasil. Todavia a alta sociedade parisiense conhecia essa dama ilustre que dirigiu, no Rio, a educação da Princesa Imperial do Brasil e da princesa Leopoldina. Seu pai, BORGES DE BARROS, VISCONDE DE PEDRA BRANCA, foi um poeta estimado e um dos mais ilustres estadistas e diplomatas brasileiros. Foi, no reinado de D. Pedro II, ministro do Brasil na França.

de Rio Branco no glorioso gabinete de 1871-75, e Antônio Prado, chefe do mesmo Partido em S. Paulo, a mais próspera, empreendedora e adiantada das províncias do Império.

Esses dois homens de Estado anunciaram do alto da tribuna do senado ao gabinete Cotegipe, que o país reclamava nova reforma, e convidaram o presidente do Conselho a determinar a data em que todos os escravos seriam declarados livres.

Era o que pediam os chefes dessa propaganda humanitária, Nabuco e Patrocínio.

O barão de Cotegipe e seus colegas achavam que o governo devia limitar-se a manter as leis de 1871 e 1885.

Durante as férias parlamentares, iniciadas no mês de setembro, o senador Antônio Prado, pôs-se à frente da propaganda abolicionista em São Paulo.

Sua ação se tornava mais eficiente porque ele, como seu pai, o venerável Martinho Prado, e todos os membros da família, ricos lavradores, tinham libertado seus numerosos escravos.

Muitos lavradores, amigos deles, imitaram o belo exemplo. Começaram a libertar em massa os seus escravos.

O movimento aumentava cada dia. Os acontecimentos precipitavam-se mais rapidamente do que podiam esperar os mais ousados abolicionistas. Em certos pontos da província, escravos, cujos senhores não queriam ouvir falar de emancipação, deixavam tranquilamente as fazendas, a conselho de um agitador, o advogado Souza e Castro (Antônio Bento).

Como impedir o movimento? O governo não podia resistir mais à vontade nacional.

Quando as autoridades, seguidas de praças, intimavam centenas de negros evadidos a voltar às fazendas, eles respondiam:

"Atirai sobre nós, se quiserdes; não temos armas e não queremos nos defender. Mas somos homens como vós e queremos que nos restituam a liberdade que todo homem recebe de Deus. Vamos procurar trabalho onde nos receberem como homens livres!"

A atitude desses escravos insurretos era calma e digna. Atravessaram povoações e cidades, sem praticar violências, e iam procurar a proteção dos abolicionistas ou de fazendeiros que já houvessem libertado os seus semelhantes.

Correu o boato de que o governo tinha a intenção de empregar a força armada para sujeitar os escravos evadidos.

Imediatamente o senador Antônio Prado declarou, num discurso em S. Paulo, que não se devia empregar o exército em tal serviço.

No próspero distrito de Campos (província do Rio), os escravos abandonaram, em massa, as fazendas. Sua atitude era a mesma dos negros de S. Paulo.

Não havia tempo a perder. Era preciso agir prontamente.

Um ano atrás, uma lei fixando a emancipação total para 1890 contentara a todos. Agora, a emancipação imediata impunha-se, pois do contrário, – mesmo nas províncias do Rio e de Minas onde a resistência enérgica dos lavradores se opunha ao movimento abolicionista, – os escravos não libertados iriam abandonando, em massa, a lavoura, e se desorganizaria inteiramente o trabalho agrícola.

Nesta melindrosa situação, a desarmonia entre a princesa Regente e seus ministros produziu uma troca de governo.

O gabinete apresentou demissão, e a princesa imperial encarregou o senador João Alfredo Corrêa de Oliveira de organizar novo ministério.

O senador por S. Paulo, Antônio Prado, e o deputado pela mesma província, Rodrigo da Silva, fizeram parte desse ministério constituído em 10 de março.[84]

Os lavradores do Rio e de Minas resistiam à reforma.

O movimento abolicionista e o exemplo dado pelos paulistas ganharam, porém, importantes adesões na província do Rio.

Os mais ricos lavradores dessa província, os que possuíam maior número de fazendas, os condes de S. Clemente, de Nova Friburgo e de Araruama, assim como suas numerosas famílias, compostas de ricos *landlords*, libertam os seus escravos.

A resistência tornara-se impossível. A oposição estava desmoralizada, confundida. A instituição da escravatura estava condenada. Toda a imprensa encorajava essa nobre e generosa evolução.

A 3 de maio, a Regente abriu o Parlamento. Na "fala do trono" havia o seguinte trecho que não deixava dúvidas sobre a intenção do governo:

"A extinção do elemento servil pelo influxo do sentimento nacional e das liberalidades dos particulares, em honra do Brasil, adiantou-se pacificamente de tal modo, que é hoje aspiração aclamada por todas as classes, com admiráveis exemplos de abnegação por parte dos proprietários. Quando o próprio interesse privado vem, espontaneamente, colaborar para que o Brasil se desfaça da infeliz herança que as necessidades da lavoura haviam mantido, confio que não hesitareis em apagar do direito pátrio a única exceção que nele figura, em antagonismo com o espírito cristão e liberal das nossas instituições".

84 **Gabinete de 10 de março de 1888: – Presidente do Conselho e ministro da Fazenda,** João Alfredo Corrêa de Oliveira, senador por Pernambuco; **Interior,** Costa Pereira, deputado pelo Espírito Santo; **Justiça,** Ferreira Vianna, deputado pelo Rio de Janeiro; **Negócios Estrangeiros,** Rodrigo da Silva, deputado (hoje senador) por S. Paulo; **Guerra,** Coelho de Almeida, senador pelo Rio de Janeiro; **Marinha,** Vieira da Silva, senador pelo Maranhão; **Agricultura, Comércio e Trabalhos Públicos,** Antônio Prado, senador por S. Paulo.

Com efeito, o número de escravos, que era de 1.700.000 por ocasião da lei Rio Branco, em 1871, desceu a 1.584.674 em 1873, a 1.133.228 em 1884, e a 733.416 no recenseamento de março de 1887.

No mês de maio de 1888, as libertações em massa tinham reduzido esse número a menos de 600.000.

Desde 1871, mais de 500.000 filhos de escravos tinham nascido livres, em virtude da lei Rio Branco.

O quadro seguinte expõe, em dados eloquentes, a progressão que se operou no Brasil na diminuição do número de escravos de 1873 a 1887.

Essa diminuição progressiva terminaria com a supressão total da escravatura, e justifica a resolução enérgica que honrará para sempre o governo da regência:

Províncias	Escravos em 1873	Escravos em 1887	Valor legal (em mil réis)
Amazonas	1.716	0	0
Pará	31.237	20.535	6.825.539
Maranhão	74.598	33.446	22.449.874
Piauí	24.016	8.970	6.331.973
Ceará	31.975	108	77.175
Rio Grande do Norte	13.634	3.167	2.134.987
Paraíba	27.651	9.448	6.259.230
Pernambuco	106.236	41.122	27.619.235
Alagoas	36.124	15.269	10.039.005
Sergipe	35.187	16.875	11.279.860
Bahia	169.766	76.838	52.054.767
Espírito Santo	22.297	13.381	9.061.922
Rio de Janeiro (cid. e distr.)	47.084	7.488	4.974.289
Rio de Janeiro (província)	303.807	162.421	105.869.250

São Paulo	174.622	107.329	73.557.811
Paraná	11.807	3.513	2.465.200
Sta. Catarina	15.250	4.927	3.379.200
Rio Grande do Sul	99.401	8.442	5.947.364
Minas Gerais	340.444	191.952	129.316.288
Goiás	10.771	4.952	3.386.997
Mato Grosso	7.051	3.233	2.117.757
TOTAL	1.584.674	733.416	485.147.723

A 3 de maio abriu-se o Parlamento.

Os novos ministros e os demissionários deram explicações sobre a mudança ministerial de 10 de março e, na discussão, falou-se da reforma anunciada pela "fala do trono".

O grande orador Joaquim Nabuco, em admirável discurso, conseguiu colocar a questão acima da rivalidade dos partidos.

"Não é este o momento – disse ele – de se fazer ouvir a voz dos partidos. É este, incomparavelmente, o maior momento de nossa pátria. A geração atual ainda não sentiu coisa semelhante e precisamos lembrar-nos do que nossos pais que viram o 7 de abril, ouviram aos nossos avós que viram a Independência, para imaginar como na terra brasileira houve de geração em geração uma cadeia de emoções parecidas com esta.

"Dentro dos limites de nossa vida nacional, e feito o desconto da marcha de um século todo, 1888 é um acontecimento maior para o Brasil do que 1789 foi para a França. É literalmente uma nova pátria que começa".

Esta linguagem patriótica produziu nos deputados profunda impressão.

A 8 de maio, Rodrigo Silva, ministro da agricultura, apresentou, em nome do governo, a proposta da abolição da escravatura no Brasil.

Foi nomeada uma comissão especial. Esta redigiu imediatamente um parecer concluindo pela adoção do projeto. O conselheiro Duarte de Azevedo (outro colega do visconde do Rio Branco no gabinete de 1871) foi o relator dessa comissão. Alguns minutos depois, ele se apresentou diante da Câmara:

"A comissão especial, convencida de que nesta matéria não é possível retardar um só instante as aspirações do povo brasileiro, que quer satisfazer a uma necessidade social e política que é, ao mesmo tempo, brilhante homenagem à civilização do século, e à generosidade de todos os que amam o bem da humanidade, pede à Câmara permissão para lhe apresentar um requisitório de urgência, com dispensa de impressão, afim de que o projeto seja discutido amanhã.

"Eis o nosso parecer:

"A comissão especial, encarregada de examinar a proposta do governo sobre a extinção da escravidão, convencida de que esta proposta satisfaz plenamente as aspirações do povo, é de opinião que ela seja convertida no projeto seguinte".

Vinha então o projeto.

O entusiasmo chegou ao cúmulo no Rio e em todo o Império.

A discussão durou dois dias (9 e 10 de maio). Cinco discursos foram pronunciados, sendo três contra a reforma. Na primeira discussão (9 de maio), 84 deputados votaram pela abolição e 9 contra.[85] Quatro deputados que se achavam ausentes no momento da votação, enviaram declarações favoráveis ao projeto. Na última discussão, a maioria foi ainda mais notável.

---

85 A Câmara dos deputados compõe-se hoje de 125 membros, mas 22 conservadores e 7 liberais, não estiveram presentes à votação e havia 3 cadeiras vagas. Os 84 votos favoráveis à reforma estavam assim distribuídos: 64 conservadores, 19 liberais e 1 republicano.

Os nove contrários pertenciam todos ao partido conservador; 8 eram deputados pelo Rio e 1 por Pernambuco.

Hoje (abril de 1889) a Câmara dos deputados está assim constituída: 90 conservadores, 30 liberais, 3 republicanos e duas cadeiras vagas.

A 11, o projeto chegou ao Senado. A comissão nomeada para examiná-lo compunha-se de 3 liberais, Dantas (relator), Afonso Celso (visconde de Ouro Preto) e general visconde de Pelotas, e 2 conservadores, Teixeira Junior (visconde de Cruzeiro) e d'Escragnolle Taunay.

As duas discussões regulamentares ocuparam as reuniões de 12, sábado, e 13, domingo. Foram pronunciados dois discursos contra a reforma, pelo barão de Cotegipe, antigo presidente do Conselho, e pelo conselheiro Paulino de Souza, antigo ministro. O projeto foi defendido pelos conselheiros Dantas, presidente do Conselho no gabinete de 1884, e por Manoel Francisco Corrêa, ministro em 1871 com Rio Branco. Era grande a impaciência pública.

Já dissemos que em 1871 Paulino de Souza tinha chefiado a oposição contra a lei Rio Branco. Durante o governo dos liberais (1878-85), a resistência às ideias abolicionistas foi representada por ele, conservador, e por Martinho de Campos, liberal, ambos influentes nos partidos a que pertenciam. Martinho de Campos faleceu em 1887, e, com a elevação dos conservadores, Paulino de Souza tornou-se o principal arrimo do gabinete Cotegipe (1885-88) que, tendo conseguido a segunda lei de emancipação, achava que não era preciso fazer mais nada nesse sentido. Depois das campanhas parlamentares de 1871 e de 1884-85, muitos amigos políticos de Paulino de Souza mudaram de ideia. Ele achou, entretanto, que devia ser sempre o homem da resistência, e nesse papel concorreu para que a grande reforma não se realizasse com precipitação. Terminou seu discurso, na reunião memorável de 13 de maio, que foi o primeiro dia do regime de igualdade no Brasil, com as seguintes palavras:

"Mas não quero deter por mais tempo o préstito triunfal que já se acha enfileirado, na sua marcha festiva.

"Quando ele passar por mim, achar-me-á neste lugar, representando a minha província, os meus companheiros no trabalho agrícola, coerente com os deveres, já preenchidos, da missão que me incumbi de desempenhar, em nome e em defesa de grandes interesses nacionais.

"Sejam quais forem os sentimentos que no meu coração se possam expandir, na hora em que todos forem livres nesta terra, eu os guardo comigo, silencioso, vencido, mas sem que se me possa contestar um título ao respeito público: – o de ter preferido até hoje, como hei de preferir sempre, a lealdade, a integridade e a honra política, a todas as glórias e a todas as grandezas".[86]

Este discurso foi ouvido com todo o respeito pela multidão que enchia as tribunas do Senado.

A votação final realizou-se no mesmo dia: 43 senadores contra 6 pronunciaram-se a favor da lei[87] entre aplausos dos espectadores que o presidente do Conselho não podia conter. Como se deu em 1871, cobriu-se o recinto de flores, e o presidente do Conselho, João Alfredo, o senador Dantas e todos os que tinham contribuído para a grande vitória, foram aclamados com entusiasmo, à saída, pela multidão que aguardava, nas imediações do senado, o resultado da discussão.

No mesmo dia 13 de maio, a Princesa Regente sancionou a lei.

Para celebrar esse acontecimento memorável, realizaram-se muitas festas públicas em todo o Império. A nação brasileira estava feliz e orgulhosa. Era um verdadeiro sentimento de alívio que os brasileiros experimentavam.

Assim, *desde 13 de maio de 1888, não há mais escravos no Brasil...*

---

86 O conselheiro Paulino de Souza é o filho mais velho do ilustre estadista de que já falamos, o visconde do Uruguai, brasileiro nascido em Paris.

87 No Senado (61 membros), 43 senadores, sendo 19 conservadores e 24 liberais, votaram a favor da lei, e 6 conservadores contra. Destes últimos 3 eram do Rio de janeiro, 1 de Minas Gerais, 1 da Bahia e 1 de Sergipe. Cinco conservadores e 4 liberais estavam ausentes e havia 3 vagas.

A lei que suprimiu a escravidão era de admirável simplicidade.
Continha dois artigos, apenas:
"Art. 1º – É declarada extinta a escravidão no Brasil".
"Art. 2º – Revogam-se as disposições em contrário".

Capítulo XI
Depois da abolição

Sumário: Despacho do ministro da França no Rio lido por Goblet – Festas em toda a América – Manifestação popular em Buenos Aires (17 de maio) e discurso do general Mitre – Conselhos do Papa Leão XIII aos antigos escravos – Consequências da emancipação – A "Fala do Trono", em 1889 – Como D. Pedro recebeu, em Milão, a notícia da abolição – "grande povo!"...

O povo brasileiro celebrou com flores e regozijo público o começo da reforma, em 1871, e seu feliz coroamento, em 1888.

Nosso ministro dos Negócios Estrangeiros disse em seu discurso de 10 de julho último:

"O ministro da França no Brasil,[88] relatando-me a reunião da Câmara dos Deputados em que a lei foi votada por aclamação, escrevia que do alto das tribunas eram atiradas flores em profusão no recinto da Câmara invadida pela multidão em delírio, e que o presidente do Conselho a custo pôde fugir à ovação de que foi alvo. E nosso ministro, também tomado de entusiasmo, terminava assim a carta:

"A data da emancipação será a mais memorável da história do Brasil. Esta página de seus anais foi escrita pela Nação inteira, na união íntima do Povo, do Parlamento e da Coroa".

88 Conde Amelot de Chaillou.

A grande notícia, transmitida logo pelo telégrafo, foi celebrada em todos os países da América.

Em Buenos Aires, principalmente, as manifestações populares foram entusiásticas.

A 17 de maio, mais de 40.000 cidadãos, tendo à frente os generais Bartolomeu Mitre e Domingo Sarmiento, antigos presidentes da República, dirigiram-se à residência do barão de Alencar, ministro do Brasil.

É sabido que a prosperidade da República Argentina data da gloriosa presidência do general Mitre, o maior estadista argentino do nosso tempo.

Foi ele o orador dessa grande manifestação, assim concluindo o seu discurso.

"O Império do Brasil era uma democracia coroada, tendo por princípio fundamental de sua organização política, como a nossa República, a soberania do povo; a igualdade só não existia por causa da escravatura.

Hoje, proclamando o grande princípio da igualdade humana, transformando os escravos em cidadãos de um país livre, o Brasil apresenta-se como sociedade perfeitamente equilibrada, ornada de uma coroa de luzes inextinguíveis como as das estrelas do Cruzeiro do Sul, que brilham no céu de nosso hemisfério.

"Em honra desse grande acontecimento, que marcará época nos faustos eternos do progresso humano, o povo argentino saúda fraternalmente o povo brasileiro que o ajudou a destruir aqui uma tirania bárbara;[89] saúda com a mais viva simpatia os poderes públicos do Brasil que fizeram entrar na lei positiva do Império a grande lei moral da liberdade, da igualdade e da fraternidade entre os homens; saúda o chefe atual do gabinete brasileiro, João Alfredo Corrêa de Oliveira, que, inspirado no exemplo de seu mestre e

89 Alusão à intervenção brasileira de 1851-1852 contra Rosas.

amigo, Silva Paranhos, visconde do Rio Branco, teve a honra de presidir à abolição completa da escravidão no Brasil, ato final da evolução começada em 1871.

Saúda, também, o orador Joaquim Nabuco que, à testa da propaganda abolicionista desde 1879, soube agitar a opinião e dar a esse movimento de generosidade nacional o impulso vigoroso que o tornou triunfante.

"Em vossa alta personalidade, sr. Ministro, que tão dignamente representais o Império do Brasil junto ao nosso governo, o povo argentino saúda o vosso ilustre soberano D. Pedro II, o principal promotor dessa grande reforma.

O imperador legará à posteridade, na abolição da escravatura decretada em seu nome pela princesa regente, a herança mais gloriosa, a mais fecunda do seu longo e próspero reinado.

"A gratidão dos brasileiros já ergueu a estátua de D. Pedro I, o libertador de dois povos, com a Constituição liberal do Império em uma das mãos e tendo em seus lábios de bronze o grito retumbante do Ipiranga que, em 1822, anunciou ao mundo o nascimento de uma nova nacionalidade. A posteridade reconhecida levantará a estátua de D. Pedro II, tendo, em uma das mãos, a proclamação da liberdade dos últimos escravos do mundo, e atirando, no abismo do passado, as correntes para sempre quebradas.

"Glória e prosperidade ao povo brasileiro, aos poderes públicos do Império e ao seu Soberano!"

O papa Leão XIII enviou à princesa regente a *Rosa de Ouro* e, em carta dirigida aos bispos brasileiros,[90] dava estes sábios conselhos aos antigos escravos:

---

90 Essa carta tem a data de 5 de maio de 1888, mas não foi publicada no Vaticano senão muitos dias após a abolição total (Ver o **Monitor de Roma** de 23 e de 24 de maio).

Neste ano (1889), Leão XIII não se esqueceu do primeiro aniversário da abolição da escravidão no Brasil: a 13 de maio, enviou sua benção ao imperador, à princesa, a toda a família imperial, ao governo e ao povo brasileiro.

"Que eles guardem religiosamente o sentimento de gratidão e se esforcem para prová-lo com cuidado àqueles a quem devem a liberdade. Que não se tornem jamais indignos de tão grande benefício, e que não confundam nunca a liberdade com a licença de paixões; que usem dela, como convém a cidadãos honestos, para o trabalho de uma vida ativa, para o progresso e para o bem da família e do Estado.

Que cumpram sempre o dever de respeitar a majestade dos príncipes, de obedecer aos magistrados e observar as leis, não pelo medo mas pelo espírito da religião.

Que se abstenham de invejar a riqueza e a superioridade dos outros, porque é muito para se lamentar que grande número de pobres se deixem dominar pela inveja, origem de tanto mal".

***

Quais foram, porém, as consequências da lei da emancipação?

Quando o governo de D. Pedro II se ocupava da supressão do ignóbil tráfico dos africanos, os negreiros prediziam que a agricultura pereceria. Um senador chegou a afirmar que a produção nacional diminuiria de 40%.

Ora, o tráfico foi suprimido em 1850, e a produção e a exportação aumentaram.[91]

No fim de alguns anos, os lavradores reconheciam que não podiam queixar-se da lei de 1850.

Quando em 1871, o visconde do Rio Branco defendia a primeira lei para a emancipação gradual, os escravagistas previam ainda que ela acarretaria a ruína do país e a desorganização do trabalho agrícola.

91 Até o ano de 1849-50, o valor da exportação não fora além de 57.926 contos (1847-48). Depois de 1854, foi a mais de 100.000. Em 1865-66, atingiu a 157.016 contos.

Enganaram-se. Os números eloquentemente o demonstraram. A produção continuou na sua marcha ascendente, embora o número de braços servis tivesse diminuído de modo considerável.[92]

Finalmente, gritava-se que a abolição total seria a perda do país e o abandono de todas as grandes culturas.

Ora, os libertos não deixaram de trabalhar, e as grandes culturas não se perderam. Os embarques de café, no Rio e em Santos, foram mais consideráveis neste ano do que no ano precedente (Discurso do Presidente do Conselho na Câmara dos Deputados, a 27 de agosto de 1888);[93] os títulos brasileiros são cotados acima do par; o câmbio subiu rapidamente, foi além do par e atingiu a uma taxa que não se conhecia há muito tempo,[94] e o Império pôde contrair, em Londres, um empréstimo mais vantajoso do que todos os que tinham sido feitos anteriormente.[95] Há mais ainda. A corrente de

---

92 A exportação das três províncias que possuíam maior número de escravos, Rio, Minas e S. Paulo, é feita pelos portos do Rio e de Santos. Em 1870, saíram desses dois portos 200 milhões de quilos de café; hoje, exportam 350 milhões.

A medida das colheitas anuais era de 40 milhões de quilos no período de 1835-40, de 126 milhões no período de 1855-60, e de 220 no de 1873 a 1877. Em 1886-87, a colheita foi além de 400 milhões. Quanto às receitas do orçamento geral, que eram de 101.000 contos em 1870-71, e de 111.016 em 1873-74, elas sobem hoje a 147.200 contos.

93 Acabamos de ler no **Retrospecto comercial de 1888,** publicado pelo **Jornal do Comércio** de 9 de janeiro último, que a exportação de café no Rio foi de 1.088.430 sacas (ou seja 62 milhões de quilos) a mais do que no ano precedente. Eis um dos resultados da emancipação!

Nos Estados Unidos, os números são também de grande eloquência. A maior colheita de algodão no tempo dos escravos fora de 4.824.000 fardos, em 1860; após uma crise de transição – porque a guerra civil desorganizou completamente o trabalho agrícola, – a colheita de algodão se elevou, em 1876, a 4.669.000 fardos, e em 1888, a 7.017.000.

94 O câmbio ao par, sobre Londres, é de 27 dinheiros por mil réis. Ainda em 1886, o câmbio tinha descido a 17 ¾ , e em 1888 não fora além de 23 ½ . Depois da emancipação começou a subir. Em outubro último excedeu ao par, 27, e, hoje (março de 1889), está acima de 28. Desde 1856 não se dava tal coisa, a não ser em alguns meses de 1875.

95 Os dois melhores empréstimos do Brasil foram contraídos em 1859 (taxa de emissão 100%, juros de 5%), e em 1875 (taxa de 96 ½ e juros de 5%).

O empréstimo contraído no ano passado, quando era anunciada a emancipação total, foi de 97% com juros de 4 ½ %, o que corresponderia a uma taxa de 108% se os juros fossem de 5%. Todos os empréstimos exteriores do Brasil são feitos em Londres, por intermédio das casas **ROTSCHILD.**

Os **ROTSCHILD** são, desde a independência do Brasil, os agentes financeiros do Império em Londres.

emigração para o Brasil aumentou de tal sorte que o número de 1888 é seis vezes maior do que a média dos anos precedentes.[96]

Eis a prova brilhante dos belos destinos que se abrem para o Brasil, e da confiança que este nobre país inspira, graças à fecunda reforma que realizou, – reforma que é, certamente, o maior ensaio de emancipação progressiva e de transformação do trabalho que se tem feito, conseguida sem abalos, sem perturbações, sem que a produção nacional se comprometesse e mesmo se atrasasse.

É admirável que o Brasil tenha conseguido, em menos de dezessete anos (1871-88), realizar pacificamente essa imorredoura transformação social que libertou cerca de dois milhões de escravos.

Não foi graças à sabedoria de D. Pedro II e aos sentimentos generosos do seu povo que o mundo civilizado pôde aplaudir *esse grande ato de moralidade*, segundo a expressão de Schoelcher?

A emancipação, grandemente favorecida pelo imperador, foi certamente a maior glória do seu reinado.

No discurso pronunciado há alguns dias, por D. Pedro II, na abertura do Parlamento (3 de maio de 1889), notam-se os trechos seguintes:

"As rendas públicas continuaram a crescer o ano passado, além das previsões do orçamento, e o mesmo se dá no exercício corrente.

O desenvolvimento do comércio e das indústrias vai atraindo capitais estrangeiros, em moeda metálica que circula com diferença para menos em relação ao papel do Estado, agora acima do valor do nosso padrão monetário.

O Tesouro Nacional, livre da avultada dívida flutuante que veio de anteriores exercícios, tem disposto de meios mais que suficientes para as despesas internas, sem necessidade de

96 A média de 1878 a 1886 era de 20.000 imigrantes por ano. Em 1887, esse número subiu a 54.990; e em 1888, só nos portos do Rio e de Santos desembarcaram 131.268 imigrantes.

recorrer aos expedientes de antecipação de receita, e conserva em Londres grande parte do último empréstimo, para as suas aplicações legais.

“Em tais circunstâncias, muito se recomendam ao vosso patriotismo instituições de crédito que prestem recursos à maior atividade industrial, e operem a conversão do nosso meio-circulante colocando-o segura e definitivamente em bases normais.

“Em virtude da emancipação que decretastes na sessão transata, vai prosseguindo regularmente a substituição do trabalho, sem os abalos profundos que em toda a parte sucedem a crises desta natureza. A classe agrícola compreendeu que ficara inútil e sem valia uma propriedade que nem era mais suscetível de posse, e inaugurou resolutamente o novo regime, do qual provirão a regeneração e o aumento das indústrias. O governo tem auxiliado, com os meios que lhe concedestes, esse movimento de transformação econômica e social.

Assim é que tem posto o maior empenho em estender a rede da viação férrea, quer autorizando o prolongamento das estradas pertencentes ao Estado, quer concedendo garantia de juros às que possam ser construídas em condições vantajosas por empresas particulares.

“Não têm sido menos solícitos os altos poderes do Estado em auxiliar a agricultura e outras indústrias, favorecendo a corrente imigratória, já avolumada, e em grande parte espontânea, pelos exemplos de prosperidade dos estrangeiros que procuram a nossa pátria. Ascenderam as entradas, o ano passado, ao número de 131.000 imigrantes; as dos últimos meses anunciam resultado maior.

Para fortalecer a imigração e aumentar o trabalho agrícola, importa que seja convertida em lei, como julgar vossa sabedoria, a proposta para o fim de regularizar a propriedade territorial e facilitar a aquisição e cultura das terras devolutas. Nessa ocasião

resolvereis sobre a conveniência de conceder ao governo o direito de desapropriar, por utilidade pública, os terrenos marginais das estradas de ferro que não são aproveitados pelos proprietários, e podem servir para núcleos coloniais".

***

Quando se realizou a memorável reforma, D. Pedro II se encontrava em Milão, gravemente enfermo. Fora atacado de uma pleurisia, complicada com outra febre palustre contraída, sem dúvida, em Veneza ou no Lago de Como.

Os despachos do Rio chegavam diariamente, mas os médicos ocultavam as notícias ao imperador.

A 22 de maio, os médicos desesperaram de salvá-lo. Declararam à imperatriz que chegara o momento de chamar um sacerdote.

O arcebispo de Milão assistiu a D. Pedro II, que após a confissão recebeu os últimos sacramentos da Igreja Católica Romana.

O imperador estava de tal modo enfraquecido que mal podia falar.

A imperatriz achou conveniente, então, informá-lo da grande notícia recebida no dia 13.

Imediatamente seu olhar se reanimou.

– Não há então mais escravos no Brasil? Perguntou com a voz quase extinta.

– Não, respondeu a imperatriz, votou-se a lei em 13 de maio; a escravidão foi abolida.

– Rendamos graças a Deus! Disse então; telegrafem imediatamente a Isabel enviando-lhe a minha benção com os meus agradecimentos à Nação e às Câmaras.

Depois voltou-se ligeiramente. Os que o cercavam julgaram que estivesse ele moribundo.

Mas seu patriotismo deu-lhe forças para pronunciar estas palavras tocantes:

"Grande povo! Grande povo!..."

E correram lágrimas de seus olhos.

A alegria profunda que experimentou ao saber que todos os seus súditos seriam livres para o futuro, produziu em todo o seu ser uma comoção eficaz e salutar.

Desde então se acentuam as melhoras.

Aos poucos desapareceu o perigo e não tardou a convalescença. Seu temperamento vigoroso triunfara da morte.[97]

Dois meses depois, D. Pedro II se encontrava em Aix-les-Bains onde completou a cura.

Foi então, num benéfico repouso no *Splendid Hotel*, que nos foi permitido contemplar, pela segunda vez, esse glorioso soberano cuja acolhida cheia de bondade nos comoveu e desvaneceu.

Estava completamente restabelecido, pronto para regressar ao Brasil e rejubilar-se ao ver todos os brasileiros livres e felizes.

---

97 O dr. **HENRI HUCHARD** afirma na sua conferência feita na **Unión des femmes de France,** que D. Pedro II deveu sua cura à **cafeína,** cuja ação maravilhosa é conhecida há poucos anos apenas: – "Têm-se visto doentes que, caídos em estado de adinamia e fraqueza extremas, prestes a sucumbir, salvam-se graças a injeções subcutâneas de cafeína administradas em alta dose. Assim é que um príncipe amado e venerado, o imperador D. Pedro II, do Brasil, grande protetor das ciências e das letras, pôde salvar-se do perigo que ameaçava os seus dias; e posso acrescentar, contente e com certo orgulho, que ele deve a vida à ciência e às descobertas francesas".

Além de seu médico assistente, o conde de Motta Maia, o imperador foi tratado em Milão por dois médicos italianos, os Doutores Semola e Giovanni, e por um médico francês, o célebre Dr. Charcot. Foi o Dr. Semola que aplicou a cafeína. Os outros chegaram depois dele. O Dr. Charcot, velho amigo do imperador, quis acompanhá-lo de Aix-les-Bains a Bordeaux, quando Suas Majestades partiram para o Brasil. Ao despedir-se a bordo do **Congo,** em Pauillac, D. Pedro II o apertou em seus braços: – **Adeus, Charcot,** disse comovido, **sois um homem de coração.**

D. Pedro II

Capítulo XII
Papel de D. Pedro II e da princesa Imperial na reforma emancipadora

Sumário: Papel de D. Pedro II e da princesa imperial na reforma emancipadora – Opinião de J. Nabuco sobre a ação do Imperador e da Princesa nesta questão.

Que papel desempenhou D. Pedro II na transformação social que, no Brasil, pôs fim à escravidão secular e fez triunfar os grandes princípios da igualdade humana e dignidade no trabalho?

Já o dissemos antes. O papel de D. Pedro II foi o de um rei constitucional que nada poderia fazer sem o concurso do povo, porém, cuja autoridade moral, prestígio e popularidade, – frutos de uma longa vida de dedicação à pátria, – são imensos.

Conhecemos os sentimentos pessoais de D. Pedro II. Ele queria a abolição da escravatura, mas a queria pela emancipação progressiva, como todos os brasileiros, – com exceção de alguns lavradores.

Sua política, a respeito, foi prudente, firme, perseverante, como em todas as questões difíceis que precisou resolver.

Joaquim Nabuco definiu perfeitamente o papel de D. Pedro II na evolução emancipadora. Em seu livro *O Abolicionismo,* lemos o seguinte trecho:

"É certo que a ação pessoal do imperador se exerceu, principalmente desde 1845 até 1850, no sentido da supressão do tráfico, e desde 1866 até 1871, em favor da emancipação dos filhos nascidos de mães escravas. Foi esta influência que produziu a lei Eusébio de Queiroz em 1850, e a lei Rio Branco, em 1871. Este fato, se o soberano quisesse escrever as suas memórias e narrar a história de seus diversos ministérios, poderia prová-lo com grande número de documentos.

"A parte que cabe ao Imperador em tudo o que se executou pela causa da emancipação, é muito grande, é essencial".[98]

O mesmo autor lembra que quando a questão do tráfico foi discutida pelo gabinete de 1849, o imperador, diante das objeções de um ministro que considerava perigoso para a ordem pública os meios de repressão pedidos por Eusébio Queiroz, declarou que *preferia perder a coroa a sofrer a continuação do tráfico.*[99]

Quanto à princesa imperial, Dona Isabel, digna herdeira do grande imperador, teve a glória, em sua primeira regência (1871-72), de presidir à discussão da reforma Rio Branco e sancionar essa lei que proclamou a liberdade dos recém-nascidos; e provocar o último ato da grande campanha abolicionista, na terceira regência, assinando, em nome do imperador, a lei gloriosa de 13 de maio votada quase por unanimidade pelos representantes da nação.

Hoje a princesa é denominada – *Isabel, a Redentora*.

Eis alguns trechos de um artigo em que J. Nabuco, o ardente defensor da causa emancipadora, rende igual justiça ao papel glorioso do imperador, da princesa imperial e de seus ministros e conselheiros, na obra imortal da emancipação:

"Para certas pessoas, escreveu ele, a data de 28 de setembro se resume no nome de Silva Paranhos, visconde do Rio Branco.

98 **J. Nabuco, O Abolicionismo,** p. 83 (Londres, 1883).

99 **O Abolicionismo,** p. 2.

O Brasil deve muito a esse eminente benfeitor para lhe conceder a glória de ser nosso segundo patriarca".

"A verdade, todavia, é que em 1871 o ministro foi o instrumento tanto quanto o pode ser um estadista, da firme resolução do imperador, do mesmo modo que dezessete anos mais tarde seu sucessor e discípulo, João Alfredo, o foi também da inspiração e da humanidade da princesa regente.

"Em 1871, como em 1888, estávamos sob uma regência, com a diferença que em 1871 foi como uma doação de glória feita pelo monarca à sua filha, enquanto que em 1888 a regência foi o efeito fortuito de uma enfermidade que tornava todo plano político impossível ao imperador. Negar, porém, a Sua Majestade, a maior parte na obra de 28 de setembro de 1871, seria uma espoliação histórica tão flagrante como negar à princesa a mesma parte no que diz respeito à lei de 13 de maio de 1888.

"Possuo o autógrafo, escrito pelo imperador, da resposta que foi dada pelo ministro Martim Francisco de Andrada aos abolicionistas franceses em 1866. Essa resposta serviu de ponto de partida de todo o movimento abolicionista, de 1866 a 1871.

"Tudo prova que o imperador foi, desde o princípio, o iniciador da grande reforma e, em seguida, o sustentáculo dos que se empregavam em conseguir a liberdade dos recém-nascidos, a saber: S. Vicente, Nabuco, Inhomirim, Tavares Bastos, Teixeira Junior, até o dia em que, tendo encontrado o homem e as circunstâncias oportunas, pôde se desincumbir de sua promessa.

"Foi da parte do imperador uma grande e dobrada prova de confiança no homem de Estado e no povo, entregar ao mesmo tempo a Silva Paranhos a primeira regência de sua filha, e a primeira campanha contra a escravidão.

"Se o ministro conseguiu cumprir a missão e imortalizar o seu nome, isto não é razão para diminuir a glória que pertence ao

governo imperial, desconhecendo a marcha do movimento que surgiu em 1865 e firmou-se nitidamente em 1871.

"Entre a lei de 28 de setembro e a 13 de maio de 1888, a distância é imensa. Mas a segunda não teria sido possível sem a primeira, da qual é o complemento...

"A data de 28 de setembro marcará para sempre o começo do movimento em favor da reparação nacional efetuada em 13 de maio de 1888, e isto basta para que hoje o imperador e a princesa possam experimentar a satisfação de haverem igualmente concorrido para a libertação de sua pátria.

"O modo de agir da princesa lhe valerá, para sempre, as homenagens do abolicionismo propriamente dito. A princesa, porém, abreviou apenas a duração do cativeiro por uma pronta e rápida libertação da geração atual, enquanto o imperador poupou às gerações futuras da raça negra – a muitas gerações – séculos de cativeiro, graças ao trabalho de um Eusébio de Queiroz, de um Rio Branco e de um Dantas".

Eis como o grande orador e jornalista, que Émile Levasseur apelidou com razão o *Buxton brasileiro,* caracteriza o duplo papel de D. Pedro II e de D. Isabel na grande reforma.

Capítulo XIII
Os protestos

Sumário: Opinião de Schoelcher a respeito dos agricultores – Explicação necessária – Houve agricultores descontentes – Pretenso direito de propriedade do homem sobre o homem – Opinião de Rocha (1758), de Condorcet (1781) e de Mello Freire (1795) – Opinião de Cochim e do senador brasileiro Salles Torres Homem (1871) – Relação dos países que aboliram a escravidão sem indenização – Qual seria a única indenização justa – A abolição foi um benefício para os agricultores – Como pretensos republicanos compreendem a divisa: Liberdade, Igualdade e Fraternidade – Resposta de Salles Torres Homem aos ataques de escravagistas contra o imperador.

Em um trecho que reproduzimos anteriormente, Schoelcher fez o justo elogio dos agricultores brasileiros.

Estes mereciam, por certo, o louvor, pois muitos deles, os mais ricos, os mais influentes proprietários rurais, tinham libertado os seus escravos tornando assim possível, para o mês de maio de 1888, a abolição total que um ano antes os mais ardentes abolicionistas só poderiam prever para 1890 ou 1892.

Eles produziram, principalmente, essa corrente de opinião, esse movimento entusiástico e generoso que precipitou os acontecimentos e criou a semana memorável que precedeu o 13 de maio.

Entre esses agricultores, citaremos os membros das poderosas famílias Silva Prado, Moreira de Barros, Paula Souza Queiroz, e

conde de Parnaíba, (Queiroz Telles) na província de S. Paulo; condes de S. Clemente, de Nova Friburgo e de Araruama, na província do Rio de Janeiro.

Seria preciso nomear centenas de lavradores favoráveis à abolição.

A verdade histórica obriga-nos, porém, a reconhecer que, recentemente, e sobretudo em 1871, houve lavradores que gritaram bem alto que estavam sendo despojados de uma propriedade legítima.

Legítima, a propriedade humana! Que erro monstruoso, que abominável preconceito!

E de que propriedade eram eles despojados em 1871?

De crianças recém-nascidas!...

E agora, que lhes era tirado?

Homens e mulheres que, durante anos inteiros, tinham pago já, com seu trabalho, muito mais do que o capital despendido com a sua compra![100]

São bem atrasados esses pobres agricultores que ainda hoje – em 1889 – têm sobre a escravidão ideias tão diferentes das que foram pregadas em 1758 por Manoel Ribeiro da Rocha. O advogado baiano de que já falamos.[101]

100 Um negro colhia em média, por ano 60 sacas de café, segundo Van de Laerne. Isso corresponde a 3.600 quilos. Avaliando ao preço baixo de 100 francos por 100 quilos, eram 3.600 francos pelo menos que esses infelizes faziam, cada ano, entrar no bolso dos seus senhores. É verdade que nem tudo era lucro. Compreende-se, porém, que um senhor que houvesse explorado um negro durante dois anos somente, já teria salvo o seu capital, e o que excedesse de dois anos daria para ganhar muitas vezes a soma gasta na compra do negro. Tirava, assim, do trabalho não remunerado de seu semelhante, lucros consideráveis. O mesmo pode-se dizer dos escravos empregados nos serviços domésticos.

101 **MANOEL RIBEIRO DA ROCHA, Etíope resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado.** Lisboa, 1758, in 8º 19 frs. E 367 páginas.

Um poeta baiano, Francisco Gomes do Rego, disse então desse filantropo:

"Que vós com a pena na mão

A todos haveis livrado;

Dizia ele então:

"Esta, pois, me meteu na mão a pena para a criação do opúsculo presente; na primeira parte do qual mostro que se não podem comerciar, haver e possuir estes pretos africanos por título de permuta ou compra, com aquisição de domínio, sem pecado e gravíssimos encargos de consciência"...

Ele não admitia o tráfico senão para resgatar os escravos dos selvagens da África: "resgatados da injusta escravidão a que barbaramente o reduziram os seus mesmos nacionais".

O senhor não devia guardar senão temporariamente esses negros resgatados – "a título de redenção, com aquisição somente do direito de penhor e retenção, para nos servirem como escravos *até pagarem seu valor ou até que com diuturnos serviços o compensem, ficando depois disso totalmente desobrigados, e restituídos à natural liberdade com que nasceram*".

Quanto aos filhos de escravos, nasciam perfeitamente livres (*ingênuos*), dizia Rocha, e deveriam servir aos senhores de suas mães apenas até a idade de quatorze ou quinze anos.[102]

Que os antagonistas da abolição leiam ainda Condorcet que escrevia em 1781 em suas *Réflexions sur l'esclavage des nègres*, capítulo VII (*qu'il faut détruire* l'esclavage des nègres,[103] *et que leur maitres ne peuvent exiger aucun dédommagement*).

Aos brancos de pecado,

Aos Pretos de escravidão,

102 "E ultimamente, que os partos das escravas remidas nascem ingênuos, e sem contraírem a causa de penhor e retenção em que elas existirem".

(§ 13 da 2ª parte, p. 77) ... "Deve-se observar esta lei, com a modificação de que fiquem servindo e obedecendo a seus patronos até terem a idade de quatorze ou quinze anos; não por escravidão, senão somente como recompensa e gratidão do benefício da criação e educação que deles receberam" (Ibid. § 18, p. 81).

103 A primeira edição dessa obra foi publicada em Gênova, em 1781. O trecho acima é do t. VII das **Ouvrages de Condorcet,** edição de 1847, pág. 70.

Assim começa o capítulo:

“Segue-se de nossos princípios que esta justiça inflexível à qual os reis e as nações estão sujeitos, como os cidadãos, exige a destruição da escravatura.

“Demonstramos que essa destruição não prejudicaria ao comércio nem à riqueza de cada nação, pois não resultaria disso diminuição na cultura.

“Provamos que o senhor não tem direito sobre o escravo; que mantê-lo em servidão não é gozar legitimamente de uma propriedade...; que libertando o escravo, a lei não ataca a propriedade mas deixa de tolerar uma ação que ela deveria punir com pena capital.

O soberano não deve absolutamente indenização ao senhor de escravos...”

Mello Freire, o maior jurisconsulto português, escrevia em 1795:

“A escravidão dos negros é tolerada no Brasil, mas eu confesso que ignoro completamente a que título e com que direito”.[104]

Os *quakers* da América do Norte tinham condenado a escravidão desde o século XVII. Rocha publicou o seu livro em 1758, Condorcet em 1781, bem antes da *Declaração dos direitos do homem* de nossa gloriosa Revolução.

Essa minoria de descontentes, receando ser lesada em seus interesses, protesta justamente quando os povos livres vão celebrar o centenário de 1789!...

O respeito à lei que garantiu a propriedade foi invocado pelos agricultores que protestam contra a abolição da escravidão.

Entretanto, a lei brasileira de 4 de novembro de 1831 declarava “livres todos os escravos que entrassem no território ou nos portos

104 MELLO FREIRE, **Direito Civil,** livro II, tit. 1º, § 12.

do Brasil", e, a despeito dessa lei, perto de um milhão de homens livres tinham sido reduzidos à escravidão!

Não há no Brasil classe mais protegida pelos poderes públicos do que a dos agricultores.

Deixou-se mesmo sem execução, durante anos, a lei de 1831 que seus amigos tentaram revogar em 1848 e 1850.

Mas o voto da Câmara, rejeitando essa proposta, veio aumentar a autoridade moral dessa lei.

O escravo, diz Cochin, não é uma propriedade, e é precisamente por isso que se lhe dá liberdade. A emancipação não é a privação do direito de propriedade, é a negação dele. E se fôssemos fazer justiça, o escravo é que teria direito à indenização, pois que foi privado violentamente do fruto do seu trabalho.[105]

A defesa dos direitos naturais e legítimos do homem foi sustentada com eloquência, no Senado do Brasil, na discussão da lei Rio Branco em 1871.

Foi o senador Torres Homem, visconde de Inhomirim que, na sessão de 4 de setembro de 1871, exprimiu-se nestes termos em um de seus mais belos discursos:

"Pois bem, senhores, se é possível provar-se que a propriedade humana, longe de se fundar em uma lei natural, é, ao contrário, a mais monstruosa violação e que, em lugar de se apoiar na justiça, esta propriedade se baseia na iniquidade e na força brutal, então a pretensa razão da sua inviolabilidade desaparecerá, e a lei que até hoje a protege, sendo um erro ou um crime social deverá ser suprimida como toda lei funesta aos interesses de uma nação.

"Ora, senhores, não é preciso que nesta augusta assembleia onde, ao lado de tantas luzes e de tanta experiência, dominam os sentimentos mais elevados, eu prove que criaturas inteligentes,

105 A. COCHIN, **l'Abolition de l'esclavage,** 2 vols. – Paris, 1861, pg. 145 do 1º vol.

dotadas das mesmas faculdades que nós, tendo a mesma origem e os mesmos destinos, não poderiam ser comparadas, no ponto de vista da propriedade, ao potro ou ao touro, aos frutos das árvores e aos seres animados e inanimados da natureza, submetidos ao domínio do homem. Doutrina absurda e execrável!

"Os seres de que trata não existem ainda; a poeira de que seus corpos serão organizados ainda flutua dispersa sobre a terra; a alma imortal, que os tem de animar, ainda repousa no seio do Poder Criador, serena e livre, e já o ímpio escravista os reclama como sua propriedade, já os reivindica do domínio de Deus para o inferno da escravidão!

"Escutando as reclamações dos adversários da reforma, ouvindo-os falar tão alto do seu direito de propriedade, fica-se realmente admirado de vê-los tão cedo esquecidos de que a maior parte dos escravos que trabalham em suas terras são os mesmos ou os descendentes dos infelizes que um comércio desumano introduziu criminosamente em nossa pátria, contrariando leis e tratados! Sim, esquecem que, de 1830 a 1850, mais de um milhão de africanos foram assim entregues às plantações e que, para chegar a receber essa enorme quantidade de gado humano, foi necessário dobrar e mesmo triplicar o número de vítimas, regando com o seu sangue e cobrindo com os seus cadáveres o fundo dos mares que nos separam da terra em que nasceram!..."

Houve quem dissesse que em todos os países onde foi abolida a escravidão pagou-se uma indenização aos proprietários prejudicados.

Não é verdade.

Já dissemos que nos Estados Unidos foi imposta a abolição aos lavradores do Sul a tiros de canhão e a golpe de baionetas, e que a indenização foi paga pelos Estados do Sul aos do Norte.

Na América do Sul, o Chile, que, desde 11 de outubro de 1811, tinha decretado a liberdade dos recém-nascidos e proibido a

introdução de escravos no país, proclamou em 1823 a abolição total, imediata e sem indenização. A 23 de junho essa lei foi votada pelo "Senado conservador", proposta por José Miguel Infante. O diretor supremo da República, general Ramon Freire, anunciou à Assembleia que julgava dever sancionar a lei só se ela concedesse indenização aos proprietários.

Seria fácil pagá-la porque havia apenas 5.000 escravos.

Os representantes do povo chileno rejeitaram esse projeto,[106] a lei foi promulgada a 24 de julho.

Além destas duas repúblicas, em outras da América a abolição foi feita sem indenização.

Citaremos:

República Argentina – Liberdade dos recém-nascidos, lei de 2 de fevereiro de 1813, da Assembleia geral constituinte.

Abolição total pronunciada pela Constituição votada em Santa Fé e promulgada a 1º de maio de 1853. Houve promessa de indenização mediante lei especial que nunca foi votada.

República Oriental do Uruguai – Liberdade dos recém-nascidos, lei de 7 de setembro de 1825 da "honorable" Sala dos Representantes da Província Oriental do Uruguai.

Abolição total, lei de 12 de dezembro de 1842 do Congresso da República. O artigo 4º declarava que uma lei posterior trataria da indenização mas não foi votada essa lei.

106 A resposta do Senado conservador traz a data de 3 de julho de 1823. Começa com estas palavras:

– "Cuando V. E. confiesa cuan bárbara, injusta y cruel es la esclavatura, no alcanza el Senado como los infelices esclavos pueden llamarse una propiedad de los injustos poseedores, ni como pertenezcan exclusivamente a los ciudadanos de cuya propiedad particular no puedan ser despojados sin competente indemnización.

El Senado pregunta si la propiedad pecuniaria, suponiendo que existiese habría de ser más sagrada que el derecho de libertad inherente a todos los hombres, y se este no es más antiguo que el que pudo dar una ley absurda y tiránica".

Este documento é assinado pelo presidente **Agustin Eyzaguirre** e pelo secretario **Dr. Camilo Henriquez.**

República do Paraguai – Liberdade dos recém-nascidos, decreto de 24 de novembro de 1842. Abolição total sem indenização, decreto de 2 de outubro de 1869.

Repúblicas da América Central (S. Salvador, Guatemala, Nicarágua, Honduras e Costa Rica) – A abolição total e imediata foi votada pelo Congresso em 1824 (lei de 17 de abril) com promessa de indenização; mas o Congresso de S. Salvador, um mês depois, decretou a liberdade sem indenização (lei de 25 de maio) e nas outras quatro repúblicas que formavam a Confederação não passou a lei de indenização.

Estados Unidos do México – A abolição total sem indenização foi decretada a 6 de dezembro de 1810 por Hidalgo, chefe da revolução da Independência. Por um decreto com essa data intimou ele os senhores a libertarem seus escravos no prazo de dez dias, sob pena de morte. A escravidão foi, porém, restabelecida, e extinta de novo pelo decreto de 15 de setembro de 1829 e pela lei de 5 de abril de 1837. Nesta lei havia promessa de indenização que nunca foi determinada ou paga.

Aí estão doze Estados da América que, como o Brasil, não indenizaram os proprietários por julgá-los suficientemente reembolsados do capital empregado com os anos de trabalho não remunerado.

A *Colômbia* (lei de 21 de maio de 1851), o *Equador* (lei de 27 de setembro de 1852), a *Venezuela* (24 de março de 1854) e o *Peru* (decreto de 9 de dezembro de 1854) aboliram a escravidão – o número de escravos nessas repúblicas não era grande – e estabeleceram uma indenização a ser paga aos antigos senhores, mas ignoramos se ela foi realmente paga.

No que concerne à Venezuela, informamos que os títulos dados em pagamento aos antigos proprietários fazem parte, ainda hoje, da dívida interna consolidada da República.

É possível que os portadores desses títulos sejam mais felizes do que os estrangeiros que têm empregado dinheiro nos empréstimos externos de muitos Estados hispano-americanos.

Quanto aos escravos das possessões europeias o caso era muito diferente.

A emancipação não foi votada pelos representantes ou pelas legislaturas coloniais, mas imposta às colônias pela metrópole.

Entretanto, em França, a Convenção Nacional proclamou, em 1793, a abolição imediata e incondicional. Portugal e Espanha aboliram gradualmente a escravidão, sem indenização, como o Brasil. A Dinamarca, a Suécia, a Holanda, a Inglaterra e a França (a escravidão fora restabelecida em nossas colônias) pagaram o que se chamou sem motivo uma indenização, porque não era o preço de um escravo o que se pagava.

Essa questão de indenização era importante apenas para as colônias inglesas e francesas, onde os escravos eram bastante numerosos. Nas outras colônias europeias o número era pequeno.

A Inglaterra pagou somas que oscilaram entre 25 libras (625 fr.) e 14 (350 fr.) por escravo. A França pagou em média 500 francos por escravo.

Custou à Inglaterra 18.669.401 libras, 10 shillings e 7 dinheiros (466.735.040 fr.) além de 61.147 libras de despesas (empregados, etc.).

A França pagou 12 milhões.

Pensara-se em conceder não uma indenização, mas um auxílio aos lavradores.

Foi um engano. O dinheiro da metrópole não foi ajudar a agricultura; caiu quase inteiramente nas mãos dos corretores do Havre, de Paris, de Londres e de Liverpool, credores dos plantadores das colônias. Uma coisa é incontestável; onde há propriedades exploradas por escravos (*latifundia perdidere Italiam* dizia já Plínio,

Naturalista), onde há escravidão, a situação dos lavradores é má, em geral.

Disse Carlier a respeito dos proprietários de escravos nos Estados Unidos: "– É o *Deus nobis hoec otia fecit.* Sua fortuna o ocupa mediocremente. Há um administrador para dirigir a cultura. Envia a colheita a um comissário que se encarrega de vendê-la. Sua preocupação única é procurar negros quando tem necessidade deles, correr os olhos pela propriedade e contrair empréstimos quando, imprevidente, nada economiza ante a perspectiva de más colheitas"...

No Brasil, há muito tempo, existem comissões de sindicância "sobre o estado da agricultura". Sempre houve grande número de agricultores em más condições. Em regra geral, o homem que explora escravos desconhece a previdência e a economia.

A derrocada da agricultura originava-se justamente na escravidão.

Os descontentes queriam que o Estado, isto é, a grande maioria não possuidora de escravos, pagasse uma indenização de 500 milhões como o fez a Inglaterra, país rico, às suas colônias. No caso do Brasil, o dinheiro não sairia de uma metrópole: seria pago pelos contribuintes brasileiros...

Não haverá jamais um Parlamento, no Brasil, capaz de votar semelhante indenização isto é, impor ao povo tão pesado tributo, e todo bom patriota deve, como Andrade Figueira, dizer essa verdade aos lavradores descontentes para que eles não continuem a ter ilusões a esse respeito. Os abolicionistas não encontraram adversário de maior talento e de mais tenacidade e energia do que Andrade Figueira.

Ele os combateu sem tréguas até 13 de maio de 1888, mas no dia seguinte, quando se levantou a questão da indenização, teve a nobre franqueza de dizer toda a verdade aos lavradores.

Entretanto, se uma indenização, que, a nosso ver, seria grande injustiça, fosse votada pelos representantes do povo brasileiro, D. Pedro II não recusaria sanção à lei; porque, já o dissemos, ele nunca usou do direito de *veto*. Conhece muito bem, como a princesa, o papel de um soberano constitucional. Certamente eles não manifestarão sua opinião, favorável ou contrária à indenização. Concordarão em todo caso com a vontade do povo.

Cremos que a única lei razoável e justa neste assunto seria a que concedesse uma compensação aos antigos senhores de escravos comprados depois da lei de 28 de setembro de 1885, desde que ficasse provado que esses escravos não eram africanos importados depois da lei de 4 de novembro de 1831.

Sim, houve no Brasil, ultimamente, como em 1871, protestos contra a abolição.

Há lavradores que se revoltam contra a nova lei porque são obrigados agora a pagar salários... Há cidadãos de um país livre e esclarecido que protestam porque estão atualmente na situação de todo industrial ou proprietário que, nas outras partes do mundo civilizado, empregam operários ou trabalhadores livres.

Como é difícil vencer completamente os preconceitos e o espírito de rotina!...

Esta minoria, aliás, é insignificante, porque há muito que a grande maioria dos brasileiros não possuía mais escravos.

Qualquer que seja esse pequeno número, sempre grande para um país livre, os brasileiros descontentes com a emancipação acabarão por compreender que ela foi um benefício para o Brasil e para os próprios agricultores.

Depois da supressão do tráfico, os lucros dos fazendeiros aumentaram, apesar das sinistras profecias, porque os escravos, tratados com mais humanidade, trabalhavam com mais ardor;

do mesmo modo, hoje se notará que o trabalho do homem livre é muito mais produtivo e mais fecundo do que o do escravo.

Há mais ainda. As despesas dos agricultores serão menores com trabalhadores livres do que com escravos que eles compravam, alimentavam, vestiam, tratavam nas enfermidades e protegiam quando inválidos.

Se alguns descontentes do Rio de Janeiro e de Minas visitarem S. Paulo, onde os fazendeiros estão inteiramente convencidos dessa verdade, compenetrar-se-ão da utilidade e da necessidade de imitarem os paulistas.

Desaparecerá toda ilusão, todo preconceito e todo espírito rotineiro; não haverá mais no Brasil uma única voz dissonante, e a grande data de 13 de maio será celebrada cada ano nas fazendas brasileiras, como ponto de partida de uma nova era de prosperidade.

Terminando este capítulo, devemos dizer que entre os agricultores que protestaram, em 1889 como em 1871, alguns atribuíram ao imperador e à princesa toda a responsabilidade da grande reforma, responsabilidade que constitui, a nosso ver, um mérito imenso, mas que não poderia caber toda a D. Pedro e a sua augusta filha, porque eles nada fariam sem o concurso do Parlamento e da Nação.

Houve mesmo descontentes que se declararam republicanos...

Singulares republicanos esses pequenos tiranos para quem os termos gloriosos de nossa divisa francesa – *Liberdade, Igualdade e Fraternidade,* – significavam – *Escravidão, Desigualdade, Liberdade do chicote,* entre suas mãos despóticas e cruéis!...

Os injustos ataques lançados por aqueles que protestavam contra o imperador, que acusavam de impor sua vontade ao país e a quem desejavam ver a serviço do escravagismo contra a vontade nacional, estes ataques, dizemos, foram eloquentemente repelidos

em 1871, pelo senador Salles Torres Homem, no seguinte trecho do discurso já por nós citado:

"Compreendeis muito bem, Senhores, o que há de humilhante e injurioso para o país nesta falsa e injusta apreciação de fatos que são de todos conhecidos.

A cegueira dos adversários da reforma não os deixa ver que censurando o imperador, porque apoiou moralmente a um grande progresso, não fazem senão elevar o glorioso pedestal em que a Europa o contempla na hora presente,[107] ao mesmo tempo que chamam o desprezo do estrangeiro sobre o povo brasileiro rebaixado aos olhos dos contemporâneos e diante do juízo da posteridade.

"Creio dever protestar aqui com todas as forças de minha alma contra semelhante invenção da imprensa escravagista. Se Sua Majestade, como cristão, se associou a esta aspiração de sua pátria e da humanidade com o ardor de uma consciência generosa; se, como soberano protegeu esta grande causa, cercando-a de todo o prestígio de seu alto cargo, sem sair dos limites traçados pela Constituição, este único fato seria suficiente para imortalizar o seu reinado (muito bem); podeis estar certos, Senhores, de que as gerações futuras saberão apreciar com reconhecimento os benefícios dessa reforma e a sua influência nos destinos do Brasil, e contarão no número dos maiores dias de nossa história aquele em que os seus antepassados transpuseram o abismo da escravidão, tendo à frente um príncipe digno deles cuja glória se confundirá com a sua nesta obra da reabilitação do homem e da regeneração da pátria (Aplausos)".

E assim terminava o discurso:

"Os testemunhos de reconhecimento dos pobres infelizes valem bem mais que os anátemas do rico impertinente.

107 Já dissemos que em 1871 D. Pedro II visitava a Europa.

Velem bem mais que os ataques dos poderosos que não souberam achar outro meio de prosperidade senão a ignomínia e os sofrimentos de seus semelhantes!...”

É possível que tenhamos desenvolvido muito o histórico da grande reforma social que o Brasil acaba de realizar.

Este acontecimento é, porém, incontestavelmente, o mais considerável do reinado de D. Pedro II, ao mesmo tempo que um dos mais gloriosos deste século.

Importava fazê-lo conhecido na Europa, em suas minúcias.

Não é ele que marca o fim da escravidão no mundo civilizado?

Agora, é para a África, para a Turquia e para a Pérsia que os abolicionistas de todos os países devem voltar os olhos, para combater e destruir essa chaga social que desonra ainda a humanidade!

Capítulo XIV
Banquete francês comemorativo da emancipação dos escravos

Sumário: Banquete em Paris para celebrar a emancipação no Brasil – Um trecho de Victor Hugo sobre os brasileiros – Os oradores do banquete – Glorificação do Brasil, de D. Pedro II e da Princesa Imperial, Dona Isabel, por Goblet, Schoelcher, Gerville-Réache e Jules Simon, em nome da França.

A emancipação dos escravos no Brasil, certamente um dos maiores acontecimentos deste século, foi aplaudida por todo o mundo civilizado. A França, pátria de generosos sentimentos, não podia deixar de se manifestar também.

Na noite de 10 de julho de 1888, Paris reunia, em um banquete solene, grande número de sumidades políticas, literárias, científicas e artísticas.

A comissão organizadora do banquete era presidida por Gerville Réache, deputado por Guadalupe. O banquete foi presidido pelo senador Victor Schoelcher, cidadão distinto, homem de coração, cuja vida foi toda consagrada à causa da emancipação dos escravos.

Em frente a Schoelcher sentava-se o príncipe D. Pedro Augusto, duque de Saxe-Cobourg, neto do imperador do Brasil. Seguiam-se Goblet, ministro dos Negócios Estrangeiros da República Francesa,

Le Royer, presidente da Câmara dos deputados, Jules Simon e Jules Ferry, antigos presidentes do Conselho, vários senadores e deputados,[108] membros do Instituto,[109] literatos, sábios, viajantes célebres,[110] jornalistas, artistas,[111] comerciantes e industriais.

No lugar de cada convidado encontrava-se o seguinte trecho de uma carta, com data de 4 de novembro de 1860, dirigida, de Haute-ville-House, aos brasileiros, por Victor Hugo:

"Sois homens de sentimentos elevados; sois uma nação generosa. Tendes a dupla vantagem de uma terra virgem e de uma raça antiga. Um passado histórico vos prende ao continente civilizador. Reunis a luz da Europa ao sol da América. É em nome da França que vos glorifico".

No dia seguinte ao banquete, todos os jornais de Paris e, graças aos despachos de seus correspondentes, todos os grandes jornais das províncias e do estrangeiro, falaram sobre essa festa solene que foi, seguramente, a mais bela glorificação do Brasil, a mais brilhante que se pôde fazer no estrangeiro como o disse ainda Victor Hugo:

"A função de Paris é a dispersão da ideia.

"Paris é um semeador!

"Paris é a bigorna das celebridades!"

Por ocasião dessa grande solenidade, a comissão organizadora dirigiu um despacho ao imperador, então em Aix-les-Bains, o qual respondeu imediatamente com este telegrama:

"Aix-les-Bains, 10 de julho, 7 horas da tarde.

---

108 LÉON RÉNAULT, senador, G. HANOTAUX, BOISSY D'ANGLAS, PAILLARD-DUCLÉRE, DE HEREDIA, e muitos outros deputados.

109 D'ABBADIE, PAUL-LEROY-BEAULIEU, EMILIE LEVASSEUR, G. DE MOLINARI, DAUBRÉE, almirante MOUCHEZ e outros.

110 BRAZZA, C. WIENER, etc.

111 DE BLOWITZ, correspondente do *Times*, e outros.

"Obrigado. Participo cordialmente desta festa que honra tanto a minha pátria.

D. Pedro de Alcântara".

Além das personalidades oficiais, não havia convidados para esse banquete. Os deputados franceses organizadores da festa fizeram questão de dar-lhe um caráter de manifestação espontânea. Cada um pagou a sua quota, mesmo homens consideráveis como Jules Ferry, Jules Simon e outras sumidades que tomaram parte na festa.

O primeiro brinde foi o do barão, hoje visconde de Arinos, digno representante do Brasil na França, "ministro muito distinto e muito querido em nosso país", segundo expressão de Goblet.

Esse brinde foi dirigido ao primeiro magistrado da França, o presidente da República, Sadi Carnot, neto do "Organizador da vitória" e filho de um abolicionista que escreveu um livro sobre a emancipação dos escravos.

Não podemos reproduzir aqui, integralmente, esse admirável improviso no qual foi feito o elogio do imperador e sua digna filha, a princesa imperial dona Isabel. Indicamos ao leitor a brochura luxuosamente impressa em que estão reunidos todos os discursos pronunciados nesse grande banquete.[112]

Seja-nos permitido entretanto, transcrever os trechos seguintes que não podem ser lidos sem emoção:

..."– Senhores, se o grande ato que acabo de lembrar merece aclamações, o soberano que o inspirou tem outros títulos ainda, dignos de nossa homenagem.

112 **L'abolition de l'esclavage au Brésil et compte rendu du Banquet commémoratif à Paris le 10 juillet 1888.** Paris, 1889, typographia Georges Chamerot.

"Ele não libertou somente o corpo. Em todo o seu reinado trabalhou pela emancipação das inteligências, desenvolvendo a instrução pública. Não darei senão uma prova disso. Como eu, vós a achareis bem tocante, por certo.

"Há vinte anos, em 1870, em seguida à guerra do Paraguai, quiseram levantar-lhe uma estátua. Ele escreveu ao ministro do Interior e de Instrução Pública pedindo que o dinheiro da subscrição fosse empregado na construção de escolas.[113] – (Muito bem! Muito bem!)

"Poderia esse príncipe liberal e tão esclarecido deixar de ser amigo da França? Em todas as épocas de sua vida o imperador D. Pedro II deu-nos provas de sua estima e simpatia. Diversas vezes, em suas viagens ao velho e ao novo mundo, ele nos visitou; e há um ano era nosso hóspede, voltando depois de nos ter deixado, como se suas preferências o arrastassem invencivelmente para nós. Estuda com uma curiosidade infatigável as obras e as instituições francesas, nossa indústria, monumentos, artes, letras, sábios literatos, artistas, homens políticos, tudo aquilo, enfim, que honra o nosso país.

"Ninguém, na França, se esqueceu de que há dez anos ele foi procurar em sua residência este outro soberano, Victor Hugo, de quem leste agora mesmo palavras memoráveis dirigidas, em 1860, aos brasileiros. (Aplausos)

"E como poderíamos esquecer que em sua última viagem ele se comprazia em assistir às sessões de nosso Instituto Nacional mostrando com isso que julgava aumentar o brilho de sua coroa juntando-lhe o título de membro do Instituto de França? (Muito bem! Muito bem!)

"Por nossa parte, nós nos felicitamos por esta ocasião de testemunhar-lhe o nosso respeito. A República Francesa, orgulhosa

113 Publicaremos mais adiante a carta escrita por D. Pedro II nessa ocasião.

de si mesma, a despeito dos ataques, desconfianças e invejas a que muitas vezes está exposta, sabe também honrar e amar os soberanos que lhe fazem justiça (Viva aprovação). Ela admira acima de tudo aqueles que se tornam beneméritos do seu povo e procuram a glória nas obras de paz, de progresso e civilização!" (Novos aplausos)

Por sua vez, Victor Schoelcher, – um benfeitor da humanidade, nome gravado na história da emancipação dos escravos – levantou um brinde à nação brasileira.

Em belíssimo discurso, expôs a um auditório atento como a lei de 13 de maio de 1888 foi votada pelas Câmaras e sancionada pela regente.

"O voto da Câmara dos deputados e do Senado do Brasil, voto que aboliu a escravidão nesse grande Império da América do Sul", disse Schoelcher, é mais uma vitória da civilização sobre a barbárie, da razão, da filosofia, da força moral sobre a força brutal; é uma nova consagração ao princípio da inviolabilidade do direito do homem à posse de si mesmo. (Aplausos)

"Todo aquele que tem o respeito da dignidade humana e se preocupa com o bem de seus semelhantes, bendiz no dia de hoje ao Brasil pelo ato de alta moralidade que acaba de realizar.

"A jornada do progresso social tem sido muitas vezes ensanguentada pela resistência que encontra.

"Glorifiquemos o Brasil que escapou a esta fatalidade pelos sentimentos elevados que honram seu povo". (Aplausos)

E mais adiante:

"Ora, é preciso que se saiba o seguinte: as duas Câmaras não fizeram mais do que sancionar legalmente uma obra que os próprios senhores de escravos, de acordo com a opinião pública, tinham começado magnificamente. Pode-se dizer, com segurança,

que foram os senhores que tiveram a honra de abolir a escravidão. (Muito bem! Muito bem!)

"Rivalizam no ardor de se despojar da horrorosa herança que haviam recebido do passado.

"Enfim, a princesa regente, Dona Isabel, soube reunir toda a graça de mulher a esse entusiasmo de reparação e justiça; ela manifestava, há muito, impaciência pelo momento de assinar a lei da liberdade total, e quando teve de assiná-la, fê-lo sem esperar o dia seguinte, na mesma tarde de 13 de maio. (Aplausos)

"Era, pois, com muita razão que eu dizia agora mesmo, e tenho o prazer de repetir: se 600.000 de nossos irmãos pretos que não eram ontem, nas mãos de seus senhores, mais do que ferramentas vivas, entraram hoje no gozo de todos os seus direitos de seres humanos, sem condições, sem restrições; se eles se tornaram homens, é à nação brasileira que o devem. (Aplausos)

"Senhores, eu o digo, e todos os franceses que me ouvem gritarão comigo: Honra, três vezes honra à nação brasileira! (Longos aplausos).

"Ela acaba de ombrear com os povos mais esclarecidos. (Bravos) Conquistou a simpatia e a admiração de todo o mundo civilizado! (Novos aplausos). Fez enorme sacrifício de interesses materiais pela ideia, pelo bem.

"Sua purificação se operou sem uma lágrima e sem uma gota de sangue. Longe disso, ela foi aclamada, de um extremo a outro do país, com entusiasmo.

"É isto senhores, o que celebramos neste banquete, verdadeira festa para os corações bem formados. Que a nação brasileira veja nisto uma homenagem que prestamos a seu ato glorioso. E posso dizê-lo, quem lhe presta essa homenagem é a própria França!..."

Após esse belo discurso, Gerville-Réache, mestiço de gênio, deputado de Guadalupe e principal promotor do banquete, falou

igualmente com entusiasmo da reforma brasileira, em nome de sua raça e de toda a França.

"A data de 13 de maio, disse ele, será de agora em diante uma data memorável na história da civilização e da humanidade.

"Seria de desejar que tudo o que a França possui de grande, na esfera do pensamento, da política e dos negócios, fosse aqui representado sem distinção de partidos, afim de que este banquete fosse a França festejando o Brasil".

"Penso que seria o suficiente para honrar dignamente a grande nação latina e a grande obra que acaba de realizar!"

Seguiu-se Sant'Anna Nery, literato brasileiro, que agradeceu em nome de seus compatriotas na França as homenagens prestadas à sua pátria.

"No Brasil senhores, temos tolerado a escravidão; nunca, porém, simpatizamos com ela, jamais a defendemos; e aqueles que entre nós foram chamados escravagistas pediam apenas uma dilação de alguns anos...

"Vós também podeis reclamar a glória desse ato retumbante. Essa glória, com efeito, é a de todos os pensadores de nosso tempo. Na obra de nossos homens de Estado, no seu modo sábio de resolver esse problema formidável, nas suas primeiras tentativas, na marcha prudente do princípio, e na ousadia final de suas concepções, todos vós que nos honrais nesta festa com a vossa presença, reconheceis facilmente uma boa parte de vossas ideias humanitárias, de vossas doutrinas econômicas e de vossas reivindicações liberais! (Aplausos)

"Há entre Eusébio de Queiroz cuja energia implacável conseguiu extinguir o tráfico; entre o visconde do Rio Branco, o grande homem que substituiu o velho direito romano – *partus sequitur ventrem* – pelo novo direito americano – *partus non sequitur ventrem*; entre João Alfredo, Antônio Prado e Rodrigo Silva, que tiveram a felicidade

de ligar seus nomes à lei que hoje festejamos; há, disse eu, entre esses homens e os abolicionistas de todos os tempos e de todos os países, um parentesco de coração e de espírito que vos deve tornar orgulhosos de nossa obra e de vossa obra!” (Aplausos)

Nosso ilustre acadêmico, Jules Simon, falou. Não podemos reproduzir aqui senão alguns trechos do belo improviso do autor da *Liberté de Conscience*, que encantou a assistência e deixou nos espíritos uma impressão profunda:

“... Vejo diante de mim Schoelcher de quem todos falam aqui com gratidão. Ambos assinamos a lei que destruiu a escravidão nas colônias francesas.

“Sim, no país que produziu Descartes e a *Encyclopédie*, no país onde há quase cem anos a Assembleia Constituinte proclamou as grandes leis da razão e da filosofia, tínhamos, até o decreto da Constituinte de 1848, compatriotas escravos!

“Pergunto a mim mesmo como era isto possível! E vós, senhores brasileiros que me ouvis, daqui a alguns anos tereis dificuldade em compreender como pôde até 1888 haver escravos em vossa pátria!” (Aplausos)

Falando de D. Pedro II e da princesa, o grande orador assim se exprimiu: “... Esta grande data chama a nossa atenção para o príncipe que se honra no trono de ser liberal e que acaba de dar um passo tão decisivo para a liberdade.

“O imperador D. Pedro II foi, ultimamente, procurar saúde no sul de nosso país. Não foram os médicos que a restituíram, não foi o sol, foi o ato que acaba de praticar por seu povo e pela humanidade! (Aplausos)

“Dizia-se há pouco ser ele hóspede e amigo da França. É verdade, e nesta mesma mesa eu tive, há alguns meses, o prazer de jantar ao seu lado. Não viera ele como imperador mas como membro do Instituto, como um dos nossos, como um colega,

deixando de lado a majestade imperial e pensando apenas na grandeza que comunica a um homem o culto assíduo da ciência! (Aplausos)

"Isso o fazia ainda maior! E se tivéssemos conhecido o que ia no seu pensamento, muito embora nos tivesse imposto a obrigação de não nos lembrarmos do imperador, creio que nada nos poderia impedir de nos lembrarmos do Libertador. (Bravos)

"Ele partilha este grande título com sua augusta filha. Eu queria ser um dos escravos libertos ontem, – e meu coração não bateria mais agitado neste momento, (sensação) – eu o queria ser para dizer com mais autoridade, a esses dois poderosos que se lembraram dos miseráveis, o que dirá a posteridade, e para louvar esta princesa que provocou o decreto, que o assinou, e que em sua generosa impaciência não quis dormir uma noite antes que ele fosse assinado e promulgado! (Aplausos prolongados)

"Goblet acaba de recordar palavras da princesa que nos comoveram até as lágrimas! (Sensação) Ele fez bem em citá-las para que elas sejam ouvidas nos dois mundos e conservadas para o futuro! (Bravos)...[114]

---

114 Em um artigo de JULES SIMON, publicado em **Le Matin** (Paris, 24 de julho de 1888, nº 1615), artigo intitulado **L'esclavage,** lemos o seguinte trecho: "A França purificou-se dessa mancha em 1848. SCHOELCHER, o grande inimigo da escravidão, e WALLON, seu historiador, puderam presidir a Constituinte de 1848 ao lado de um escravo libertado um mês atrás, e passado sem transição do ergástulo à cadeira curul. Nós nos compadecemos dos russos, até o magnífico decreto de Alexandre II, e dos republicanos da América, até a guerra de secessão. Há um mês, quando D. Pedro II e sua filha, secundados pelos próprios senhores de escravos e levados pela onda poderosa da civilização e da filosofia, restituíram com um traço de pena 700.000 homens à humanidade, o mundo inteiro sentiu o seu próprio livramento. Ele disse a esses emancipadores: "Não purificais somente o vosso povo, mas toda a raça humana. Libertais 700.000 da escravidão e o resto da humanidade da vergonha de ter escravos ao seu lado".

Poderíamos escrever vários volumes se quiséssemos dar extratos dos artigos publicados na França e no mundo inteiro sobre o 13 de maio de 1888.

Um brasileiro, EDUARDO PRADO, dirigindo-se a uma agência conhecida, reuniu uma coleção de mais de 400 artigos que enviou à Biblioteca Nacional do Rio. Citamos apenas a memória de E. Levasseur, lida no Instituto a 7 de junho de 1888, o artigo de De Malarce no "Petit Journal" de 10 de julho e o do senador Léon Rénault, no "Journal des Débats" de 22 de julho.

Finalmente, o príncipe D. Pedro Augusto, duque de Saxe, agradeceu a todos os oradores a homenagem que se prestara ao Brasil, ao imperador e à princesa. Terminou erguendo um brinde à França.

Falando sobre a reforma, exprimiu-se nos seguintes termos:

"O grande acontecimento que hoje festejamos é devido, vós o sabeis, à abnegação e ao patriotismo de todo um povo cujos sentimentos foram sempre compreendidos, partilhados e encorajados por seu soberano e pela princesa cujos sentimentos humanitários conheceis".

Essa festa brilhante e memorável de 10 de julho, iniciada ao som da *Marselhesa* e do *Hino nacional brasileiro* – composição do maestro F. Manoel da Silva, – terminou ao som do *Hino da Independência do Brasil,* obra do imperador D. Pedro I, que foi músico de mérito. Bela e atraente música inspirada nos acontecimentos de 1822, quando o Brasil conquistou um lugar entre as nações soberanas, era digna de saudar a proclamação do regime da igualdade humana nesse magnífico país.

As palavras desse hino, que os soldados de Pirajá e Itaparica entoavam, são devidas à pena de um grande patriota, um dos mais ilustres oradores e jornalistas brasileiros: Evaristo da Veiga.

Assim começa esse hino sublime e patriótico: "Já raiou a liberdade no horizonte do Brasil".[115]

---

115 Na descrição do banquete vê-se uma formosa alegoria. Em baixo, a vista da entrada do Rio, tendo à esquerda a bela colunata formada pela aleia de palmeiras do Jardim Botânico. No alto da página, no meio das nuvens, veem-se as armas da cidade de Paris, o zimbório do Panthéon, e as torres de Notre-Dame. O Gênio do Brasil, tendo às mãos as cadeias quebradas, leva a grande notícia a Paris. O escudo brasileiro, sustido pelos dragões da família de Bragança, está preso às árvores. Sobre as montanhas do Rio, raia um sol com a data de 13 de maio de 1888. Leem-se estas palavras de um verso de Virgílio: (Ecl. I, v. 27): **"Libertas .. sera tamen respexit..."**

Sim!... **sera tamen...**

Imperatriz Thereza Maria Christina

Capítulo XV
Devotamento de D. Pedro II a seu povo

Sumário: Devotamento de D. Pedro II à instrução popular – “Se eu não fosse imperador quisera ser mestre escola” – O Instituto Histórico e Geográfico – Proteção aos homens de letras aos artistas – Opinião do príncipe Adalberto da Prússia, de Alexandre Herculano, de F. Wolf, de Pasteur e de Agassiz sobre D. Pedro II – Ele se opõe à construção de um novo palácio – Recusa uma estátua e pede que se aplique a importância na fundação de escolas – Carta de D. Pedro II nesse sentido – Erudição de D. Pedro II – Opinião de Longfellow – Audiências públicas de D. Pedro II no Rio – O imperador e seu Conselho de ministros – Justiça, clemência e bondade de D. Pedro II – A imperatriz – Popularidade de D. Pedro II – Manifestações populares na sua partida para a Europa e no seu regresso – Um artigo de J. Nabuco a respeito da popularidade do imperador.

Até aqui falamos dos grandes acontecimentos políticos e militares do glorioso reinado de D. Pedro II.

É tempo de tratarmos de perto deste incomparável imperador e contemplarmos sua beleza intelectual e moral e a influência salutar que exerceu sobre o povo brasileiro.

A instrução sólida que D. Pedro II recebera e completara com seus próprios esforços o ensinara a avaliar o preço do saber para o homem e seu imenso valor para um povo.

Assim, a instrução pública foi objeto de seus cuidados e constantes preocupações.

Escolas primárias, ensino secundário, estabelecimentos científicos, sociedades de cultura, foram sucessivamente fundados e organizados sob os auspícios do sábio imperador.

Na capital do Império, a instrução primária, a secundária e a superior dependem do governo.

Nas províncias, as Assembleias provinciais, criadas pelo Ato Adicional de 1834, fazem as leis sobre a instrução primária e secundária. A instrução superior em todo o Império está a cargo do governo central.

Em 1857 o Brasil possuía apenas 2.595 escolas primárias com 70.000 alunos; em 1886, havia 6.605 com 213.670 alunos.

Para o ensino secundário, além dos estabelecimentos particulares, há no Rio o Colégio Imperial D. Pedro II, e liceus nas províncias.

Para o ensino superior e técnico há em S. Paulo e no Recife (Pernambuco) Faculdades de Direito; no Rio e na Bahia, Faculdades de Medicina; nestas duas últimas cidades e em Ouro Preto, escolas de Farmácia; em Ouro Preto, escola de Minas; no Rio, em Porto Alegre e em Fortaleza, Escolas Militares, além de colégios preparatórios; no Rio, Colégio Naval, Escola de Marinha e Escola Superior de Guerra; no Rio, Bahia, Recife e S. Paulo, liceus de artes e ofícios; no Rio, Academia de Belas Artes, Conservatório de Música, Instituto de Surdos-Mudos, Instituto dos Jovens Cegos; no Rio e em diversas províncias, institutos agrícolas; na província, muitas estações agronômicas e escolas agrícolas. Há no Brasil muitas escolas normais; uma no Rio, duas na Bahia, sendo uma para professoras, e uma nas principais capitais de províncias. Para o ensino religioso católico há dezenove seminários.

Há no Rio um Observatório Astronômico que publica um "Anuário" e "Anais" em que aparecem observações de astrônomos brasileiros sobre a passagem de Vênus, feitas em S. Tomás e no estreito de Magalhães.[116] Há igualmente no Rio um Departamento Central Meteorológico, um Posto Hidrográfico; muitas Bibliotecas, entre as quais a Biblioteca Nacional (171.000 volumes, 8.000 manuscritos, 30.000 estampas) que publica "Anais"; Museus, entre os quais é preciso citar o Museu Nacional do Rio (dirigido pelo sábio conselheiro Ladislau Netto[117] que publica "Arquivos" onde se encontram importantes estudos de história natural e de etnografia); há também o Museu Escolar. Entre as sociedades científicas citaremos o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, a Sociedade de Geografia (presidida pelo antigo primeiro ministro marquês de Paranaguá), a Academia Imperial de Medicina, o Instituto da Ordem dos Advogados, o Instituto Politécnico (presidido por S.A.R. o conde d'Eu) uma sociedade para a propagação das belas artes (presidida pelo conselheiro João Alfredo, que acaba de ser primeiro ministro), muitas sociedades para a propagação da instrução pública, uma das quais presidida pelo antigo ministro conselheiro F. Corrêa.

Numa palavra, todos os estabelecimentos de educação que a França possui existem no Brasil; e, coisa lisonjeira para a língua

---

116 Um desses astrônomos, o contra-almirante barão de Teffé, acaba de ser nomeado membro estrangeiro de nossa academia de Ciências.

117 Ladislau Netto acaba de inaugurar no Campo de Marte (20 de junho de 1889) uma interessante exposição de etnografia e de antropologia. Um jornalista brasileiro, Gama, ouviu em um restaurante uma curiosa conversa entre dois membros da **Sociedade de Antropologia de Paris: "Quem é esse sr. Netto?** Preguntou um dos antropólogos. **"É um polaco",** respondeu o outro: **"chama-se Ladislas".**

Podemos garantir ao nosso antropólogo: Ladislau Netto é um brasileiro nascido em Alagoas, e um brasileiro honrado pela confiança do Imperador que o nomeou, ultimamente, membro de seu Conselho e dignitário da Rosa, grau que não pode ser conferido a mais de 32 brasileiros.

francesa, é sobretudo em livros escritos na nossa língua que se estuda no Brasil.[118]

Acrescentaremos que nas escolas públicas, como acontece hoje na França, as crianças de todas as religiões são admitidas, por espírito de tolerância e liberdade, e que o ensino religioso é deixado aos cuidados da família e dos sacerdotes da religião em que nasceram.

Note-se que no Brasil há muito poucos colégios pertencentes a corporações religiosas e, além disso, embora a religião católica seja a do Estado, todas as outras religiões são professadas livremente; o clericalismo não existe, mesmo de nome, nesse país cujo espírito é essencialmente liberal e onde os sacerdotes católicos não se ocupam absolutamente de política.

Dois bispos, somente, em 1873, deram prova de intolerância, querendo executar bulas do papa que não tinham recebido o *placet* do imperador.

Foram citados diante da Corte Suprema de Justiça, condenados a 4 anos de prisão e encerrados nas fortalezas do Rio onde, entretanto, foram tratados com todo respeito, com a maior generosidade; depois, foram anistiados pelo imperador.[119]

A Constituição brasileira estabeleceu que as bulas e cartas apostólicas não serão executadas no Brasil sem o *placet* imperial, e os bispos brasileiros, nomeados pelo imperador e confirmados pelo papa, prestam juramento de obediência à Constituição.

118 Todo brasileiro bem educado fala o francês. Há algum tempo nenhum aluno podia inscrever-se nas Faculdades e outras escolas de ensino superior sem exames de francês e inglês. Hoje em dia exige-se além disso que os candidatos traduzam o alemão e o italiano. Conhecemos muitos brasileiros chegados há pouco de seu país: todos falavam francês. Tivemos a felicidade de conhecer um jovem brasileiro, **DOMICIO DA GAMA,** que, recém-chegado a Paris, mostrou-nos, pela conversa, que conhece a França literária e artística como um erudito francês. Jovem ainda, é um escritor atraente e muito popular no Rio. A **Gazeta de Notícias** daquela cidade acaba de nomeá-lo seu correspondente em Paris.

119 Cada um dos bispos habitava uma casa confortável no recinto de uma das fortalezas. Tinham à sua mesa, quase todos os dias, senadores, deputados, jornalistas, etc.

Aliás o papa Leão XIII, em seu discurso de 14 de janeiro de 1888, em resposta ao do digno ministro do Brasil, o conselheiro Souza Corrêa, proferiu as seguintes palavras que são bem significativas:

"Desde a Independência do Brasil, nenhum dissentimento grave houve com a Santa Sé, nós o reconhecemos, e procuraremos sempre manter relações que satisfaçam nosso coração de chefe da Igreja universal".[120]

Quanto à imprensa, o Brasil possuía apenas 31 jornais em 1828; em 1876 publicavam-se mais de 271, e em 1884 o número de jornais e revistas ia além de 600 (uma estatística incompleta, em que faltavam algumas províncias, acusava 533). Muitos desses jornais são redigidos em sua língua por franceses, italianos, alemães, ingleses, espanhóis. Há no Brasil jornais tão grandes como os maiores de Londres e de New York. O *Jornal do Commercio*, do Rio, fundado em 1827 por franceses e hoje propriedade de um brasileiro, o conde de Villa Nova, ministro em Bruxelas, é de formato maior que "*Le Temps*", de Paris, e publica todos dias oito páginas, às vezes dezesseis. O *Diário de Pernambuco* é duas vezes maior que "*Le Temps*".

Na história do Brasil, o que causará de certo admiração na França, há apenas um caso – e em 1826 – de expulsão de um jornalista estrangeiro. Durante a guerra do Paraguai, um de nossos compatriotas publicou regularmente, no Rio, um jornal em que não escondia suas simpatias pelo inimigo do Brasil, o ditador do Paraguai. Publicava mesmo caricaturas dos generais brasileiros.

A liberdade de imprensa e da caricatura não tem limites no Brasil.

O interesse de D. Pedro II pela ciência revela-se principalmente em sua assiduidade às sessões do Instituto Histórico e Geográfico

120 Este discurso foi publicado no **Monitor de Roma,** quarta-feira, 18 de 1888, nº 14.

que se reúne de quinze em quinze dias no palácio imperial onde se acha a biblioteca dessa grande corporação científica. Esta sociedade foi presidida por três sábios, todos três honrados pela amizade do imperador: o visconde de S. Leopoldo, o marquês de Sapucaí e o visconde do Bom Retiro.[121]

Assiste, com o mesmo prazer, aos exames das escolas primárias e às distribuições de prêmios feitas aos alunos.

Liga, com razão, importância fundamental à instrução e à educação populares, que considera a base do edifício social e a origem da dignidade e da moralidade de um povo.

Na presença de alguns compatriotas nossos em Cannes, D. Pedro II pronunciou abertamente estas palavras que traduzem seus sentimentos no tocante à instrução de seus súditos:

"Se eu não fosse imperador desejaria ser mestre escola. Nada conheço mais nobre do que dirigir inteligências jovens e preparar os homens do futuro!"

Que outro soberano do mundo usou de linguagem semelhante?

D. Pedro II não se limita a palavras bonitas; seus atos confirmam admiravelmente o que diz.

Ele encoraja, no Brasil, as ciências, as letras e as artes. Protege os artistas, os poetas e os literatos.

---

121 O **Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil** foi fundado em 1838 sob a alta proteção de D. Pedro II, por iniciativa do visconde de S. Leopoldo, do general Cunha Mattos e do cônego Januário da Cunha Barbosa, três nomes dos mais notáveis na história literária do Brasil. Celebrou em 1888 o seu jubileu, com uma exposição e uma sessão solene. É a mais importante corporação literária do império, e sua **Revista**, de que já apareceram 51 volumes, é justamente apreciada na Europa por todos os amigos da América. Nosso sábio compatriota **d'Avezac,** descrevendo uma discussão no seio dessa sociedade, assim se exprime: "Experimenta-se um profundo sentimento de respeito e de simpatia por este príncipe esclarecido que considera agradável passatempo essas lutas corteses, esses torneios literários em que se debatem, com proveito para a cultura intelectual e desenvolvimento do espírito nacional, questões que, para serem abordadas exigem sérios estudos preliminares e erudição especial". **(D'Avezac, Considérations geographiques sur l'Histoire du Brésil, Paris, 1867, p. 161).**

Os pintores Pedro Américo de Figueiredo e Victor Meirelles, o maestro Carlos Gomes cujas óperas, "Guarani", "Fosca", "Salvador Rosa", são tão populares na Itália e no Brasil, devem a D. Pedro II todo o estímulo.

Foi amigo e protetor do historiador Varnhagen, visconde de Porto Seguro, dos poetas Gonçalves Dias, Magalhães, viscondes de Araguaia e Porto Alegre, barão de Santo Ângelo, do poeta, romancista e historiador Macedo, e de grande número de brasileiros eminentes.

Muitas vezes ele reúne no Rio, em sessões literárias e científicas, homens de letras e sábios brasileiros para examinar com eles alguma nova produção e palestrar sobre literatura, ciência ou arte.

Grandes e ilustres sábios prestaram homenagem a esse gosto pronunciado de D. Pedro II para os altos estudos e para as coisas do espírito e do coração.

Um príncipe que foi viajante ilustre, Adalberto da Prússia, visitou o Brasil em 1842. Conheceu o jovem imperador, então com dezessete anos, e que há dois anos apenas tomara a posse do governo.

Eis o que se lê na descrição de sua viagem:[122]

"D. Pedro II tem um desenvolvimento e um vigor mental muito notáveis para a sua idade. Não é de estatura elevada; é, antes, corpulento. Tem cabeça grande, cabelos louros e feições bem feitas. Seus olhos, expressivos e azuis, são cheios de vivacidade e benevolência. Embora com dezessete anos apenas, tem a gravidade e o porte de um homem completamente desenvolvido. Seu maior prazer é presidir ao crescimento e progresso da instrução, aplicando-se ao estudo de toda sorte de conhecimentos.

122 **Travels of His Royal Highness prince Adalbert of Prussia.** Translated by sir Robert H. Schomburg and by John Edward Taylor: Londres 1849 (t. 1º, p. 272, t. 2º, p. 89).

"A história é seu estudo favorito, mas se interessa por outros assuntos, a botânica, por exemplo.

"O jovem soberano mostra muito talento para a arte, especialmente pintura, e a precocidade de seu caráter se revela no interesse por tudo que é grande e nobre. O assunto predileto de seu lápis é o retrato de grandes homens de Estado, célebres na história, cujo exemplo deseja seguir.

"O imperador me ofereceu, do modo mais gracioso, um retrato a óleo de Frederico o Grande, feito por S. M.

"Essa lembrança, à qual dou o maior valor, é hoje ornamento de meu salão de Monbijou, e lembrará sempre o acolhimento afetuoso que tive de seu autor que tornou tão agradável a minha estadia na bela terra do Brasil".

"O imperador levanta-se às seis horas da manhã. O tempo que sobra dos negócios de Estado, ele o emprega em leituras que lhe são muito proveitosas, graças a sua excelente memória...

"Nota-se neste jovem imperador uma ambição que não se pode deixar de respeitar e admirar: é a de preparar-se cada vez mais para a sua alta mas difícil missão.

"Que felicidade para esse belo país ser governado por um chefe que tão bem conhece os deveres de sua posição e deseja tão ardentemente tornar feliz o seu povo!

"Que o céu abençoe os seus esforços!..."

Por sua vez, o célebre romancista e historiador, Alexandre Herculano, a maior personalidade literária deste século, em Portugal, espírito liberal, levando a independência até a selvageria, e a quem, por consequência, não se poderia acusar de adulação, dizia já de D. Pedro II, em 1847:

"Todos sabem que o jovem imperador do Brasil consagra ao culto das letras todas as horas vagas que lhe deixam suas ocupações de chefe de Estado...

"Não se poderá ver nas tendências do jovem príncipe um sinal dos tempos, uma profecia consoladora para o futuro do Brasil?[123]

Enfim, Ferdinand Wolf, em sua *Histoire de la littérature brésilienne*,[124] falando do desenvolvimento literário no Brasil depois de 1840, dá grande valor ao papel de D. Pedro II nesse belo movimento:

"Ao imperador, diz ele, cabe a maior parte nesse desenvolvimento.

"D. Pedro II não se contenta com amar e proteger as ciências e as artes, reunir em sua corte sábios e artistas, e favorecê-los, não por cálculo, como Augusto, ou por vaidade egoísta, como Luiz XIV, que pensava apenas em fazê-los concorrer para a grandeza de seu poder e para a glória de seu nome.

"D. Pedro II não faz das ciências e das artes o ponto de apoio de sua ambição, e conhece-lhes a fundo vários ramos. Raramente deixa de assistir às reuniões do Instituto Histórico e Geográfico.

No seu reinado fundaram-se numerosos estabelecimentos de instrução e sociedades literárias. Enquanto que antigamente só o jornalismo político tudo invadia, viram-se, enfim, revistas consagradas às ciências e às artes.

Mais adiante,[125] o mesmo escritor, falando do poema *A Confederação dos Tamoios,* de Magalhães, o visconde de Araguaia, poema publicado em 1856, assim se expressa:

"O imperador D. Pedro II, monarca de admirável tino político e gosto pela arte, não se contentou com aceitar a dedicatória do poema, dignou-se em fazê-lo publicar por sua conta, em edição de luxo".

---

123 Estudo de Alexandre Herculano sobre o futuro literário de Portugal e do Brasil, a propósito dos "Primeiros Cantos" do poeta brasileiro Gonçalves Dias, publicado em 1847, na **Revista Universal Lisbonense,** e reproduzido na 5ª edição dos **Cantos** do mesmo poeta, Gonçalves Dias. (Leipzig 1877).

124 Berlim, 1863.

125 P. 42.

A todas essas homenagens, justamente merecidas por D. Pedro II, *este imperador, homem de ciência*, como o chamou Pasteur, há alguns dias apenas, em discurso célebre,[126] o sábio Agassiz juntou estas palavras que completam o retrato do soberano, que ele conheceu no Rio em 1865:

"... D. Pedro II é ainda jovem; com quarenta anos apenas, já reinou mais de vinte no Brasil. Também seu rosto é pensativo e pouco envelhecido. Tem a fisionomia varonil e cheia de nobreza. A expressão de seus traços, um pouco severa em repouso, é animada e se ameniza quando conversa, e suas maneiras delicadas têm uma afabilidade sedutora.[127]

Como D. Pedro II justificava largamente esse concerto de elogios, pelo seu devotamento apaixonado à ciência e ardente proteção concedida à instrução popular!

Sua solicitude alcança os jovens brasileiros desprovidos de recursos que desejam instruir-se. Custeia a educação de grande número de estudantes de direito, medicina, engenharia e belas artes. Mantém diversas bolsas de estudo na Europa, em favor de alunos escolhidos e de futuro. Interessa-se principalmente, e ele mesmo o declarou, pelas escolas primárias. Seus ministros pensaram certa vez em construir um palácio imperial, porque a grande casa que traz esse nome é a antiga residência dos vice-reis portugueses.

"Que! Exclamou D. Pedro, pensar em um palácio quando não há escolas suficientes nem estabelecimentos de ensino! Havendo necessidade, tratareis disso mais tarde, nos termos da

---

126 Discurso pronunciado na inauguração do Instituto Pasteur e publicado no **Journal des Débats** de 15 de novembro de 1888. Nesse mesmo dia, o busto em mármore de D. Pedro II, por Guillaume, foi instalado no Instituto Pasteur. O imperador do Brasil acaba de encomendar a um artista brasileiro, Bernardelli, o busto em mármore do sábio francês para o Instituto Pasteur, recentemente criado no Rio.

127 **Sr. E Sra. Louis Agassiz** – VOYAGE AU BRÉSIL. Traduzido do inglês por Felix Vogeby, p. 65. Paris, 1869.

Constituição. No momento, é preciso que cuidemos de estradas, imigração e escolas".

Grande lição que serviria a mais de um monarca, e até a mais de um presidente de República!

"Falamos bem de um imperador? Exclama Charles de Ribeyrolles, narrando esse caso de D. Pedro: Ah! Compreendem-se melhor na Europa os esplendores das cavalariças e as grandezas das caçadas![128]

Mas a solicitude de D. Pedro II pela instrução popular manifestou-se principalmente ao terminar a gloriosa guerra do Paraguai.

Quando a notícia da vitória final dos brasileiros chegou ao Rio, o entusiasmo foi geral, e a municipalidade e o povo decidiram levantar uma estátua a D. Pedro II.

Sabia-se que alguns membros do gabinete, alguns deputados e senadores, tinham perdido a esperança de chegar à vitória, mas o Imperador nunca se desencorajou e, com seus ministros Muritiba, Cotegipe e Rio Branco, guardou inteira fé no sucesso; sabia-se que era principalmente à sua energia que o Brasil devia essa vitória gloriosa. Em um movimento generoso, o povo brasileiro queria testemunhar ao imperador sua alegria e reconhecimento.

D. Pedro II, não menos generoso, recusou o monumento e quis que o dinheiro dessa grande subscrição popular fosse aplicado na criação de novas casas de ensino. De acordo com seu desejo, numerosas escolas foram construídas no Rio com a importante soma destinada à estátua.

Esse ato está acima de qualquer comentário. Somente um príncipe, ao mesmo tempo filósofo e filantropo como D. Pedro II, o poderia realizar!

128 LE BRÉSIL PITTORESQUE, de Charles Ribeyrolles, p. 139 do 1º volume (Rio de Janeiro, 2 vols. 1859).

Damos abaixo o documento célebre que atesta a veracidade desse fato, que nosso ministro dos Negócios Estrangeiros, Goblet, mencionou no seu discurso, no banquete em homenagem à emancipação dos escravos do Brasil. É a carta autêntica do Imperador dirigida ao ministro da Instrução Pública, e dos Cultos, o conselheiro Paulino de Souza. O *fac-simile* dessa carta acaba de ser publicado por distinto homem de letras, o conselheiro Azevedo de Castro, em sua edição das obras do poeta Gração (1888).

Ei-la:

“Leio no Diário que se pretende fazer uma subscrição para elevar-me uma estátua. O senhor conhece meus sentimentos e desejo que declare, quanto antes, à comissão de que fala o mesmo Diário, que, se querem perpetuar a lembrança do quanto confiei no patriotismo dos brasileiros para o desagravo completo da honra nacional e prestígio do nome brasileiro, por modo que não me contrarie na minha satisfação de servir a minha pátria unicamente pelo cumprimento de um dever do coração, muito estimaria eu que só empregassem seus esforços na aquisição do dinheiro preciso para a construção de edifícios apropriados ao ensino das escolas primárias, e melhoramento do material de outros estabelecimentos de instrução pública. O senhor e seus predecessores sabem como sempre tenho falado no sentido de cuidarmos seriamente da educação pública, e nada me agradaria tanto como ver a nova era de paz, firmada sobre o conceito da dignidade dos brasileiros, começar por um grande ato de iniciativa deles a bem da educação pública.

“Agradecendo a ideia que tiveram da estátua, estou certo de que não serei forçado a recusá-la.

D. Pedro II.
19 de março de 1870”.

Eis uma carta e um ato dignos do grande imperador que coloca a soberania da inteligência acima de todas as soberanias, e prefere fundar sua glória antes sobre a instrução popular do que sobre um monumento de bronze.

Compreender-se-á facilmente que o sábio monarca tenha se orgulhado dos títulos científicos de que o julgaram digno os sábios europeus, e dado grande apreço à sua nomeação de membro correspondente da Academia de Ciências, com que o honrou, em 1872, o Instituto de França.

Sabe-se que sua instrução é muito variada.

Entre as ciências, o objeto de sua predileção é a astronomia, como o disse nosso compatriota, Liais, antigo diretor do Observatório do Rio de Janeiro, em uma de suas obras, em que são citadas algumas observações feitas pelo próprio imperador.

Mais de um sábio lhe invejaria a erudição científica. Fala muitas línguas vivas: o francês como um parisiense, o italiano como um toscano.

Teve a paciência prodigiosa e o raro mérito de verter para o latim os livros mais difíceis da língua de Moises e dos profetas: Isaias, Job, Salmos, Ruth, Cântico dos Cânticos, Eclesiastes, obras de extrema dificuldade e que só um hebraísta consumado compreenderia.

Como o grande Frederico, ele cultiva também as Musas. Há num trabalho muito interessante sobre o Brasil, o seguinte trecho do reverendo Fletcher:[129]

"Em 1864 tive o prazer de remeter a Longfellow e a Whittier a tradução, feita pelo imperador, de dois dos seus mais belos poemas. Nessas traduções S.M. mostrou perfeito conhecimento de nossa língua.

129 BRAZIL AND THE BRAZILIANS BY THE REV. JAMES C. FLETCHER AND REV. D. P. KIDDER, D.D., 2ª edição, 1879, Boston (p. 233).

"Longfellow disse-me que *The Story of King Robert of Sicily* fora traduzida em português por três poetas, mas que a tradução feita pelo Imperador era a melhor".

D. Pedro II traduziu também uma das mais belas odes de Manzoni a Napoleão I, ode inspirada na morte do grande guerreiro e intitulada *Il Cinque Maggio*.[130] Assegura-se que é uma tradução perfeita.

D. Pedro II manteve com o ilustre poeta italiano uma correspondência de alto valor. Essas cartas são cuidadosamente conservadas em Milão.

Não se limita, porém, a traduzir. Compõe poesias a que não falta mérito literário. Não tem disso o menor orgulho, entretanto.

A uma pessoa de sua Casa que em nome do deputado J. Nabuco lhe pedia, em 1887, em Paris, no *foyer* da Ópera, permissão para publicar em *fac-simile* uma de suas peças em verso, respondeu modestamente:

"Sei muito bem que não sou poeta. Faço versos, de vez em quando, como exercício intelectual, e somente quando não tenho outra coisa a fazer. Isso, porém, não é poesia. Mostro aos amigos íntimos esses trabalhos, mas por nenhum preço eu os queria ver publicados".

Quantos escritores deveriam inspirar-se na modéstia de D. Pedro II!

Esse grande monarca, porém, só se ocupa com a ciência e a poesia nas horas de lazer que lhe deixam seus deveres de soberano, cumpridos com zelo e satisfação. Todas as manhãs dá ordinariamente audiência a qualquer pessoa que se lhe apresente. É na galeria que conduz de seu gabinete de trabalho aos salões de

130 Esta ode, e 27 traduções em línguas diferentes, encontra-se em uma coleção publicada em Milão em 1883 por Meschia.

recepção da imperatriz, que recebe os visitantes, o que ele chama *receber sua família brasileira*.

Como S. Luiz, sob o carvalho de Vincennes, é paternal para com os que o procuram, trata-os com afabilidade, ouvindo com igual atenção ao sábio, ao artista, ao comerciante, tomando nota das queixas, quando justas, para levá-las ao conhecimento dos ministros, responsáveis diante do Parlamento e do país.

Conta-se que certa vez denunciaram-lhe um dos seus ministros que não atendera a uma justa petição.

– Os meus ministros não fazem injustiça, respondeu prontamente D. Pedro.

Depois, mais calmo, acrescentou:

– Eu mesmo vou examinar a questão.

E deu razão ao reclamante que tão acertadamente confiara na sua equidade.[131]

Além dessas audiências particulares em S. Cristóvão, há no mesmo palácio audiências públicas todos os sábados, das 5 às 7 horas da tarde.

Nessas audiências, cada qual se apresenta a seu modo, de casaca, de uniforme, roupa de trabalho, e todos são bem recebidos pelo imperador.

Os estrangeiros têm igual facilidade para falar a D. Pedro, e o mais humilde negro, de tamancos ou descalço, é recebido pelo soberano.

Atento às menores questões que o povo submete à sua justiça, ele o é, muito mais, às questões do governo, que passam todas sob seus olhos.

Uma vez por semana preside ao Conselho de Ministros.

---

131 ANFRISO FIALHO – D. Pedro II, p. 90.

A reunião começa às 10 horas da manhã e termina ordinariamente às 5 da tarde, quando o Parlamento não funciona. Durante os trabalhos legislativos, ele preside o Conselho às 8 horas da noite, e a reunião se prolonga até a meia noite e algumas vezes até as duas ou três horas da manhã. Cada ministro lhe expõe, por sua vez, os negócios de sua pasta. O imperador ouve e discute com eles. Examina tudo, e quando se trata de questão importante, não toma uma decisão antes de estudar ou ouvir o Conselho de Estado. Toda solução é assim justa e sábia.

Em tudo, porém, a justiça de D. Pedro II é paternal. É sempre acompanhada de clemência.

O imperador, já o dissemos, não permite no Brasil perseguição e execução capital.

Posto que o Código criminal brasileiro admita a pena de morte, ela muito raramente foi aplicada no reinado atual. Nem uma vez desde 1856.[132] D. Pedro II conhece, de certo, a palavra do sábio antigo "que chamava *sangrento* o tribunal que pronunciasse a pena de morte mais de uma vez em trinta anos".[133] E não é D. Pedro II também um sábio?

Mostrou merecer esse título principalmente por ocasião das diversas revoluções que surgiram no Brasil e das quais ele saiu sempre vencedor. Satisfeito com a vitória, sempre anistiou os crimes políticos, sendo que muitos dos maiores revolucionários ocuparam, mais tarde, ao seu lado, altas posições. Porque ele jamais conheceu o sentimento de ódio e vingança.

Conta-se que um escritor de talento lançou, em 1849, contra D. Pedro II e a casa de Bragança, um panfleto de extrema violência, e esse panfletário veio a ser depois deputado, ministro, conselheiro de Estado, senador vitalício e visconde.

132 O Brasil não tem emigrados ou exilados políticos. Não se pode dizer o mesmo da maior parte das Repúblicas hispano-americanas.

133 Talmud (Jurisprudência israelita).

D. Pedro II, príncipe magnânimo, lembrou-se apenas das provas de dedicação à pátria que foram dadas pelo seu insultador.[134] Isto é mais do que clemência, é grandeza, é bondade. E não é a bondade um dos traços característicos desse soberano magnânimo?

Presenciamos de que modo ele acolhe os pobres no palácio, com que solicitude se interessa pelo sucesso e futuro da mocidade estudiosa e necessitada, com que grandeza de alma se ocupa com a instrução das classes deserdadas. Citaremos ainda um fato que prova a sua bondade. Viajando, um dia, no interior do país, longe de qualquer estalagem, hospedou-se na casa de um homem bom, muito estimado, mas cujos negócios corriam mal. Este homem, obrigado a pagar dentro de poucos dias, uma grande quantia, estava completamente desprevenido.

Quando o imperador partiu, o pobre homem encontrou em uma gaveta da cômoda do quarto ocupado pelo soberano, o recibo devidamente formulado e assinado pelo credor.[135]

Nem só o imperador era bom na Corte do Brasil.

Sua digna esposa, a imperatriz Dona Teresa Cristina Maria, dirige no palácio, já o dissemos, o departamento da caridade. Sua bondade é inesgotável. Semeia a esmola e o consolo. Também é adorada por seus súditos e abençoada como uma santa.

---

134 FIALHO, obra citada, p. 91. O autor prossegue:

"Mas a verdade é que ele deve a posição que ocupa hoje, 1876, ao seu talento e à magnanimidade de seu soberano que jamais pôs obstáculos a que ele subisse, principalmente depois de sua retratação, e desde que pôs seu talento a serviço da pátria em vez de o empregar em difamar suas instituições e autoridade".

Nós nos permitimos acrescentar que o político em questão não fez "retratação" alguma porque nunca se declarou autor desse panfleto anônimo que escrevera na mocidade. Outros políticos atacaram o imperador pela imprensa e na tribuna, e apesar disso ocuparam cargos elevados no governo e até o posto de ministro. No Brasil o insulto não é ato de coragem; os insultadores contam com a mais completa impunidade e muitos daqueles que foram agressivos ou injustos para com o imperador fizeram isso apenas como **meio de ser bem-sucedidos.** Há até políticos que dirigem alternadamente elogios ou ataques ao imperador conforme se acham no poder ou na oposição. Compreende-se o pouco valor que se deve dar a tais elogios e ataques.

135 PINTO DE CAMPOS – O Senhor D. Pedro II, p. 85-86.

Nobre companheira do melhor dos soberanos, contribui em grande parte para a imensa popularidade que cerca o imperador.

D. Pedro II é um rei que pode estar sozinho, sem perigo algum, no meio da multidão de seus súditos.

Sabe-se que ele se despoja voluntariamente do fausto de sua posição e gosta de se mostrar ao povo com modesta simplicidade. É o rei popular por excelência, cuja glória consiste em ganhar os corações. Em seu gabinete há um admirável busto de Alexandre o Grande. À vista da imagem desse herói antigo, alguém lembrou a D. Pedro II estas palavras de César ao contemplar certa vez a mesma imagem:

– Ele não tinha ainda a minha idade e já conquistara toda a terra.

D. Pedro II, mais sábio que César, exclamou:

– E eu conquistei o meu povo!

Doce e duradoura conquista que lhe atrai todas as simpatias e todos os respeitos!

Essa respeitosa simpatia do povo brasileiro por seu soberano tem-se manifestado ultimamente do modo mais tocante.

Quando, depois de sua enfermidade, foi ao arsenal de Marinha tomar o vapor que o levaria à Europa, a população do Rio lhe disse um adeus comovente, e seu regresso ao Rio, a 22 de agosto último (1888), foi celebrado com grandes festejos.

No dia seguinte, descrevendo no *O PAÍS*, do Rio, a chegada de D. Pedro II, as provas de amor que S.M. recebeu, ainda uma vez, da população, e o entusiasmo geral que sua volta provocou, o eminente jornalista e orador Joaquim Nabuco, deputado liberal, disse, com razão, que o imperador, após quarenta anos de reinado, podia repetir as palavras de Péricles:

"Vós não falais do que há de mais glorioso em minha vida: não ter causado pesar a nenhum cidadão!"

E J. Nabuco acrescenta: "O Chefe de Estado que durante meio século de governo não fez um só inimigo, não entrou em antagonismo com o seu povo, possui certamente, e no mais alto grau, a mais difícil das virtudes, se bem que pareça a mais fácil, – a tolerância.

"Esta virtude superior que se diria negativa, não é mais do que a reunião de todas as outras virtudes positivas, semelhante à luz que não tem cor porque é a fusão de todas as cores.

"Em um país onde existe a maior liberdade de imprensa, onde a pena do escritor como o lápis do caricaturista gozam igual liberdade, onde o estrangeiro como o nacional podem impunemente publicar sua opinião, onde os jornalistas, implacáveis mesmo entre confrades, têm provado suficientemente que não respeitam situação alguma e nenhuma posição, o imperador não teria conseguido reunir todas as opiniões, e conciliar, sem exceção, todas as simpatias, se houvesse imposto o silêncio sobre seu reinado. Nunca o silêncio produziu esse sentimento universal de deferência e afeição que S.M. inspira.

"Ninguém o ignora: a pessoa do imperador foi sempre exposta às violências das lutas políticas, porque ele podia dizer como Luiz XIV: "O Estado sou eu!"

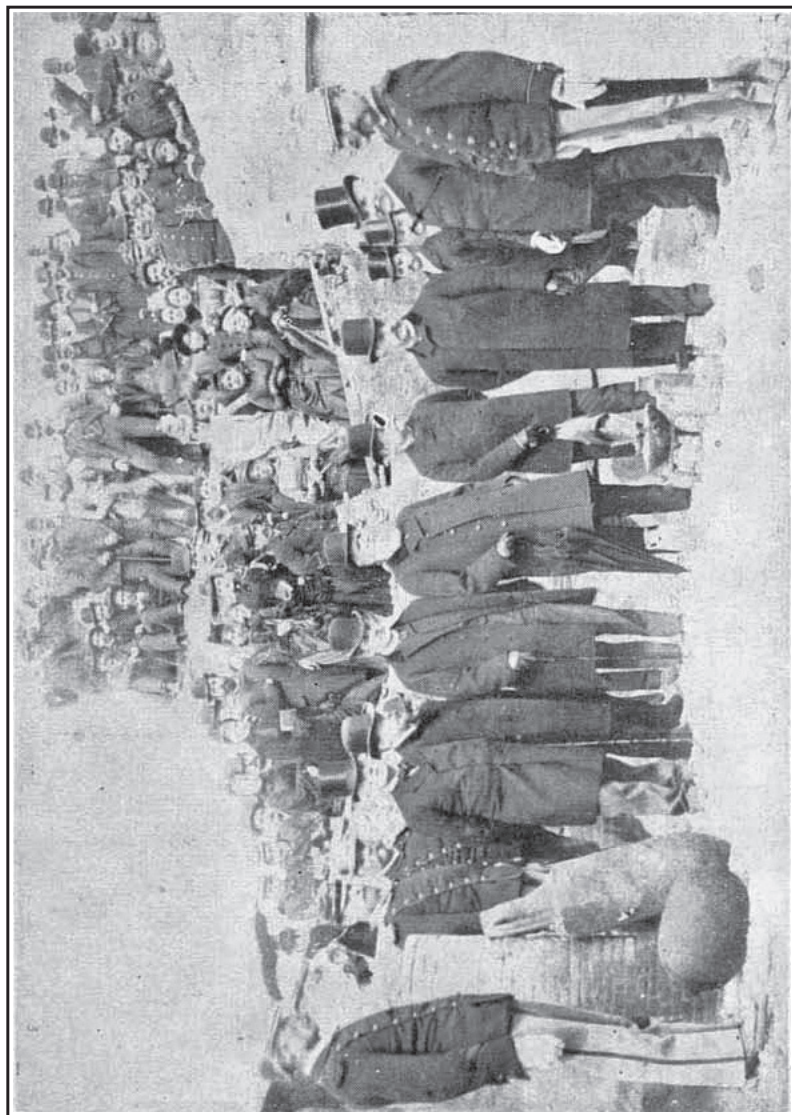
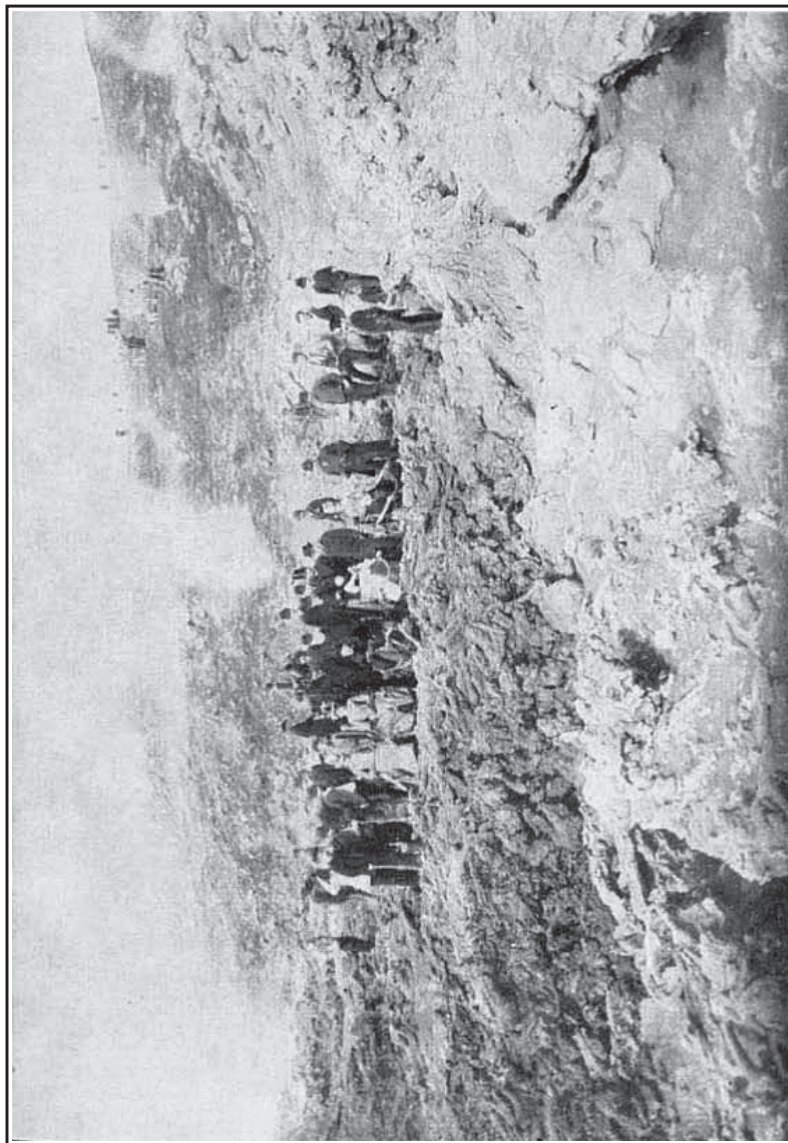
"Mas o povo brasileiro manifestou sempre pelo seu soberano sentimentos de profunda simpatia porque todos têm a convicção de que D. Pedro II possui as três qualidades que um povo se compraz em encontrar nos que o governam: patriotismo, desinteresse e tolerância.

"Governar meio século sem ferir uma única personalidade, é obra-prima de tato e habilidade governamental que supõe, no soberano que a soube realizar, uma vida inteira de domínio de si mesmo e esforço para fazer absorver o homem pelo funcionário".

E J. Nabuco continua dizendo que, certamente, o imperador contrariou muitas pretensões e muitos interesses, mas, entre tantas

pessoas contrariadas por S. Majestade, poucas lhe atribuíram a intenção de prejudicá-las, persuadidas de que em todos os seus atos obedeceu sempre ao desejo de bem cumprir o seu dever.

"A ausência de todo ressentimento contra D. Pedro II, diz ele, é um fato incontestável e universalmente constatado no Brasil".

Feliz esse príncipe adorado por seu povo! E, principalmente, povo feliz cujos destinos estão confiados a um rei sábio e generoso que consagra a vida inteira a fazer a felicidade dos seus súditos!

D. Pedro II e comitiva em visita às ruinas de Pompeia. Fotografia tirada em 1888

D. Pedro II em visita ao Vesúvio. Fotografia tirada na cratera a 16 de abril de 1888

Capítulo XVI
Atividade fecunda de D. Pedro II – suas viagens

Sumário: Vida de D. Pedro no Rio e em Petrópolis – Uma conversa de D. Pedro II com Arséne Houssaye – "O homem feliz sou eu, quando o meu povo está contente". Fidelidade de D. Pedro II à Constituição – Opinião de Ch. Ribeyrolles – As três viagens de D. Pedro II – Seu amor às ciências, letras e artes – Palavras de Charles Darwin a respeito do imperador – Richard Wagner – A Ristori – Adolphe Franck – Alexandre Dumas Filho – Resposta de D. Pedro II a um general alemão em Rouen – A última viagem do imperador foi realizada por uma questão de saúde – Beleza física e moral de D. Pedro – Um artigo de Henri Fouquier – Repouso do imperador em Cannes – Artigo do jornal LES ÉCHOS DE CANNES – D. Pedro II e o Félibrige – Frederic Mistral – Homenagem pública prestada por Gladstone ao imperador – Nioac – Entrevista do autor deste livro com D. Pedro II em Marselha e em Aix-les-Bains – "Majestade, sois mais que um imperador, sois um filósofo e um sábio! – Homenagens de Lamartine e de Victor Hugo a D. Pedro II – Jubileu do reinado de D. Pedro II.

D. Pedro II desenvolve ao serviço de seu povo uma atividade prodigiosa e infatigável.

Grande trabalhador desde a infância, adquiriu hábitos laborais que nunca abandonou.

Em seu palácio da Boa Vista, em S. Cristóvão, no meio de um parque magnífico, está sempre rodeado de livros, os seus melhores amigos. Possui uma rica biblioteca e muitas obras de arte. Seu gosto artístico faz dele um amante inteligente dos grandes mestres. Letras, ciências e artes, nada escapa às suas ardentes investigações.

Interessa-se também pela agricultura e jardinagem; acompanha com carinho o embelezamento dos parques e jardins. É um compatriota nosso, Glaziou, quem dirige esses trabalhos. No verão, D. Pedro reside em Petrópolis, a quatro horas do Rio, cidade encantadora, por ele fundada na serra dos Órgãos. Sulcada de cursos d'água e dotada de clima delicioso, é o lugar procurado pelos diplomatas, famílias ricas, alta sociedade do Rio, na estação calmosa.

O imperador gosta imensamente dessa estância, e ausenta-se apenas aos sábados, quando vai presidir no Rio, ao Conselho dos ministros.

Em Petrópolis, como na Boa Vista, D. Pedro II leva também vida laboriosa.

Levanta-se às 6 da manhã e deita-se sempre muito tarde; almoça rapidamente, às 9 horas, e janta às 5.

Logo que se levanta lê grande parte dos jornais do dia e manda anotar ou resumir os outros. Expedido o correio, dá, regularmente, audiência.

Depois, toma a carruagem e vai visitar escolas, hospitais, fortalezas, navios de guerra, quartéis, estabelecimentos científicos e beneficentes. Veste casaca ou uniforme militar e faz-se acompanhar sempre de um camarista. Traz o Tosão de Ouro na botoeira e a placa do Cruzeiro ao lado. Seis cavalos tiram a carruagem, quase sempre a galope.

Dois cadetes[136] vão adiante para abrir caminho, um capitão galopa junto à portinhola, e um piquete de cavalaria, com alguns batedores, seguem a carruagem.[137]

Chega de improviso, ora em meio da reunião de alguma sociedade científica, ora em plena distribuição de prêmios, e toma nota dos laureados para os acompanhar e proteger em sua carreira.

Uma ou duas vezes por semana, já o dissemos, preside o Conselho dos ministros; nos demais vai ao teatro, que ama apaixonadamente, ou trabalha em seus estudos prediletos.

No primeiro sábado de cada mês, às 8 horas da noite, recebe em S. Cristóvão o corpo diplomático.

A essas audiências comparecem todos em uniforme: o próprio imperador traja o de marechal ou almirante.

As recepções de gala realizam-se nas grandes datas históricas, no Palácio Imperial, também chamado Paço da Cidade.

---

136 No exército brasileiro chamam-se cadetes certos soldados que se distinguiram dos outros porque trazem em cada braço uma estrela de ouro.

Para ser cadete é preciso provar ser filho ou descendente de nobre, de alto dignitário ou de oficial superior do exército. No palácio do imperador, os cadetes tomam lugar à mesa com os camaristas e oficiais de serviço.

Não são suboficiais, como disse um jornalista parisiense, mas simples soldados que têm certos privilégios.

137 No magnífico **Panorama da cidade e da baía do Rio de Janeiro,** que se poderá admirar em Paris (avenida Suffren, 80), durante a Exposição Universal, vê-se a carruagem do imperador atravessando uma rua que foi aberta recentemente, a rua Senador Dantas – nome célebre na história da abolição no Brasil. Esse trabalho é dos pintores Victor Meirelles, brasileiro, e Langerock, belga. É um espetáculo verdadeiramente feérico o dessa baia, incontestavelmente a mais bela do mundo. A vista panorâmica foi tomada do morro de Sto. Antônio. Já em 1824, os parisienses tinham admirado uma vista do Rio, trabalho de Guillaume Frédéric Rommy, conforme desenhos de FÉLIX ÉMILE TAUNAY, pai do senador brasileiro d'Escragnolle Taunay e filho de Nicolas-Antoine. Neste último trabalho, o morro do Castelo foi o ponto de vista escolhido. Uma aquarela de Frédéric Salathé conservou a lembrança desse panorama, também fixada pela brochura da época: **Notice historique et explicative du panorama de Rio de Janeiro,** por Hippolyte Taunay e Ferdinand Denis (Paris, 1824). Entretanto, Ferdinand Denis, antigo bibliotecário de Sainte-Géneviève, que os brasileiros apelidaram "o mais antigo brasileiro de Paris", declara não ter escrito uma só linha dessa notícia. Com efeito, a parte histórica deixa muito a desejar.

Nesses dias, o imperador e a imperatriz vêm de S. Cristóvão ao Paço, em grande cerimonial, precedidos dos altos dignitários da corte e escoltados por um regimento de cavalaria.

As carruagens de aparato são as mesmas que serviram na corte de D. João V e ficaram no Rio depois da partida de D. João VI. Foram feitas em Paris e pintadas por Martin. Restauradas em 1816 pelo pintor Manoel da Costa, foram retocadas em 1822, na época da independência, por Jean Baptiste Debret e Francisco Pedro do Amaral.[138]

Só duas vezes por ano o imperador se apresenta com o manto imperial, o cetro e a coroa: na abertura e no encerramento das Câmaras.

Com exceção das grandes datas históricas, a vida na corte de D. Pedro II é calma, simples, venerado. Para receber o seu povo o imperador dispensa a etiqueta.

Num artigo assinado por *Pilgrim* – pseudônimo bem conhecido de um dos nossos mais estimados escritores –, encontramos o seguinte trecho de uma conversa de D. Pedro II com Arsène Houssaye:[139]

"Gaston Calmette havia escrito no *Figaro* que D. Pedro II se parecia com Arsène Houssaye.

"Ora, o imperador e o poeta são velhos conhecidos.

"Quando D. Pedro, alguns dias depois, reviu Arsène Houssaye, disse-lhe em ar de brincadeira, conduzindo-o diante de um espelho: "Vejamos se nos parecemos!"

– Sim, disse o poeta, exceto nisto: que eu gostaria de ser de vez em quando D. Pedro II, ao passo que vós não gostaríeis de ser jamais Arsène Houssaye.

138 DEBRET – **Voyage pittoresque au Brésil.**

139 **Revue de Paris et de Saint-Pétesbourg,** Paris, número de 15 de novembro de 1887.

– Quem sabe? Todo homem traz sua coroa de espinhos. Faríamos contudo uma troca inútil, não traríamos a coroa do homem feliz.

– Vossa Majestade encontrou o homem feliz?

– Sim, sou eu, quando meu povo está contente.

Compreende-se que os brasileiros se orgulhem de tal soberano.

D. Pedro II pode ausentar-se e fazer longas viagens ao estrangeiro: está certo da fidelidade dos seus súditos à Constituição liberal do Império, à qual ele mesmo se submeteu sempre, escrupulosamente.

Um republicano francês, Charles Ribeyrolles, de quem já falamos, faz justiça a esse amplo respeito do imperador e do povo brasileiro à Constituição que os rege:[140]

"Aqui o contrato não foi violado. A lei geral é sempre demorada, respeitada e obedecida. Nada de interpretações arbitrárias; portanto, nada de crises. É que o homem que prestara juramento guardou escrupulosamente a imaculada probidade de sua palavra; é que ele tem a religião do dever e, sem subterfúgios ou reservas, praticou e manteve a fé jurada.

"Era jovem e só. Podia, como o pequeno Xerxes, deixar-se levar pelos ardores do sangue, pela febre do orgulho, pela embriaguez do poderio.

"Onde estão suas temerárias iniciativas, violências e impiedades?

"Nenhuma velha cabeça de rei foi mais tranquila e acessível ao respeito humano.

Ausente D. Pedro II, a lei não deixa de existir, e essa lei é respeitada sob a regência de uma princesa tão hábil quanto sábia, digna filha de seu pai.

140 **Le Brésil Pittoresque, de CH. RIBEYROLLES,** t. III, p. 139.

D. Pedro II tem podido, assim, com toda segurança, vir ler no mundo europeu as regras de nossa civilização e compará-las com as que tem dado ao seu país, sem que a satisfação dessa judiciosa e sábia curiosidade se confunda com a negligência. Por onde passa, estuda e examina todas as coisas; procura a sociedade dos sábios, testemunha seu amor pela ciência, pelas letras e pelas artes.

Em Paris, recebia todos os dias, das 4 às 6 da tarde. E quão diferentes eram essas recepções das de quase todos os outros príncipes e soberanos! Não se viam os elegantes ou aristocratas que muitas vezes só têm o mérito do título nobiliárquico, ou um nome mais ou menos histórico. Os representantes do gênio francês se acotovelavam nessas reuniões. Viam-se nelas as sumidades das ciências, das letras e das artes.

D. Pedro II é um homem encantador, de palestra agradável, de rara simplicidade, extremamente acessível.

Nenhuma literatura lhe é desconhecida. Os sábios, os homens de letras, os artistas que dele se aproximam, admiram sua espantosa erudição e a memória invejável.

A seu amor à ciência prestam justa homenagem os maiores sábios do Universo.

"O imperador tem feito tanto pela ciência", – escrevia, em 1887, Charles Darwin ao ilustre botânico sir Joseph D. Hooker, – "que todo sábio lhe deve o máximo respeito; e espero que lhe exprimireis, da melhor maneira, quanto me senti honrado pelo desejo de me ver, e quanto lamento ter estado ausente da casa".[141]

Todo sábio lhe deve o máximo respeito! Tal é a opinião de Darwin. É, igualmente, a de todos os outros sábios, literatos e artistas que tiveram a felicidade de se aproximar desse grande soberano.

141 **Vie et correspondance de Charles Darwin,** publicadas por seu filho Francis Darwin. – Tradução francesa de Varigny. Paris, 1888, t. II, pg. 577.

Em um livro recentemente publicado, lemos que esse príncipe esclarecido, grande apreciador da música e protetor do maestro brasileiro Carlos Gomes, foi também um dos primeiros a adivinhar o gênio musical de Richard Wagner, a quem propôs, em 1857, a composição de uma ópera para o Teatro Lírico do Rio.[142]

Se quisermos conhecer a impressão que o imperador do Brasil causou no espírito da célebre trágica Ristori, cantada por Lamartine e Musset, basta abrir seus *Ricordi Artistici:*

"... Quale anima gentile, quale spirito eccezionalmente colto trovai ne l'imperatore. Egli mi onoro della sua amicizia, della quale mi sento orgogliosa; né tempo, né lontananza l'hanno potuta scemare nell'anima mia. Ricevuta a corte con mio marito ed i miei figli, non mi attento a descrivere quanta bontà ed affabilità abbia incontrate in quell'angelica famiglia. Quante occasioni non mi ebbi d'ammirare la coltura, l'ingegno profondo di sua Maestà! Tutte le letterature gli sono famigliari. Per la rettitudine de principii, per la giustizia nel governare, egli è adorato dai suoi soggetti, non mirando che allo svilluppo e al benessere di essi...

"Ma trovo superfluo l'enumerare qui le doti infinite ch'egli possiede. La fama le ha propalate".

– "Que alma generosa e que espírito excepcionalmente culto encontrei no imperador! Ele me honrou com sua amizade, de que me sinto orgulhosa. O tempo e a distância não conseguirão desvanecer a sua lembrança no meu coração. Recebida na corte com meu marido e meus filhos, é-me impossível descrever a bondade excessiva e a afabilidade que encontrei nessa família angélica. Quantas ocasiões tive de admirar a cultura e a profunda inteligência de Sua Majestade! Todas as literaturas lhe são familiares.

142 ADOLPHE JULIEN, **Richard Wagner, sa vie et ses oevres** (Paris, 1886, pg. 114).

O autor acrescenta: "Este oferecimento vindo do Rio de Janeiro parecia ter fundamento, porque o imperador do Brasil, mais tarde um dos patronos do teatro de Bayreuth, foi assistir à primeira execução de **Niebelungen** (1876).

A retidão de seus princípios e a justiça do seu governo fazem-no adorado dos súditos cujo progresso e bem estar são o objeto de sua preocupação. Acho supérfluo enumerar as muitas qualidades que ele possui. A fama já as fez conhecidas em toda parte".

D. Pedro II deixou também profunda impressão no espírito de um dos nossos maiores filósofos modernos, Adolphe Franck, do Instituto, o autor imortal de *La Kabbale* e do *Dictionnaire Philosophique,* professor de Direito das gentes no Colégio de França.

Em 1871, quando de sua primeira viagem à nossa pátria, Sua Majestade recebeu com viva simpatia o ilustre professor que lhe foi apresentado pelo falecido conde de Gobineau, então ministro da França no Brasil e que estava de férias em Paris.

A partir desse dia cada vez que D. Pedro assistia às reuniões do Instituto, de que era membro correspondente, procurava a sociedade e a conversação do sábio professor, colocando-se sempre ao seu lado.

Não lhe perdia as lições públicas no Colégio de França, onde se conservava incógnito como simples discípulo.

Um dia estava assim entre a multidão de ouvintes, e Franck tratava precisamente do problema da escravidão. Percebendo a presença de D. Pedro II, o ilustre professor exclamou:

"Um grande imperador moderno tomou a peito suprimir, em seu vasto Império, a chaga social que desonra a humanidade.

"Esse imperador filantropo e sábio não é um mito: existe realmente, está cheio de vida, e percorre todas as capitais da Europa, estudando as instituições e os costumes ocidentais. Não, esse imperador não é um mito; podeis, Senhores, vê-lo, falar-lhe, e contemplar-lhe a face augusta; ele está na Europa, na França, entre vós; ele está ao vosso lado!..."

Imediatamente, todos os espectadores voltaram-se para o augusto condiscípulo cuja estatura elevada dominava o auditório; bravos e aplausos frenéticos partiram de todos os lados.

Foi uma cena admirável, de que Sua Majestade se queixou ao ilustre amigo que lhe revelara a presença e ferira a modéstia.

O sábio professor não resistira, porém, à tentação de exprimir publicamente sua admiração pela obra gloriosa e pelo nobre caráter do mais sábio dos reis.

A seguinte carta de Franck completa esta narrativa:

“Meu caro senhor Mossé,

“Não me esqueci de que me pediu uma exposição das minhas relações com S.M. o imperador do Brasil, D. Pedro de Alcântara. Tentarei satisfazer o seu desejo relembrando fatos antigos. Se o tempo os empalideceu, não os destruiu, e não me impede de falar neles com exatidão.

“Foi em 1871 que o meu amigo conde de Gobineau, ministro da França no Brasil, que se encontrava em gozo de licença em Paris, apresentou-me ao imperador, instalado por algum tempo no *Grand Hôtel*.

D. Pedro II recebeu-me como velho conhecido, fazendo-me a honra de afirmar que lera a *Kabbale,* o *Dictionnaire des sciences philosophiques* e outros trabalhos que eu não sei se merecem ser lembrados.

“Desde essa primeira entrevista, que foi longa, D. Pedro pediu-me que voltasse, e perguntou-me o horário de minhas lições no Colégio de França.

“Tornei a vê-lo pouco tempo depois, e conversamos longamente sobre a pena de morte. Ele sabia que eu estava cuidando dessa questão, que tratara disso mais ou menos amplamente em um dos meus livros e no *Journal des Débats,* e que eu não via no cadafalso uma instituição imutável. Declarou-se inteiramente de acordo

comigo e disse-me que, embora não ousasse propor no Parlamento a abolição imediata da pena capital, usava do seu direito de graça para conceder comutação de pena aos criminosos a quem a justiça do país condenava à morte.

Confiou-me ao mesmo tempo que nutria a esperança de conseguir muitos atenuantes às leis criminais do Brasil.

– E aqueles que não são culpados, ousei perguntar, e entretanto são submetidos, em nome da lei, a todos os sofrimentos que a crueldade humana pode imaginar, que fareis deles?

Mal terminei a pergunta, e ele me respondeu:

– Eu vos compreendo. O problema da escravidão me preocupa mais ainda do que o da pena de morte. Trataremos disso, entretanto, em outra ocasião.

"Poucas semanas depois dessa segunda entrevista, li nos jornais que uma lei brasileira, adotada por proposta do governo, declarava livre todo filho de escravos.

Não era ainda a abolição completa, mas a sua promessa para breve prazo.

"No mesmo dia em que tive essa notícia, fui, como de costume, dar minha lição no Colégio de França. Assim que me viu, disse--me o bedel estar no auditório uma cabeça coroada que recusara lugar de honra. Não me foi difícil adivinhar que se tratava de D. Pedro II, aliás fácil de reconhecer pela elevada estatura e pela barba majestosa.

"Tomei para assunto da lição o direito natural do homem à liberdade, e as consequências perigosas e imorais da escravidão consagrada pelos costumes ou pelas leis. Antes de terminar, dirigi ao público estas palavras de que garanto o sentido, senão o texto: "Esta horrível instituição toca a seu termo, até no Novo Mundo. Hoje mesmo ela foi ferida de morte por um soberano daquela

região. E esse soberano se encontra em França neste momento, está em Paris, no meio de vós neste recinto...”

Imediatamente D. Pedro foi reconhecido, todos os olhos se voltaram para ele, e exclamações entusiásticas o seguiram até que, refugiando-se em meu gabinete, pôde eximir-se à manifestação.

– Sabeis, disse-me, quando nos vimos sós, que vos considero um traidor? Eu vos recomendara tanto, e vós me haveis prometido não tratar de minha pessoa...

“O Imperador não guardou ressentimento. Num sábado, dia da reunião semanal da Academia de Ciências Morais e Políticas, D. Pedro nos fez uma visita no Instituto. Segundo a praxe, foi-lhe designado um lugar de honra.

– Não, respondeu o imperador, dizei-me somente qual é o lugar de Mr. Franck; peço permissão para sentar-me ao lado dele.

“Foi-me necessário dizer-lhe os nomes de todos os meus confrades e citar os títulos dos trabalhos.

A sessão terminou muito antes de cumprida a minha tarefa.

“Não quero enumerar todas as circunstâncias em que o imperador me testemunhou quanto me estimava e quanto lhe agradavam as minhas opiniões espiritualistas e liberais. Há uma, entretanto, que não posso deixar em silêncio. Quando soube que se fundara em Paris uma liga contra o ateísmo e que eu era o presidente, foi um dos primeiros a inscrever-se entre os membros honorários dessa associação, e escreveu-me nessa época uma carta desenvolvendo elevadas considerações políticas e sociais. Procurava provar-me que, na grande questão das relações da alma humana com a causa primária de todas as existências, seu espírito era guiado pela razão filosófica tanto quanto pelo sentimento religioso.

Amava, não direi a tolerância, mas a liberdade. Ele a praticava a respeito de todas as crenças e sistemas; não suportava, porém,

o ateísmo e o materialismo, nos quais via o rebaixamento da humanidade e uma ameaça perpétua à ordem social.

Falo dele no passado porque o imperador não existe para mim senão no limite das relações que tive a ventura de manter com ele. Desejo que haja muitos republicanos tão dedicados como esse imperador à causa da justiça e da humanidade. Se Platão o tivesse conhecido, prender-se-ia com dobrada confiança à sua máxima favorita: – "Os homens serão felizes quando os reis forem filósofos ou quando os filósofos forem reis". Entretanto, julgo-me obrigado a acrescentar que a filosofia de D. Pedro nada tem de comum com a do prussiano Frederico II.

"Meu caro sr. Mossé, entrego estas linhas incompletas a sua inteira discrição, dando-lhe liberdade de destruí-las ou aproveitá-las no livro que pretende publicar. Seja qual for a sua decisão, receba a afirmação dos meus sentimentos dedicados.

Ad. Franck
Paris, 31 de março de 1889".

Por sua vez, Alexandre Dumas Filho, um dos quarenta imortais, e um dos nossos escritores mais populares, professa por D. Pedro II a maior admiração. A seguinte carta com que nos honrou sinceramente o confirma:

"Caro Senhor,

"Eu era, com efeito, diretor da Academia, quando S.M. o Imperador do Brasil, D. Pedro II, nos deu, em 1877, a honra de assistir a duas sessões nossas, na terça-feira, 24 de abril, e na quinta, 26 do mesmo mês. Em sua primeira estadia em Paris, a Academia, por decisão especial, o admitiu em seu seio para tomar parte nos trabalhos. Fui eu que, como diretor, tive a honra de recebê-lo ao pé da escada e conduzi-lo à sala de sessões. Na primeira vez,

a 24 de abril, Sua Majestade, depois de apertar a mão a todos os seus confrades, que Camille Doucet lhe ia apresentando, tomou lugar entre eles como simples colega. Justamente nesse dia, o conde de Haussonville estava lendo uma parte da interessante notícia que publicou, depois, sobre seu pai, e o imperador o aplaudiu diversas vezes, como nós.

"Terminada a sessão, ele partiu, a pé, fazendo-se acompanhar da carruagem, muito simples, conversando com alguns de nós.

"Voltou no dia 26, pedindo que dessa vez o recebêssemos como se fosse realmente um dos quarenta. Tomou parte no trabalho que fazíamos, o dicionário histórico, e prometeu voltar. Em sua última viagem, tornou a visitar-nos.

"Tendes razão, Senhor, em escrever a história desse monarca liberal que reina desde a idade de seis anos e cuidou sempre do progresso, da liberdade e felicidade do seu país. Também, ele pode ausentar-se para vir estudar na Europa, sem receio de que lhe usurpem o lugar. E suas grandes distrações, nas viagens, são os congressos científicos e as sessões da Academia.

"Feliz monarca!

"Povo feliz!

"Crede, Senhor, nos meus sentimentos dedicados.

A. Dumas Filho".

D. Pedro II justifica plenamente essas altas e simpáticas apreciações, tanto do ponto de vista de sua bela alma como de seu gosto apaixonado pela procura da verdade e do belo.[143]

143 D. Pedro excita sempre a admiração dos sábios, dos homens de letras e dos artistas. Os filantropos de todos os cultos rendem-lhe as mais respeitosas homenagens. Um homem de coração, Mr. Osíris, cuja piedade e grande munificência são conhecidas pela comunidade israelita de Paris, que lhe deve a construção do templo magnífico da rua Buffaut, bem como o da estação balneária de Arcachon, sabendo que D. Pedro II visitara, em 1871, as ruínas do templo de Jerusalém, teve a lembrança

Dirigiu seus passos e seus olhares investigadores, principalmente para o Egito, Grécia, Itália e França.

"Aproximou-se piedosamente, diz Arséne Houssaye, da mesa dos Faraós, e interrogou a Roma antiga e a Itália da Renascença.

"Em Paris, todos os dias o imperador visitava três ou quatro monumentos e recebia três ou quatro homens de escol.

"Despojava-se, com uma graça perfeita, do manto imperial; e este homem, que governa o Império mais vasto do globo, depois da Rússia e da China, tornava-se um simples viajante espiritual e erudito.

"O que surpreendia um pouco aos que tinham a fortuna de conversar com ele, era conhecer todos os franceses notáveis como se tivesse vivido entre nós. Lembrava-lhes obras, livros, discursos, de que eles mesmos não raro se haviam esquecido.

"Falava a língua francesa como verdadeiro diletante.

"D. Pedro II não perdeu jamais o tempo em suas viagens. Viu tudo, na França, esse homem que crê apenas na soberania da inteligência, e, duas vezes imperador, apresenta-se com a simplicidade de um espartano".

Nós, que tivemos igualmente a honra de nos aproximar desse sábio coroado, associamo-nos plenamente à apreciação vinda de um escritor imparcial.

As palavras precedentes são de uma absoluta verdade; expõem perfeitamente o caráter científico das viagens de D. Pedro II.

Sabe-se que ele fez três viagens ao estrangeiro.

---

tocante de oferecer-lhe a primeira prova do admirável desenho de Bida, representando os judeus em oração diante da muralha de Salomão. Em Nice, em 1888, Osíris teve a honra de ser apresentado ao imperador por seu amigo, o conde de Nioac. Sua Majestade o acolheu muito bem. O grande filantropo, que agora mesmo (1889) acaba de fazer à Exposição Universal uma dádiva de cem mil francos para recompensar o autor da obra mais interessante do ponto de vista da arte, da indústria ou da utilidade pública, conserva dessa entrevista de Nice a mais agradável e reconhecida lembrança.

Não nos referimos às que realizou nas províncias do seu vasto Império, tendo visitado quase todas por diversas vezes.

Sua primeira viagem transatlântica foi em 1871. Visitou a Europa e o Oriente, em companhia da imperatriz.

A princesa imperial, Dona Isabel, herdeira do trono, ficou regendo o Império, tendo como primeiro ministro o visconde do Rio Branco.

Esta viagem, iniciada em 25 de maio de 1871, terminou a 30 de março de 1872.

D. Pedro II visitou então toda a Europa, o Egito, a Palestina e a Ásia Menor.

Entre os altos dignitários da corte que o acompanhavam, citaremos os senadores visconde de Bom Retiro e visconde de Itaúna, dois homens notáveis pelo saber e muito particularmente estimados por D. Pedro II.

Foi nessa viagem que o imperador provou sentimentos de rara delicadeza a respeito da França, que lhe oferecia, aliás, simpática hospitalidade.

Eram alguns meses depois da Comuna.

Encontrando-se o imperador em Rouen durante a ocupação alemã, o general-comandante da praça foi apresentar seus respeitos a S.M. e anunciar-lhe que uma guarda de honra seria colocada à porta do hotel, sendo-lhe oferecida uma serenata militar pela música alemã. D. Pedro II recusou a guarda de honra e a serenata, exprimindo ao comandante da praça viva gratidão pela homenagem que lhe queriam prestar.

– Se eu estivesse na Alemanha, disse ele, não me oporia, absolutamente. Estou, porém, na França, e não posso aceitar que a música dos vencedores venha me saudar no solo dos vencidos.

O general prussiano inclinou-se: fizera o seu dever para com o imperador, e este cumprira o seu para com a França, atraindo com esse gesto as simpatias e o reconhecimento do povo francês.

A segunda viagem de Sua Majestade (26 de março de 1876 a 26 de setembro de 1877) foi aos Estados Unidos, por ocasião da Exposição Universal de Filadélfia, seguindo depois para a Europa.

A princesa regente teve então por primeiro ministro o marechal duque de Caxias; na terceira viagem, o barão de Cotegipe, até 10 de março de 1888, e, a partir dessa data, o conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira.

A última viagem foi recomendada a D. Pedro II por seus médicos.

Partiu do Rio a 30 de junho de 1887, e a 5 de agosto de 1888 embarcava em Bordéus para chegar ao Rio a 22 do mesmo mês.

Um ano de repouso e tratamento, sob um céu clemente, foi bastante para restabelecer a saúde do melhor dos imperadores e do mais vigoroso dos homens. Tão preciosa aos brasileiros e aos que na Europa conheceram a grandeza de alma de D. Pedro, sua saúde alterou-se desde o mês de fevereiro de 1887. Os médicos atribuíram ao cansaço, ao excesso de trabalho e à grande atividade, o enfraquecimento e a moléstia do imperador, obrigando-o a interromper a vida laboriosa que levava, para vir à Europa refazer-se.

Uma congestão do fígado, seguida de febre palustre, tinha abalado aquela saúde até então inalterável. E no mês de maio último, em Milão, mal se restabelecia da moléstia do ano anterior, ei-lo atacado de uma pleurisia.

Antes dessa dupla enfermidade, D. Pedro era de constituição robusta, e, ainda hoje, tal como tivemos a honra de vê-lo em Marselha e em Aix-les-Bains, recuperou grande parte de sua beleza física.

Alto, de nobre aparência, olhos azuis, olhar profundo, fisionomia franca e leal, tem um aspecto imponente; os cabelos e a barba, que eram louros, embranqueceram depois da guerra do Paraguai.

Seu acolhimento simpático e cortês, palavra fácil e persuasiva e sua bondade, o tornam quase familiar.

Tal é o hóspede augusto, a quem o clima benigno da França restituiu o antigo vigor.

Naturalmente, os franceses se alegram com isso porque amam o príncipe generoso e popular.

"Instruídos pela experiência, disse um distinto escritor, Henry Fouquier,[144] sabemos agora, melhor que antigamente, não exagerar o valor das simpatias que nos testemunham, e, ao mesmo tempo, sabemos mostrar-nos mais tocados e reconhecidos.

"Demos prova disso por ocasião da enfermidade de D. Pedro II.

Paris mostrou-se profundamente interessada, porque sabia que o imperador era um amigo da França. Paris ama D. Pedro porque este ama Paris, e o ama bastante, como queremos que ele seja amado".

Mais adiante Fouquier[145] acrescenta:

"Não somente D. Pedro II ama Paris, mas nela se integrou.

"Quando aqui chega, dirige-se logo às Academias, à Sociedade de Geografia, às usinas dos grandes industriais, ao "atelier" dos artistas e ao gabinete dos sábios.

"Ainda há poucos dias, rodeado de companheiros de escol, visitava nosso Observatório de Nice.

"Ao sentir-se doente, chamou um sábio francês, o doutor Charcot, seu amigo.

---

144 **Revue de la Familie,** 15 de junho de 1888, p. 264.

145 Pág. 265.

"Despido de pompas e rejeitando cerimônias oficiais, tomado de curiosidade tão nobre e simpatia ardente por todas as coisas do espírito em Paris, dir-se-ia um desses grandes senhores que os romances filosóficos do século passado nos mostram, a percorrer o mundo à procura da verdade.

"Investigador das ideias, mais do que amigo de espetáculos e prazeres, ele ama o ardor francês que jamais se extinguirá, ardor de luz, e não de incêndio como querem os nossos inimigos.

"Leva sempre alguma coisa daqui para o seu jovem país. Leva, sobretudo, um pouco da alma francesa, alma apaixonada pela justiça e pelo ideal. De modo que no leito, onde se chegou a crer que agonizava, recebeu a notícia da abolição do cativeiro no Brasil, última conquista e coroamento de seu reinado.

"É para nós uma grande alegria ver esse imperador liberal, nosso hóspede, sobreviver ao remate de sua obra, e poder ouvir o merecido louvor..."

Que filho da França deixaria de associar-se às vivas expressões de respeitosa simpatia, dirigidas a D. Pedro II, homem de espírito e coragem, cuja existência é preciosa a todos os amigos do gênero humano?

Voltemos, porém, às etapas da terceira viagem do imperador.

Nosso ilustre hóspede provocou uma corrente de simpatia e veneração em todos os lugares por onde passou.

A convivência com os sábios, o estudo dos fatos históricos, a apreciação dos costumes locais, numa palavra, a curiosidade científica, presidiu sempre a essas visitas e pesquisas.

Em Cannes, onde D. Pedro II fez uma estadia de cinco meses, todos puderam admirar-lhe a discrição, os sentimentos elevados, a modéstia e popularidade.

O jornal *Les Échos de Cannes* interpreta fielmente a impressão geral a respeito do imperador do Brasil, nestas linhas publicadas em 1º de abril de 1888:

"Vimos, durante a sua estadia em Cannes, o imperador e a imperatriz despojarem-se de todo o fausto que costuma cercar os potentados.

"Viveram, por assim dizer, uma vida toda burguesa, tomando parte de nossas festas, que se dignavam patrocinar.

"S.M. D. Pedro II é grande amigo das ciências e, ao mesmo tempo, um filantropo. Nos lugares por onde passa, informa-se de todos os fatos históricos locais, conversa com os sábios, toma notas que guarda religiosamente, informa-se das instituições beneficentes e dá-lhes auxílio.

"Nos o vimos em Cannes, assistir duas vezes às sessões de nossa Sociedade de Ciências e Letras, cuja presidência de honra aceitou, e cujos trabalhos dirigiu, nessa qualidade.

"Todas as nossas sociedades filantrópicas foram objeto de sua nobre solicitude.

"Infatigável em suas excursões, D. Pedro II visitou todas as nossas localidades que lhe podiam oferecer qualquer recordação histórica.

"Recebia com a mesma simpatia os príncipes, os sábios, os artistas, os literatos e os industriais.

"Liberal por princípio, ama o povo, e um dos seus maiores prazeres era passear no meio da nossa população que adivinhava, por instinto, seus sentimentos democráticos".

Por ocasião da última viagem, D. Pedro II ficou encantado com a magnífica alvorada de quatorze tamboris que lhe foi oferecida pelos *félibriges* de Cannes, sob a direção do Doutor Geoffroy.

Essa alvorada fora organizada por Mr. Mouton, da escola de Lérius.[146]

Após a alvorada, Mouton dirigiu à imperatriz, em língua provençal, o seguinte cumprimento que Suas Majestades ouviram com visível emoção:

"Coumplimen,[147]

"A Sa Majesta l'Emperatris dou Brasil à l'oucasion di flour e de l'aubado que l'Escolo Lerinenco i'oufriguè em'a soun espous, lou 14 de janvié 1888.

"Majesta,

Sias la digno mouié d'aqueu que vou tout éstre,

E que cerco pertout pèr trouba lou bonur,

Qu'à soun Pople devot voudrié leissa segur,

Emé la douço pas, lou prougrès, lou bèn èstre.

Longo-mai segoundês l'eisemplé de vertu

Que mostro un tant bèu paire

A l'Univers tout esmougu:

146 **Programa da alvorada:**

1 – Hino nacional do Brasil – F. M. da Silva – (banda municipal).

2 – Fai te veire ben soulen – Mistral (cantores provençais).

3 – Magali – Mistral (tamboris).

4 – Mireio – Mistral (banda municipal).

5 – La Ruaco latino – Mistral e Mager (cantores provençais).

6 – Li Tambourin – Rebel (tamboril).

7 – La Prouvençalo – Habay (cantores provençais).

8 – Viro Vouto – X. (tamboris).

9 – La Festo de Félibrige Astoin (banda municipal), (dedicado a S.M. D. Pedro).

Fai te veire ben souleu, pelos cantores provençais, conduzidos por Haabay, interessou vivamente a D. Pedro II, que o demonstrava acompanhando, com a mão e a cabeça, os valentes cantores.

147 Extraído do **Armana Provençau,** pér lou bél an de Dieu. En Avignoun, encó de Roumanille, libraire – editour. (1889) (pág. 99).

Es bèn, à nostis iue, lou Rèi des Emperaire.

Cano de Prouvenço.

J. Mouton".

"Saudação,

"A Sua Majestade Imperatriz do Brasil, por ocasião das flores e da alvorada que a Escola de Lérins lhe ofereceu, e a seu esposo, em 14 de janeiro de 1888.

Não admira a imensa alegria de Suas Majestades, sabendo-se que D. Pedro II era um *soci* (membro associado) do *félibrige* provençal desde 1873, época de sua primeira viagem à França.

Esse título, precioso aos olhos do imperador, lhe foi conferido pelos *félibriges* depois de sua entrevista com o grande mestre da língua provençal, o autor de *Calendal* e de *Mirreio:* Frédéric Mistral de Mailanes.

Em termos encantadores, o *Armana Provençau* de 1873 narra essa interessante entrevista do imperador com o poeta.

"D. Pedro II, em visita à Europa a fim de estudar *in loco* a civilização e as artes do Velho Mundo, não quis deixar a França sem conhecer a Provença.

"Nos primeiros dias de fevereiro de 1872 chegou a Marselha, e mandou logo chamar o poeta Mistral.

"O *félibrige* atendeu imediatamente ao chamado, e manteve com Sua Majestade uma agradável entrevista.

"O Imperador começou cumprimentando Mistral pelos seus trabalhos. Disse-lhe que fizera a viagem de Nimes a Nice lendo seus dois poemas; que visitara a Crau, Cassis e o Estérel, e reconhecera as diversas paisagens descritas e ilustradas pela musa de Provença.

"Conversou, depois, com o *capoulie* (chefe dos *félibriges*) sobre as ideias do *félibrige* e sobre a importância do movimento, e quis saber quais as obras e qual o número dos poetas provençais, especialmente os jovens poetas.

"D. Pedro II declarou que as nações estrangeiras, mesmo na América, seguiam com interesse o renascimento provençal: primeiro, porque a Provença, pelo brilho de sua poesia, é simpática a todos os povos, e depois, porque o despertar e a perpetuação das pequenas nacionalidades são necessários à vida e à liberdade do mundo.

"Perguntou se tínhamos bons prosadores. Insistiu muito nesse ponto. Aconselhou-nos a empregar a língua de todos os modos, e principalmente em trabalhos históricos, se desejamos a vitória de nossa causa.

"A imperatriz tomou, então, a palavra. Disse graciosamente a Frédéric Mistral que *Magali* fora cantada no palácio do Rio de Janeiro, e que a alvorada provençal tinha alegrado muitas vezes as estrelas do Brasil.

"Depois, a palestra versou sobre Camões. D. Pedro II falou com verdadeiro entusiasmo. Pediu a opinião do ilustre autor do *Mireio* sobre os mais belos trechos do Homero português.

"Enfim, apertou a mão do poeta provençal pedindo-lhe que enviasse todos os seus trabalhos daí em diante, e especialmente a coleção completa do *Armana Provençau*".

Este fato deu-se em 1872. É mais uma prova do amor de D. Pedro II a todas as literaturas, seu espírito universal e profunda simpatia que inspirou às generosas populações da nossa bela Provença.

O imperador só recebeu, em Cannes, manifestações populares.

Ilustre visitante foi, um dia, apresentar-lhe seus respeitos. Era um dos mais célebres estadistas ingleses, Gladstone.

O grande orador liberal e sábio helenista, afetuosamente recebido pelo imperador, com este conversou o dia todo, quer nos apartamentos de S. Majestade, quer no passeio.

É conhecida a grande estima de Gladstone por D. Pedro II, manifestada em um discurso pronunciado em Londres a 1º de julho de 1877, por ocasião da abertura da *Caxton Exhibition*, exposição organizada em honra de Wiliam Caxton, introdutor da imprensa na Inglaterra.

D. Pedro II foi um dos primeiros visitantes dessa exposição.

Gladstone presidiu o banquete que se realizou nesse mesmo dia; após o *toast* usual, – o *loyal toast* dos ingleses –, erguido à Rainha, ao Príncipe de Gales e à família real, levantou-se de novo e propôs um segundo brinde que o *Times*[148] resumiu nestes termos:

"Propondo o segundo *toast*, Gladstone disse que pedia permissão para desviar-se do programa oficial dos *toasts*, certo de que teria a aprovação geral; desejava saudar o imperador do Brasil, que honrara a Exposição com sua presença.

"Pedia que se bebesse à saúde de D. Pedro II, não somente pela amabilidade da visita, mas por motivos de ordem mais elevada. E continuava:

"Esse homem, e posso falar com mais liberdade por estar ausente, – é um modelo para todos os soberanos do mundo, pela sua dedicação e esforços em bem cumprir os altos deveres.[149]

"É um homem de notável distinção, possuidor de raras qualidades, entre as quais uma perseverança e uma capacidade de trabalho hercúleas; muitas vezes começa seu dia às 4 horas, para terminá-lo tarde da noite.

148 **The Times,** Londres, 2 de julho de 1877, p. 7, 3ª col.

149 "He is a man, being absent I can say it more freely than if I spoke it in his presence, – who is a model to all the Sovereigns of the world in his anxiety for the faithful and effective discharge of his high duties".

"Atualmente, essas dezoito ou vinte horas de atividade diária, ele as emprega em adquirir, através do mundo, e em esforços constantes, conhecimentos de todo gênero, que saberá aproveitar no regresso à pátria; e continuará a promover, assim, o bem estar do seu povo. (Aplausos)

"É o que eu chamo, Senhoras e Senhores, um grande, um bom Soberano, que, pelo seu procedimento no alto cargo que ocupa, é um exemplo e uma benção para a sua raça.[150]

"Bebo à saúde de sua Majestade, o Imperador do Brasil!" (Aplausos)

Como em Londres e em Cannes, receberam-no assim em toda parte.

Em Paris, Baden-Baden,[151] Bruxelas, Marselha, Florença, Nápoles, Milão, viram esse príncipe, que se despoja de boa vontade do manto imperial, revestido da modéstia e simplicidade de um filósofo. Não se apresenta como imperador, mas como um simples cidadão, sobrepondo a inteligência a qualquer outra superioridade humana.

Cercado dessa auréola filosófica, dessa grandeza moral, deu--nos a honra de nos receber duas vezes, primeiro em Marselha, alguns meses depois em Aix-les-Bains.

Seu amor à literatura hebraica nos proporcionou a extraordinária satisfação de uma longa palestra com Sua Majestade.

Tendo recebido em Cannes nossa tradução literal e literária dos Salmos, com um pedido de audiência, o imperador dignou--se mandar o seu simpático camarista, conde de Nioac, escrever--nos para Avignon, marcando encontro em Marselha, antes de sua partida para o Egito.

150 "That is what, ladies and gentlemen, a great and good Sovereign, who, by his conduct, is enabled to make the high station which he holds a pattern and a blessing to his race.

151 Em Baden-Baden, o companheiro de D. Pedro II, em quase todos os passeios, foi **Maxime du Camp,** do Instituto.

Tivemos, então, a felicidade de conversar durante duas horas com o mais amável e instruído dos monarcas, e, ao nos despedirmos, não pudemos deixar de lhe dirigir estas palavras que ele acolheu com benevolência.

"Majestade, sois mais que um imperador, sois um filósofo e um sábio!"

Alguns meses depois dessa primeira entrevista, nas vésperas da sua partida de Aix-les-Bains, onde fora restabelecer a saúde ameaçada em Milão, quando se preparava para voltar ao Brasil, fomos apresentar-lhe as despedidas e exprimir-lhe nossos votos de feliz regresso ao seio de seu povo.

Recebeu-nos ainda uma vez com a bondade habitual. Tivemos a satisfação de vê-lo completamente restabelecido, disposto novamente a consagrar a sua saúde ao bem estar de seus súditos.

Em Aix-les-Bains encontrava-se nessa ocasião o célebre escultor Guillaume, do Instituto. Era hóspede, por alguns dias, do imperador, a quem se referia sempre com admiração.

Fora a Aix-les-Bains terminar o busto de D. Pedro II, para o Instituto Pauster de que o imperador é generoso benfeitor.

Alguns dias depois da preciosa entrevista de que nos lembraremos sempre com gratidão e orgulho, D. Pedro II partia. Saiu de Aix-les-Bains a 3 de agosto e de Bordéus a 5, chegando no dia 22 ao Rio de Janeiro, onde o aguardavam imponentes manifestações populares.

Não será digno de todos os títulos esse grande soberano, a cuja altura intelectual e moral os dois gênios da poesia francesa, Lamartine e Victor Hugo, renderam a mais justa homenagem?

Na biografia do imperador, publicada em 1871 por Pinto Campos, encontra-se uma carta de Lamartine dirigida a D. Pedro, carta que termina com estas palavras:

"... Todos os súditos de Vossa Majestade, que vêm do Brasil ou que daí nos escrevem, felicitam-se de viver sob o governo de um príncipe que extinguiu no Novo Mundo, por seu caráter e suas virtudes, a eterna disputa entre as naturezas do governo republicano ou monárquico: a liberdade das repúblicas sem a instabilidade, e a perpetuidade das monarquias sem o despotismo.

"Acrescento que o amor às letras ilustrará esse reinado, por benevolências de que tenho felicidade de ser um exemplo.

"Voltaire foi encorajado por aquele a quem chamaram o grande Frederico; Voltaire, porém, era jovem e feliz. Eu sou consolado nas minhas adversidades e na minha velhice pela munificência de V. Majestade.

"Voltaire distribuía a glória, e eu só posso oferecer o meu reconhecimento.

"Os benefícios de Frederico eram retribuídos; os de V. Majestade são gratuitos.

"O príncipe filósofo ultrapassa o poeta coroado de Potsdam.

"Tenho a honra de ser, com profundo respeito, de V. Majestade Imperial, o mais humilde e obediente servidor.

(assinado) *Alphonse de Lamartine*
Castelo de S. Luiz, junto a Mâcon, 24 de setembro de 1861".

Esta homenagem do autor de *Graziella* e de *Les Méditations*, deve ter sido bem doce ao coração do imperador.

Mas, o que deve, acima de tudo, ter alegrado a alta inteligência que preside aos destinos do Brasil, são as palavras que Victor Hugo dirigiu um dia ao seu augusto visitante.

Foi na segunda viagem de D. Pedro II. Estava em Paris, e foi fazer, ao rei dos poetas, uma visita de que falaram todos os jornais parisienses.

O grande crítico dos reis e dos povos, autor de *Les Misérables* e de *L'Année Terrible*, o implacável flagelador de todas as injustiças e tiranias, cantor divino do patriotismo, da filantropia, do progresso e da liberdade, depois de uma longa entrevista com o ilustre príncipe, exclamou:

– Majestade, sois o neto de Marco Aurélio!

D. Pedro, homem de espírito e coração, prestou, por sua vez, justa homenagem ao gênio do grande poeta.

A pequena Jeanne, chamada pelo avô, abraçou o imperador.

– Sabes, perguntou-lhe o poeta, que acaba de abraçar uma majestade?

– Aqui só há uma majestade; ei-la, – disse D. Pedro, apontando o poeta.

Acompanho-o até a porta, disse Victor Hugo ao imperador que se despedia:

– Acompanho Vossa Majestade até os limites do meu Império!

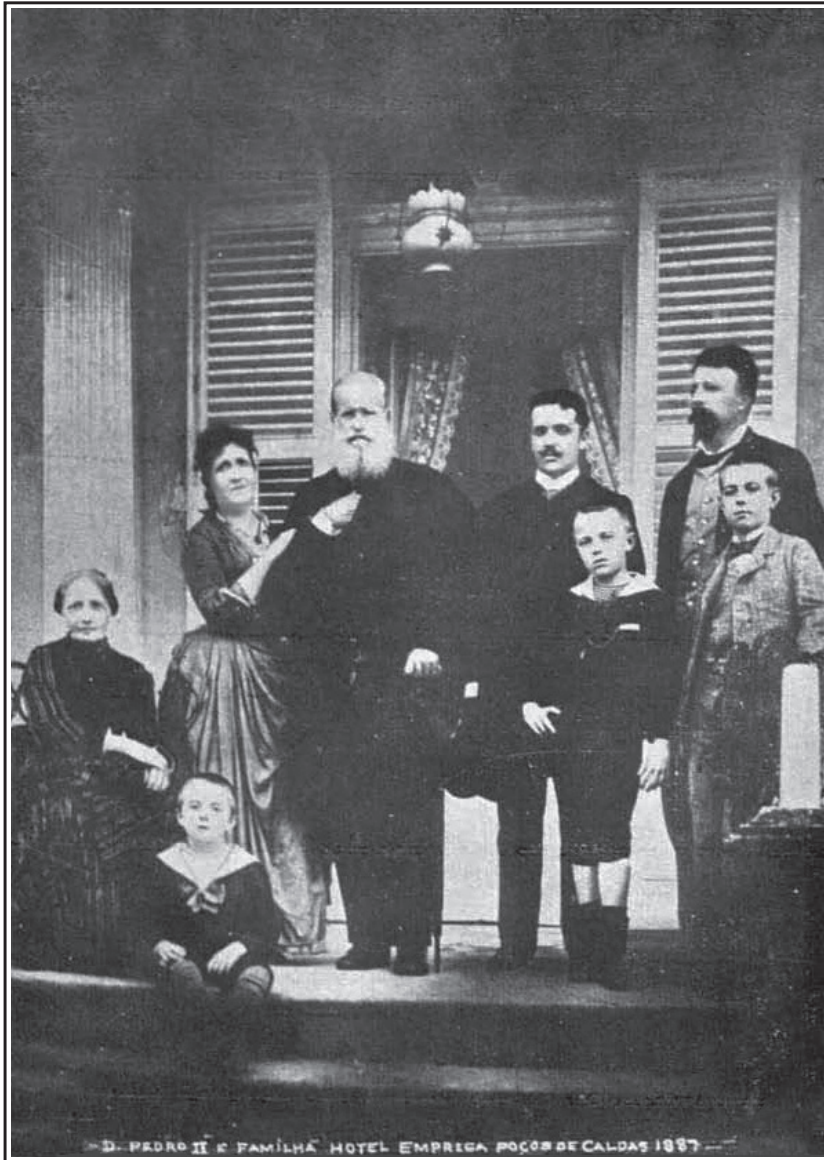
– O império de Victor Hugo é o Universo! Replicou espirituosamente D. Pedro II, um dos mais fervorosos admiradores das obras do genial poeta.

D. Pedro II, embora no trono desde 1831 e à frente do governo desde 1840, não chegou felizmente, ao fim da carreira... A 2 de dezembro de 1888 completou 63 anos. Continuará por muito tempo ainda a fazer a felicidade do seu povo.

Dentro de um ano, a 23 de julho de 1890, os brasileiros e todos os admiradores estrangeiros desse grande príncipe, celebrarão o jubileu do seu reinado glorioso.

A História na sua justiça imparcial, consagrará plenamente o juízo que dele fizeram os dois maiores gênios poéticos venerados pela França; e a posteridade bendirá, para sempre, esse imperador incomparável que é um filantropo, um sábio, um amigo da Justiça,

da Verdade e da Liberdade, esse soberano filósofo que se utiliza do poder apenas para a felicidade e para a glória do povo brasileiro.

FIM

O imperador D. Pedro II e família no Hotel Empreza Poços de Caldas em 1887. - Ao lado direito, em pé, vê-se o conde d'Eu: ao lado esquerdo, de pé, a princesa Isabel.

Nota Nº 1

Vimos que D. Pedro II, nascido no Rio de Janeiro a 2 de dezembro de 1825, imperador desde 7 de abril de 1831, é, pelo lado paterno, um Bragança e um Bourbon, e pelo materno, um Habsburgo. Único herdeiro masculino de Dom Pedro I do Brasil, IV de Portugal, é o chefe da casa de Bragança.

Casou-se por procuração a 30 de maio, e em pessoa a 4 de setembro de 1843, com a princesa Dona Teresa Cristina Maria de Bourbon, nascida em Nápoles a 14 de março de 1822, filha de Francisco I, rei das Duas Sicílias.

Desse consórcio nasceram os príncipes Dom Afonso e Dom Pedro mortos poucos anos depois do nascimento, e as princesas Dona Isabel e Dona Leopoldina.

***

A herdeira do trono, Sua Alteza Dona Isabel, princesa imperial do Brasil, nasceu a 29 de julho de 1846 no Rio de Janeiro. Casou-se a 15 de outubro de 1864 com S.A. o príncipe Gastão d'Orleans, conde d'Eu, nascido em Neuilly a 29 de abril de 1842, primogênito do duque de Nemours, neto de Luiz Philippe I, rei de França.

Como vimos, a princesa Isabel exerceu por três vezes a regência do Império brasileiro, de 25 de maio de 1871 a 30 de março de 1872, de 26 de março de 1876 a 26 de setembro de 1877, de 30 de junho de 1887 a 22 de agosto de 1888. Partilhou ela, com seu augusto pai, a glória da abolição da escravatura no Brasil. Seu

nome, como o de Dom Pedro II, terá um belo destaque na história da civilização, figurando entre os benfeitores da humanidade.

A educação da princesa imperial do Brasil, bem como da sua irmã, foi feita, sob a direção do imperador Dom Pedro II, pela condessa de Barral e Pedra-Branca, que toda Paris conhece, ilustre filha de um dos mais ilustres homens de letras e diplomatas brasileiros; por sábios brasileiros como os marqueses de Sapucaí e São Vicente, e o professor Macedo, poeta, romancista e historiador.

Quanto ao conde d'Eu, basta dizer que foi um brilhante oficial do exército espanhol, durante a campanha do Marrocos, e, mais tarde, à frente dos brasileiros, o vencedor das batalhas de Piribebui e Campo Grande; o general que pôs termo à guerra do Paraguai, o filantropo que obteve em 1869, do governo provisório da república do Paraguai a abolição da escravatura; enfim, o príncipe inteligente, instruído, bravo, devotado à sua pátria adotiva, de uma conduta sempre corretamente pautada dentro das normas constitucionais durante as três regências de sua esposa, inspirando-se sabiamente nos exemplos do príncipe Alberto da Inglaterra.

O conde d'Eu educou-se na Inglaterra e na Espanha.

Do seu consórcio nasceram:

1º S.A.I. o príncipe Dom Pedro, príncipe do Grão-Pará, nascido a 15 de outubro de 1875, em Petrópolis;

2º S.A. o príncipe Dom Luiz, nascido a 26 de janeiro de 1878, em Petrópolis;

3º S.A. o príncipe Dom Antônio, nascido a 9 de agosto de 1881, em Paris.

Esses três príncipes foram educados no Rio, no Colégio Imperial Pedro II, onde se bacharelaram, para tornar-se pela sua cultura intelectual, dignos do seu glorioso avô.

***

A princesa Dona Leopoldina, nascida no Rio a 13 de julho de 1847, casada a 15 de dezembro de 1864 com S.A. o príncipe Augusto, duque de Saxe, falecida a 7 de fevereiro de 1871 em Viena, deixou quatro filhos:

1º S.A. o príncipe Dom Pedro Augusto, duque de Saxe, nascido no Rio a 19 de março de 1866. Bacharel em letras pelo Colégio Imperial Pedro II, prestou exames de engenharia civil em 1886 na Escola Politécnica do Rio. Acompanhou o imperador em sua terceira viagem. É um distinto mineralogista, cujo saber foi apreciado pelo sr. Daubrée, do Instituto. Apresentado à Academia de Ciências por esse sábio, o príncipe Dom Pedro Augusto de Saxe teve ocasião de ler um Memorial, que foi publicado nos Anais dessa seção do Instituto.

2º S.A. o príncipe Dom Augusto, duque de Saxe, tenente da marinha imperial do Brasil, nascido no Rio a 6 de dezembro de 1867.

3º S.A. o príncipe Dom José-Ferdinando, duque de Saxe, nascido em Viena a 21 de maio de 1869 e morto, faz pouco tempo, a 13 de agosto de 1888, em Wiener-Neustadt.

4º S.A. o príncipe Dom Luiz-Gastão, duque de Saxe, nascido em Viena a 16 de setembro de 1870.

***

Vimos um número do "Correio Imperial", jornalzinho escrito e impresso pelo príncipe do Grão-Pará e o príncipe Dom Luiz, de que se tirou reduzido número de exemplares, distribuídos somente entre seus colegas e alguns personagens da Corte. Os jovens príncipes ensaiam-se assim na arte de escrever e, ao mesmo tempo, praticam a arte tipográfica, sob a sábia direção de seu preceptor, o barão de Ramiz, antigo diretor da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, e organizador da Exposição de História do Brasil de 1881,

cujo catálogo em dois grossos volumes, forma um livro precioso para todo americanista. No número do “Correio Imperial”, que nos foi mostrado por um brasileiro, os sentimentos abolicionistas dos jovens príncipes, marcados do mais puro liberalismo, ressaltam bem antes da promulgação da grande lei de 13 de maio de 1888, a propósito da libertação dos escravos da cidade de Petrópolis, conseguida por subscrição pública ou ato espontâneo dos seus senhores.

O imperador Dom Pedro II tem duas irmãs vivas, S.A.I. a princesa Dona Januária, nascida no Rio de Janeiro a 11 de março de 1822, casada a 28 de abril de 1844 com S.A.R., o príncipe Luiz de Bourbon, conde d’Aquila, e S.A. a princesa Dona Francisca, nascida no Rio de Janeiro a 2 de agosto de 1824, casada a 1º de maio de 1843 com S.A.R. o príncipe de Joinville.

Dona Maria II, rainha de Portugal, irmã mais velha de D. Pedro II, já não pertence ao número dos vivos. O atual soberano de Portugal, S.M. Dom Luiz I, é sobrinho do imperador do Brasil, bem como SS.AA.RR. o duque de Penthièvre e a duquesa de Chartres.

Nota Nº 2

Incluímos nesta obra, em “fac símile”, a reprodução de uma carta endereçada pelo imperador, durante a guerra do Paraguai, ao conselheiro J. M. da Silva Paranhos, então ministro dos Negócios Estrangeiros, depois visconde do Rio Branco, (1870) e presidente do Conselho de Ministros (1871-75). Essa carta foi escrita na véspera da partida do ilustre homem de Estado, em missão especial, ao Prata e ao Paraguai.

Pela leitura desse documento, vê-se a confiança que D. Pedro II alimentava sobre o feliz desenlace da guerra encetada contra o Brasil pelo ditador do Paraguai. Eis o seu texto:

"Sr. Paranhos. Recebo agora (7h50m) os plenos poderes para assiná-los, e os vou mandar quanto antes. Desejo-lhe excelente viagem, e fico certo de que sua missão há de ser coroada do mais feliz resultado. Minha fé não me tem iludido nesta questão de honra para a Nação Brasileira, e López há de ser capturado ou expelido do território paraguaio brevemente, e sem a menor quebra da dignidade de nossa Pátria.

Adeus! Boa Viagem!
1 de fevereiro de 1869
D. Pedro II"

Snr. Paraná

Recebo agora (7h 50m)
os plenos poderes para
assignal-os o que tem já
muito grande attenção.
Desejo-lhe excellente
viagem e fico certo
de que sua missão hade
se coroar do mais feliz
resultado. Minha fé
não me tem illudido n'es-
ta questão de honra para
a nação Brazileira e
Lopez ha de ser capturado
ou expellido do territo-
rio Paraguayo brevemente,

e aos meus filhos
a saudade de sua
Patria.
Adeus! Bôa viagem!
D. Pedro 2º

1 de Fevereiro de 1869

Bibliografia

MORA (José Maria de) – **Dom Pedro II, emperador del Brazil**, no fascículo 43 da obra **Reyes contemporaneos**, Madrid, 1852, in-4º.

PERREIRA DA SILVA – **Le Brésil sous l'empereur Dom Pedro II**, no tomo XIV da "Revista dos Dois Mundos", abril 1858.

PEREIRA DA SILVA – **O Brasil no reinado do Senhor Dom Pedro II**, 1 vol. In-4º. Rio, 1858.

PINTO DE CAMPOS – **O Senhor Dom Pedro II, imperador do Brasil**, Biografia. Com um prefácio de Camillo Castello Branco, Porto, 1871.

MOREIRA – **Cenni Biografici di Dom Pedro II, imperatore del Brasile**, 1 vol in-8º. Roma, 1871.

ANFRISIO FIALHO – **Dom Pedro II, empereur du Brésil**, notícia biográfica. Bruxelas, 1876.

BOULANGER – **Auguste parenté de LL. MM. l'empereur D. Pedro II et l'impératrice Dona Thereza Christina**, in-4º. Rio, 1876.

A declaração da maioridade de S.M.I. o Senhor Dom Pedro II (Discursos e documentos por Salles Torres-Homem). 1 vol. in-8º. Rio, 1840.

Le Brésil, in fol., Paris, 1889 (H. Lamirault & Cia), edição especial corrigida e aumentada do artigo publicado no tomo VII da Grande Enciclopédia, por M. E. Lavasseur, do Instituto, com a colaboração dos senhores barão do Rio Branco, barão d'Ourem, Ed. Prado,

P. Maury, Gorceix, E. Trouessart e Zaborowski. Segunda edição da separata, com um mapa e diversas gravuras.

Le Brésil en 1889, in-8º. Paris, 1889 (Delagrave), com um mapa e gráficos, por Sant'Anna Nery, com a colaboração dos senhores Morize, Gorceix, conselheiro barão do Rio Branco, Favilla Nunes, Ed. Prado, conselheiro Ladislau Netto, contra-almirante barão de Teffé, sócio correspondente do Instituto de França, conselheiro Mac-Dowel, deputado Leitão da Cunha, Ferreira de Araújo, A. Rebouças, Fernandes Pinheiro, conselheiro barão de Itajubá, Rodrigues de Oliveira, Amaro Cavalcanti, etc. etc.

BARÃO DO RIO BRANCO – **Resumé de l'histoire du Brésil depuis la découverte jusqu'au 13 de mai 1888**, nova edição corrigida e aumentada do capítulo V da obra acima citada, 1 vol. in-8º, com duas plantas do Rio em 1711, Paris, 1889, Livraria Delagrave.

FERDINAND DENIS – **Brésil**, Paris, 1837.

DEBRET – **Voyage pittoresque et historique au Brésil**, 3 vol. grande formato in-fólio, Paris, 1839, e Rugendas, **Voyage pittoresque dans le Brésil**, tradução de Golbert, Paris, 1835. Estas duas obras encerram um grande número de gravuras, e a de Debret historia no 3º volume os acontecimentos políticos do fim do reinado de Dom Pedro I, e o começo do reinado atual. Ambas as obras, pelo que demonstram haver o Brasil ganho nas suas relações com a civilização, interessam aos que conhecem atualmente esse belo país.

ARMITAGE – **História do Brasil desde a chegada da real família de Bragança em 1808 até 1831**, Rio, 1837, 1 vol. in-8º. Tradução de J. Teixeira de Macedo.

AUGUSTE DE SAINT-HILAIRE – **Précis historique des Révolutions du Brésil, depuis l'arrivé de Jean VI en Amérique jusqu'à l'abdication de l'empereur Dom Pedro I**, publicada na **Voyage dans le district des diamants**, Paris, 1833.

PRINCE ADALBERT OF PRUSSIA – **Travels in the South of Europe and Brazil**, Londres, 1849, 2 vol.

DANIEL KIDDER – **Sketches of residence and travels in Brazil**, Londres, 1845, 2 vol.

MOREIRA DE AZEVEDO – **História Pátria – O Brasil de 1831 a 1840**, Rio, 1 vol. in-8º.

MELLO MATTOS – **Páginas d'História Constitucional do Brasil, 1846-1848**, Rio, 1870, in-8º (publicado sem o nome do autor).

BARÃO D'OURÉM – **Notice générale sur les sessions parlementaires de 1877 à 1887,** nos **Annuaires de Législation** Étrangére publicados pela Societé de Legislation Comparé, t. VII a XVIII.

CHARLES REYBAUD – **Le Brésil**, Paris, 1856.

CHARLES RIBEYROLLES – **O Brasil pitoresco** (obra em duas línguas, francês e português, com um álbum de vistas do país, por Victor Frond) – Rio de Janeiro, 1859.

CASAL LUIZ AGASSIZ – **Voyage au Brésil**, traduzido do inglês por Felix Vogeli, Paris, 1869.

L'EMPIRE DU BRÉSIL Á L'EXPOSITION UNIVERSELLE DE 1876 Á PHILADELPHIE, Rio de Janeiro, 1876.

FLETCHER AND KIDDER – **Brazil and Brazilians**, nona edição, Boston, 1879.

LE BRÉSIL Á L'EXPOSITION DE SAINT-PÉTERSBOURG, 1884 – São Petersburgo, 1884, 3ª edição.

F. WOLF – **Le Brésil littéraire**, 2 vol., Berlim, 1863.

ÉMILE ALAIN – **Rio de Janeiro – Quelques donnés sur la capitale e sur l'administration du Brésil** – Paris, 1886.

TITARA – **Memórias do Grande Exército Aliado**, Rio Grande, 1852.

TH. FIX – **Histoire de la guerre du Paraguay** – (Tradução modificada da história da guerra da Tríplice Aliança, escrita em alemão por L. Schneider) publicada pelo **Spectateur Militaire**, vol II.

L SCHNEIDER – **A Guerra da Tríplice Aliança contra o governo da República do Paraguai**, anotada por J. M. da Silva Paranhos, barão do Rio Branco, 1º e 2º volumes, Rio de Janeiro, 1875-1876; 3º volume, Paris, 1889. Esta tradução ainda não foi terminada.

JOURDAN – **Guerra do Paraguai,** Rio de Janeiro, 1871, 1 vol. in-8º e mapas.

CAMARA LIMA (Patrício Augusto da) **Manuscrito de 1869, ou resumo histórico das operações militares dirigidas pelo marechal do exército, marquês de Caxias, na campanha do Paraguai** – Rio, 1872 (publicada sem o nome do autor).

EXÉRCITO EM OPERAÇÕES NA REPÚBLICA DO PARAGUAI – Ordens do Dia – 1865-70, Rio de Janeiro, 11 volumes, 1877.

DIÁRIO DO EXÉRCITO EM OPERAÇÕES NO PARAGUAI – Primeira parte, 1867-1868 (Comando do marechal duque de Caxias); Segunda parte, 1869-1870 (Comando do marechal conde d'Eu).

AFONSO CELSO – **A esquadra e a oposição parlamentar** – Rio, 1868.

RAIOL (barão de Guajará) – **Motins políticos do Pará**, 1º vol, Rio, 1884.

MAGALHÃES (Visconde de Araguaia) – **Memória histórica e documentada da revolução da província do Maranhão, de 1839 a 1840**, publicada na Revista do Instituto Histórico do Brasil, 1848.

PINTO DE SOUSA – **Quadro cronológico das peças mais importantes sobre a revolução de Minas Gerais em 1842**, 1 vol. in-4º, Ouro Preto, 1844 (Retrato do General Caxias e plano da batalha de Santa Luzia).

ALENCAR ARARIPE – **Guerra civil do Rio Grande do Sul**, publicada na Revista do Instituto Histórico do Brasil, tomos XLIII, XLV, XLVI, XLVII.

REFLEXÕES SOBRE O GENERALATO DO CONDE DE CAXIAS, Porto Alegre, 1845.

FIGUEIRA DE MELLO, **Crônica da rebelião praieira em 1848 e 1849**, 1 vol. in-8º, Rio, 1850.

A OPOSIÇÃO E A COROA, por Salles Torres-Homem, in-8º, Rio, 1847.

O BOM SENSO, por Firmino Rodrigues Silva, in-4º, Rio, 1849.

J. DE ALENCAR, **O Marquês de Paraná** – Traços biográficos – Rio, 1856.

ROCHA (JUSTINIANO JOSÉ DA) **Ação, Reação, Transação**, in-8º, Rio, 1885.

RAIOL – **O Brasil político**, in-4º, Pará, 1858.

PINTO DE CAMPOS, **Sermão pregado no "Te Deum Laudamus" celebrado na igreja do Divino Espírito Santo, por ocasião da chegada de SS. MM. à cidade do Recife**, in-4º, Recife, 1856.

PINTO DE CAMPOS – **Anarquistas e a Civilização**, in-8º, Rio, 1860.

ROCHA (JUSTINIANO J. DA) **Monarquia, Democracia**, in-4º, Rio, 1860.

RESPOSTA DE UM FLUMINENSE AO FOLHETO A OPINIÃO E A COROA, in-4º, Rio, 1861.

CALAZANS (PEDRO DE) – **A Demagogia entre nós**, in-8º, Rio, 1861.

PEREIRA DA SILVA – **Situation sociale, politique et** économique **de l'empire du Brésil**, in-8º, Rio, 1856.

ERASMO (JOSÉ DE ALENCAR) – **Cartas ao Imperador**, 3ª edição, pequeno volume in-4º, 1866; **Cartas ao povo, ao marquês de Olinda, ao visconde Itaboraí**, Rio, 1866.

O IMPERIALISMO E A REFORMA, anotado por um constitucional do Maranhão, in-8º, 1865.

SCALIGER (ED. DE SÁ) **Resposta à primeira carta de Erasmo**, in-4º, 1865; **Resposta à segunda carta de Erasmo**, in-4º, 1866.

J. DE ALENCAR – **Página de atualidade – Os partidos** – Rio, 1866.

MICHAUD-BELLAIRE, advogado do Conselho de Estado – **Considerations sur l'abolition de l'esclavage et sur la colonisation au Brésil**, Paris, 1876.

PINTO DE CAMPOS – **Vida do duque de Caxias**, Lisboa, 1876, 1 vol. in-8º.

L. COUNTY – **L'Esclavage au Brésil**, Paris, 1881.

E. LAVASSEUR (do Instituto) – **L'abolition de l'Esclavage au Brésil** – tiragem especial da comunicação feita à Academia de Ciências Morais e Políticas, na sessão de 9 de junho de 1888.

DISCUSSÃO DA REFORMA DO ESTADO SERVIL, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS E NO SENADO, Rio, 1871, Tip. Nacional, 2 vol.

MATTOSO RIBEIRO (MANOEL DE QUEIROZ) **Apontamentos sobre a vida do conselheiro Eusébio de Queiroz Coutinho Mattoso Câmara**, 1 vol. in-8º, Rio de Janeiro, 1885.

ROZENDO MONIZ BARRETO – **José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco – Elogio histórico** – Rio, 1884, 1 vol. in-8º.

L'ABOLITION DE L'ESCLAVAGE AU BRÉSIL, ET COMPTE RENDU DU BANQUET COMMÉMORATIF, À PARIS, LE 10 JUILLET 1888 – Paris, 1889, Typ. G. Chamerot.

EXTINÇÃO DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL – Discussão na Câmara dos Deputados e no Senado, Rio, 1889, Tip. Nacional.